



FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO



MULTIDISCIPLINAR



ESTAÇÃO
SAPIENS
EDITORA



FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO

Prof. Esp. Audy Alves de Azevedo Filho
Presidente do Instituto Audy Azevedo (mantenedora da Faculdade ViaSapiens)

Prof. Esp. Padre Emidio Moura Gomes
Diretor Institucional da Faculdade ViaSapiens

Prof. Me. Antonio Carlos Aguiar Dias
Diretor Geral da Faculdade ViaSapiens

Prof. Me. Raphael Gomes Viana
Presidente do Conselho Editorial da Revista Sapiens

Conselho Editorial:
Prof. Esp. Andreza Moita
Profa. Me. Keila Costa
Profa. Dra. Kelma Costa



| | |
|---|------------|
| 1. Carta ao Leitor | 05 |
| 2. Editorial | 07 |
| 3. Administração / Contabéis | 09 |
| 3.1 DETERMINANTES DA VOLATILIDADE IDIOSINCRÁTICA NO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO | 12 |
| 3.2 DIFERENCIAL DE ATENDIMENTO: O CASO DE UMA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NO INTERIOR DO CEARÁ | 29 |
| 3.3 ESTRATÉGIA EM REDE: UMA ANÁLISE ENTRE A RELAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS COLETIVAS E AS ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS DOS ATORES DE UMA REDE DE AUTOPEÇAS. | 39 |
| 3.4 O DIA ANTES DO FIM: UMA ANÁLISE COMPETITIVIDADE NO MERCADO DE AÇÕES SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE M ESTUDO OBSERVACIONAL. | 51 |
| 3.5 POTENCIAL REUSO DA ÁGUA RESIDUÁRIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO-ETE TIANGUÁ PARA FINS AGRÍCOLAS. | 59 |
| 4. Direito | 70 |
| 4.1A INFLUÊNCIA DA ANTROPOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA | 73 |
| 4.2 REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM TEMPOS DE PANDEMIA | 83 |
| 4.3 INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA: O DIREITO À COMUNICAÇÃO EM PAUTA | 93 |
| 4.4 A LINHA TÊNUE ENTRE CONTRATO DE NAMORO X UNIÃO ESTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES DURANTE A COVID-19 | 104 |
| 4.5 A GRADAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E AS REPERCUSSÕES NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 115 |
| 5. Enfermagem | 126 |
| 5.1A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA | 129 |
| 5.2 PARÂMETROS COMPARATIVOS DE RELEVÂNCIA ENTRE AUTORES DA PSICANALISE INFANTIL | 139 |
| 5.3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA | 149 |
| 5.4 AMBIENTE DE TRABALHO NA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA | 156 |
| 5.5 O CORAÇÃO DA MULHER: TECNOLOGIA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM MULHERES NA MENOPAUSA | 167 |

CARTÃO Leitor

O sucesso não ocorre por acaso e as oportunidades também não. Se você pensar em quatro acontecimentos que mudaram a sua vida, pelo menos três deles, surgiram num ângulo de 90 graus: você estava num lugar e, de repente, a oportunidade estava ali diante de seus olhos à sua disposição, a menos que você não quisesse.

E SE... Se você não gostar de ler! E SE esta REVISTA for uma daquelas oportunidades não planejadas por você, mas que está diante dos seus olhos se oferecendo como um acontecimento que pode mudar a sua vida. E SE for, você vai deixar de ler?

Você já sabia que atualmente a moeda de maior valor é o conhecimento? Mas não qualquer conhecimento! Mas aquele que tem um objetivo específico e segue um método determinado que pode ser passado de um cérebro para outro!

Pois sim! Você tem nas mãos a 1ª REVISTA VIA SAPIENS. Ela é um conjunto de trabalhos científicos de várias áreas do conhecimento. Elaborada como oportunidade para você que quer possuir esta moeda de maior valor no mundo hodierno.

Ela foi feita pelos professores e colaboradores da Faculdade do mesmo nome que funciona em Tianguá com Sede no antigo Convento. Mantém o Curso de Direito, o único da Serra da Ibiapaba com nota máxima no MEC; o Curso de Enfermagem, o único do Norte do Estado com recomendação do Conselho Nacional de Enfermagem; o Curso de Administração em conjugação com o Curso de Contabilidade, o único no Interior do Estado que fornece duas graduações ao final do Curso; Mestrado em Educação; Doutorado em Psicologia e vários Cursos Técnicos, todos reconhecidos pelo MEC, com alta performance, que podem em tempo recorde, colocar você no mercado de trabalho com uma qualificação profissional.

E SE... Se você é uma pessoa que deseja encontrar e aproveitar as oportunidades, eis aqui uma daquelas oportunidades raras porque preciosas. Leia com atenção os artigos científicos que se encontram aqui à sua disposição. E comece hoje a ter mais conhecimentos científicos e ser alguém portador da moeda mais valiosa no mercado mundial: conhecimento científico.

Tudo que existe no mundo físico, antes surgiu na mente de alguém. Seja este alguém o Criador do Universo, ou pessoas que já aprenderam um pouco mais pela dedicação à pesquisa e observação dos fenômenos, quer sejam do macro, do microcosmo, ou ainda do mesocosmo – que é o ser humano – na sua biologia, mentalidade, espiritualidade, relações e ações. É neste campo do mesocosmo que se encontram as ciências humanas. É aqui também que encontra o seu espaço vital esta revista e, oxalá o seu futuro promissor.

“Alia jacta est!” – A sorte está lançada! Quem dela se apropriará?

sociais, desde os artistas aos esportes, passando por carnaval e danças folclóricas, precisam de um rei ou rainha. Mas neste mundo complexo e veloz a identidade vem do que cada um é capaz de fazer e ensinar.

É o que Weber chamou de solidariedade orgânica. A sociedade é um grande organismo e cada pessoa é identificada pela sua capacidade de oferecer com suas habilidades o que o organismo social necessita para se manter. Podem observar que diante da pergunta "Quem é você?" Nenhum vai responder: "Eu sou da família tal". Mas cada um vai responde que é o que sabe fazer. E o que os outros nos pedem é o que pedimos aos outros quando desejamos conhece-los.

O grande perigo para os graduados hoje é o congelamento dos conhecimentos que obtiveram na faculdade. O mundo mudou e os conhecimentos necessitam de constante up grade para que o formado não se torne cheio de conhecimentos que se tornaram inúteis, quando lhe faltam os conhecimentos que lhe dão lugar na sociedade. Não será tão raro encontrar graduados que se formar- am há dez e se hoje forem refazer a última prova da faculdade não alcançarão mais a média. Haja vista um concurso para gari no Rio de Janeiro, em que mais de 40% dos inscritos tinham alguma graduação.

Alvin Toffler há anos nos advertiu sobre o maior desafio do mundo pós moderno: "Os analfabetos do futuro não serão os que não sabem ler nem escrever, mas os que não sabem aprender, desaprender e reaprender." Hoje quem sabe e quem não sabe estão em situação semelhantes porque o que a sociedade exige é que seja capaz de aprender rápido o que ainda não aprendeu. É hora de ter coragem e tempo de superar tudo que se tornou obsoleto para suas vidas, quer sejam coisas ou hábitos ou até mesmo pessoas. Porém, não subestimem o poder que todos tem de transformar os problemas em soluções. E transmutar todo sofrimento em oportunidade de crescimento pessoal e coletivo. Abracem-se ao presente e sintam a vida. Deixem de viver os eternos amanhãs e vivam o hoje, vocês já estão prontos para viver uma nova vida. A Ibiapaba já se tornou o presente capaz de gerar um futuro de competência de ação. Um dos exemplos é a presença da Via Sapiens.

A Via Sapiens é como uma criança que passeia nos braços dos pais quando estes andam pelas ruas, praças e shoppings. De longe pensamos que são os pais que levam a criança. Mas quando nos aproximamos vemos que é a criança que vai levando os pais, pois é ela que diz aos pais onde quer ir.

Esta criança chegou à Ibiapaba para acordar as nossas consciências de estarmos no mundo em evolução. Onde cada um é desafiado a chegar ao melhor de si mesmo é desenvolver as habilidades de aí permanecer. Assim, o progresso da Ibiapaba pode ser seu também. Avante.



FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO

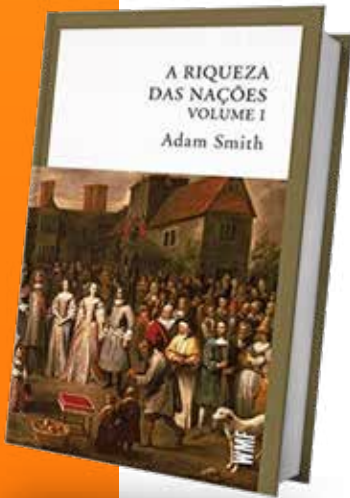


ADMINISTRAÇÃO / CONTÁBEIS



ESTAÇÃO
SAPIENS
EDITORA

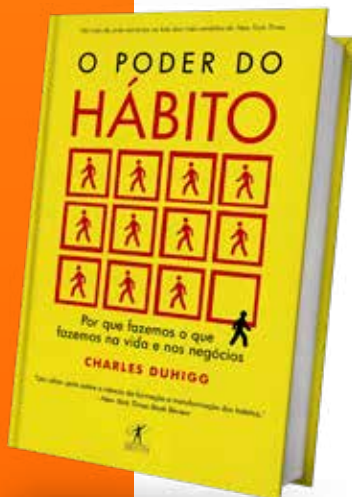
INDICAÇÃO DE LIVROS.



A Riqueza das Nações **- Adam Smith**

Britânico, considerado uma referência para a corrente do liberalismo econômico.

- O livro aborda questões como divisão do trabalho, distribuição de renda e acumulação de capital para explicar a ciência econômica.



O poder do hábito **Duhigg, Charles.**

É baseado em pesquisas e entrevistas.

- O repórter investigativo do New York Times, Charles Duhigg, se baseou em mais de 300 entrevistas e estudos sobre os hábitos. Nesse livro ele compartilha com o mundo suas descobertas, e afirma que o desenvolvimento de hábitos corretos pode mudar nossas vidas para a melhor.



Mulheres que correm com os lobos **Clarissa Pinkola Estés**

É baseado em pesquisas e entrevistas.

- O repórter investigativo do New York Times, Charles Duhigg, se baseou em mais de 300 entrevistas e estudos sobre os hábitos. Nesse livro ele compartilha com o mundo suas descobertas, e afirma que o desenvolvimento de hábitos corretos pode mudar nossas vidas para a melhor.

INDICAÇÃO DE FILMES

O Discurso do Rei



Trazendo a história de um príncipe que precisa assumir o trono e tornar-se rei, mas que sofre de um sério problema de gagueira e não consegue realizar seus discursos em público, o filme deixa uma lição importante: um bom administrador precisa superar obstáculos e ter inteligência emocional para alcançar o sucesso.

A rede social



Se nunca fez isso, está na hora de colocar A Rede Social na sua lista de filmes para assistir no final de semana, porque é justamente isso que ele conta: como jovens universitários conseguiram criar, do zero, algo que hoje é mundialmente conhecido.

Sociedade dos Poetas Mortos



Talvez por abordar a minha profissão e a minha forma (não tradicional) de trabalhar, esse foi um dos melhores filmes que já vi na minha vida. Todos os professores deveriam assistir, todos os gestores deveriam assistir, ou melhor, todo mundo deveria assistir. Tornará você mais humano, mais social, mais preocupado com os problemas dos outros. Enfim, quem assistir e não se emocionar pode vir me cobrar por mensagem... Esse sim era um bom filme para a Globo passar no Natal, e não Esqueceram de Mim pela centésima vigésima vez. Pode dar o play aí sem medo de ser feliz.



**DETERMINANTES DA VOLATILIDADE
IDIOSSINCRÁTICA NO MERCADO
ACIONÁRIO BRASILEIRO**

**FRANCISCO ALVES DE SOUZA NETO¹
JOSÉ RICARDO REFORÊDO DA SILVA²
LUIZ FELIPE DE ARAÚJO PONTES GIRÃO³**

RESUMO: Este artigo teve por objetivo determinar os fatores que explicam a volatilidade idiossincrática (VI) para o mercado acionário brasileiro no período de 2011 a 2016. Para atingir este objetivo, o estudo foi dividido em duas partes, em que, inicialmente, foi aplicada a metodologia do modelo de quatro fatores de Carhart (1997) acrescentado do fator liquidez para extrair a volatilidade idiossincrática por meio do desvio-padrão dos resíduos da regressão em série temporal contendo os cinco fatores de risco. A segunda parte consistiu em analisar a relação da VI e as características específicas das entidades (tamanho, endividamento, dívida financeira líquida, liquidez geral, crescimento, retorno sobre o ativo, book-to-market e LAJIR). Para isso, foi empregada a análise de dados em painel com efeitos fixos e pela estimação através do método system-GMM. Os achados demonstraram que a média da volatilidade idiossincrática (VI) foi decrescente no intervalo 2011-2013, mas que a partir de 2014 houve uma evolução, o que coincidiu com a crise econômica e financeira no Brasil. Quanto às determinantes, dentre as características específicas das empresas para o contexto brasileiro, as variáveis estatisticamente significativas foram o endividamento (ENDIV), book-to-market (BM) e retorno sobre o ativo (ROA). Também foi efetuada uma análise de sensibilidade por meio da regressão quantílica. Os resultados apontaram que além das referidas variáveis ENDIV, BM e ROA, as características referentes ao tamanho (TAM) e liquidez geral (LG) apresentaram significância em alguns quantis. Os resultados empíricos aqui documentados sugerem que os fundamentos específicos das empresas são determinantes significativos da volatilidade idiossincrática das empresas brasileiras.

PALAVRAS CHAVE: Volatilidade Idiossincrática; Fatores de Risco; Retorno.

ABSTRACT: This article aimed to determine the factors that explain the idiosyncratic volatility (VI) for the Brazilian stock market in the period from 2011 to 2016. To achieve this objective, the study was divided into two parts, in which, initially, the methodology was applied the four-factor model of Carhart (1997) added the liquidity factor to extract the idiosyncratic volatility by means of the standard deviation of the residuals of the time series regression containing the five risk factors. The second part consisted of analyzing the ratio of the VI and the specific characteristics of the entities (size, indebtedness, net financial debt, general liquidity, growth, return on assets, book-to-market and LAJIR). For that, it was used the panel data analysis with fixed effects and by the estimation through the system-GMM method. The findings showed that the average idiosyncratic volatility (VI) was decreasing in the 2011-2013 interval, but that from 2014 there was an evolution, which coincided with the economic and financial crisis in Brazil. As for the determinants, among the specific characteristics of the companies for the Brazilian context, the statistically significant variables were indebtedness (ENDIV), book-to-market (BM) and return on assets (ROA). A sensitivity analysis was also performed using quantile regression. The results showed that in addition to the referred variables ENDIV, BM and ROA, the characteristics referring to size (TAM) and general liquidity (LG) showed significance in some quantiles. The empirical results documented here suggest that the specific foundations of companies are significant determinants of the idiosyncratic volatility of Brazilian companies.

KEYWORDS: Idiosyncratic volatility; Risk factors; Return.

1. INTRODUÇÃO

Um das questões fundamentais no processo de avaliação de ativos é determinar o grau de risco a que este ativo está exposto (Amorim, Lima & Murcia, 2012). Entender e conhecer o risco ou a volatilidade dos ativos financeiros é essencial para o desenvolvimento da alocação eficiente de recursos. Portanto, pesquisar de modo empírico as relações entre risco idiossincrático e retorno é de suma importância. O risco sistêmico configura-se como o risco relacionado a eventos que afetam o mercado como um todo, ou seja, o risco não-diversificável. Por sua vez, o risco idiossincrático, configura-se como o risco inerente as particularidades de cada empresa, e uma das maneiras de precificá-la é através dos modelos de precificação de ativo.

A precificação dos ativos financeiros teve seu marco inicial com os estudos de Markowitz (1952), em que o autor abordou a diversificação de portfólios, relacionando o risco das ações ao seu retorno. Este modelo foi otimizado por Sharpe (1964), Lintner (1965) e Mossin (1966) ao desenvolverem o conhecido modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM), que confronta o retorno esperado de um ativo ao seu risco sistêmico e ao retorno do ativo livre de risco, enquanto que o risco idiossincrático é diversificável. Neste cenário, Fama e French (1996) demonstraram que a existência de outros fatores omitidos nos modelos pode impactar a volatilidade idiossincrática (VI) proporcionalmente à sensibilidade da carteira ao fator esquecido, ou seja, carteiras consideradas mais sensíveis aos fatores omitidos apresentam maior VI do que as menos sensíveis. Portanto, novos fatores deveriam então ser incluídos no modelo, a fim de melhorar sua especificação (Leite, Pinto & Klotzle, 2016).

Com base no exposto, este trabalho utiliza o Modelo de Quatro Fatores de Carhart (1997) adicionado do fator liquidez para determinar os fatores que influenciam a volatilidade idiossincrática no mercado acionário brasileiro, se justificando no pressuposto de Kumari, Mahakud, Hiremath (2017), ao afirmarem que os fundamentos específicos das empresas, inerentes ao mercado em que estão situadas, desempenham um papel significativo para explicar o risco idiossincrático das ações. Portanto, os fundamentos exclusivos das entidades tornam-se bons preditores da VI, e podem ser usados na previsão do risco de uma carteira de títulos.

Dessa forma, tem-se a questão norteadora deste estudo: quais as determinantes das entidades explicam a volatilidade idiossincrática para o mercado acionário brasileiro no período de 2011 a 2016? Logo, o objetivo desta pesquisa é determinar os fatores que explicam a volatilidade idiossincrática no mercado acionário brasileiro. Para atingir este objetivo, o estudo foi dividido em duas partes, inicialmente foi empregada a metodologia do modelo de quatro fatores de Carhart (1997) acrescentado do fator liquidez para extrair a volatilidade idiossincrática por meio do desvio-padrão dos resíduos da regressão em série temporal contendo os cinco fatores de risco (mercado, tamanho, índice book-to-market, momento e liquidez). A segunda parte consistiu em analisar a relação da VI e as características específicas das entidades por meio de um modelo de regressão com dados em painel com efeitos fixos e estimados por meio do método system-GMM.

O estudo se destaca entre as demais pesquisas por tentar buscar fatores que determinam a VI no mercado acionário brasileiro utilizando um modelo de 5 fatores para extração da VI, dada a importância dos fatores incorporados no modelo supracitado, se diferenciando do estudo de Martin, Cia e Kayo (2010), em que os autores empregaram a análise das determinantes da VI por meio da variância. Assim, nenhum estudo brasileiro foi encontrado utilizando um modelo de 5 fatores para estimar a VI.

Cabe salientar que os estudos em âmbito nacional que tratam do risco idiossincrático os relaciona em essência ao mercado acionário brasileiro (Galdi & Securato, 2007; Ricca, 2010; Mendonça, Klotzle, Pinto & Montezano, 2012; Leite et al., 2016), e a governança corporativa (Rogers, Machado Filho & Securato, 2008; Matucheski, Clemente & Sandrini, 2009; Cazzari, Fávero & Takamatsu, 2015; Ganz, Bizatto & Kroenke, 2017). Além

disso, conforme Bali, Cakici e Levy (2008), os estudos que visam examinar o risco idiossincrático possuem relevância no processo de tomada de decisões que envolvem investimentos.

De acordo com os resultados encontrados, foi possível verificar que a VI teve um aumento a partir de 2014, o que coincide com a crise financeira. Com isso, foi observado também que para o contexto do mercado acionário brasileiro e considerando as proxies utilizadas nesse estudo, os fatores que determinam a volatilidade idiossincrática são: tamanho, endividamento, liquidez geral, retorno sobre o ativo, índice book-to-market.

2. Referencial Teórico

2.1 Volatilidade idiossincrática e mercados emergentes

A volatilidade idiossincrática é tida como correlacionada positivamente com o retorno esperado das ações, uma vez que os investidores que não diversificam seus investimentos demandam um retorno adicional para suportar o risco de suas carteiras (Mendonça et al., 2012). Os estudos de Merton (1973), Levy (1978) e Malkiel e Xu (2002) demonstraram essa relação. Todavia, outros estudos apresentaram achados inversos ou até mesmo nenhuma relação entre a VI e os retornos. Ang, Hodrick, Xing e Zhang (2006) chegaram à conclusão que ativos financeiros com alta volatilidade idiossincrática tendem a gerar retornos menores que os com baixa volatilidade idiossincrática.

Segundo Costa, Mazzeu e Costa Jr. (2016), a precificação da volatilidade idiossincrática dá-se pela parcela da variabilidade total do rendimento atrelada a fatores peculiares do ativo. Chen e Petkova (2012) afirmam que os preços dependem do desvio padrão dos resíduos da estimativa de modelos de precificação, como os de Fama e French (1993) e Carhart (1997). Portanto, a volatilidade idiossincrática é sensível aos fatores de risco dos modelos de precificação, ou seja, um fator esquecido nos modelos deveria impactar diretamente na volatilidade idiossincrática de modo proporcional a sua sensibilidade em relação a esse fator.

Alguns estudos demonstraram que, em geral, a volatilidade dos mercados tem aumentado nos últimos anos (Morck, Yeung & Yu, 2000; Kearney & Potì, 2008; Brandt, Brav, Graham & Kumar, 2009). Para Wei e Zhang (2006), deve-se considerar algumas colocações a respeito deste tipo de volatilidade, como o fato de a elevação desse risco não poder ser considerada exclusivamente relacionada à volatilidade dos fundamentos, e que há uma constatação de um aumento indesejável da volatilidade específica em razão da variação dos fundamentos.

Nesse sentido, os mercados emergentes trazem consigo peculiaridades e os investidores necessitam se adaptar a essa estrutura, desenvolvendo ferramentas alternativas para análise e tomada de decisões de investimento. Algumas características específicas aos mercados emergentes podem interferir nas decisões dos investidores, como os custos de transação mais altos, regimes tributários múltiplos, falta de transparência, iliquidez, sistemas de contabilidade deficientes, falta de regulamentação e fraca execução de contratos, sendo, às vezes, considerados como mercados ineficientes em suas informações (Hiremath & Kumari, 2014). Com isso, mercados emergentes estão mais propensos a sofrer com a volatilidade, assumindo uma maior significância (Hajilee & Al Nasser, 2017).

De maneira empírica, a volatilidade idiossincrática de um determinado ativo pode ser potencialmente enviesada por causa da informação limitada nos mercados emergentes, tendo em vista as características específicas das empresas relacionadas ao risco idiossincrático não serem totalmente fornecidas pelas mesmas para análise. Contudo, conhecer as determinantes que explicam o risco idiossincrático pode possibilitar a sua previsão (Kumari et al., 2017).

2.1 Estudos Correlacionados

No que se refere a estudos internacionais, Vozlyublennaia (2012) investigou a relação entre o risco idiossincrático e os retornos para títulos individuais através do modelo GARCH. A autora demonstrou que, em média, 15% das ações exibem uma relação significativa entre retorno e risco, dos quais 9% são positivas, sendo que essas proporções variam ao longo do tempo e com as especificações do modelo. Algumas características influenciam a probabilidade de uma relação positiva e negativa, enquanto outras parecem afetar apenas uma, mas não a outra. Vozlyublennaia justifica que tal evidência implica que os fatores que explicam uma conexão positiva entre o risco idiossincrático e os retornos são diferentes dos fatores que explicam uma conexão negativa.

Bekaert, Hodrick e Zhang (2012) analisaram a volatilidade idiossincrática agregada em 23 mercados desenvolvidos, através de diversas metodologias, durante os períodos de 1964 a 2008 e de 1980 a 2008. Não foram encontradas evidências de tendências ascendentes para a VI após 2008. No entanto, a volatilidade idiossincrática é descrita por um processo autoregressivo estacionário que ocasionalmente se transforma em um regime de variância mais alta que tem uma duração relativamente curta. Os autores documentaram ainda que a VI está altamente correlacionada entre os países. A maior parte da variabilidade no tempo na volatilidade idiossincrática pode ser atribuída à variação na proxy de oportunidade de crescimento, volatilidade total do mercado e na maioria das especificações, o prêmio de variância, um indicador de risco sensível ao ciclo de negócios.

Liu, Di Iorio e De Silva (2014) examinaram as relações entre os índices fundamentais das ações e a volatilidade idiossincrática para as empresas australianas no período de 1993 a 2010. Os resultados da análise mostraram que as empresas com volatilidade idiossincrática alta tendem a ser pequenas (medida pelo tamanho), altamente alavancadas (medida pelo índice de cobertura de juros), baixa rentabilidade (medida pelo retorno sobre o patrimônio líquido e lucro por ação), baixa avaliação (medida pelo índice preço/lucro). Os achados ainda demonstram que o rendimento de dividendos está positivamente relacionado à volatilidade idiossincrática, enquanto que o índice de preço/ganhos e o retorno sobre o patrimônio líquido estão negativamente relacionados com a volatilidade idiossincrática.

Kumari et al. (2017) verificaram as determinantes da volatilidade idiossincrática para o mercado indiano através de duas medidas, VI incondicional encontrada através do desvio-padrão dos resíduos do Modelo de Quatro Fatores (Carhart, 1997) acrescido da liquidez e a VI condicional por meio do modelo EGARCH. Os autores verificaram que o tamanho, BM (book-to-market) e o índice CF/P (cash flow-to-price) explicam a VI incondicional; e tamanho, momento e liquidez determinam a VI condicional. Para os autores, os achados empíricos sugerem que os fundamentos específicos das empresas são determinantes significativas do risco não sistemático e apoiam a teoria de um portfólio diversificado.

Em âmbito nacional, caracterizado pela heterogeneidade na estrutura das entidades, o mercado brasileiro oferece condições que proporcionam peculiaridades não encontradas igualmente em outros países. O mercado acionário no Brasil cresceu expressivamente nos últimos anos, o que está ligado à progressiva melhoria das práticas de governança corporativa e no ambiente institucional interno do país, além da abundância de liquidez no mercado mundial.

Destaque para a pesquisa de Galdi e Securato (2007), que investigaram se o risco idiossincrático tem poder explicativo sobre o retorno de uma carteira diversificada de ativos no mercado acionário brasileiro no período de 1999 a 2006. Para a análise, os autores utilizaram uma abordagem de séries temporais para identificar o relacionamento entre o retorno e o risco idiossincrático. Concluiu-se que não existem evidências suficientes de que o risco idiossincrático da variância dos retornos das carteiras tenha influência sobre os retornos das carteiras diversificadas no mercado brasileiro para o período analisado.

Objetivando encontrar os fatores que determinam o risco idiossincrático no Brasil, entre 1996 e 2009, Martin et al. (2010) utilizaram dois indicadores representativos para o risco idiossincrático. No primeiro indicador, os autores adotaram como variável dependente a relação entre as volatilidades de uma ação e do mercado, representada pelo Índice Ibovespa. Para o segundo indicador, utilizou-se da divisão entre o elemento idiossincrático da volatilidade dos retornos do ativo financeiro e à volatilidade dos retornos do mercado (Ibovespa). Como resultado, encontrou-se que o endividamento, liquidez geral e ativo total determinam a variação da volatilidade idiossincrática.

Ricca (2010) analisou a relação entre a volatilidade e assimetria idiossincrática e o retorno da ação no Brasil nos anos de 1998 a 2009. Para encontrar o risco idiossincrático, o autor, buscou os resíduos estimados a partir do modelo de três fatores de Fama e French (1993). As carteiras de ações com maior assimetria idiossincrática demonstrou uma volatilidade idiossincrática elevada em relação as demais. Além disso, tal carteira também demonstrou maiores retornos quando comparadas as carteiras com baixa volatilidade e assimetria.

Ainda no mercado acionário brasileiro, o estudo de Mendonça et al. (2012) teve por objetivo analisar a relação entre a volatilidade idiossincrática e o retorno no período de 2005 a 2010. Os autores adotaram duas maneiras para estimação da VI, sendo o primeiro por meio dos resíduos de regressões fundamentado no modelo de três fatores de Fama e French (1993); e o segundo através da extensão do modelo GARCH, o modelo EGARCH. Os resultados iniciais demonstraram que o retorno das ações sofreram impacto significativo e positivo da volatilidade idiossincrática. Ademais, os autores destacam que os resultados documentados no estudo podem ser decorrente de determinados aspectos intrínsecos ao mercado acionário brasileiro.

Por sua vez, o trabalho de Bernardo (2014) investigou o risco idiossincrático e a concentração de propriedade no mercado brasileiro entre os anos de 2002 a 2012. Com a finalidade de examinar a influência e o impacto da estrutura de propriedade sobre a volatilidade idiossincrática dos ativos financeiros, o autor constatou que a liquidez e o porte da empresa afetaram de modo negativo a volatilidade idiossincrática, enquanto que a concentração acionária impactou de maneira positiva. Os resultados ainda demonstraram que quando considerada a concentração acionária, as oportunidades de crescimento estão positivamente relacionadas com o risco idiossincrático quando a concentração acionária não é alta. Ainda conforme Bernardo (2014), este apontamento corrobora a suposição de que em partes, a volatilidade idiossincrática, reflete as informações específicas das entidades, que por sua vez, são incorporadas aos preços.

Utilizando os pressupostos de Campbell, Lettau, Malkiel e Xu (2001), que indica que a volatilidade é um dos componentes do retorno de uma ação, o estudo de Costa et al. (2016) objetivou verificar se existem presenças de uma tendência estocástica ou determinística para os elementos da volatilidade dos ativos financeiros no âmbito do mercado acionário brasileiro entre os anos de 1996 a 2010. Para isso, os autores adotaram a decomposição em três indicadores de VI: a de mercado, a indústria e a idiossincrática. Os resultados demonstraram que para a volatilidade idiossincrática houve uma quebra estrutural para o período em análise, não havendo evidências de que a tendência para a mesma é estocástica, tendo em vista que os testes de tendência determinística apontaram que há um padrão de queda estatisticamente significativo.

3. Procedimentos metodológicos

3.1 População e amostra

Para composição da amostra foram utilizadas todas as instituições de capital aberto listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no período de 2011 a 2016, exceto as organizações do setor financeiro, uma vez que elas apresentam uma estrutura e procedimentos contábeis específicos, o que diferem das demais empresas. O período escolhido se justifica em virtude da adoção da International Financial Reporting Standards (IFRS) pelas empresas brasileiras, que alteraram as políticas contábeis do país, especificamente a forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos contábeis. Sendo assim, por serem utilizados dados contábeis neste estudo, fez-se necessário a análise particular desse marco temporal. Porém, uma vez que um dos fatores do modelo, o momento, utiliza-se de dados passados, ou seja, os dados deste fator para 2010 incluiriam as informações de 2009, ano anterior à convergência as IFRS no Brasil, o ano de 2010 foi retirado da análise, de modo a evitar resultados distorcidos.

O estudo deu-se em duas etapas, sendo a primeira o cálculo da VI e a segunda consistindo na determinação dos fatores que explicam a VI. Assim, conforme estudos anteriores (Malaga & Securato, 2004; Rogers & Securato, 2009), retiraram-se da amostra as entidades que apresentaram um patrimônio líquido negativo no fim do exercício social em pelo menos um dos anos da amostra, além das empresas que apresentaram tanto o resultado operacional negativo, o que distorceria a proxy de rentabilidade (ROA – retorno sobre o ativo), quanto as organizações que não apresentaram valores para qualquer outra variável utilizada no modelo que busca as determinantes da VI (Tópico 3.3). Adicionalmente, foram também excluídas as entidades que não possuíam cotações constantes para todo o período em análise.

Portanto, a amostra final é composta por 70 empresas entre os anos de 2011 e 2016. Para extração dos fatores para construção do modelo de precificação, sejam eles: mercado, tamanho, book-to-market, momento e liquidez, adotaram-se as séries calculadas pela base do Núcleo de Pesquisa em Economia Financeira (Nefin – USP). Salienta-se que todos os dados contábeis e financeiros foram coletados a partir da base Thomson Reuters®.

3.2 Estimação da volatilidade idiossincrática

O estudo foi dividido em duas partes. A primeira parte consistiu em estimar a VI através do modelo de quatro fatores de Carhart (1997) acrescentado do fator liquidez preconizado por Amihud e Noh (2014) e Keene e Peterson (2007), seguindo o estudo de Kumari et al. (2017). A VI foi calculada como o desvio padrão dos resíduos estimados a partir da regressão de séries temporais, conforme modelo expresso na Equação (1):

$$(R_{it}^d - r_{ft}^d) = \alpha_{it}^d + \beta_{it}^d (R_{mt}^d - r_{ft}^d) + s_{it}^d SMB_{it}^d + h_{it}^d HML_{it}^d + m_{it}^d WML_{it}^d + l_{it}^d LIQ_{it}^d + \varepsilon_{it}^d \quad (1)$$

Em que, R_{it}^d é o retorno diário das ações da empresa i no mês t , r_{ft}^d é o retorno diário da taxa livre de risco, R_{mt}^d é o retorno diário da carteira de mercado, e α , β , s , h , m e l representam os fatores tamanho, valor, momento e liquidez, respectivamente, e por fim, ε_{it}^d , bit , sit , hit mit e lit são os coeficientes relativos a cada fator. O retorno diário das ações foi calculado de forma contínua.

Para construção dos fatores de risco, o Nefin – USP, monta as carteiras com base nos volume de uma ação, entre as diversas classes de ações da entidade e ter sido transacionada em ao menos 80% dos dias no ano anterior e com um volume diário maior que R\$ 500 mil. Assim, o retorno do fator tamanho (SMB) é encontrado em janeiro de cada ano, separando as ações segundo o valor de mercado com base no mês de dezembro do ano anterior. A partir disso, monta-se uma carteira de pesos iguais com os 50% menores valores de mercado (Small), e outra com os 50% maiores (Big). O prêmio pelo fator de risco tamanho é dado pela diferença entre o retorno médio de (Small) menos o retorno médio de (Big).

O retorno do fator book-to-market (HML) consiste na diferença das carteiras High (alto valor de BM) e Low (baixo valor de BM), onde em janeiro do ano t , o Nefin classifica as ações elegíveis em tercís de acordo com sua relação ao seu book-to-market em junho do ano $t-1$. Com relação ao fator momento (WML), seu retorno é calculado através dos retornos das carteiras vencedoras (Winners) menos as perdedoras (Losers), que em todos os meses t ,

são classificadas as ações elegíveis, também em tercís, mas de acordo com os retornos acumulados do mês $t-12$ e mês $t-2$. Por fim, a liquidez (IML), em que todos os meses t , são classificadas as ações elegíveis em tercís de acordo com a média móvel de iliquidez (Acharya & Pedersen, 2005) dos últimos doze meses anteriores.

3.3 Determinantes da Volatilidade Idiossincrática

Na segunda parte, após estimar a VI com a ajuda da regressão em séries temporais, seguindo Kumari et al. (2017), utilizou-se um modelo de painel para identificar suas determinantes. Conforme a literatura e levando em consideração as particularidades da estrutura de mercado do Brasil, para determinação dos fatores que explicam a Volatilidade Idiossincrática, foram escolhidas 9 variáveis para serem testadas, sendo elas apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 Características específicas das empresas

| Variável | Proxy | Fórmula | Relação | Autores |
|---------------------------|-------|--|---------|---|
| Tamanho | TAM | $\ln \text{Ativo}_{total}$ | - | Brown e Kapadia (2007); Martin et al. (2010); Kumari et al. (2017). |
| Endividamento | ENDIV | $\ln \text{Ativo}_{total} - \ln PL$ | +/- | Hutton, Marcus e Tehranian (2009); Martin et al. (2010); Rajgopal e Venkatachalam (2011); Bernardo (2014) |
| Dívida Financeira Líquida | DFL | $\frac{(\text{Dívida total} - AF)}{\text{Ativo}_{total}}$ | + | Martin et al. (2010); Kumari et al. (2017) |
| Liquidez Geral | LG | $AC - PC$ | +/- | Chan e Faff (2003), Bali, Cakici, Zhang e Xuemin Yan (2005); Martin et al. (2010); Bernardo (2014) |
| Crescimento | CRESC | $\ln \frac{RL_t}{RL_{t-1}}$ | + | Martin et al. (2010); Kumari et al. (2017) |
| Rentabilidade | ROA | $\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo}_{total}}$ | + | Kumari et al. (2017) |
| Índice de porte | BM | $\frac{PL}{VM}$ | - | Kelly (2014); Kumari et al. (2017) |
| LAJIR | LAJIR | $\frac{\text{Lucro antes dos Juros e Impostos sobre a Renda}}{\text{Ativo}_{total}}$ | - | Martin et al. (2010); Kumari et al. (2017) |

Legenda: PL: Patrimônio Líquido; AF: Aplicações Financeiras; AC: Ativo Circulante; PC: Passivo Circulante; RL: Receita Líquida; VM: Valor de Mercado.

Fonte: Elaborada própria (2017).

Uma vez definidas as variáveis de estudo, o modelo econométrico que procurou examinar e determinar os fatores que explicam a volatilidade idiossincrática para o mercado acionário brasileiro, utilizando-se de um modelo de regressão dados em painel balanceado, é representada pela seguinte Equação (2):

$$VI_{it} = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 ENDIV_{it} + \beta_3 DFL_{it} + \beta_4 LG_{it} + \beta_5 EBIT_{it} + \beta_6 CRESC_{it} + \beta_7 ROA_{it} + \beta_8 BM_{it} + \sum_j^K D_ANO_{it} + \sum_j^K D_SETOR_{it} \varepsilon_{it} \quad (2)$$

A variável ano (D_ANO) configura-se como uma variável dummy que assume valor de 1 para determinado ano e 0 para os demais anos. Esta variável tem por finalidade isolar os efeitos macroeconômicos que possam afetar as empresas no período analisado (Silveira, 2004). A variável D_SETOR representa o setor de atuação da empresa conforme a classificação da Thomson Reuters®, sendo um conjunto de variáveis dummies, assumindo valor igual a 1 para as empresas inseridas em determinado setor e igual a 0 para demais empresas de outros setores.

4. Apresentação e Análise dos resultados

A Tabela 2 evidencia a variação em série temporal da volatilidade idiossincrática. Verifica-se que o ano de 2013 apresentou a menor média, contrapondo-se ao ano de 2016 que evidenciou o maior resultado, representando 1,75% e 2,32%, respectivamente. Observa-se ainda que a VI média foi decrescente no intervalo 2011-2013, mas que a partir de 2014 houve um aumento da VI média no mercado brasileiro, coincidindo com a crise econômica no país. Campbell et al. (2001) constataram uma tendência do aumento do risco idiossincrático para o mercado norte-americano, demonstrando que tal crescimento deu-se principalmente em momentos de recessão. Xu e Malkiel (2003) justificam ainda que essa tendência crescente deve-se aos objetivos das empresas em busca de maiores crescimentos.

Tabela 2 Estatística Descritiva da Volatilidade Idiossincrática (2011-2016)

| Ano | Média | Desvio-padrão | Mediana | Mínimo | Máximo | Observação |
|------|---------|---------------|---------|---------|---------|------------|
| 2011 | 0,02008 | 0,02079 | 0,01719 | 0,01155 | 0,18899 | 70 |
| 2012 | 0,01888 | 0,00652 | 0,01769 | 0,01222 | 0,06060 | 70 |
| 2013 | 0,01750 | 0,00524 | 0,01647 | 0,00961 | 0,03674 | 70 |
| 2014 | 0,01812 | 0,00580 | 0,0168 | 0,01046 | 0,03998 | 70 |
| 2015 | 0,02310 | 0,00753 | 0,02115 | 0,00939 | 0,04810 | 70 |
| 2016 | 0,02322 | 0,00905 | 0,02114 | 0,00927 | 0,06007 | 70 |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tendo em vista este cenário, verificou-se através do teste paramétrico de análise de variância (Anova) se as médias da VI realmente eram distintas estatisticamente nos períodos de crise em relação aos demais anos. Para definir o período de crise financeira no Brasil, procedeu-se da metodologia utilizada pelo órgão norte-americano National Bureau of Economic Research (NBER) responsável por datar e examinar os ciclos econômicos dos Estados Unidos. O instituto NBER segrega um ciclo econômico completo em duas fases, sendo a recessão o período correspondente ao crescimento negativo do PIB por dois ou mais trimestres consecutivos e a expansão de forma análoga, mas considerando o crescimento positivo do PIB (Knopp, 2010). Desta forma, verificou-se o aparecimento da crise a partir de 2014 até 2016, por esta metodologia. Quanto ao teste anova, houve a diferença significativa entre as médias, corroborando com os resultados da Tabela 2 e a da literatura (Campbell et al., 2001).

De modo geral, a volatilidade idiossincrática no contexto brasileiro apresentou flutuações ao longo dos anos, não seguindo uma tendência particular. Achados semelhantes foram encontrados por Kumari et al. (2017) para o mercado indiano nos anos de 1997 a 2013. Após encontrar a VI, inicialmente apresenta-se, por meio da Tabela 3, a estatística descritiva para as variáveis específicas das empresas mencionadas na literatura como características que podem afetar a volatilidade idiossincrática (Tabela 1).

Observa-se que para o tamanho (TAM), seus valores variaram de 19,29 e 25,53, apresentando uma média de 22,72 para o conjunto da amostra. Para Spiegel e Wang (2005), a volatilidade das ações seria preponderante em relação ao tamanho. Por outro lado, Ang et al. (2006) encontraram em seu estudo que as ações expostas à maior volatilidade idiossincrática apresentam os menores retornos, independente do seu tamanho.

Tabela 3 Estatística Descritiva das características específicas das empresas (2011-2016)

| Ano | Média | Desvio-padrão | Mediana | Mínimo | Máximo | Observação |
|--------|----------|---------------|----------|-----------|----------|------------|
| TAM | 22,72221 | 1,27179 | 22,66121 | 19,28782 | 25,5314 | 420 |
| ENDIV | 1,02042 | 0,56244 | 0,88764 | 0,10756 | 3,59500 | 420 |
| DFL | 0,17109 | 0,20624 | 0,19637 | -0,83417 | 0,648 | 420 |
| LG* | 1,27e+09 | 3,05e+09 | 6,20e+08 | -3,40e+10 | 1,54e+10 | 420 |
| CRESC | 19,90668 | 1,64661 | 19,91694 | 13,98862 | 24,47147 | 420 |
| ROA | 0,09592 | 0,06253 | 0,08023 | 0,00073 | 0,42748 | 420 |
| BM | 0,85644 | 1,01515 | 0,58113 | 0,01931 | 10,05232 | 420 |
| LAJIR* | 1,32e+09 | 2,19e+09 | 5,73e+08 | -1,00e+08 | 1,92e+10 | 420 |

Notas: * Dados em milhares de reais.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para o endividamento (ENDIV), assim como no trabalho de Bernardo (2014), o índice apresentou-se com uma dispersão baixa. Salienta-se que esta medida deve afetar a volatilidade idiossincrática ao passo que a mesma impacta sobre a sensibilidade dos retornos às condições macroeconômicas. Quanto à medida de rentabilidade, ROA, a média se comportou próximo a mediana, assim como as variáveis dívida financeira líquida (DFL) e crescimento (CRESC). Em contrapartida, examinando os mínimos e máximos, houve uma grande variabilidade dos dados para as variáveis liquidez geral (LG), índice book-to-market (BM) e lucro antes dos juros e impostos sobre a renda (LAJIR), configurando a presença de heterogeneidade nas observações existentes na amostra das empresas brasileiras.

A Tabela 4 apresenta os achados para as estimações em efeitos fixos e system-GMM. Para o modelo com efeitos fixos foram testadas a presença de autocorrelação e heterocedasticidade (Wald e Breusch-Pagan, respectivamente). Os resíduos do modelo apresentaram-se possuindo heterocedasticidade e autocorrelação (Painel B). O pressuposto da normalidade foi relaxado validando-se do Teorema do Limite Central (Brooks, 2014). Para corrigir tais problemas foram estimados os erros-padrão através da correção robusta de Newey-West. No que se refere a estimação system-GMM, o procedimento deu-se em virtude dos problemas de endogeneidade verificados a partir do teste de Durbin-Wu-Hausman, sendo este problema mitigado por meio da aplicação do system-GMM, evitando o viés na estimação.

A variável BM (book-to-market) apresentou uma relação positivamente significativa, a um nível de 1%, com a volatilidade idiossincrática, para os dois modelos. No entanto, os sinais são controversos na literatura, tendo em vista que o BM mais alto indica que as ações das empresas são menos propensas a serem ações de crescimento e devem apresentar um menor risco nos mercados e, portanto, sugerem uma relação negativa entre o BM e a VI. Kumari et al. (2017) também encontraram uma relação positiva e significante para o mercado indiano. Os autores justificam que tal relação ocorre quando os investidores e os especuladores acham atrativas as ações, o que resultará em um maior nível de risco para essas ações.

Tabela 4 Efeito das características específicas das empresas na volatilidade idiossincrática (2011-2016)

| Variável | Painel A – Regressões | |
|----------|---|-------------------------|
| | Efeitos Fixos (<i>Fixed Effects</i>) ¹ | <i>System-GMM</i> |
| TAM | -0,0006 (0,0005) | -0,0006 (0,0102) |
| ENDIV | 0,0031*** (0,0006) | 0,0039*** (0,0015) |
| DFL | 0,0009 (0,0021) | -0,0014 (0,0144) |
| LG | -2,42e-13 (1,73e-13) | -4,07e-13 (4,66e-13) |
| CRESC | -0,0002 (0,0003) | -0,0001 (0,0008) |

| | | |
|--|------------------------|------------------------|
| ROA | -0,0224*** (0,0066) | -0,0440*** (0,0146) |
| BM | 0,0029*** (0,0004) | 0,0024*** (0,0006) |
| LAJIR | 1,64e-13 (2.08e-13) | 2,23e-13 (9,40e-13) |
| A | 0,0333*** (0,0100) | 0,0077 (0,0348) |
| Painel B – Estatísticas testes | | |
| Teste F / Wald χ^2 ^(a) | 3,78*** | 303,81 (9)*** |
| R² overall | 0,1030 | - |
| Wald ^(b) | 1,7e+05*** | - |
| Wooldridge ^(c) | 33,918*** | - |
| Maior VIF ^(d) | 3,06 | - |
| Arellano-Bond (1) ^(e) | - | -3,0893*** |
| Arellano-Bond (2) ^(e) | - | 1,3446 |
| Sargan test ^(f) | - | 61,0002(89) |
| Painel C – Dados | | |
| Nº de instrumentos | - | 101 |
| Nº de grupos | 70 | 70 |

Notas: Os erros-padrão estão entre parênteses. 1 Modelo de regressão linear com os erros-padrão estimados com correção robusta de Newey-West. (a) Teste F para efeitos fixos e teste de Wald para system-GMM. (b) Teste de Wald para heterocedasticidade intragrupos. (c) Teste de Wooldridge para correlação serial de primeira ordem. (d) Maior valor para o teste de multicolinearidade Variance Inflation Factor (VIF). (e) Teste de correlação serial de ordem (n) usando resíduos de primeiras diferenças. (f) Teste de Sargan de sobreidentificação de restrições. *** significante a 1%; ** significante a 5%; * significante a 10%.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Similarmente, averiguou-se que o endividamento (ENDIV) possui uma relação positiva e significativa, considerando um nível de 1%. Resultados semelhantes foram encontrados por Bernardo (2014), para as entidades cujo o acionista majoritário detém menos do que a maioria absoluta das ações em sua totalidade; e por Rajgopal e Venkatachalam (2011), que justificaram que empresas que possuem uma estrutura de capital composta por elevada dívida estão mais sujeitas a enfrentarem dificuldades financeiras, o que sugere uma relação positiva entre a volatilidade idiossincrática e endividamento.

Nos modelos estimados, a variável referente a rentabilidade, o ROA evidenciou uma relação negativa, sendo significativa ao nível de 1%. Esta evidência está de acordo com os resultados encontrados por Hutton, Marcus e Tehranian (2009); Gul, Cheng e Leung (2011) e Kumari et al. (2017). As outras variáveis não demonstraram relação significativa com a volatilidade idiossincrática, seja pela estimação com efeitos fixos ou system-GMM.

Diante dos resultados aqui constatados, pode-se afirmar que o endividamento (ENDIV), retorno sobre o ativo (ROA) e índice book-to-market (BM) são determinantes para explicar a variação da volatilidade idiossincrática das empresas brasileiras.

4.1 Teste de sensibilidade

Em virtude da amostra apresentar heterogeneidade, utilizou-se também da estimação do modelo da Equação 2 por meio da regressão quantílica, de modo a verificar o comportamento das variáveis ao longo dos quantis. Ademais, escolheu-se esta metodologia face sua maior robustez em relação aos valores discrepantes da amostra (outliers) quando comparado a métodos lineares como o Ordinary Least Squares (OLS), possibilitando a observação em toda sua distribuição. Foram verificados os quantis 25, 50 e 75. É importante salientar que, através do teste de Wald, que verifica se os coeficientes são estatisticamente diferentes entre os quantis, verificou-se que os coeficientes das variáveis ENDIV e BM não apresentam-se constante ao longo da distribuição.

Tabela 4 Efeito das características específicas das empresas na volatilidade idiossincrática (2011-2016)

| Variável | Quantil 25 | Quantil 50 | Quantil 75 | OLS |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| TAM | -0,0015*** (0,0003) | -0,0013*** (0,0003) | -0,0010*** (0,0005) | -0,0006 (0,0007) |
| ENDIV | 0,0022*** (0,0005) | 0,0026*** (0,0004) | 0,0038*** (0,0008) | 0,0031*** (0,0010) |
| DFL | -0,0001 (0,0015) | 0,0002 (0,0013) | -0,0018 (0,0022) | 0,0009 (0,0029) |
| LG | 0,0000* (0,0000) | 0,0000 (0,0000) | 0,0000 (0,0000) | -0,0000 (0,0000) |
| CRESC | -0,0000 (0,0002) | -0,0001 (0,0002) | 0,0001 (0,0003) | -0,0002 (0,0004) |
| ROA | -0,0131*** (0,0051) | -0,0164*** (0,0045) | -0,0103 (0,0076) | -0,0224** (0,0100) |
| BM | 0,0027*** (0,0003) | 0,0034*** (0,0002) | 0,0051*** (0,0004) | 0,0029*** (0,0005) |
| LAJIR | 0,0000 (0,0000) | 0,0000 (0,0000) | -0,0000 (0,0000) | 0,0000 (0,0000) |
| α | 0,0486*** (0,0066) | 0,0465*** (0,0058) | 0,0347*** (0,0099) | 0,0333** (0,0130) |
| Pseudo R² / R² ajustado^(a) | 0,1794 | 0,2290 | 0,2691 | 0,1346 |

Notas: Os erros-padrão estão dentro dos parênteses. (a) Pseudo R² para o modelo de regressão quantílica e R² ajustado para o modelo OLS. *** significante a 1%; ** significante a 5%; * significante a 10%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os achados demonstram que diferentemente do modelo OLS, quando verificado através dos quantis, a variável TAM, representativa para o tamanho da entidade, apresentou-se negativamente relacionada com a volatilidade idiossincrática, sendo ao nível de 1% de significância para todos os três quantis (25, 50 e 75). Estes achados demonstram que entidades de grande porte apresentam-se mais diversificadas que as de pequeno porte, isto é, elas operam em mais de um segmento de mercado, o que reduz sua VI (Bernardo, 2014). Tais descobertas são consistentes com a literatura e apoiam a relação empírica entre o tamanho e VI (Brown & Kapadia, 2007; Martin et al., 2010; Vozlyublennai, 2012; Bernardo, 2014; Liu et al., 2014; Kumari et al., 2017).

A proxy para o endividamento (ENDIV) também evidenciou uma relação significativa, tanto para todos os quantis quanto para o modelo OLS, considerando um nível de 1%, porém de maneira negativa. Conforme Christie (1982), a alteração da composição de capital de terceiros em relação ao capital próprio impacta e influencia ao aumento do risco e da volatilidade da ação.

A liquidez geral (LG) apresentou-se significativa apenas para o quantil 25, ou seja, a LG é positivamente relacionada e significativa ao nível de 10% com as empresas com menores volatilidades idiossincráticas, muito embora com uma intensidade baixa. Estes resultados são semelhantes aos encontrados por Chan e Faff (2003), Bali et al. (2005), Brown e Kapadia (2007), Martin et al., (2010). Sias e Bennett (2005) justificam que um dos fatores que induz ao aumento da volatilidade idiossincrática é a elevação da importância das ações de empresas menores. Além disso, a alta liquidez implica alto risco e vice-versa, isto é, as ações mais líquidas são mais propensas a altos riscos (Kumari et al., 2017).

Por fim, o retorno sobre o ativo (ROA), mostrou-se significativo e negativo em todos os quantis, exceto para o quantil 90, e no modelo OLS. Quanto maior for a VI menor será a rentabilidade, essa dinâmica está de acordo com os resultados encontrados por Gul, Cheng e Leung (2011) e Kumari et al. (2017). Por fim, quanto ao índice representativo

do porte, o BM, apresentou-se positivo e significativo em todos os quantis, ao nível de 1%. Conforme anteriormente exposto, a literatura indica uma relação negativa entre o índice book-to-market e a VI, porém, Kumari et al. (2017) apontam que a relação positiva ocorre quando os investidores observam as ações como atrativas, resultando em um maior nível de risco para essas ações.

5. Considerações finais

Tendo em vista que a existência de fatores omitidos nos modelos de precificação de ativos financeiros revela que a volatilidade idiossincrática é impactada proporcionalmente à sensibilidade da carteira ao fator esquecido (Fama & French, 1996), e que os fundamentos específicos das empresas, inerentes ao mercado em que estão situadas, desempenham um papel significativo para explicar o risco idiossincrático, este estudo objetivou analisar as determinantes da VI no mercado acionário brasileiro entre os anos de 2011 a 2016.

Os achados demonstraram que a variação em série temporal da volatilidade idiossincrática apresentou para o ano de 2013 a menor média (1,75%), contrapondo-se ao ano 2016, que demonstrou o maior resultado médio (2,32%). A VI média foi decrescente no intervalo 2011-2013, mas que a partir de 2014 houve um aumento, o que coincidiu com a crise econômica e financeira no Brasil. Campbell et al. (2001) constataram uma tendência do aumento do risco idiossincrático para o mercado norte-americano, demonstrando que tal crescimento deu-se principalmente em momentos de recessão, resultados confirmados através de um teste de variância (Anova) para o período classificado como recessão para a amostra em análise. Xu e Malkiel (2003) justificam ainda que essa tendência crescente deve-se aos objetivos das empresas em busca de maiores crescimentos.

Quanto as determinantes pela análise de regressão com estimação pools, a variável endividamento (ENDIV) evidenciou uma relação positiva e significativa, considerando um nível de 1%. Rajgopal e Venkatachalam (2011), argumentam que as organizações altamente endividadas estão mais propensas a enfrentarem dificuldades financeiras, o que sugere uma relação positiva entre a volatilidade idiossincrática e endividamento. A variável BM (book-to-market) também apresentou uma relação positivamente significativa. No entanto, os sinais são controversos na literatura, tendo em vista que o BM mais alto indica que as ações das empresas são menos propensas a serem ações de crescimento e devem apresentar um menor risco nos mercados e, portanto, sugerem uma relação negativa entre o BM e a VI. Kumari et al. (2017) também encontraram uma relação positiva e significativa para o mercado indiano. Os autores justificam que tal relação ocorre quando os investidores e os especuladores acham atrativas as ações, o que resultará em um maior nível de risco para essas ações.

Partindo para a análise de sensibilidade por meio da regressão quantílica, observou-se que ao longo dos quantis, diferentemente do que ocorreu na modelagem OLS, as variáveis TAM e LG apresentaram significância estatística. Quanto ao tamanho, é demonstrado que entidades de grande porte apresentam-se mais diversificadas que as de pequeno porte, isto é, elas operam em mais de um segmento de mercado, o que reduz sua VI (Bernardo, 2014). Para a liquidez geral, Sias e Bennett (2005) justificam que um dos fatores que induz ao aumento da volatilidade idiossincrática é a elevação da importância das ações de empresas menores. Além disso, a alta liquidez implica alto risco e vice-versa, ou seja, as ações mais líquidas são mais propensas a altos riscos (Kumari et al., 2017).

Portanto, para o contexto do mercado acionário brasileiro e considerando as proxies e modelagens utilizadas nesse estudo, os fatores que determinam a volatilidade idiossincrática são: tamanho (TAM), liquidez geral (LG), endividamento (ENDIV), retorno sobre o ativo (ROA), o índice book-to-market (BM). Os resultados empíricos sugerem que os fundamentos específicos das empresas são determinantes significativas da volatilidade idiossincrática das empresas brasileiras.

Um aspecto importante a ser frisado diz respeito a limitação decorrente da utilização de apenas algumas variáveis específicas das empresas, o que se sugere para futuras pesquisas é ampliar as proxies para análise das características próprias das organizações que podem explicar a volatilidade idiossincrática das ações brasileiras, além de utilizar outros modelos para extração da VI.

REFERÊNCIAS

- Acharya, V., Pedersen, L. (2005). *Asset Pricing with Liquidity Risk*. *Journal of Financial Economics* 77 (2), 375-410.
- Amihud, Y. & Noh, J. (2014). *The pricing of the illiquidity factor's systematic risk*. Recuperado em 17 dezembro, 2017, de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2411856.
- Amorim, A. L. G. C., Lima, I. S., & Murcia, F. D. R. (2012). *Analysis of the relationship between accounting information and systematic risk in the Brazilian market*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 199-211.
- Ang, A., Hodrick, R. J., Xing, Y., & Zhang, X. (2006). *The cross-section of volatility and expected returns*. *The Journal of Finance*, 61(1), 259-299.
- Bali, T. G., Cakici, N., Zhang, Z., & Xuemin Yan, (Sterling). (2005). *Does Idiosyncratic Risk Really Matter?* *Journal of Finance*, 60(2), 905-929.
- Bekaert, G., Hodrick, R. J., & Zhang, X. (2012). *Aggregate idiosyncratic volatility*. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 47(6), 1155-1185.
- Bernardo, H. P. (2014) *Risco idiosincrático e concentração de propriedade: Evidências do mercado de capitais do Brasil*. Tese de doutorado em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Brandt, M. W., Brav, A., Graham, J. R., & Kumar, A. (2009). *The idiosyncratic volatility puzzle: Time trend or speculative episodes?* *The Review of Financial Studies*, 23(2), 863-899.
- Brooks, C. (2002). *Introductory econometrics for finance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, G., Kapadia, N. (2007). *Firm-specific risk and equity market development*. *Journal of Financial Economics*, 84, 358-388.
- Campbell, J. Y., Lettau, M., Malkiel, B. G., & Xu, Y. (2001). *Have individual stocks become more volatile? An empirical exploration of idiosyncratic risk*. *The Journal of Finance*, 56(1), 1-43.
- Carhart, M. M. (1997). *On persistence in mutual fund performance*. *The Journal of Finance*, v. 52, n. 1, p. 57-82.
- Cazzari, R. B., Fávero, L. P. L., & Takamatsu, R. T. (2015). *Governança Corporativa e Beta de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA*. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 14(43).
- Chan, H. W. & Faff, R. W. (2003). *An investigation into the role of liquidity in asset pricing: Australian evidence*. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 11, n. 5, p. 555-572.
- Chen, Z. & Petkova, R. (2012). *Does idiosyncratic volatility proxy for risk exposure?* *Review of Financial Studies*, v. 25, n. 9, p. 2745-2787.
- Christie, A. A. (1982). *The stochastic behavior of common stock variances: Value, leverage and interest rate effects*. *Journal of financial Economics*, 10(4), 407-432.
- Costa, H. C., Mazzeu, J. H. G. & Da Costa Jr., N. C. A. O. (2016). *Comportamento dos Componentes da Volatilidade das Ações no Brasil/ (The Behaviour of Volatility Components of Brazilian Stocks)*. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 14, n. 2, p. 225.
- Fama, E. F. & French, K. R. (1993). *Common risk factors in the returns on stocks and bonds*. *Journal of Financial Economics*, v. 33, n. 1, p. 3-56.
- Fama, E. & French, K. R. (1996). *Multi-factor explanations of asset pricing anomalies*. *Journal of Finance*, v.51, p. 55-84.
- Hajilee, M., & Al Nasser, O. M. (2017). *Financial Depth and Exchange Rate Volatility: A Multicountry Analysis*. *The American Economist*, 62(1), 19-30.
- Hutton, A. P., Marcus, A. J., & Tehranian, H. (2009). *Opaque financial reports, R2, and crash risk*. *Journal of Financial Economics*, 94, 67-86.
- Galdi, F. C. & Securato, J. R. (2007). *Does Idiosyncratic Risk Matter in the Brazilian Capital Market?* *Brazilian Review of Finance*, v. 5, n. 1, p. 41-58.

- Ganz, A. C. S., Bizatto, L. S. & Kroenke, A. (2017). *Risco idiossincrático determinado por características setoriais e de governança. Anais do Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 20.*
- Gul, F. a., Cheng, L. T. W., & Leung, T. Y. (2011). *Perks and the informativeness of stock prices in the Chinese market. Journal of Corporate Finance, 17(5).*
- Hiremath, G. S., & Kumari, J. (2014). *Stock returns predictability and the adaptive market hypothesis in emerging markets: evidence from India. Springer Plus, v. 3, n. 1, p. 428.*
- Kearney, C. & Poti, V. (2008). *Have European stocks become more volatile? An empirical investigation of idiosyncratic and market risk in the euro area. European Financial Management, v. 14, n. 3, p. 419-444.*
- Keene, M. A. & Peterson, D. R. (2007). *The importance of liquidity as a factor in asset pricing. The Journal of Financial Research, v. 30, n.1, p. 91-109.*
- Kelly, P. J. (2014). *Information efficiency and firm-specific return variation. The Quarterly Journal of Finance, 4(04), 1450018.*
- Knoop, T. A. (2010). *Recessions and depressions: understanding business cycles (2a ed.). California: Praeger*
- Kumari, J., Mahakud, J. & Hiremath, G. S. (2017). *Determinants of idiosyncratic volatility: Evidence from the Indian stock market. Research in International Business and Finance, v. 41, p. 172-184.*
- Leite, A. L., Pinto, A. C. F. & Klotzle, M. C. (2016) *Efeitos da Volatilidade Idiossincrática na Precificação de Ativos. Revista Contabilidade & Finanças, v. 27, n. 70, p. 98-112.*
- Levy, H. (1978). *Equilibrium in an Imperfect Market: A Constraint on the Number of Securities in the Portfolio. The American Economic Review, v. 68, n. 4, p. 643-658.*
- Lintner, J. (1956). *Distribution of incomes of corporations among dividends, retained earnings, and taxes. American Economic Review, Nashville, v. 46, n. 2, p. 97-113.*
- Liu, B., Di Iorio, A. & De Silva, A. (2014). *Do stock fundamentals explain idiosyncratic volatility? Evidence for Australian stock market. 23rd Annual Meeting of the European Financial Management Association (pp. 1-31). European Financial Management Association.*
- Málaga, F. K. & Securato, J. R (2004). *Aplicação do modelo de três fatores de Fama e French no mercado acionário brasileiro – um estudo empírico do período de 1995-2003. Anais do Encontro Anual da Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, PR, Brasil, 28.*
- Malkiel, B. G. & Xu, Y. (2002). *Idiosyncratic risk and security returns. University of Texas at Dallas (November 2002).*
- Markowitz, Harry. (1952). *Portfolio selection. The journal of finance, v. 7, n. 1, p. 77-91.*
- Martin, D. M. L., Cia, J. C. & Kayo, E. K. (2010) *Determinantes do risco idiossincrático no Brasil no período de 1996 a 2009. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 34.*
- Matucheski, S., Clemente, A., & Jackson, C. S. (2009). *Governança corporativa e volatilidade das ações negociadas na Bovespa na crise financeira de 2008. Revista Brasileira de Estratégia, 2(2), 171.*
- Mendonça, F. P. D., Klotzle, M. C., Pinto, A. C. F., & Montezano, R. M. D. S. (2012). *The relationship between idiosyncratic risk and returns in the Brazilian stock market. Revista Contabilidade & Finanças, 23(60), 246-257.*
- Merton, R. C. (1973). *Theory of rational option pricing. The Bell Journal of Economics and Management Science, p. 141-183.*
- Mossin, J. (1966). *Equilibrium in a capital asset market. Econometrica: Journal of the Econometric Society, 768-783.*
- Morck, R., Yeung, B. & Yu, W. (2000). *The information content of stock markets: why do emerging markets have synchronous stock price movements? Journal of Financial Economics, v. 58, n. 1, p. 215-260.*
- Nefin – FEA/USP (n.d.). (2017). *Brazilian Center for Research in Financial Economics. Núcleo de Estudos em Economia Financeira, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo. Recuperado em 17 dezembro, 2017, de <http://nefin.com.br>.*

- Rajgopal, S., & Venkatachalam, M. (2011). *Financial reporting quality and idiosyncratic return volatility*. *Journal of Accounting and Economics*, 51(1-2), 1-20.
- Ricca, B. O. G. (2010). *Apreçamento da assimetria idiossincrática no mercado brasileiro de ações*. Tese de Doutorado em Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Rogers, P., Machado Filho, C. A. P., & Securato, J. R. (2008). *Governança corporativa, risco operacional e comportamento e estrutura a termo da volatilidade no mercado de capitais brasileiro*. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 32.
- Rogers, P., & Securato, J. R. (2009). *Estudo comparativo no mercado brasileiro do Capital Asset Pricing Model (CAPM), Modelo 3-Fatores de Fama e French e Reward Beta Approach*. *RAC-Eletrônica*, 3 (1), 159-179.
- Sharpe, W. F. (1964). *Capital asset prices: A theory of market equilibrium under conditions of risk*. *The Journal of Finance*, v. 19, n. 3, p. 425-442.
- Sias, R. W., & Bennett, J. A. (2005). *Why has firm-specific risk increased over time?*. Recuperado em 7 dezembro, 2017, de <http://ssrn.com/abstract=633484>.
- Silveira, A. D. M. (2004). *Governança corporativa e a estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. Tese de Doutorado em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Spiegel, M., e X. Wang. (2006) *Cross-Sectional Variation in Stock Returns: Liquidity and Idiosyncratic Risk*. Working Paper, Yale School of Management. Recuperado em 14 de dezembro, 2017, de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=709781.
- Vozlyublennaia, N. (2012). *Does idiosyncratic risk matter for individual securities?* *Financial Management*, 41(3), 555-590.
- Wei, S. X. & Zhang, C. (2006). *Why did individual stocks become more volatile?* *Journal of Business*, vol 79 no.1, 259-92.
- Xu, Y. & Malkiel, B. G. (2003). *Investigating the behavior of idiosyncratic volatility*. *The Journal of Business*, 76, n. 4, 613-645.



**DIFERENCIAL DE ATENDIMENTO: O
CASO DE UMA PARCERIA PÚBLICO
PRIVADA NO INTERIOR DO CEARÁ**

**MARIA DO SOCORRO SILVA MESQUITA¹
RENATA DA SILVA GOMES²
ROGEANE MORAIS RIBEIRO³**

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar a satisfação dos clientes de uma unidade de atendimento na região norte do Ceará. Quanto a metodologia, é uma pesquisa quantitativa descritiva, com coleta de dados secundários, realizado por meio de um questionário com os clientes do local de atendimento. Foi identificado um resultado positivo, com respostas satisfatórias dos entrevistados, bem como sugestões de melhoria no atendimento.

PALAVRA- CHAVE: Cidadão. Administração Pública. Governo.

ABSTRACT: The article aims to analyze the customer satisfaction of a service unit in the northern region of Ceará. As for the methodology, it is a descriptive quantitative research, with collection of secondary data, carried out through a questionnaire with the clients of the service location. A positive result was identified, with satisfactory responses from respondents, as well as suggestions for improving service.

KEYWORDS: Citizen. Public administration. Government.

1 - Docente pela Faculdade Luciano Feijão. Mestra em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: socorromesquita@yahoo.com.br

2 - Atendente em uma empresa público – privada. Bacharel em Administração pela Faculdade Luciano Feijão. E-mail: renatagomes_44@hotmail.com

3 - Docente pela Faculdade Luciano Feijão. Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: rogeanemorais@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o serviço público brasileiro é visto como um ambiente desorganizado e de mau atendimento as pessoas, onde é comum ver-se cidadãos reclamando da demora e da falta de cordialidade e informações claras por parte dos estadual ou municipal. O descaso com o usuário pode ter origem em diversos fatores como a falta de estrutura adequada nas organizações, à falta de treinamento dos servidores, pessoas selecionadas por meio de indicações políticas, entre outros. A insatisfação do brasileiro frente à prestação dos serviços faz-se necessária para, assim haver uma recuperação da imagem do servidor público perante a sociedade.

O presente trabalho procura apresentar uma forma inovadora de prestação de serviços públicos que vem se destacando em Sobral – CE: um local onde o cidadão encontra vários órgãos governamentais prestando atendimento com qualidade buscando a satisfação do usuário. Tendo como foco o serviço prestado, sua qualidade, o atendimento e a satisfação do cidadão junto ao que é oferecido, através de um controle rígido de indicadores.

Esse modelo surgiu em 2014 quando o governo do Ceará, através de uma Parceria Público Privada - as conhecidas PPP's - tem buscado resgatar a imagem do serviço público prestando serviços ágeis e de qualidade para o cidadão em centrais de atendimento distribuídas por Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral.

Uma forma de combate à ineficiência do setor público são as Parcerias Público-Privadas, que além da construção de grandes obras, hoje estão presentes em unidades de atendimento integrado em diversos estados brasileiros, como os "Poupa Tempo" em São Paulo e no Rio de Janeiro, os "Vapts Vupts" em Goiás ou os "UAIs" (Unidades de Atendimento Integrado) em Minas Gerais, todos eles com um nível de satisfação adequado, com a possibilidade de realização de dezenas de serviços em um só local; seu diferencial de atendimento e sua qualidade são parâmetros que transformam a vida das pessoas.

Por isso, é importante estudar a forma como essas PPP's estão conseguindo melhorar a imagem do atendimento público nesses locais, bem como analisar o impacto social e econômico das mesmas. Especialmente, no caso do Ceará onde o modelo de uma central de atendimento integrado, gerido por uma PPP é novo.

A primeira delas foi inaugurada em agosto de 2014 em Juazeiro do Norte, possuindo uma série de indicadores que visam mapear a satisfação do cidadão. Conforme proposto por Said e Fathy (2015) e Ishikawa (1997), a qualidade de serviço é definida pelas características que têm a capacidade de satisfazer clientes.

Para isso desenvolveu-se um estudo em uma empresa de serviços públicos que atua de forma diferenciada na prestação de seus serviços no município de Sobral, atendendo mais de 40 municípios da Região Noroeste do Ceará, que juntos formam uma população de mais de 1,2 milhão de habitantes segundo o IBGE. Mas, afinal, como uma central de atendimento ao público no formato de uma parceria público privado (PPP) consegue identificar seu diferencial de atendimento e qualidade ao cidadão, se baseando na qualidade de atendimento e a satisfação de seus clientes?

Por isso o presente artigo tem por objetivo analisar a satisfação numa Central de Atendimento ao público no município de Sobral, interior do estado do Ceará, descrevendo o atendimento diferencial que a empresa oferece, bem como identificando seus serviços e as ferramentas de melhoria junto ao atendimento aos cidadãos; e classificando o grau de qualidade do serviço e a satisfação do público-alvo.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2. 1 Atendimento ao Cidadão

De acordo com Paulo e Alexandrino (2012) há três décadas, após a promulgação da Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, o Brasil vem buscando melhorar a prestação de serviços públicos. A administração pública brasileira deixou de ter o foco patrimonial ou burocrático e passou a focar na Administração Gerencial, prezando por eficiência e qualidade, embora ainda haja uma grande insatisfação da população.

Em 22 de junho de 1994 foi criado o Decreto nº 1.171, que estabelece regras quanto à prestação de serviço público focando em seu artigo IX, na cortesia, boa vontade, cuidado e no tempo dedicado ao serviço público que caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los (BRASIL, 1994).

Num contexto em que o serviço é público e que todos são iguais perante a lei é inadmissível deixar que usuários como mais informação ou com maior poder aquisitivo tenham privilégios no atendimento, sendo necessário prezar pelo bem comum.

De acordo com a Controladoria Geral da República (CGU) (2013) o atendimento de qualidade ao cidadão tem como bases a figura abaixo:

Figura 1 - Princípios do atendimento público de qualidade,



Fonte: Controladoria Geral da República (2013).

A CGU (2013) entende por qualidade o “fazer bem feito desde a primeira vez”, significando cuidado e atenção para realizar qualquer atividade desde o momento inicial até o final de sua execução, identificando-se sua validade, seus destinatários e os níveis de controle indispensáveis para a obtenção dos melhores resultados.

Para Said e Fathy (2015) a qualidade de serviço é definida como a totalidade das características que tem a capacidade de satisfazer as necessidades dos clientes. Algo semelhante ao que é defendido por Ishikawa (1997) de que qualidade nas organizações significa: rápida percepção e satisfação do cliente, das necessidades do mercado, adequação ao uso dos produtos e homogeneidade dos resultados do processo.

Segundo Paula (2017) o atendimento ao cliente pode ser dividido em três princípios básicos: o primeiro princípio para a realização de um bom atendimento estabelece a existência de uma necessidade: a de que o usuário fique satisfeito com a qualidade dos serviços que lhe são prestados. O serviço prestado deve atender de maneira igualitária todos os cidadãos, independentemente do seu nível de exigência. Já através do segundo princípio, fica estabelecido que o serviço atenda realmente a necessidade do usuário. O terceiro princípio está relacionado à manutenção da qualidade da prestação dos serviços.

De acordo com Gomide, Pereira e Machado (2018), o Estado e a sua capacidade de solucionar conflito por vezes enfrentam crises, ou então possuem dificuldades para encontrar alternativas viáveis que possa oferecer resultados positivos. Nesse sentido, implica dizer que há uma alta demanda para promover uma gestão eficiente, mas há barreiras que impedem de serem postas em práticas.

Para Pires e Gomide (2016) a dimensão técnico administrativa envolve um conjunto de burocracias que servem como “fio condutor” para ações estratégicas do governo que envolve o âmbito organizacional, financeiro e tecnológico, além de outros fatores que fornecem suporte para o envolvimento de outros fatores que forneçam o suporte para programas governamentais.

A organização, sendo ela pública ou privada, deve prezar pela melhora contínua da qualidade dos serviços prestados. Identificando as oportunidades e agindo corretivamente com o intuito de melhorar o desempenho da organização e sua imagem perante a sociedade. Com isso, observa-se a preocupação do governo em melhorar sua relação com o cidadão quando são criadas as “Centrais de Atendimento”, baseadas em um modelo americano, prezando a satisfação do cidadão, um avanço na gestão pública brasileira.

2.2 Parcerias-Público-Privada no atendimento ao cidadão

O surgimento das Parcerias Público-Privadas emergiu em discussões acadêmicas e em fóruns internacionais como uma alternativa para implantação de políticas e prestação de serviços públicos no contexto da constante falta de credibilidade do Estado acarretada pelo esgotamento do modelo do “welfare state” (estado do bem-estar, estado assistencial) que foi sentida com maior força na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990 (PAULA, 2012). Segundo Brito e Silveira (2005), no Brasil as PPP's no serviço público ainda é vista como uma expectativa, entretanto muitos países já adotam programas do tipo, atraídos pela possibilidade de diluição no tempo de montantes dos recursos necessários para a viabilização de investimentos, permitindo a realização simultânea de inúmeros projetos.

De acordo com Reis (2004), a crise de credibilidade do Estado, fez com que os governos adotassem dois tipos de medida:

- a) transferência de atividades consideradas desnecessárias ou ineficientes para o setor privado;
- b) incorporação de modelos de gestão focados na eficiência e inspirados nas práticas do setor privado.

Assim, as parcerias entre o público e o privado poderiam se popularizar, havendo uma proposta de uma divisão de responsabilidades nos provimentos de serviços, ficando o público responsável por oferecer capital e o privado assumindo o papel de fornecedor de diretrizes e executor de tarefas.

No Brasil, as “PPP’s” são contratos de prestação de serviços firmados entre empresas privadas e governo federal, estadual ou municipal. De acordo com Brasil (2004), uma PPP não pode ter um contrato inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais) e deve ter uma duração mínima de 05 e máximo de 35 anos.

Segundo Brasil (2018), as PPPs são uma possibilidade disponível aos governos para a oferta de boas estruturas econômicas e sociais para a população. Os bons resultados de experiências internacionais ofereceram ao Brasil evidências de serem projetos eficientes e de baixo custo, incentivando a inovação, o uso dos recursos em nível ótimo e o direcionamento de gestão voltado para a satisfação dos usuários.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2006), o Brasil optou por um modelo de PPP no sentido jurídico baseado nas concessões francesas e anglo-saxônicas. A Lei nº 12.766 de 2012 desonerou os tributos dos investimentos e aumentou o percentual de receita líquida que os governos podem destinar a esse tipo de parceria, mostrando que, do ponto de vista da política pública nacional, o modelo é visto como uma forma eficiente de superar as restrições orçamentárias e a ineficiência percebida na gestão pública brasileira.

Difere-se das concessões comuns pela forma de remuneração do agente privado. Pois na primeira, o pagamento é realizado por meio de tarifas pagas pelo usuário dos serviços, enquanto que nas PPPs, o parceiro privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas do usuário juntamente com recursos públicos.

De acordo com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como “Lei da PPP”, as parcerias podem ser de dois tipos:

- Concessão Patrocinada: as tarifas cobradas do usuário não são suficientes para pagar os investimentos do parceiro privado. Sendo necessário que o poder público complemente a remuneração da empresa regularmente, através do pagamento do valor levando em consideração impostos e encargos;

- Concessão Administrativa: quando não é possível cobrar do usuário, a remuneração é paga integralmente pelo poder público.

A “Lei da PPP” diz ainda que no contrato de uma PPP devem constar algumas obrigações para ambos os lados, como: penalidades em caso de inadimplência ou atraso, formas de remuneração e atualização de valores, critérios para a avaliação de desempenho e garantias de execução suficiente para a realização da obra ou serviço. Alguns exemplos de obras realizadas no Brasil através desse tipo de parceria são o Hospital do Subúrbio em Salvador, fornecimento e manutenção de trens pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e a reforma do Mineirão em Belo Horizonte.

2.3 Centrais de Atendimento

As Centrais de Atendimento Integrado surgiram no Brasil na década de 1990 para atender de forma mais eficiente e rápida as necessidades da sociedade em determinados serviços públicos, reunindo órgãos da esfera federal, estadual, municipal e até mesmo algumas empresas privadas, de forma articulada em um mesmo espaço físico, como se fosse um “shopping de serviço público”.

Segundo Paulo e Alexandrino (2012), as primeiras ideias dessas centrais foram desenhadas em um documento publicado em 1982 pelo Ministério da Desburocratização, porém somente na metade da década de 1990 é que surgiram as primeiras experiências nacionais, baseadas no modelo americano “One Stop Shop” em que o cidadão iria apenas a um único local para resolver várias demandas. Os primeiros estados a adotarem esse tipo de central foram: Bahia com o “SAC” (Serviço de Atendimento ao Cidadão) e São Paulo com o “Poupa-Tempo”.

Atualmente, pelo menos 24 estados possuem “shoppings” de atendimento, geralmente geridos por PPP’s com uma série de indicadores e metas exigidas por parte dos governos estaduais. Segundo Annenberg (2002), é comum ver pessoas referindo às centrais como “serviços de primeiro mundo”, sendo vistas como um meio de resgatar o conceito de cidadania.

Annenberg (2002) diz ainda que esses serviços inovam na diminuição do tempo de espera e de atendimento do cidadão pela racionalização, desburocratização e simplificação dos fluxos e procedimentos, além da busca constante pela informatização de rotinas que auxiliem na emissão de documentos e na realização dos serviços.

Os nomes dessas centrais variam de acordo com o estado onde as mesmas se encontram, por exemplo, em São Paulo e no Rio de Janeiro são conhecidas por “Poupatempo”, em Minas Gerais existe o UAI (Unidade de Atendimento Integrado), em Pernambuco o “ligeirinho”, no Ceará e em Goiás, os “Vapt Vupt”.

2.4 Programa “Vapt Vupt”

No Ceará, a representação desses “shoppings” é o “Vapt Vupt”, locais de atendimento ao cidadão com foco na satisfação do usuário. Atualmente, é administrado pela empresa “Ceará Cidadão”, tendo suas relações com o governo do estado vinculadas à Secretaria de Justiça.

As unidades adotam o nome de “Vapt Vupt” em homenagem ao humorista cearense Chico Anysio; a expressão era utilizada pelo mesmo para se referir a algo rápido. Atualmente, o Ceará conta com quatro unidades: duas em Fortaleza (nos bairros de Messejana e Antonio Bezerra), uma em Juazeiro do Norte e uma em Sobral. Está prevista a construção de mais uma unidade de atendimento em Fortaleza, dessa vez no centro da cidade. Em Sobral, o Vapt Vupt conta com serviços como Pefoce, Detran, Sine, Prefeitura, Bradesco, Defensoria Pública, entre outros.

Além de serviços de atendimento, essas centrais também promovem cidadania através de campanhas voltadas para a população em geral e serviços da secretária de Saúde do estado, como prevenções e conscientizações.

3. METODOLOGIA

Quanto à abordagem da pesquisa, têm-se uma pesquisa documental que na visão das autoras Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), reúne “todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica”. Assim, isso leva a analisar quantitativamente os dados secundários obtidos para ter acesso aos resultados gerais.

Quanto à obtenção dos dados, vê-se como uma pesquisa de campo realizada através da aplicação de um questionário que é visto por Gil (1999), como uma técnica investigativa composta por um número relativamente elevado de perguntas, tendo por objetivo o conhecimento de crenças, sentimentos, interesses, opiniões, expectativas, entre outros.

A técnica utilizada para coletar dados e analisar o material empírico tem como base o acesso a um questionário quantitativo obtido na própria empresa estudada, na qual diariamente cinco cidadãos são escolhidos de maneira aleatória para respondê-lo em um universo diário de aproximadamente 1.500 cidadãos.

A pesquisa foi realizada por dois atendentes da empresa através de um tablet e o artigo levanta dados de julho de 2017 à julho de 2018, observando o grau de satisfação geral e de áreas específicas do atendimento da empresa, para logo após ser feito um relatório diário dos resultados.

A análise do material empírico da pesquisa tem como base os relatórios fornecidos pela empresa, referentes a um ano, gerando um total aproximado de 1200 entrevistados.

A decisão amostral de optar por esse relatório é baseada na importância dada ao mesmo pela empresa, que é visto como a principal maneira de medir o grau de satisfação do cliente quanto ao serviço de orientação, cordialidade, localização do prédio, conforto, limpeza e segurança.

A estratégia da pesquisa classifica-se como descritivo-exploratória, na qual segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa além de buscar por uma maior proximidade com o objeto de estudo para formulação de hipóteses, também descreve características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, o mesmo considera que as pesquisas descritivas habitualmente são realizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática.

Quanto à obtenção das informações, têm se uma pesquisa de campo que de acordo com Fonseca (2002), caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

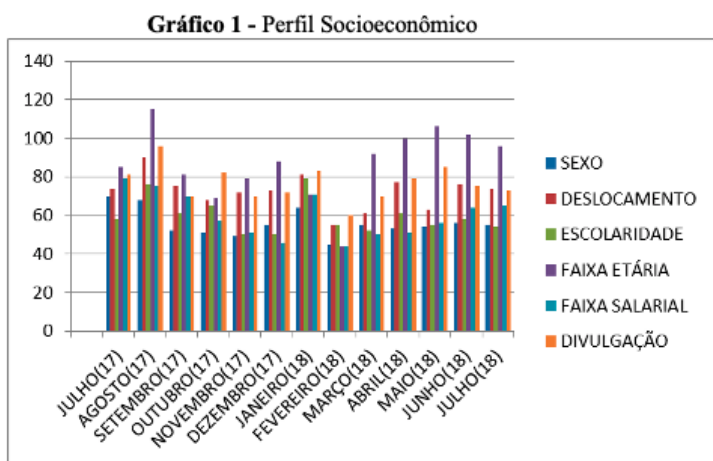
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados a partir da análise da pesquisa oferecida pela empresa, que buscou atender aos objetivos desse trabalho.

Para a realização do estudo foi analisado uma pesquisa aplicada as pessoas que visa medir o grau de satisfação de seus clientes e sua opinião quanto a três bases importantes: a socioeconômica, da avaliação do atendimento e infraestrutura. Essa forma de pesquisa proporciona muitos benefícios, pois nos transmite um feedback dos clientes para a empresa, o que de acordo com Bateson (2016), é uma forma de mensagem que a empresa transmite ao cliente de que se preocupa com o seu bem estar.

Todas as avaliações são medidas através de informação registrada pelo cidadão usando um tablet de avaliação ao término do atendimento, onde um atendente registra a sua opinião por meio de uma escala (excelente, bom, regular, ruim, péssimo e Nenhuma Resposta - NR), e seu cálculo baseia-se na soma da quantidade de ótimo e bom, e posteriormente o resultado dessa soma é dividido pelo total de avaliações registradas, sendo aplicadas 5 (cinco) entrevistas ao longo do dia, sendo 2 pela manhã e 3 a tarde durante a semana.

O gráfico 1 apresenta dados referentes as informações Socioeconômicas da unidade, demonstrando o perfil dos seus atendidos usando para isso informações complementares como o nome do entrevistado, a data da entrevista, horário, bairro, sexo, como veio para a unidade (deslocamento), escolaridade, faixa etária, faixa salarial, como ficou sabendo da empresa (divulgação). Através dessas respostas individuais, traçamos o perfil demonstrado abaixo no gráfico:

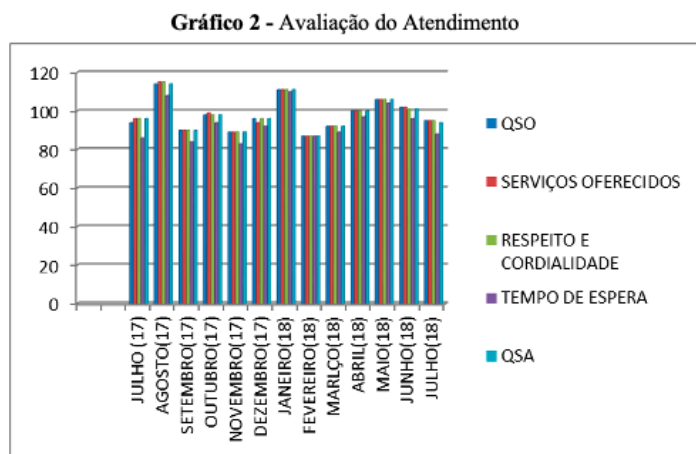


Fonte: Pesquisa secundária (2018)

O gráfico demonstra algumas variáveis ao longo de um ano (julho/2017 a julho/2018) sobre as pessoas que usam os serviços da unidade. Ao analisar os dados, verificou-se que o público é bem dividido entre homens e mulheres, apresentando inclusive alguns meses onde predominantemente, os homens foram os maiores usuários dos serviços (agosto/2017 a outubro/2017 e janeiro/2018, junho/18 e julho/2018). Assim como predominância do uso de carro, transportes coletivos e moto são os maiores meios de deslocamento utilizados pelas pessoas, essas tendo uma faixa etária abaixo dos 25 anos a acima de 46 anos.

Outra informação obtida é que os entrevistados possuem como maioria ensino médio completo, renda de R\$ 937,00 a R\$ 1500,00 e ficaram sabendo dos serviços da unidade em maioria pelos amigos, familiares ou parceiros.

A partir dessa definição de público partiu-se para avaliar o atendimento por meio dos parâmetros anteriormente mencionados. O gráfico 2 traz alguns resultados entre excelente e bom sobre a qualidade de serviço de atendimento (QSA), serviços oferecidos, respeito e cordialidade dos funcionários, tempo de espera e qualidade de serviço de orientação (QSO).



Fonte: Pesquisa secundária (2018)

O gráfico 2 pode mostrar uma variância entre os resultados ao longo de um ano, deixando evidente que a satisfação dos clientes variou ao longo dos períodos. Isso se deu ao fato de que alguns fatores interferiram na satisfação dos clientes, como o tempo de espera, sendo algo a ser verificado pela empresa para melhorar.

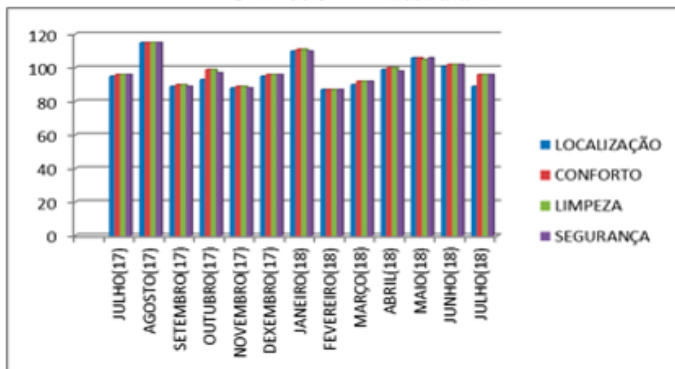
Coco (2017) afirma que nem sempre o indivíduo obterá tudo o que planeja, podendo surgir no caminho ganhos e perdas, mas a persistência deve ser buscada para que se possa enfrentar os obstáculos. No geral, os clientes, através de suas respostas, demonstraram que veem de forma satisfatória o atendimento da unidade. Desde a orientação dos atendimentos para a realização dos serviços oferecidos, a qualidade presente nos atendimentos e mesmo o tempo de espera ainda é visto como aceitável e de qualidade.

No gráfico 3, apresentam-se os dados referentes a Infraestrutura, demonstrando qual a opinião dos clientes entre excelente e bom sobre a localização, conforto, limpeza e segurança da empresa.

Ao longo de um ano foi percebido que essas variáveis também interferem na satisfação dos clientes, mostrando que tudo está interligado. Lembrando que a infraestrutura também é um diferencial para o atendimento dos clientes, tendo em vista que a maioria dos mesmos serviços eram ofertados em locais sem estrutura e muitas vezes, com péssimo atendimento, interferindo diretamente no “boca a boca” positivo sobre a empresa.

Freitas (2001) comenta que estatisticamente está provado que o cliente insatisfeito comenta a sua insatisfação com um maior número de pessoas que comentaria caso estivesse satisfeito. É possível notar que esse sentimento reflete na tomada de decisão do cliente que, ao não ter a sua necessidade correspondida, faz com que a experiência da oferta do serviço não atenda suas expectativas.

Gráfico 3 - Infraestrutura



Fonte: Pesquisa secundária (2018)

O gráfico 3 traz um pouco da avaliação sobre a infraestrutura da empresa, mostrando que durante um ano as suas principais variáveis tiveram mudanças significativas ao longo do tempo. Assim, foi demonstrado que a localização é um dos fatores ainda sem satisfação completa, pois quesitos como estacionamento são importantes e precisam ser revistos.

No entanto, mesmo com essa necessidade de melhoria, o índice “excelente” e “bom” foi considerado alto e traduz a satisfação dos clientes que pode retonar para ter, novamente, um resultado satisfatório.

5. Considerações finais

Neste trabalho foi realizado um estudo acerca da satisfação dos serviços oferecidos por uma central de atendimentos de parceria público-privada na cidade de Sobral/CE, utilizando-se de relatórios fornecidos pela própria empresa. Diante do que foi analisado, concluiu-se que foram alcançados os objetivos traçados por esse estudo, bem como, possibilitou um entendimento melhor da vivência da empresa no geral. Afinal, os questionários foram importantes para mostrar como é a visão do público e sugestões de melhoria.

Diante desse contexto, faz-se necessários novos estudos que venham a beneficiar ainda mais o atendimento das pessoas nos serviços públicos, visando possíveis melhorias e uma maior visibilidade para o público da região do atendimento diferencial dos serviços que são oferecidos. Assim como, a verificação da possibilidade de aumentar seu quadro de funcionários, e o seu estacionamento para assim atender sua demanda diária de atendimento.

No período de aplicação da pesquisa houve alguns empecilhos quanto a obtenção dos dados, pois a empresa precisava solicitar autorização junto a Superintendência da unidade para liberar as informações, tendo assim ocasionado uma espera e um atraso junto a análise dos dados. O que não permitiu um maior aprofundamento dos dados e uma abertura para mais informações do atendimento.

Portanto, a qualidade dos serviços prestados pela parceria público-privada em questão e a satisfação dos clientes, em sua totalidade, teve uma boa avaliação, o que impede um maior aprimoramento da empresa e a permanência dos resultados positivos no decorrer dos anos. Além, de futuras pesquisas que possam mensurar ao longo dos anos as possíveis melhorias identificadas e quais foram implantadas.



**ESTRATÉGIA EM REDE: UMA ANÁLISE
ENTRE A RELAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS
COLETIVAS E AS ESTRATÉGIAS
INDIVIDUAIS DOS ATORES DE UMA
REDE DE AUTOPEÇAS**

Alcineide Aguiar Pimenta¹
Francisca Juliana Miranda Linhares²
Nargila Vidal Loiola³
Rogeane Moraes Ribeiro⁴

RESUMO: Em meio ao dinamismo e complexidade do mundo contemporâneo, organizar-se em rede pode ser uma alternativa viável para o fortalecimento das empresas atuais. Pequenas ou grandes, empresas unidas em rede precisam rever estratégias individuais e coletivas e repensarem seu posicionamento no mercado por meio de alinhamento estratégico específico, observando isso dentro de uma prática social. Isso demonstra a importância da formação de alianças estratégicas duradouras e direcionadas ao bem estar coletivo da rede. O estudo propõe analisar a formulação de estratégias coletivas da Rede Servpeças e a relação destas com as estratégias individuais dos atores envolvidos, além de verificar a existência de conflitos e pontos críticos e como estes se tornam práticas sociais nas organizações participantes de uma associação empresarial. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória. O método adotado foi o estudo de caso. O estudo foi efetivado através de uma pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com todos os integrantes da rede Servpeças, situada em Sobral-CE. Para análise dos resultados coletados, foi adotado o método de análise de conteúdo. O estudo pretende contribuir no âmbito acadêmico, com a análise das estratégias aplicadas em uma rede estratégica e suas práticas sociais, além de buscar identificar as oportunidades de desenvolvimento de novas pesquisas, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Estratégia como Prática Social. Estrategizar em Rede. Alinhamento Estratégico.

ABSTRACT: In the midst of the dynamism and complexity of the contemporary world, organizing in a network can be a viable alternative for strengthening current companies. Small or large, companies united in a network need to review individual and collective strategies and rethink their positioning in the market through specific strategic alignment, observing this within a social practice. This demonstrates the importance of forming long-lasting strategic alliances aimed at the collective well-being of the chain. The study proposes to analyze the formulation of collective strategies of the Servpeças Network and their relationship with the individual strategies of the actors involved, in addition to verifying the existence of conflicts and critical points and how these become social practices in organizations participating in a business association. This research is characterized as qualitative and exploratory. The method adopted was the case study. The study was carried out through field research. Semi-structured interviews were conducted with all members of the Servpeças network, located in Sobral-CE. To analyze the collected results, the content analysis method was adopted. The study aims to contribute in the academic field, with the analysis of the strategies applied in a strategic network and its social practices, in addition to seeking to identify the opportunities for the development of new research, based on the results obtained in this research.

KEYWORDS: Strategy as Social Practice. Networking in Strategy. Strategic Alignment.

1 - Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento pela UNIVATES; Mestre em Administração pela UNIVALI; Graduada em Administração e Especialista em Gestão de Pessoas pela UVA. Email: pimentaalcineide@gmail.com

2 - Mestre em Administração pela UNIVALI; Graduada em Administração pela UVA. Email: juliana_miranda79@hotmail.com

3 - Mestre em Administração pela UNIVALI; Graduada em Administração pela UVA. Email: nargilaloiola@hotmail.com

4 - Doutora em Administração pela UNIVALI; Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Educação Superior pela UFC; Graduada em Contabilidade pela UVA. Email: rogeanemoraes@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O ambiente organizacional é muito dinâmico e complexo (SOUSA, 2009). Essa afirmação traz uma reflexão sobre fatos que atingem diretamente as organizações impactando na sua estrutura, levando-as a adotarem estratégias de adequação ao novo ambiente onde as mudanças são mais constantes e intensas.

As mudanças, ocorridas no âmbito político, econômico, social, cultural e tecnológico, desafiam as estruturas organizacionais tradicionais, sejam elas pequenas empresas independentes ou grandes empresas integradas a reverem suas estratégias individuais e repensem seu posicionamento no mercado, dentro de um novo contexto, no qual a organização das empresas em rede é vista como uma alternativa salutar para o fortalecimento das mesmas (PECI, 1999).

As redes são vistas como elemento fundamental na intensificação da interação, promoção e redução de tempo e espaço nas relações empresariais, oportunizando uma nova modalidade de negócio no qual a parceria entre os atores envolvidos, gera novos benefícios estratégicos, como economia em escala, uso de campanhas de marketing, dentre outros. (BALESTRIN e VARGAS, 2004; TURETA e LIMA, 2011). No entanto, a interação entre os envolvidos pode ocasionar também conflitos de interesses na definição das práticas estratégicas tanto individuais quanto da rede. Tureta e Lima (2011) reforçam ainda que o espaço das redes se apresenta como ambiente propício para a análise das atividades que constituem a estratégia, sejam elas individuais ou coletivas, como uma prática social.

Diante disso, observa-se a importância do alinhamento estratégico como forma de ajustar, de modo amplo e dinâmico as relações interorganizacionais, tendo em vista a coesão da unidade constituída por meio de objetivos comuns (GALBRAITH; KAZANJIAN, 1986), que se fortalecem por meio da busca do bem estar coletivo instituído. Dentro desse contexto, compreender o sentido e a força das alianças estratégicas se faz necessário para entender sua importância dentro dos arranjos organizacionais contemporâneos.

Tais alianças estratégicas tornam a gestão empresarial propensa ao sucesso por garantir maior competitividade aos seus integrantes, que conseguem trabalhar num ambiente de cooperação, parceria e de adaptabilidade constante em prol do seu pleno desenvolvimento e sustentável sobrevivência nas atuais solicitações do mercado (LORANGE; ROOS, 1996).

O presente artigo se propõe a analisar a formulação de estratégias coletivas da Rede Servpeças e a relação destas com as estratégias individuais dos atores envolvidos, além de verificar a existência de conflitos e pontos críticos, e como estes se tornam práticas sociais nas organizações participantes desta associação empresarial.

A Rede Servpeças é uma associação de pequenas e médias empresas comerciais do ramo de peças automotivas constituída em 2013 na cidade de Sobral-CE. Tem como objetivo principal otimizar o processo de compras dos associados, aumentando o poder de barganha junto a fornecedores, além de fortalecer o comércio de peças e acessórios automotivos no mercado local, desenvolver parcerias junto ao SEBRAE para formação continuada dos atores participantes e promover o crescimento individual e coletivo dos associados. A rede possui um escritório central, no qual a diretoria se reúne periodicamente e também mantém contato com os associados, fornecedores e parceiros.

Espera-se com esse estudo, compreender a relação entre as estratégias coletivas e individuais das organizações participantes de uma rede estratégica, bem como contribuir com o melhor entendimento de como as redes estratégicas podem ser relevantes para o crescimento das organizações e, os benefícios que estas podem obter através da prática social desenvolvida em rede.

O trabalho em questão encontra-se dividido em cinco seções. Na seção dois, apresenta-se o referencial

teórico que embasou o desenvolvimento desse estudo. Tal discussão culminou sobre a formação do conceito de estratégia, em seguida a análise sobre a estratégia como prática social, o estudo sobre alinhamento estratégico, análise da relação entre estratégias coletivas e estratégias individuais e o entendimento sobre a importância das alianças estratégicas sob a ótica de autores como Thompson e Strickland (2001) entre outros. Na seção três, aborda-se o delineamento da pesquisa, o método e os procedimentos adotados na mesma. Na seção quatro, observa-se os resultados do estudo, tendo em vista a metodologia aplicada. Por fim, na seção final apresentam-se as considerações finais do estudo proposto e as referências que foram utilizadas como base para a construção teórica.

2. FORMAÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Analisar estratégia de maneira contingencial postula a relação ordenada entre algumas características das organizações e o tipo de formação estratégica que se encaixa em cada uma delas (SOUZA, 2011). Diante de tal abordagem, estudar conteúdo, processo e prática de estratégia nas organizações pode trazer à luz que é possível precisar o padrão de formação da estratégia dentro de uma organização (MINTZBERG, 1993), dentro de variáveis previamente determinadas, de acordo com a necessidade organizacional.

Os primeiros estudos sobre estratégia buscaram definir seu conteúdo, tendo em vista entender o que é imprescindível saber para delinear a estratégia mais pertinente de uma dada organização por meio da análise de tipologias (CHIA e MCKAY, 2007; WHITTINGTON, 1996). Todavia, tal meio de estudar o assunto foi criticado por não observar a complexidade da execução da estratégia nas organizações (SOUZA, 2011).

Outra abordagem importante ao entendimento da estratégia e que consegue se aproximar dos estudos organizacionais é a processual. Ela direciona o foco para a análise do cotidiano da formação estratégica (MINTZBERG, 1978) e visa compreender como a estratégia acontece no âmbito organizacional (SOUZA, 2011).

Mesmo com estudos relevantes sobre o assunto, tal abordagem foi criticada por sobrepor uma visão macro sobre a estratégia das organizações (CHIA e MCKAY, 2007). Observa-se que deixa de lado os micro processos contidos no desenvolvimento das estratégias e menospreza algumas ferramentas, atividades e práticas que são aplicadas pelos responsáveis no dia a dia (JARZABKOWSKI, 2005; WHITTINGTON, 1996). Dessa forma, enfatiza apenas o processo, tornando a organização subordinada apenas ao contexto processual (JARZABKOWSKI, 2005; WHITTINGTON, 1996).

Em resposta a isso, surge a abordagem da estratégia como prática. Esta abordagem, que surgiu a partir do momento da virada para a prática no campo da estratégia (WHITTINGTON, 1996, 2006; JARZABKOWSKI, 2005; JOHNSON, 2007), ganhou força recentemente e busca perceber a estratégia como algo definido e redefinido pela relação das práticas de estratégia com o pessoal envolvido e a aplicação dos planos no cotidiano (SOUZA, 2011).

Os estudos que utilizam esta abordagem entendem a estratégia como atividade situada em contexto e efetivada socialmente, compreendendo como prática a ação dos sujeitos e os diferentes procedimentos, rotinas e ferramentas utilizadas na sua interação (JARZABKOWSKI et al., 2007). Segundo Souza (2011), a estratégia como prática “propicia a observação da relação entre a perspectiva micro do cotidiano do estrategista e a perspectiva macro das práticas definidas para elaboração da estratégia, o que possibilita explorar como essa relação opera”.

Estes estudos focam nas práticas sociais cotidianas que tornam a estratégia possível (TURETA e LIMA; 2011), permitindo a análise que a estratégia requer muito mais do que considerar avaliações mercadológicas de modo racional, pois “a estratégia é situada como um conjunto emergente de práticas que possui efeitos de poder distintivos nas organizações e na subjetividade” (KNIGHTS; MORGAN, 1991, p. 251).

2.1 Estratégia como Prática Social

Um dos maiores desafios da estratégia como prática é encontrar o equilíbrio entre a teoria e a metodologia mais adequada à sua aplicação, tendo em vista a relação entre profissionais, práticas formalizadas e práxis (SOUZA, 2011). Essa tríplice relação pode ser considerada “a interconexão entre ações de indivíduos e grupos diferentes e dispersos e instituições incorporadas [embedded] de forma social, política e econômica na qual indivíduos agem e contribuem” (JARZABKOWSKI et al. 2007, p.9), o que tem embasado vários estudos nessa área.

Segundo Tureta e Lima (2011), a estratégia como prática se apresenta como uma alternativa às perspectivas macro que relegavam a dimensão micro ao segundo plano e não consideravam como centrais as relações entre as pessoas e suas práticas desempenhadas no cotidiano das organizações. Dessa forma, os autores buscam entender não apenas “o que” os atores fazem, mas como e por que fazem aquilo, assumindo a estratégia como consequência de um conjunto de atividades em constante estado de transformação. Reckwitz (2002) ressalta ainda que a prática sempre é uma espécie de caixa, em que a sua constituição depende de quais elementos estarão operando em seu interior e de que maneira.

Anteriormente citada, a virada para a prática, que embasa o conceito da estratégia como prática social, enfatiza a tentativa de superar o dualismo entre duas ontologias sociais, definidas por Schatzki (2005) como individualismo e societismo. O autor expõe que o primeiro grupo enfatiza a microanálise, colocando o indivíduo em local de destaque e desprezando o contexto mais amplo no qual ele se insere. Tal prática tem sido assumida por autores que investigam o trabalho dos gestores no seu cotidiano (MINTZBERG, 1973), colocando o contexto social em segundo plano (WHITTINGTON, 2006). Já os integrantes do segundo grupo direcionam seus esforços à análise macro, orientando atenção para fenômenos sociais/econômicos que estão além dos atores individuais. Maciel e Augusto (2013) destacam que as atuais orientações teóricas no estudo da prática estratégica estão relacionadas ao tratamento das organizações como sistemas sociais de grande ameaça, “fazendo delas simples espelhos da sociedade”.

2.2 Alinhamento Estratégico

Alinhamento estratégico é imprescindível ao bom andamento das estratégias elaboradas pela organização. Dentro do âmbito da estratégia, alinhamento pode definir-se como agrupamento, coesão, congruência ou mesmo ajuste entre dimensões distintas (GALBRAITH; KAZANJIAN, 1986).

Pode-se conceituar alinhamento como o ajuste dos recursos organizacionais às oportunidades e ameaças do ambiente como um todo (ANDREWS, 1991; CHANDLER, 1990), ou seja, permite uma comunicação eficaz entre os ambientes externo e interno para desenvolver competências e aumentar o desempenho organizacional (AUDY e BRODBECK, 2009). Nesse viés, o pensamento contingencialista enfoca a interligação positiva, que nada mais é do que a boa performance das organizações associada a um alinhamento adequado entre as variáveis exógenas - incerteza ambiental e tecnológica - e endógenas - estrutura, estratégia e processos gerenciais (PIETRO; CARVALHO; FISCHMAN, 2009).

Para Kaplan e Norton (1997), o processo de alinhamento começa quando a administração corporativa define as propostas de valor para a organização, buscando criar sinergias entre as unidades operacionais, unidades de apoio e os parceiros externos. Diante disso, o processo de alinhamento estratégico pode ser considerado como a utilização prática de um conjunto de atividades estruturadas com o intuito de realizá-lo (PIETRO; CARVALHO; FISCHMAN, 2009).

O alinhamento estratégico corresponde à padronização e integração de funções entre o ambiente interno e externo com a intenção de alavancar as competências em desenvolvimento e maximizar o desempenho das organizações (SYNNOTT, 1987; HENDERSON; VENKATRAMAN, 1993). Analisando estrategicamente e sistematicamente, o conceito refere-se a um complexo e interdependente meio de alinhar sistemas abertos, cujos elementos formais (estrutura, tecnologia e estratégia) e informais (líderes, pessoas e valores) necessitam estar ajustados para que ocorra a implantação eficiente e eficaz da estratégia pretendida. O AE relaciona todos os componentes entre o negócio e a tecnologia da informação em um processo contínuo, que envolve gestão e subprocessos de projeto, de forma consciente e coerente, contribuindo para o desempenho da organização ao longo do tempo (MAES et al, 2000).

A simples visão do alinhamento indica o ato de decidir o modelo, dos seus elementos componentes e do processo gerencial a ser desenvolvido para impulsionar o próprio alinhamento estratégico (PIETRO; CARVALHO; FISCHMAN, 2009). Para tal, é imprescindível entender que a performance da organização depende tanto do alinhamento interno como do externo e o caminho para o alcance de ambos requer dinamicidade e necessita de monitoramento constante e devidamente ajustado (LABOVITZ; ROSANSKY, 1997; SIGGELKOW, 2001).

Deve-se, contudo entender que o alinhamento externo observa a formulação da estratégia e o seu ajuste às variáveis ambientais. O alinhamento interno identifica-se como a implementação e o ajuste entre a estratégia definida e as variáveis internas (PIETRO; CARVALHO; FISCHMAN, 2009).

Observado tanto como processo e como um resultado, o alinhamento estratégico é uma ação de dinamicidade que procura alinhar a organização com o seu ambiente e, internamente, organizar os meios que dão suporte a tal alinhamento (MILES; SNOW, 1984).

2.3 Estrategizar em Redes

Redes interorganizacionais são amplamente estudadas por representarem uma alternativa aos tradicionais modelos de hierarquia e mercado (POWELL, 2003). Segundo Knights, Murray e Willmott (1993), as redes são retratadas como arranjos essencialmente baseados em reciprocidade e confiança, e que interesses próprios seriam supostamente sacrificados em função da coletividade.

Podem ser identificadas como instrumentos de governança (JONES; HESTERLY; BORGATTI, 1997) ou conjuntos criadores de valores que operam em estruturas horizontais (CHILD; MCGRATH, 2001), em que a reciprocidade e a confiança se acentuam quando existe uma perspectiva de longo prazo (POWELL, 2003).

A estratégia é algo realizada por meio das interações, e as contradições inerentes a qualquer relacionamento (social ou econômico) podem gerar tensões entre os atores. Diante disso, estudar a estratégia como uma prática social pode oferecer uma alternativa de análise para a pesquisa de estratégia em redes que permita identificar e compreender essas tensões e contradições (TURETA, LIMA; 2011).

Segundo Tureta e Lima (2011), a integração que pode ocorrer dentro de uma rede promove uma série de benefícios estratégicos para as empresas participantes, como economia de escala, aprendizagem, troca de informações, geração e transmissão de conhecimento, campanhas de marketing conjuntas etc. Todavia, a interação pode ocasionar também tensões e conflitos na definição das práticas estratégicas tanto dos atores individuais quanto da rede como um todo para a atuação coletiva. Ainda segundo os autores, diante disso, o espaço das redes se apresenta como locus profícuo para o estudo das atividades que constituem a estratégia, seja ela individual ou coletiva, como uma prática social. É válido ressaltar que, uma rede com acesso valioso a informações facilita a criação de uma fonte inimitável de recursos, através da estratégia coletiva por meio de compartilhamento de conhecimento, complementaridade de recursos, investimentos específicos de relacionamento e governança efetiva. O desenvolvimento desse processo acontece através da estrutura, do escopo e da geografia da rede, as ligações destes facilitam o acesso aos mercados e criam um ambiente inovador (BALESTRIN et al, 2014).

2.4. Relação entre Estratégias Coletivas e Estratégias Individuais

Segundo Child e Faulkner (1998), estratégias de competição são consideradas as principais ações utilizadas pela organização na busca pela vantagem competitiva. Diante das incertezas ambientais, as empresas buscam objetivos similares para atuarem em conjunto com outras organizações através de estratégias de colaboração para atingir objetivos que sozinhas seriam difíceis ou mesmo impossíveis de alcançarem (AMATO NETO, 2000; BALESTRIN; VARGAS, 2004; LEVIN; MCDONALD, 2006).

Assim as organizações, utilizando estratégias competitivas e colaborativas de forma compartilhada conseguem gerenciar melhor sua interdependência, diminuindo também o impacto das mudanças ambientais em sua estrutura e obtendo com isso o diferencial e posicionamento necessário (KUNZLER; BULGACOV, 2011). Child, Faulkner e Tallman (2005) afirmam que a estratégia colaborativa pode alavancar a estratégia competitiva pelo fato de aumentar o potencial da empresa e assim a sua vantagem competitiva da mesma forma; isso fortalece a estratégia da corporação, pois facilita o alcance de seus propósitos.

Segundo Tureta e Lima (2011), estratégias “individuais” e estratégias “coletivas” se influenciam de forma mútua, sendo tênue a linha divisória que as distingue, uma vez que podem se confundir no processo de estrategizar, na medida em que os interesses são negociados. Os mesmos autores observam que as práticas estratégicas desenvolvidas por empresa que possuem estratégias competitivas e colaborativas, a partir das relações entre os seus atores, são marcadas por constantes tensões e contradições entre os diferentes interesses que subsistem no arranjo interorganizacional.

2.5. Alianças Estratégicas

Segundo Lorange e Roos (1996), as alianças estratégicas tornaram-se atividade essencial no processo de gestão empresarial, devido à globalização e a acirrada competitividade na qual as organizações estão dispostas. Os autores afirmam que a cooperação, a parceria e as alianças entre empresas são considerados fenômenos próprios do processo de adaptação, sobrevivência e desenvolvimento organizacional frente às exigências do mercado. No estudo de Laniado e Baiardi (2003) na Bahia, por exemplo, puderam identificar diferentes fatores e atores que influenciavam a formação de redes, os objetivos almejados e os resultados alcançados, através da cooperação entre firmas.

As alianças estratégicas são tratadas como uma inovação na qual se estabelece um inter-relacionamento das operações desenvolvidas pelas empresas com o objetivo de estabelecer benefícios mútuos (LIMA; TOLEDO; GANZER; OLEA; DORIN, 2015). Diante disso, as alianças estratégicas caracterizam-se como uma inovação que tem mudado o rumo dos negócios de algumas organizações, principalmente das que atuam no mercado de modo global, onde se ampliam os laços de cooperação, que mantêm recursos e dividem riscos, bem como a criação de oportunidades para o desenvolvimento e incremento de competências e poder de mercado (HAGEDOORN; SCHAKENRAAD, 1994).

Para Todeva e Knoke (2005), as alianças estratégicas se desenvolveram e se proliferaram como relações interorganizacionais devidamente formalizadas, constituindo-se de arranjos cooperativos que representam um novo formato empresarial que busca o alcance de objetivos envolvendo maior grau de colaboração do que de competição.

As alianças estratégicas estão intimamente ligadas à busca por vantagem competitiva, tendo em vista que as empresas formam parcerias para complementar suas próprias estratégias e reforçar sua competitividade, buscando uma mudança de direção em relação ao passado a partir dos desafios da globalização, dos avanços tecnológicos e de oportunidades ainda não exploradas. Assim, as alianças estratégicas e parcerias colaborativas são mais prevalentes em indústrias onde a mudança é rápida e há diversidade nos componentes de um produto (THOMPSON; STRICKLAND, 2001),

Os principais motivos para o fracasso de uma aliança estão relacionadas a: (1) objetivos e prioridades divergentes, (2) incapacidade dos parceiros em trabalhar juntos, (3) as mudanças nas condições ambientais que tornam obsoleta a finalidade da aliança, (4) o surgimento de possibilidades tecnológicas mais atraentes e (5) a rivalidade de mercado entre um ou mais aliados (THOMPSON; STRICKLAND, 2001).

Para Andrade (2001) o fracasso de uma aliança pode estar relacionado as interações existentes entre os atores estratégicos que não ocorrem de maneira vazia, nem são direcionadas por interesses individuais. Dessa forma, a abordagem racional e lógica das ações assume a existência de binômio conflito-cooperação; isso ocorre durante o processo de construção das estratégias através dos jogos e negociações entre os atores estratégicos integrantes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esse estudo adotou-se o método de estudo de caso (YIN, 2015). A escolha desse método se deu pela possibilidade do mesmo proporcionar o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais e organizacionais do caso a ser investigado. Segundo Godoy (2010), esse método utiliza um conjunto de técnicas de pesquisa, tais como, a realização de entrevistas, a observação dos participantes, o uso de documentos pessoais e a coleta de histórias de vida, constituindo-se em um meio de organizar os dados coletados, preservando o caráter unitário do objeto estudado. Quanto a sua natureza é uma pesquisa qualitativa, pois visa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade dos fatos (LAKATOS e MARCONI, 2004) e se enquadra na categoria descritiva que, para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61) “[a] pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (...)”

A pesquisa teve como público alvo as pequenas e médias empresas participantes da Rede Servpeças da cidade de Sobral-CE, abordou todos os associados e diretores da Rede Servpeças. A rede é constituída por um corpo diretor composto por um presidente, e os diretores: financeiro, administrativo, de marketing, comercial e técnico, sendo que estes também são gestores dos seus negócios. A rede conta com um total de dez empresas associadas, os gestores dessas empresas se dividem entre a diretoria e o conselho de ética e fiscal da rede.

Visando analisar a relação das estratégias coletivas e as estratégias individuais dos associados, foram realizadas duas entrevistas, uma junto aos diretores e outra para todos os associados. Assim, seis gestores participaram da pesquisa como associados e diretores da rede e outros quatro gestores participaram apenas como associados. Os roteiros das entrevistas foram elaborados baseados no contexto teórico exposto nesse artigo. Os dados foram coletados através de textos escritos pelo pesquisador e gravações das entrevistas em áudio que renderam aproximadamente três horas e meia de conteúdo.

Para análise dos resultados coletados foi adotado o método de análise de conteúdo. Bardin (2009) relata que a análise de conteúdo é constituída por várias técnicas através das quais se busca descrever todo o conteúdo emitido no processo de comunicação no ato da investigação, seja o conteúdo em textos escritos ou falados. Assim, a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, a descrição das mensagens e das ações manifestadas no contexto da verificação, bem como as inferências sobre os dados obtidos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Rede Servpeças é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, formada por empresas do setor comercial do ramo de peças automotivas, constituída desde janeiro de 2013. A escolha do presidente acontece mediante voto dos associados, na sequência o presidente convida outros membros para compor a diretoria. O corpo diretor conta com o presidente e os diretores: financeiro, administrativo, de marketing, comercial e técnico. A diretoria conta ainda com o suporte de uma secretária, a mesma estabelece o contato entre os associados, fornecedores e empresas parceiras.

A rede dispõe de parcerias com empresas de formação continuada com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional, bem como, alavancar as competências técnicas e estratégicas dos associados. A rede iniciou com um grupo de quatorze empresas associadas e hoje estão com dez empresas. Estas empresas, ao se associarem, pagam uma taxa de adesão e mantem uma contribuição mensal fixa.

Ao abordar os diretores sobre os motivos que levaram a formação da rede, todos afirmaram ser a busca pelo fortalecimento do setor comercial no segmento autopeças na região norte do estado do Ceará, através da união e organização dos comerciantes em torno de um objetivo comum a todos. Os principais objetivos citados foram a formação continuada dos integrantes da rede, a compra coletiva e a cooperação entre os associados.

Dentro desse objetivo de fortalecer o setor, verificou-se que as principais estratégias para gerar benefício aos associados tem sido voltadas para a capacitação dos gestores e funcionários. Uma das parcerias que mais tem gerado benefício é com o SEBRAE. Desde o início da rede até o momento da pesquisa já foram realizados diversos cursos de formação técnica e estratégica, dentre eles, destacam-se na fala de todos os diretores o curso UGC (Universidade de Gestão Cooperativa) com duração de um ano e foco na gestão financeira, contábil, de marketing, de processos, de recursos humanos, além do acompanhamento realizado pelo consultor do SEBRAE in loco nas empresas associadas para a avaliação dos processos das empresas e orientação na implementação das ferramentas trabalhadas na formação UGC. Percebe-se que a rede oportuniza um ganho para os associados no que se refere à geração de novos conhecimentos, network, aproximação com o mercado e interação com os parceiros, confirmando o que os autores Tureta e Lima (2011) relatam sobre os benefícios oriundos de estratégias em rede.

Quanto a formulação das estratégias, como estas são elaboradas e se todos os associados participam da formulação, foi visto que a rede detém um modelo de gestão em que os diretores se reúnem uma vez por mês para avaliação geral das demandas do setor e elaboração das propostas para serem votadas por todos

os associados. Estes participam sinalizando suas necessidades e votando nas propostas apresentadas pela diretoria. Segundo os diretores, como as propostas são elaboradas mediante as necessidades apresentadas pelos associados, tem uma tendência a ser aceita por todos, no entanto, quando há divergência de opiniões entre os participantes, busca-se um aprofundamento no diálogo com o intuito de se chegar ao consenso no grupo.

Considerando esse modelo de gestão e definição das estratégias, foi indagado sobre a existência de alguma resistência em colocar em prática as estratégias da rede e quais seriam as principais críticas ou sugestões dos associados. Nesse momento da entrevista, percebeu-se que a rede está na sua segunda gestão desde o início e que o rompimento da primeira gestão se deu por conta de uma grande resistência de todo o grupo ao modelo de gestão e postura da presidência anterior. Esse fato foi relatado como o principal conflito ocorrido na rede e a estratégia para contornar tal situação foi a eleição para uma nova presidência. A nova diretoria considera que estão vivendo um momento de amadurecimento do grupo e que as estratégias da rede são bem absorvidas por todos os associados.

Na avaliação dos diretores, essa gestão conquistou a confiança dos associados, gerando mais credibilidade e tornando a relação entre o grupo mais harmônica. Essa realidade vivenciada na rede vai ao encontro do que Knights, Murray e Willmott (1993) relatam sobre as relações em redes serem arranjos essencialmente baseados em reciprocidade e confiança, e que interesses próprios seriam supostamente sacrificados em função da coletividade. E ainda, que a reciprocidade e a confiança se acentuam quando existe uma perspectiva de longo prazo (POWELL, 2003).

Sobre como a rede avalia se os objetivos estão sendo atingidos pelos associados, a diretoria concorda que não tem uma ferramenta específica, mas usam o bom senso na avaliação do plano de ação proposto pela rede versus a implementação das estratégias em cada empresa associada. De acordo com os diretores, o percentual de implementação das estratégias da rede pelos associados variou entre 70% a 85% em 2015, um número significativo para uma rede criada a pouco mais de 3 anos.

Considerando que as principais estratégias da rede estão voltadas para a capacitação dos participantes, entende-se que esta rede tem adotado estratégias com objetivos comuns aos associados, os quais, sozinhos, eles não conseguiriam realizar. Essa constatação confirma o que Amato Neto (2000); Balestrin e Vargas (2004); Levin e McDonald (2006) afirmam, diante das incertezas do ambiente as empresas buscam objetivos similares para atuarem em conjunto com outras organizações usando estratégias de colaboração para atingir objetivos que sozinhas seriam difíceis ou mesmo impossíveis de alcançarem.

Na perspectiva da empresa foi indagado ao gestor se o mesmo reconhecia na rede a oportunidade de fortalecimento da sua empresa. Todos, sem exceção, concordam que sim, mas com ressalvas, no que diz respeito ao objetivo de compra coletiva proposto pela rede como um dos pontos principais e que ainda não foi consolidado. Esse aspecto gera um certo desconforto entre os associados. No entanto, percebe-se que esse fato não tira o mérito das conquistas alcançadas no âmbito da aprendizagem e mudanças nos processos internos gerados através das estratégias de formação continuada proposta pela rede.

O fomento da rede na formação continuada através de palestras, cursos técnicos e de gestão, feiras e eventos é o principal aspectos que gera benefício para os associados. Quando questionados sobre quais os benefícios as estratégias da rede trouxeram para suas empresas, os discursos dos gestores flutuaram entre os ganhos de mudança de layout, novo modelo de gestão de negócio nas áreas financeiras, marketing, recursos humanos e processos, na ampliação da rede de contatos, proporcionados através da UGC, das consultorias oriundas da parceria do SEBRAE, network estabelecido através dos momentos de encontros oportunizados nas capacitações, nas feiras e eventos.

Quanto à participação dos associados na definição das estratégias em rede, nem todos os associados se consideram atuantes na formulação das estratégias. Parte destes disseram que participam e parte disseram que só votam nas propostas apresentadas pela diretoria. Por se tratar de um grupo pequeno de associados, sessenta por cento destes estarem na diretoria e quarenta por cento estarem nos conselhos de ética e fiscal, percebe-se, neste quesito, uma fragilidade no que se refere ao alinhamento estratégico da rede. Thompson e Strickland (2001) relatam que os objetivos e prioridades divergentes é um dos principais motivos de fracassos nas redes.

Contraopondo este aspecto, os associados disseram ter total autonomia na decisão de implantar ou não as estratégias da rede em suas empresas. Cruzando essa informação com os relatos dos diretores, constata-se que, mesmo todos eles relatando ter total autonomia pra implementar ou não as estratégias da rede, 70% a 85% das estratégias da rede foram implementadas pelos associados.

Sobre receber recursos ou apoio para desenvolver as estratégias da rede, os associados reconhecem em 100% que o apoio do SEBRAE é fruto da parceria deste com a rede. As maiores dificuldades citadas com relação a implantação das estratégias da rede, dois associados responderam ser a mentalidade de suas equipes, relatando ser as propostas da rede ousada e a cultura da empresa ainda não está preparada para tais mudanças. Os demais gestores não reconhecem dificuldades e sim oportunidades de crescimento.

Quanto a conflitos vivenciados na empresa por estar na rede, no geral, os associados disseram não terem problemas internos, exceto, algumas questões na relação dos gestores na rede. Os conflitos citados foram relacionados a frequência dos associados nas reuniões, comprometimento do grupo e na morosidade das ações, principalmente na compra coletiva.

Um ponto extremamente relevante da pesquisa está relacionado ao posicionamento da marca dos associados à rede. Foi perguntado aos gestores se participar da rede trouxe benefício para o posicionamento da sua marca no mercado, 40% dos associados disseram que sim e 60 % disseram que não. Ao aprofundar esse questionamento, percebeu-se que as seis empresas que não obtiveram ganho de posicionamento das suas marcas são empresas consolidadas no mercado com mais de 20 anos de atuação, umas das empresas tem mais de 30 anos de existência. As outras quatro empresas que reconheceram um melhor posicionamento da sua marca após entrarem na rede, são empresas mais jovens ou de menor porte. Mesmo diante do exposto, todas os associados reconhecem benefícios em fazer parte da rede. Para os que não obtiveram ganhos quanto ao posicionamento da marca, outros ganhos significativos foram relatados, como a mudança nos processos internos por meio dos cursos e consultorias, ampliação e fortalecimento da rede de contatos, abertura de novos mercados por intermédio das feiras e eventos promovidos pela rede, bem como a união entre as empresas participantes da rede, este último ponto foi citado por todos os associados.

5. Considerações finais

Com o intuito de responder ao objetivo proposto, foi analisado as principais práticas estratégicas desta rede e a relação entre as estratégias coletivas e individuais dos associados, além de verificar a existência de conflitos e como estes são contornados. Foi visto que a rede Servpeças tem como objetivo fortalecer o setor comercial no segmento de autopeças na região norte do estado do Ceará, através de compras coletivas e formação continuada dos associados. No entanto, seu foco maior tem sido na formação continuada, por meio da parceria com o SEBRAE.

Os associados percebem os benefícios obtidos por participarem da rede, mas deixam claro o descontentamento com relação a compra coletiva não ser uma prática. A diretoria reconhece essa fragilidade da rede, no entanto, ainda não consegue vislumbrar estratégias para solucionar esse problema. Esse aspecto se apresenta como uma fragilidade que pode vir a comprometer o futuro da rede, haja vista que esse ponto impacta de forma mais direta nos ganhos financeiros dos associados. Os autores Tureta e Lima (2011) relatam que a estratégia é algo realizado por meio das interações e contradições inerentes a qualquer relacionamento, seja social ou econômico, e que estas podem gerar tensões entre os participantes da rede.

Outro ponto salutar diz respeito à força dos negócios participantes da rede. Para 60% dos associados, a rede não representa ganho no posicionamento da suas marcas, mas se percebeu que estes associados reconhecem na rede oportunidade de crescimento para o seu negócio por meio da formação continuada oportunizada através da parceria com o SEBRAE, a abertura de novos mercados através das feiras e eventos e um maior engajamento no setor através da aproximação com outros associados e parceiros. Tal situação evidencia a credibilidade que a rede tem junto a seus associados, constatando o que Knights, Murray e Willmott (1993) relatam sobre as redes serem arranjos essencialmente baseados em reciprocidade e confiança.

Sobre a formulação das estratégias coletivas, chamou-nos a atenção o fato de os associados confirmarem a participação de forma direta ou indireta na definição e aprovação das mesmas, no entanto, não apresentarem alternativas para resolver o problema da compra coletiva. Por meio do presente estudo não foi possível identificar os motivos para tal incoerência. Este aspecto configura-se como uma limitação desta pesquisa.

Identificou-se ainda que, as estratégias propostas pela rede, 70% a 85% destas foram implementadas nas empresas associadas, respondendo de forma satisfatória os objetivos desta pesquisa. O que viabilizou essa interação positiva entre as estratégias coletivas e individuais na rede estudada foi o modelo de formulação e validação das estratégias coletivas adotado na rede. Estas são definidas considerando as necessidades dos associados e todos participam da votação para validar ou não tais estratégias.

Sugere-se como futuras pesquisas o aprofundamento, nessa mesma linha de investigação, para entender as dificuldades pertinente a elaboração e implementação de estratégias desejadas pelos associados, mas que esbarram em ambientes externos complexos nos quais a rede precisa vencer barreiras ainda desconhecidas.

REFERÊNCIAS

- AMATO NETO, João. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. Editora Atlas, 2000.
- DE ANDRADE, José Célio Silveira. *Conflito, cooperação e convenções: análise das estratégias sócio-ambientais para a gestão sustentável das plantações de eucalipto da Aracruz Celulose SA*. *Organizações & Sociedade*, v. 8, n. 20, 2001.
- ANDREWS, K. R. *The concept of corporate strategy*. In: *The strategy process: concept, context and cases*. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ : Prentice-Hall, p. 44-52, 1991.
- AUDY, Jorge Luis Nicolas; BRODBECK, Ângela Freitag. *Sistemas de informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações*. Bookman Editora, 2009.
- BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lília Maria. *A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências*. *Revista de Administração Contemporânea*, p. 203, 2004.
- _____; VERSCHOORE, Jorge Renato; PERUCIA, Alexandre. *A visão relacional da estratégia: evidências empíricas em redes de cooperação empresarial*. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 47-58, 2014.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. *Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. *Informação & Sociedade*, v. 24, n. 1, 2014.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA, Roberto da. *Metodologia Científica*. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHANDLER, Alfred Dupont. *Strategy and structure: Chapters in the history of the industrial enterprise*. MIT press, 1990.
- CHIA, Robert; MACKAY, Brad. *Post-processual challenges for the emerging strategy-as-practice perspective: Discovering strategy in the logic of practice*. *Human relations*, v. 60, n. 1, p. 217-242, 2007.
- CHILD, John; FAULKNER, David; TALLMAN, Stephen B. *Cooperative strategy*. Oxford University Press, USA, 2005.
- _____; _____; (1998): *Strategies of Co-operation: Managing Alliances*. Networks, 1998.
- _____; MCGRATH, Rita Gunther. *Organizations unfettered: Organizational form in an information-intensive economy*. *Academy of management journal*, v. 44, n. 6, p. 1135-1148, 2001.
- GALBRAITH, Jay R.; KAZANJIAN, Robert K. *Strategy implementation: Structure, systems, and process*. West Group, 1986.
- HAGEDOORN, John; SCHAKENRAAD, Jos. *The effect of strategic technology alliances on company performance*. *Strategic management journal*, v. 15, n. 4, p. 291-309, 1994.
- HENDERSON, John C.; VENKATRAMAN, H. *Strategic alignment: Leveraging information technology for transforming organizations*. *IBM systems journal*, v. 32, n. 1, p. 472-484, 1993.
- JÄRZABKOWSKI, Paula; BALOGUN, Julia; SEIDL, David. *Strategizing: the challenges of a practice perspective*. *Human relations*, v. 60, n. 1, p. 5-27, 2007.
- JOHNSON, Gerry. *Strategy as practice: research directions and resources*. Cambridge University Press, 2007.
- JONES, Candace; HESTERLY, William S.; BORGATTI, Stephen P. *A general theory of network governance: Exchange conditions and social mechanisms*. *Academy of management review*, v. 22, n. 4, p. 911-945, 1997.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *Balanced Scorecard: a estratégia em ação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KUNZLER, Mali T.; BULGACOV, Sergio. *As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR)*. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 5, p. 363-393, 2011.
- KNIGHTS, David; MORGAN, Glenn. *Corporate strategy, organizations, and subjectivity: A critique*. *Organization studies*, v. 12, n. 2, p. 251-273, 1991.
- _____; MURRAY, Fergus; WILLMOTT, Hugh. *Networking as knowledge work: a study of strategic interorganizational development in the financial services industry*. *Journal of management studies*, v. 30, n. 6, p. 975-995, 1993.
- LABOVITZ, George; ROSANSKY, Victor. *The power of alignment: How great companies stay centered and accomplish extraordinary things*. John Wiley & Sons, Inc., 1997.
- LAKATOS, Éva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica 4.ed*. São Paulo: Atlas, 2004.
- LANIADO, Ruthy Nadia; BAIARDI, Amílcar. *A contribuição das redes na formação da cooperação empresarial: um estudo de caso*. *Organizações & Sociedade*, v. 10, n. 27, p. 61-74, 2003.
- LEVIN, Michael A.; MCDONALD, Robert E. *RA theory as a Post-Chicago argument for legal coopetition*. *Marketing Management Journal*, v. 16, n. 2, 2006.
- LORANGE, Peter; ROOS, Johan. *Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MACIEL, Cristiano De Oliveira; AUGUSTO, Paulo Otavio Mussi. *A practice turn e o movimento social da estratégia como prática: está completa essa virada?*. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 2, p. 155, 2013.
- MAES, Rick; RIJSENBRIJ, Daan; TRUIJENS, Onno; GOEDVOLK, Hans. *Redefining Business-IT Alignment through a unified framework*. *PrimaVera working paper*, n. 2000-19. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam, Department of Information Management, 2000.
- MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. *Fit, failure and the hall of fame*. *California Management Review*, v. 26, n. 3, p. 10-28, 1984.
- MINTZBERG, Henry. *The nature of managerial work*. New York: Harper & Row, 1973.
- _____. *Patterns in strategy formation*. *Management science*, v. 24, n. 9, p. 934-948, 1978.

- _____, *Structure in fives: Designing effective organizations*. Prentice-Hall, Inc., 1993.
- PECI, Alketa. *Emergência e proliferação de redes organizacionais: marcando mudanças no mundo de negócios*. *Revista de Administração Pública*, RJ, v. 36, n. 6, p. 7-24, 1999.
- PRIETO, Vanderli Correia et al. *Análise comparativa de modelos de alinhamento estratégico*. *Produção*, v. 19, n. 2, p. 317-331, 2009.
- POWELL, Walter. *Neither market nor hierarchy. The sociology of organizations: classic, contemporary, and critical readings*, v. 315, p. 104-117, 2003.
- RECKWITZ, Andreas. *Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing*. *European journal of social theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.
- SIGGELKOW, Nicolaj. *Change in the presence of fit: The rise, the fall, and the renaissance of Liz Claiborne*. *Academy of Management Journal*, v. 44, n. 4, p. 838-857, 2001.
- SYNNOTT, William R. *The information weapon: winning customers and markets with technology*. John Wiley & Sons Inc, 1987.
- SOUSA, Almir da Cruz. *Redes interorganizacionais: implicações para a gestão das organizações participantes*. In: *Congresso virtual brasileiro de administração*. 2009.
- SOUZA, Caio Motta Luiz de. *Entre o Planejamento Estratégico Formal e Informal: um Estudo de Caso Exploratório sobre a Prática de Estratégia nas Organizações/Between Formal and Informal Strategic Planning: an Exploratory Case Study on the Practice of Strategy in Organizations*. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 5, p. 855, 2011.
- SCHATZKI, Theodore R. *Peripheral vision: The sites of organizations*. *Organization studies*, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.
- TODEVA, Emanuela; KNOKE, David. *Strategic alliances and models of collaboration*. *Management Decision*, v. 43, n. 1, p. 123-148, 2005.
- TURETA, César; LIMA, Juvêncio Braga. *Estratégia como prática social: o estrategizar em uma rede interorganizacional*. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, V. 12, N.6, Edição Especial. São Paulo, SP. Nov./Dez. p. 76-108. ISSN 1518-6776 (impresso). ISSN 1678-6971(on-line). 2011.
- THOMPSON, Arthur A.; STRICKLAND Alonzo J. *Strategic Management: Concepts and cases*. 12th ed. New York: McGraw-Hill, 2001.
- WHITTINGTON, Richard. *Strategy as practice. Long range planning*, v. 29, n. 5, p. 731-735, 1996.
- WHITTINGTON, Richard. *Completing the practice turn in strategy research*. *Organization studies*, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos*. Bookman editora, 2015.



**O DIA ANTES DO FIM: Uma Análise da
Competitividade no Mercado de Ações
sob a Perspectiva da Gestão Estratégica
em um Estudo Observacional**

Alcineide Aguiar Pimenta¹
Rogeanne Moraes Ribeiro²
Meirilane do Nascimento³
Keila Costa de Souza⁴

RESUMO: Com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre a elaboração das estratégias empresariais no âmbito da atuação no mercado de ações e como criam vantagem competitiva, esse trabalho se propõe através de um estudo observacional analisar o caso de uma empresa do mercado financeiro, retratada no cinema através do filme “O dia antes do fim”. A estória consiste em um drama focado na crise financeira de 2008, tendo sua ação durante as 24 horas anteriores ao colapso da bolsa de Nova Iorque. Lançado em 2011 tendo como diretor Chandon. O que pode se perceber com esse estudo, foi o quanto é dinâmico e intenso o mercado de ações e que requer estratégias competitivas que subsidiem as empresas em suas tomadas de decisões.
PALAVRAS-CHAVE: Competitividade; Estratégia; Gestão Estratégica; Mercado.

ABSTRACT: In order to deepen the knowledge about the elaboration of business strategies within the scope of the action in the stock market and how they create competitive advantage, this work proposes itself through an observational study to analyze the case of a financial market company, portrayed in the cinema through of the film “The day before the end”. The story consists of a drama focused on the financial crisis of 2008, taking its action during the 24 hours before the collapse of the New York Stock Exchange. Launched in 2011 with Chandon as director. What can be seen with this study was how dynamic and intense the stock market is and which requires competitive strategies that subsidize companies in their decision making.
KEYWORDS: Competitiveness; Strategy; Strategic management; Marketplace.

1 - Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento - UNIVTES; Mestre em Administração - UNIVALI; Graduada em Administração e Especialista em Gestão de Pessoas - UVA; Docente na Faculdade Luciano Feijão/FLF e Faculdade Ieducare/FIED. Email: pimentaalcineide@gmail.com

2 - Doutora em Administração - UNIVALI; Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Educação Superior - UFC; Graduada em Contabilidade - UVA. Coordenadora do curso de Administração na Faculdade Luciano Feijão. Email: rogeanemorais@yahoo.com.br

3 - Especialista em Gestão Financeira e Controladoria - Centro Universitário Estácio do Ceará-FIC; Graduada em Administração - UVA. Professora do Curso de Bacharelado em Administração- Faculdade Ieducare - FIED. Email: mnsobral13@hotmail.com

4 - Mestre em Administração pela UNIVALI; Graduada em Administração - UVA. Coordenadora dos Curso de Administração e Contábeis da Faculdade ViaSapiens. Email: keyla_costa27@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do mercado de ações é muito intensa e requer estratégias competitivas que subsidie as empresas nas suas tomadas de decisões. O acompanhamento e a gestão dos ativos financeiros são rotinas para muitos indivíduos e organizações desse setor. Para tanto, a análise cuidadosa, a especificação, a estimativa e a previsão de retorno dos ativos financeiros, bem como a construção e a avaliação das carteiras, são habilidades essenciais no conjunto de ferramentas de qualquer administrador financeiro (RIGHI e CERETTA, 2014).

Considerando a velocidade das mudanças no mercado financeiro, as empresas desse setor buscam, incansavelmente, desenvolver estratégias que as diferencie no cenário no qual estão inseridas e que possam obter e ampliar suas vantagens competitivas (NETO, IIZUCA e PADILHA, 2015). Nesse sentido, o conhecimento acerca do mercado financeiro, a habilidade em capitanear informações antecipadamente e a gestão deste conhecimento e informações irão dá o rumo para a definição das estratégias a serem implementadas.

Nesse contexto, o que se percebe é que as organizações na ânsia de garantir sua sobrevivência implantam suas estratégias bastante agressivas e que em alguns momentos, o que é reconhecido como uma vantagem competitiva, torna-se uma pode ser uma estratégia de benefício unilateral, no qual apenas a empresa ganha. O risco dessas estratégias é eminentemente perigoso, haja vista que a longo prazo a imagem da empresa fica associada a um evento em que a mesma agiu em benefício próprio em detrimento aos parceiros, clientes e demais organizações pertencentes a cadeia de valor.

Com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre a elaboração das estratégias empresariais no âmbito da atuação do mercado de ações e como estas criam vantagem competitiva, esse estudo se propõe a analisar o caso de uma empresa do mercado financeiro, retratada no cinema através do filme “O dia antes do fim” (2011), no qual tem seu enredo embasado na descoberta de um cenário desastroso para a empresa e a definição de estratégias para a tomada de decisão que minimize o impacto para a organização. O que se segue é uma sequência de ações estratégicas, direcionada pela alta gestão da empresa, com um desfecho um tanto curioso que abre espaço para uma discussão em torno da seguinte questão: Até que ponto uma estratégia pode ser considerada competitiva?

Para tanto, será utilizada a metodologia de estudo observacional da narrativa fílmica, no caso, o filme supra citado, do gênero drama, dirigido por Chandor e lançado em 2011. A escolha por esse filme como fonte de dados narrativos se deu devido a presença de diversos elementos relacionados ao tema da pesquisa e que são destacados na narrativa como essenciais para o desfecho do enredo.

Espera-se com esse estudo contribuir, a partir do aporte teórico e do caso retratado na narrativa fílmica, com a compreensão das estratégias competitivas utilizadas em empresas atuantes no mercado de ações e a interação destas com as demais vertentes pertencentes a este mercado. Para responder a isso, esse texto apresenta, além dessa introdução, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, o estudo observacional do filme e as considerações finais.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre estratégia mostram que as empresas adotam suas estratégias considerando a relação existente entre algumas características da organização e o tipo de formação estratégica que se encaixa em sua realidade (SOUZA, 2011). Tomando como base essa abordagem, estudar conteúdo, processo e prática de estratégia nas organizações pode evidenciar que é possível precisar o padrão de formação da estratégia dentro de uma organização (MINTZBERG,1993), dentro de variáveis previamente determinadas, de acordo com a necessidade organizacional. Dentre essas abordagens, a processual direciona o foco para a análise do cotidiano da formação estratégica e visa compreender como a estratégia acontece no âmbito organizacional (SOUZA, 2011). As empresas podem focar seu desenvolvimento conjunto, ligando as áreas operacionais e estratégicas ao mercado, podendo resultar na obtenção de vantagem competitiva. O que se percebe é que as organizações passam por uma fase de adaptação às novas regras competitivas do mercado. O grande desafio tem sido na condução eficaz das organizações num mercado de extrema competitividade.

Desta forma, a estratégia tornou-se um ponto de destaque em todas as instituições, sejam elas de pequeno ou grande porte, independente do segmento de atuação ou forma de gestão. Henderson (1998) retrata que, quanto mais rico o ambiente em questão, maior o número de competidores e mais acirrada será a competição. Este autor relata ainda que estratégias são revistas para enfrentar mudanças rápidas em relacionamentos competitivos de mercado, ou seja, o mercado fica atrativo para muitas empresas que aumentam a competição por meio de diferentes estratégias de atuação. Então, a gestão estratégica passa a ser essencial para a continuidade e a longevidade das organizações (ANSOFF e MCDONNELL, 1993).

Tomando como base o conceito de estratégia adotado por Ansoff e Mcdonnell (1993), no qual estratégia é um conjunto de padrões de tomada de decisão para orientação do comportamento de uma organização, e Porter (1989), que diz ser a estratégia quem orienta as ações empresariais na criação de vantagem competitiva, obtém-se a seguinte definição: estratégia é um conjunto de padrões e comportamentos de uma organização utilizados para alcançar uma vantagem competitiva por meio da diferenciação de produtos e serviços oferecidos ao mercado (SANTOS, et al., 2007).

Meirelles (2003) acrescenta que a estratégia é a criação de uma posição competitiva exclusiva e valiosa, e envolve um grupo de atividades diferentes e compatível; é exercer opções excludentes na competição; é escolher o que fazer e o que não fazer. Nesse sentido, estratégia diz respeito a decisões e ações que impactam na organização, lidam com adequação desta e o ambiente no qual está inserida, sendo considerado de natureza complexa e envolve aspectos de conteúdo e processo.

Numa visão geral e contemporânea, Whittington (2002) apresenta uma perspectiva diferenciada sobre estratégia, abordando-a como um elemento social. O autor considera a estratégia um processo racional de criação que busca a maximização da vantagem competitiva. Nesse sentido, fazer estratégia é conhecer onde e quando essa interação ocorre no tempo e no espaço (SANTOS, et al., 2007).

Segundo Meirelles (2003), a formulação da estratégia nas organizações dependerá da corrente teórica que mais influencia os gestores, e da natureza, complexidade, competição e outros fatores que moldam o ambiente de negócios. E ainda, a formulação e implementação de estratégia devem considerar aspectos internos da organização e externos, localizados no ambiente.

A percepção dos vários fatores, sejam eles internos ou externos, que compõem o sistema organizacional pode influenciar a formação da estratégia numa organização. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer também quem é ou quem são os responsáveis pela criação e o desenvolvimento das estratégias para identificar a influência deles no processo como um todo. Mintzberg (2001, p. 232) aponta o executivo principal da empresa como o responsável pela estratégia da organização:

[...] a criação da estratégia, naturalmente, é responsabilidade do executivo principal e o processo tende a ser altamente intuitivo, com frequência orientado para a procura agressiva de oportunidades. Não é de surpreender, portanto, que a estratégia resultante tenda a refletir a visão implícita de que o executivo principal tem do mundo, muitas vezes uma extrapolação de sua personalidade.

Assim, toda organização, independentemente do porte, suas intenções e objetivos, é continuamente submetida a situações que se desenvolvem num contexto com um grande número de atores, estes com interesses diversos, constituindo uma dinâmica de conflitos e consensos que invariavelmente se superpõem. Portanto, cabe às organizações estarem atentas para ajustarem seus processos de gestão, os quais envolvem desde a definição de objetivos até a apreciação dos ambientes de mercado em que estão inseridos (SOUSA, et al., 2007).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo utiliza a abordagem qualitativa como método de pesquisa. Essa escolha se deu pela relevância específica dada ao estudo das relações sociais (FLICK, 2004), no qual permite ao pesquisador aprofundar o estudo dos fatos em seus contextos originais, buscando entender ou interpretar os fenômenos a partir do significado atribuído pelas pessoas (DENZIN e LINCOLN, 2006). Segundo Godoi, Silva e Bandeira de Melo (2010) a pesquisa com esse tipo de abordagem tem no ambiente natural, a fonte de dados diretos, utilizando-se de um caráter descritivo e um enfoque indutivo para compreender o significado dos eventos.

Como estratégia de pesquisa escolheu-se o estudo de caso devido a possibilidade de mesmo proporcionar o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais e organizacionais do caso a ser investigado (YIN, 2010). Quanto a coleta de dados, foi realizada mediante a observação indireta, não participante, sendo considerada uma observação de segunda mão, uma vez que se fez uso de filme. Esse método de coleta de dados, mesmo sendo pouco flexível apresenta como vantagem a possibilidade de avaliação e reavaliação do fato inúmeras vezes, permitindo um estudo menos tendencioso e mais acurado dos fatos (COOPER e SCHINDLER, 2003). Os dados coletados são caracterizados como dados narrativos, definidos por Hair Jr. et al. (2007) como sendo dados que são vistos na forma de descrição de comportamento por escrito ou em registros de áudio ou vídeo.

Para a análise dos dados, utilizou-se a estratégia de fundamentação nas proposições teóricas. Fez-se uso das bases teóricas como parâmetro de avaliação dos dados extraídos do estudo observacional, possibilitando evidenciar certos dados, definindo explicações e orientando toda a análise do estudo (YIN, 2010).

4. O ESTUDO OBSERVACIONAL

A história narrada no filme “O dia antes do fim” consiste num drama ambientado numa firma atuante no mercado financeiro. Tudo começa no dia em que esta empresa vai demitir cerca de 80% dos seus funcionários. Um destes funcionários demitidos é o analista de risco Eric, interpretado por Stanley Tucci. Na ocasião de sua demissão, Eric estava investigando uma série de ocorrências registradas em gráficos que apontavam para um quadro desastroso,

mas ele não consegue decifrar todas as informações apresentadas nos relatórios da empresa. Impedido de continuar suas análises, ele entrega o trabalho em andamento para Peter Sullivan (Zachary Quinto), um engenheiro especialista em propulsão da NASA, que desistiu da profissão para se desafiar no mercado financeiro. Eric repassou o arquivo para Peter continuar a análise dos relatórios.

Mesmo sendo avisado para ter cuidado, Peter resolveu investigar o assunto de prontidão. Naquele mesmo dia, o analista Peter não conteve sua curiosidade, virou a noite na empresa analisando o material que havia recebido, juntou as peças do quebra-cabeça iniciado pelo colega demitido, e descobriu algo assustador a respeito das ações da empresa. Enquanto isso, seus colegas estavam comemorando na balada o fato de não terem sido demitidos.

A descoberta deixou Peter muito perturbado ao ponto de ligar, no meio da madrugada, para seu colega de trabalho e seu supervisor Will Emerson (Paul Bettany). Juntos conversaram a respeito da descoberta e entenderam que tal situação afetaria não só a empresa na qual trabalhavam, mas também todo o mercado financeiro.

Will Emerson levou um tempo para entender tudo que Peter lhe explicou e percebeu que precisava chamar seu superior. Nesse momento, ainda no meio da noite, desencadeia-se um processo de convocação de todos os chefes. Hierarquicamente, chefe após chefe vai sendo chamado: Sam Rogers (Kevin Spacey), Sarah Robertson (Demi Moore), Jared Cohen (Simon Baker) e outros até chegar ao superior maior o CEO, John Tuld (Jeremy Irons). Não havia como esperar o horário comercial, naquele momento eles reconheceram que precisavam tomar decisões estratégicas, o mais rápido possível, e agir ao amanhecer.

Tuld, CEO da organização, quer entender como foi possível a empresa chegar a tal situação de crise, sem ser percebido pelos executivos ali presentes. A questão agora seria avaliar qual a melhor estratégia para a empresa, diante do cenário vindouro, que de forma privilegiada eles puderam se antecipar e agora têm uma informação valiosa que os direcionam para uma tomada de decisão muito crítica. Seguem-se horas de tensão e a estratégia adotada pela empresa foi a de minimização das perdas para a firma em detrimento ao que possa acontecer ao mercado como um todo.

Nesse momento, a euforia toma conta dos funcionários, que, movidos pelos incentivos propostos pela chefia, saem em disparada a venderem as ações da empresa, mesmo sabendo que se tratava de ações sem valor. Essa informação privilegiada ficou sob o domínio apenas da empresa até o final de todas as negociações. Todos agiram de forma alinhada com a estratégia adotada na calada da noite, visando unicamente defender seus interesses, individuais e organizacional. Não consideraram o colapso que estava por vir no mercado financeiro, após aquela disparada venda de ações, preparada unicamente com o propósito de desviar o prejuízo que seria para esta empresa e, a partir de então, se redirecionou afetando todo o mercado financeiro.

Esse foi um momento marcante que revela o lado negro da estratégia adotada por um banco de investimentos americano. No intervalo de 24 horas, a empresa identifica o problema, aciona toda a equipe de executivos que, analisam, decidem e direcionam as ações a serem executadas para finalizar os negócios da empresa e não perderem seus investimentos, mesmo sabendo que essa estratégia adotada levaria o mercado global a uma crise sem precedentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme em análise, apresenta claramente situações que podem ser identificadas e correlacionadas com o arcabouço teórico adotado para esse estudo. O contexto em que o enredo é contado, mostra uma equipe tecnicamente preparada para lidar com situações adversas, confirmando o que Righi e Ceretta (2014) falam sobre as habilidades necessárias para atuar no mercado financeiro.

Percebe-se que, após tomar conhecimento da situação crítica em que se encontrava a empresa, os gestores foram ágeis no processo de definição das estratégias e direcionamento das ações para não perderem o que ainda era possível manter dos seus ativos. Não levando em conta as questões éticas, vale destacar o enfoque dado pelos executivos em salvar o que fosse possível, aproveitando o que ainda restava de oportunidade naquele cenário.

A formulação da estratégia foi toda construída e direcionada pelo CEO da empresa, concordando com o que o Mintzberg (2001) afirma sobre a criação da estratégia ser responsabilidade do executivo principal, sendo também um processo altamente intuitivo e agressivo, refletindo a personalidade do seu gestor maior. Como o objetivo deste estudo consistiu em apresentar, através de um estudo observacional, uma análise do filme "O dia antes do fim", no viés da formulação da estratégia dentro do contexto em que estão inseridos e, respondendo à pergunta: Até que ponto a estratégia pode ser considerada competitiva? Entende-se que tal objetivo foi atingido, uma vez que foi possível verificar, mediante uma abordagem qualitativa, a relação teórica com o caso representado na trama.

No entanto, é fato que não se pode generalizar essa percepção para outros ambientes organizacionais, uma vez que, a trama sugere uma reflexão ética e este estudo se limitou a abordar sua análise na perspectiva da formulação da estratégia. Sugere-se, portanto, outros estudos correlacionando essa abordagem com a perspectiva ética.

REFERÊNCIAS

- ANSOFF, H. I.; MCDONNELL, E. J. *Implantando a Administração Estratégica*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. 2. Ed. Porto Alegre: Artemed, 2006.
- FLICK, U. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GODOI, C. K.; SILVA, A. B.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (organizadores). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUELL, P. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- HENDERSON, B. D. *As origens da estratégia*. In: MONTGOMERY, C. A. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, p. 3-11, 1998.
- MEIRELLES, A. de M. *A formação de estratégia no sistema bancário brasileiro: modelo teórico e evidências empíricas*. Tese (Doutorado em Administração). Belo Horizonte. UFMG/CEPEAD, 2003.
- MINTZBERG, H. *Structures in fives*. Englewoods Cliffs: Prentice Hall, 1993.
- MINTZBERG, H. *A organização empreendedora*. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, p. 231- 239, 2001.
- NETO, A. G. V.; IIZUKA, T. M. F.; PADILHA, A. C. M. *Competências Essenciais e Estratégias Competitivas de Empresas Multinacionais Brasileiras Líderes em Cadeia de Valor Global*. *Revista Gestão & Planejamento*. Salvador, v. 16, n. 2, p. 165-184, mai/ago. 2015.
- RIGHI, M. B. CERETTA, P. S. *Transmissão da Volatilidade entre Ações de Grandes e Pequenas Empresas no Mercado Brasileiro de Capitais*. *Revista Adm. UFSM, Santa Maria*, v. 7, n. 2, p. 249-264, jun. 2014.
- SANTOS, L. L. S.; ALVES, R. C.; ALMEIDA, K. N. T. *Formação de Estratégias nas Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo no Centro-Oeste Mineiro*. *Revista de Administração Empresas. RAÉ*. v. 47, n. 4, Out/Dez.2007.
- SOUZA, C. M. L. de. *Entre o Planejamento Estratégico Formal e Informal: Um Estudo de Caso Exploratório sobre a prática de Estratégia nas Organizações*. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 5, art. 4. Rio de Janeiro, RJ. Set/Out. p. 855-876, 2011.
- WHITTINGTON, R. *O que é estratégia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



POTENCIAL REUSO DA ÁGUA
RESIDUÁRIA DA ESTAÇÃO DE
TRATAMENTO DE ESGOTO-ETE
TIANGUÁ PARA FINS AGRÍCOLAS

Kelma Costa de Souza
Alex Alves Pessoa de Melo Albuquerque
Keila Costa de Souza
Renata Rochelly de Mesquita Cavalcante

RESUMO: A utilização de águas residuárias tratadas na agricultura fornece, ao solo e aos vegetais, água, nutrientes e matéria orgânica, que conservam o solo e agem como fertilizantes orgânicos, além de contribuir para preservação dos recursos hídricos. Assim, esse trabalho teve por objetivo avaliar o potencial de reuso da água residuária da estação de tratamento de Tianguá para irrigação. Para o diagnóstico da qualidade do esgoto tratado, foram realizadas análises físico-químicas das amostras coletadas. Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que a qualidade do efluente atendeu aos padrões exigidos pela legislação estadual para fins de uso agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura. Água Residuária. Irrigação. Semiárido.

ABSTRACT: The use of residuary waters treated in the agriculture supplies, to the soil and the vegetables, water, nutritious and organic matter, that conserve the soil and they act as organic fertilizers, besides contributing for preservation of the water resources. Thus, this study aimed to evaluate the potential for reuse of wastewater of Treatment from Tianguá for irrigation. For the diagnosis of the quality of treated sewer, were performed physiochemical analyses of the collected samples. The quality of the effluent obtained met the standards required by the state legislation for agricultural purposes.

KEYWORDS: Agriculture. Residuary Water. Irrigation. Semi-arid.

1 Professora Doutora (Faculdade ViaSapiens)

2 Supervisor Técnico de Tratamento de Esgoto e Meio Ambiente da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (GAGECE)

3 Professora Mestre do Curso de Administração da Faculdade ViaSapiens

4 Mestranda do DEHA-Recursos Hídricos (Universidade Federal do Ceará – UFC)

1. INTRODUÇÃO

A utilização da água pelo homem envolve diferentes atividades consuntivas ou não. Dentre as atividades a agricultura é a que mais consome água, tendo na irrigação a maior demanda (CHRISTOFIDIS, 2001). Em áreas de clima seco por exemplo, a irrigação chega a consumir de 50 a 85% dos recursos hídricos disponíveis (CAPRA e SCICOLONE, 2004).

No Brasil de toda área cultivada no país, 5% é irrigada, o equivalente a cerca de 3 milhões de hectares, sendo responsável por 16 % da produção agrícola e representando 35 % do valor total da produção (BRITO et al., 2002). De acordo com os mesmos autores, em proporções mundiais 18 % da área agrícola em um total de 275 milhões de hectares são irrigadas. Parcela esta responsável pela produção de 42% dos alimentos consumidos pelo homem (CHRISTOFIDIS, 2002). Todavia, o uso da água para irrigação não pode e não deve competir com o uso da água destinada ao abastecimento doméstico, de uso prioritário. Dessa forma, o reuso de águas residuárias para irrigação mostra-se como alternativa para munir as necessidades hídricas, além de contribuir com a nutrição das plantas (CAPRA e SCICOLONE, 2004).

Segundo delimitação do ministério da integração nacional (MI, 2005), o Brasil tem 1.135 municípios que fazem parte do semiárido, compreendendo uma área de 980.089,26 Km², onde se encontra inserida uma população de 21.718.168 milhões de pessoas, da qual 44% residem na zona rural. De forma que, o reuso de água pode se tornar uma alternativa para o desenvolvimento da agricultura no semiárido, auxiliando na resolução dos diversos problemas de escassez e ainda estabilizar e garantir a produção. Assim, o reuso de água pode se tornar uma alternativa para o desenvolvimento da agricultura no semiárido, auxiliando na resolução dos diversos problemas de escassez e ainda estabilizar e garantir a produção.

Estas águas possuem nutrientes e matéria orgânica que influenciam no melhoramento das características químicas, físicas e biológicas do solo, incrementando a produtividade das culturas (ERTHAL et al., 2010). Outros benefícios do reuso na agricultura, são: a possibilidade do aporte e reciclagem de nutrientes (reduzindo o uso de fertilizantes químicos), e a conservação da água disponível (MEDEIROS et al., 2008).

Diante da magnitude da temática, o objetivo dessa pesquisa é avaliar o potencial de reutilização do efluente tratado da estação de tratamento de esgotos no município de Tianguá/Ce para fins agrícola. Considerando que o município está localizado no semiárido do nordeste brasileiro e pela necessidade constante de aumentar a produção de alimento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O reaproveitamento de água residuária em atividades menos exigente é categórico nos dias de hoje, primeiramente, como forma de preservar a água de melhor qualidade para o consumo humano e usos similares, proporcionando aumento da oferta e otimizando o uso dos recursos hídricos; depois como barreira contra a contaminação dos corpos receptores e mitigação da poluição hídrica. Sendo a utilização indicada para além das regiões áridas e semiáridas, como por exemplo nos locais onde há carência de água (MOTA et al., 2007). De forma que, diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizam efluentes tratados para fins produtivos (METCALF e EDDY, 2003). Tornando-se uma prática crescente em todo o mundo nos últimos anos (BASTOS et al., 2003).

Em Israel, por exemplo, considera-se as águas residuárias como parte integrante dos recursos hídricos do país. A reutilização da água doméstica é considerada sólida e atualmente o país reutiliza 75% dos efluentes gerados (JUANICÓ, 2007).

Na Itália, efluentes tratados são disponibilizados na agricultura e na indústria, com interesse maior para a irrigação dos pomares (BONOMO et al., 1999).

Na França, especificamente na cidade de Clermont-Ferrand, encontra-se o maior sistema de reuso para irrigação agrícola através da irrigação de 600 hectares de cultivo alimentício de culturas, com um total reutilizado de 10.000m³/dia de efluentes tratados (FABY et al., 1999).

Na Capital mexicana, cerca de 45m³/s de esgotos sanitários, combinados a 10m³/s de águas pluviais, são utilizados em 80.000 hectares localizados a 60 km da região metropolitana, organizados em perímetros irrigados, abastecidos por um complexo sistema de canais e reservatórios; tendo como principais culturas irrigadas forrageiras e cerealíferas (STRAUSS e BLUMENTHAL, 1989, apud BASTOS et al., 2003).

No Brasil, já existem experiências que merecem destaque com a prática do reuso planejado. O Estado de São Paulo, tem a experiência de reuso na agricultura irrigada em cultivos de milho e girassol, hidroponia com flores e irrigação de pastagens para produção de feno (BERNARDI, 2003).

Na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, efluentes de sistemas de tratamento primário são utilizados na irrigação de capineiras (GUIDOLIN, 2000).

No estado do Ceará a irrigação tem expandido de modo a requerer elevada disponibilidade de água, assim como alternativa para o desenvolvimento sustentável da atividade. Assim, através de parcerias entre instituições estaduais e federais tem se desenvolvido práticas de cultivo com a reutilização de efluentes tratados. No município de Aquiraz, foi criado o Centro de Pesquisa Sobre Tratamento e Reuso de Águas Residuárias, através da parceria entre a Companhia de Água e Esgotos do Ceará (CAGECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), por intermédio do Departamento de Hidráulica e Ambiental (DEHA), experiências bem sucedidas foram realizadas em cultivos de melancia, mamão, mamona, feijão, helicônia, girassol e capim Tanzânia.

2.1 Legislação ambiental

No Brasil a resolução CONAMA N° 20, de 18 de junho de 1986 foi a pioneira referente ao enquadramento dos corpos hídricos. Nela foi introduzida a noção que os níveis de qualidade devem atender às necessidades da população, permitindo assim os usos múltiplos da água. Que vão desde melhorar a produção agrícola até aumentar o suprimento de água (USEPA, 2012). Posteriormente a resolução CONAMA n° 430/2011, altera e complementa outra resolução a n° 357/2005, estipulando alguns parâmetros de qualidade de efluente.

Todavia cada esfera administrativa possui seu próprio arcabouço normativo para nortear o despejo de efluentes. No Estado do Ceará, tem-se a Resolução do COEMA n° 02/2017, referência para os padrões de despejo de efluentes que se aproxime da realidade regional e se adapte as características geográficas, morfológicas e climáticas.

Dentro da mesma resolução o art. 39. Trata do reuso externo de efluentes sanitários para fins agrícolas e florestais.

2.2 Sistema de lagoas de estabilização

De acordo com a literatura vários conceitos para as lagoas de estabilização podem ser encontrados. Para Pessoa e Jordão, (1982) é um "... sistema de tratamento biológico em que a estabilização da matéria orgânica é realizada pela oxidação bacteriológica (oxidação aeróbia ou fermentação anaeróbia) e/ou redução fotossintética das algas".

Em países de clima predominantemente quente, como o Brasil, a tecnologia mais adequada para tratamento de efluentes são as lagoas de estabilização, onde normalmente há disponibilidade de terrenos e a temperatura é favorável ao seu desempenho. Dependendo da configuração, as lagoas podem alcançar o grau de purificação desejado, a baixo custo financeiro, em vista da simplicidade de operação e manutenção (BASTOS e MARA, 1993; MONTE, 1995; SILVA e MARA, 1979; YÁNEZ, 1993 apud ARAUJO, 2000).

No Estado do Ceará, por existir carência de recursos em saneamento, especialmente em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, criou-se uma tendência para escolha e instalação de lagoas de estabilização por se tratarem de sistemas economicamente mais viáveis. Por mostrar-se mais adequada para a região, em virtude do clima, disponibilidade de área, baixo custo de instalação, excelente eficiência de remoção de matéria orgânica e patógenos além, da facilidade operacional (BRANDÃO, 2004).

Nas lagoas o tratamento ocorre naturalmente através de fenômenos bioquímicos, biológicos e físicos regulados por uma ampla diversidade de seres vivos, os quais são responsáveis pelas transformações da matéria orgânica e dos nutrientes. Contudo, os sistemas são sensíveis às condições climáticas, sendo a temperatura, a insolação e a intensidade de luz solar, fatores determinantes do sucesso do tratamento nessas unidades, por regularem a atividade das algas e das bactérias envolvidas no processo (BENTO, 2005).

Quando comparada aos sistemas convencionais de tratamento tais como, lodos ativados, filtros biológicos e reatores anaeróbios, as lagoas de estabilização, se configuradas devidamente, adequam-se a paisagem natural e produzem efluentes com excelentes condições sanitárias, bem como a redução satisfatória do material orgânico carbonáceo. Entretanto, apesar da boa qualidade microbiológica alcançada, as lagoas não apresentam tanta efetividade na redução de nutrientes como nitrogênio e fósforo, e também de sólidos em suspensão (BENTO, 2005).

De qualquer forma as lagoas de estabilização, são reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das melhores formas de tratamento para reuso de água com a finalidade de irrigação de culturas (ANA, 2016).

2.3. Avaliação do potencial do reuso na agricultura

Um dos grandes diferenciais na prática do reuso para fins agrícolas é a substituição parcial de fertilizantes químicos, haja vista que a quantidade de água e nutrientes contida nos esgotos é bastante considerável. Para Ayers e Westcot (1991), as águas residuárias tratadas fornecem aproximadamente 2/3 dos nutrientes que as plantas necessitam. Além dos benefícios gerados, como a redução do impacto ambiental, em função da menor contaminação dos cursos d'água por fertilizantes químicos e nutrientes presentes nos efluentes, pela restrição do lançamento de efluente e o aumento na produção de alimentos, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo. Ademais, serve como uma forma de pós-tratamento dos efluentes pelo sistema solo-planta, absorvendo e retendo nutrientes, poluentes e organismos patogênicos remanescentes (BOUWER e CHANEY, 1974).

O reuso para a agricultura pode ser considerada uma fertirrigação, haja vista que se está fornecendo água com nutrientes para as plantas. Todavia, segundo Marques (2003), a fertirrigação apresenta vantagens e limitações quando comparada com a aplicação tradicional de fertilizantes.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de estudo

O sistema pesquisado foi a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE-Tianguá) pertencente à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (GAGECE). Localizado na cidade de Tianguá/CE – Brasil, com acesso na CE-187, S/N. As coordenadas geográficas são de 3° 43' 56" S e 40° 59' 30" W, numa altitude de 775 m acima do nível do mar (Figura 1)

Pela classificação de Köppen, o clima predominante é do tipo Aw - Clima tropical com estação seca. Temperatura média anual 26 °C e pluviometria média anual de 1.350 mm. O solo é do tipo Neossolo Quartzarênico, franco-arenoso (EMBRAPA, 2013).



Figura 1. Localização da área experimental em Tianguá - CE, Brasil

Fonte: Lima, 2015 apud Feitosa 2018

3.2. Caracterização do sistema de tratamento

O sistema pesquisado foi a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE-Tianguá) pertencente à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (GAGECE). Localizado na cidade de Tianguá/CE – Brasil, com acesso na CE-187, S/N. As coordenadas geográficas são de 3° 43' 56" S e 40° 59' 30" W, numa altitude de 775 m acima do nível do mar (Figura 1)

Pela classificação de Köppen, o clima predominante é do tipo Aw - Clima tropical com estação seca. Temperatura média anual 26 °C e pluviometria média anual de 1.350 mm. O solo é do tipo Neossolo Quartzarênico, franco-arenoso (EMBRAPA, 2013).



Figura 2. Área experimental estação de tratamento de Tianguá

Fonte: Google Earth

3.1. Área de estudo

A amostragem foi realizada conforme os procedimentos padrões estabelecidos pela Companhia de Água e Esgoto de Ceará (CAGECE).

As coletas foram provenientes do esgoto tratado tendo como ponto de amostragem a caixa de saída, de acordo com a COEMA n 02/17. E foram realizadas por um período de sete meses especificamente de junho a dezembro de 2019.

As análises das amostras foram realizadas no laboratório central da CAGECE em Fortaleza/CE. Os laudos foram obtidos junto a Unidade de Negócio da Bacia da Serra da Ibiapaba – UN-BSI.

Para a avaliação da qualidade do efluente utilizou-se o laudo de monitoramento por meio da tabulação e análise crítica. Os parâmetros físico-químicos bem como a metodologia utilizada encontram-se sumarizados na tabela 1.

Tabela 1. Parâmetros e métodos utilizados para a avaliação da qualidade do efluente da ETE Tianguá.

| PARÂMETRO | MÉTODO |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Amônia | 4500-NH3 D, SMEWW 23RD ED., 2017 |
| Cálcio | 3500-CA B, SMEWW 23RD ED., 2017 |
| Cloreto | 4500-CL- B, SMEWW 23RD ED., 2012 |
| Condutividade | 2510 B, SMEWW 23RD ED., 2012 |
| Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) | 5210 B, SMEWW 23RD ED., 2017 |
| Demanda Química de Oxigênio (DQO) | 410 4 USEPA, 1993 |
| Fósforo total | 4500- P E, SMEWW 22ND ED., 2012 |
| Nitrato | 4500-NO3- E, SMEWW 23RD ED., 2012 |
| Nitrito | 4500-NO2- B, SMEWW 23RD ED., 2017 |
| pH | 4500-H+ B, SMEWW 23RD ED., 2017 |
| Potássio | 3500-K B, SMEWW 22ND ED., 2012 |
| Sódio | 3500-NA B, SMEWW 22ND ED., 2012 |
| Sulfeto | 4500 S2- F, SMEWW 23RD ED., 2017 |

Fonte: GAGECE

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo foi realizado através dos dados fornecidos pela Companhia de Água e Esgoto de Ceará (CAGECE). Relacionada a Estação de Tratamento de Esgoto de Tianguá (ETE-Tianguá) constituído de sistema australiano de lagoas, adotado pela companhia (uma lagoa anaeróbia, uma lagoa facultativa, e três lagoas de maturação dotadas de chicanadas).

Os parâmetros analisados e principais indicadores da qualidade da ETE em estudo se encontram sumarizados na tabela 2. Tais parâmetros são de relevância para a prática de lançamento diretamente no corpo hídrico de acordo com a Resolução COEMA No 2/17 artigo 12. E os resultados atenderam aos padrões estabelecidos. De forma que a realização dessas análises do efluente possibilita o acompanhamento da eficiência do mesmo e determina a necessidade, ou não, de implementação de medidas preventivas e/ou corretivas. Adicionalmente, o controle serve para caracterizar e monitorar o efluente tratado.

Tabela 2. Resultados dos parâmetros físico-químicos avaliados na qualidade do efluente da ETE Tianguá.

| PARÂMETROS | MESES | | | | | | | |
|--|--------|----------|----------|----------|----------|----------|--------|----------|
| | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Média |
| Amônia (mg/L) | - | - | - | - | - | 29,46 | - | - |
| Cálcio (mg/L) | - | - | 26,22 | 20,63 | 29,58 | 21,02 | 21,18 | 24,40 |
| Cloreto (mg/L) | - | 131,86 | 164,73 | 174,93 | 191,4 | 187,75 | 181,72 | 172,0 |
| Condutividade (uS/cm) | - | 1.032,40 | 1.184,10 | 1.051,10 | 1.310,10 | 1.326,50 | - | 1.180,84 |
| Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) (mg/L) | 122,47 | - | - | - | - | - | - | - |
| Demanda Química de Oxigênio (DQO) (mg/L) | 143,13 | 165,85 | - | 169,15 | 194,88 | 185,64 | 241,08 | 183,28 |
| Fósforo total (mg/L) | - | - | 9,94 | - | - | - | - | - |
| Nitrato (mg/L) | - | 0,04 | 0,1 | 0,03 | 0,17 | 0,005 | 0,02 | 0,06 |
| Nitrito (mg/L) | - | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,005 | 0,02 | 0,08 | 0,02 |
| pH | 7,1 | 8,1 | 7,9 | - | - | - | - | 7,7 |
| Potássio (mg/L) | - | 24 | 24 | 34 | 33 | 39 | 34 | 31,33 |
| Sódio (mg/L) | - | 120 | 115 | 140 | 135 | 180 | 190 | 146,67 |
| Sulfeto (mg/L) | 0,53 | - | - | - | - | 1,83 | - | 1,18 |

Fonte: CAGECE (-) Não Especificado.

Quando se avalia a qualidade de efluente tratado parâmetros como DBO e DQO geralmente são utilizados como dois indicadores do teor de matéria orgânica, que tem grande importância quanto se faz lançamento em corpo hídrico. Altos valores de DBO e DBQ indicam material com altas taxas de material orgânico, e poluição por matéria orgânica.

No presente estudo embora o objetivo seja uma avaliação para fins agrícolas ambos os parâmetros foram analisados. O valor da DBO, segundo laudo da UN-BSI foi de 122,47 mg/mL, destacando que o exigido pelo órgão regulador é de até 120 mg/L estando dessa forma no limite do requerido. O que demonstra a importância de controle de eficiência da estação.

Com relação a DQO o monitoramento foi realizado de junho a dezembro de 2019 apresentando média de 183,28 mg/L, sugerindo que houve eficiência de remoção de matéria orgânica, uma vez que a lei aceita valores de DQO de até 200,0 mg/L para lançamento de efluentes diretamente em corpos hídricos. Todavia foi observado que a eficiência do tratamento apresentou-se superior no início do monitoramento. Contudo variações podem ser decorrentes das características físico-químicas do esgoto que em alguns momentos podem apresentar uma menor biodegradabilidade, e também podem estar relacionadas com fatores operacionais do sistema.

Outro parâmetro de relevância no controle do tratamento do esgoto é o pH, uma vez que este apresentando valores próximos da neutralidade geram um ambiente mais propício a microbiana responsável pelo tratamento biológico, possibilitando a formação de um ecossistema mais heterogêneo e maior estabilidade no tratamento. No sistema estudado os valores observados estavam de acordo com a resolução COEMA no 02/17 art. 39, que especifica valores de pH entre 6,0 e 8,5 para o reuso externo de efluentes sanitários para fins agrícolas e florestais. Constatando estabilidade no tratamento do efluente na ETE.

Além dos fatores acima mencionados, o efluente doméstico tratado contém nutrientes como fósforo (P), potássio (K) e nitrogênio (N) em cargas elevadas. Contudo os valores de P e K encontrados neste estudo que podem ser observados na tabela 2, corroboram com os encontrados na mesma ETE por Feitosa (2018), ao qual evidenciou que a utilização da água residuária possui influência positiva nas variáveis de produção do feijão-caupi. O autor observou que os tratamentos que foram irrigados com água residuária e acionados com energia solar fotovoltaica mostraram melhor desempenho em todos os parâmetros de produção em função do efluente doméstico tratado, uma vez que a quantidade de nutrientes presentes, principalmente nitrogênio e fósforo supriu a demanda nutricional da cultura e o modo como foi disponibilizado via água de irrigação proporcionou maior eficiência na assimilação dos nutrientes pela planta.

Adicionalmente, estudos anteriores demonstraram o potencial do uso de água residuária da ETE Tianguá em irrigação. Lima et al. (2015) estudaram o reuso de água como estratégia hídrica e nutricional para a cultura do feijão-caupi, ao avaliarem os componentes de produção e comparar as médias do número de grãos por vagem (NGV) observaram uma diferença significativa entre dois tipos de água, sendo que a água de esgoto tratado apresentou uma média maior para o NGV em relação à água de poço. O que permite inferir que a água residuária da ETE pode suprir a necessidade nutricional da cultura.

Lima Junior (2017) estudando o desenvolvimento e potencial produtivo do maracujazeiro amarelo irrigado com lâminas de água ressuária na ETE Tianguá, observou que a utilização da água na agricultura irrigada é viável para o desenvolvimento vegetativo e produção do maracujazeiro. Ademais, as análises do solo sugeriram que do ponto de vista agrícola a irrigação com o efluente não causou prejuízos às características químicas do solo, possibilitando produtividade satisfatória e ambientalmente viável.

Contudo o controle da salinização e da sodificação deve ser considerado imprescindível para a prática. Elevadas concentrações de sódio (Na) na água de irrigação, decorrentes da própria dieta humana e da intensa utilização dos produtos de limpeza, acompanhadas de baixas concentrações de cálcio (Ca) e magnésio (Mg) representam elevadas razões de absorção de sódio (RAS), diminuindo a qualidade física do solo por ocasião da dispersão das argilas e obstrução dos poros do solo (MOTA e SPERLING, 2009).

Embora no presente estudo o RAS não tenha sido calculado em virtude da ausência dos valores de Mg. A média dos valores de Na observados foi de 146,67 mg/L, aproximado ao valor observado por Lima Junior (2017) na água de reuso utilizada na irrigação. O referido autor não observou durante o experimento nenhum prejuízo causado pelo efeito direto da concentração de sódio no solo.

Com relação ao Ca a média encontrada foi de 24,40 mg/L, resultado semelhante ao apresentado por Feitosa (2018) na água residuária utilizada durante o experimento com feijão-caupi irrigado em Tianguá, sob diferentes sistemas de produção. O autor constatou que os tratamentos que foram irrigados com água residuária e acionados com energia solar fotovoltaica mostraram melhor desempenho em todos os parâmetros de produção em função do efluente doméstico tratado, uma vez que a quantidade de nutrientes presentes, principalmente nitrogênio e fósforo supriu a demanda nutricional da cultura e o modo como foi disponibilizado via água de irrigação proporcionou maior eficiência na assimilação dos nutrientes pela planta.

Os demais parâmetros apresentados na tabela 2, realizados nos meses de estudo atenderam aos padrões estabelecidos pela Resolução COEMA no 2/17 artigo 12, de acordo com laudo UN-BSI, embora a resolução trate de

efluentes sanitários, que poderão ser lançados diretamente no corpo hídrico. Os resultados indicam que a utilização da água residuária tratada do município de Tianguá para irrigação pode vir a ser uma excelente alternativa, em não se tratando de Atividades Tipo 1: Irrigação de vegetais ingeridos crus e sem remoção de película da Portaria N.º154/2002, art. 6º.

É importante ressaltar que encontra-se em andamento na ETE Tianguá o “Projeto Pomar Experimental” com variações de plantas cítricas. Projeto pelo qual foram cedidos pela CAGEGE os valores das análises para o presente estudo.

5.Considerações finais

A utilização de água residuária tratada do município de Tianguá para irrigação pode vir a ser uma excelente alternativa do ponto de vista ambiental, social e até econômico.

Os resultados observados nessa pesquisa demonstram a existência potencial de reutilização da água residuária tratada no município, para fins agrícolas.

Contudo, outros estudos ainda devem ser realizados para se regulamentar e disseminar as informações sobre a prática de reuso na irrigação no município. E assim, promover a aceitação da sociedade em consumir os alimentos irrigados desta maneira.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Levantamento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil - 2014: relatório síntese*. Brasília: ANA, 2016. 33 p.: II.
- APHA (AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION). *Standard methods for the examination of water and wastewater*. 20° ed. Washington (USA), 1998, 1162p.
- ARAÚJO, L. F. P. "Reúso, com Lagoas de Estabilização, Potencialidade no Ceará". 1° ed. Fortaleza, 2000.
- AYERS, R.S.; WESTCOTT, D. W. *Water Quality for Agriculture*. FAO, 1985.
Traduzindo: *A Qualidade da Água na Agricultura*. GHEYI, H. R.; MEDEIROS, J. F.; DAMASCENO, F. A. V. UFPB. 1991. 218 p.
- BASTOS, R. K. X.; ANDRADE, C.O.N.; VON SPERLING, M.; BEVILACQUA, P. D. *Utilização de Esgotos Tratados em Irrigação – Aspectos Sanitários*. In: BASTOS, R. K.X. (Coordenador). "Utilização de Esgotos Tratados em Fertirrigação, Hidroponia e Piscicultura". Vol. 3, PROSAB. 1° ed. Belo Horizonte, 2003.
- BENTO, A.P. 2005. 197 f. *Tratamento de esgoto doméstico em lagoas de estabilização com suportes para o desenvolvimento de perifiton – biofilme*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental) Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.
- BERNARDI, C.C. *Reúso de Água para Irrigação*. 2003. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Sustentável de Agricultura Irrigada) – ISEA - Fundação Getúlio Vargas/ECOBUSINESS SCHOOL, Brasília, DF, 2003.
- BRANDÃO, L. P. 2000. *Perspectivas do reúso de águas residuárias tratadas por lagoas de estabilização em irrigação no Estado do Ceará*. Monografia (Curso de Graduação em Engenharia Civil) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2000.
- BRITO, R. A. L.; COUTO, L.; SANTANA, D.P. *Agricultura irrigada, recursos hídricos e produção de alimentos: uma interação produtiva e positiva*. Item, Brasília, n. 55, p.64-69, 2002.
- BONOMO, L.; NURIZZO, C.; ROLLE, E. *Advanced wastewater treatment and reuse related problems and reuse related problems and perspectives in Italy*. *Water Science and Technology*. v. 40, p. 21-28, 1999.
- BOUWER, H.; CHANEY, R. L. *Land treatment of wastewater*. *Advances in Agronomy*, v.26, p.133-176, 1974.
- CAPRA, A.; SCICOLONE, B. *Emitter and filter tests for wastewater reuse by drip irrigation*. *Agricultural Water Management*, Amsterdam, v. 68, p.135–149, 2004.
- CHRISTOFIDIS, D. *Os recursos hídricos e a prática da irrigação no Brasil e no mundo*. Item, Brasília v. 49. p.8-13, 2001.
- CHRISTOFIDIS, D. *Irrigação, a fronteira hídrica na produção de alimentos*. *Revista Irrigação & Tecnologia Moderna*, n. 54. p. 46-55. 2002.
- EMBRAPA. *Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos*. Brasília, Embrapa Produção de Informação, 2013. 342 p.
- ERTHAL, V.J. T.; FERREIRA, P.A.; PEREIRA, O.G.; MATOS, A.T. *Características fisiológicas, nutricionais e rendimento de forrageiras fertirrigas com água residuária de bovinocultura*. *Revista brasileira engenharia agrícola e ambiental*, v.14, n.5, p.458- 466, 2010.
- FABY, J. A., BRISSAUD, F.; BONTOUX, J. *Wastewater research France: Water quality standards and wastewater treatment technologies*. *Water Science and Technology*, v.40, p.37-42, 1999.
- FREITAS, C. A. S.; JOSÉ ADEILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO, J. A. M.; BEZERRA, F. M. L.; LIMA, R. M. M. *Ese of treated sewage as water and a nutritional source for bean crops*. *Revista Caatinga*, Mossoró, v. 31, n. 2, p. 487- 494. 2018.
- GUIDOLIN, J. C. *Reúso de efluentes*. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente, 2000.
- JORDÃO, E. P.; PESSOA, C. A. *Tratamento de esgotos domésticos*. 4° ed – Rio de Janeiro: ABES, 2005.

JUANICÓ, M. *Reutilización de águas residuales. Qué se puede aprender de la experiencia israelí. Revista Tecnologia Del Água*, p.58-67. 2007.

LIMA JUNIOR, J. C. 2017. 74 f. *Desenvolvimento e potencial produtivo do maracujazeiro amarelo irrigado com lâminas de água residuária e de poço. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2017.*

LIMA, R. M. M. de. 2015. *Reúso de água como estratégia hídrica e nutricional para o feijoeiro cultivado na agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2015.*

MARQUES, O. M. *Uso de esgotos tratados em irrigação: aspectos agronômicos e ambientais. In: BASTOS, R. K. X. (Coordenador). Utilização de Esgotos Tratados em Fertirrigação, Hidroponia e Piscicultura. Vol. 3, PROSAB. 1º Edição. Belo Horizonte, 2003.*

MAYNARD, H. E.; OUKI, S. K.; WILLIAMS, S. C. *Tertiary Lagoons: A review of removal mechanisms and performance. Water Research*, n. 33, p.1-13. 1999.

MEDEIROS, S. S.; SOARES, A. A.; FERREIRA, P. A.; NEVES, J. C. L.; SOUZA, J. A. *Utilização de água residuária de origem doméstica na agricultura: Estudo do estado nutricional do cafeeiro. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.12, n.2, p.109-115, 2008.

METCLAF e EDDY, Incorporated (2003). *Wastewater Engineering – Treatment and Reuse. New York: McGraw Hill Ed. 2003.*

MOTA, F. S. B.; SPERLING, M. V. *Nutrientes de esgoto sanitário: utilização e remoção. Rio de Janeiro: AESB, 2009.*

MOTA S.; AQUINO, M. D.; SANTOS, A. B (Organizadores). *“Reúso de Águas em Irrigação e Piscicultura”*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Centro de Tecnologia, 2007.

PEREIRA JUNIOR, J.S. *Nova delimitação do semiárido brasileiro. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: [bd.camara.leg.br > handle > bdcamara > nova_delimitacao_jose_pereira](http://bd.camara.leg.br/handle/bdcamara/nova_delimitacao_jose_pereira). Acesso em 14 dez. 2019.*

USEPA. UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. *Guidelines for water reuse. U. S. Washington, DC: EPA, 2012.*



FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO



DIREITO



ESTAÇÃO
SAPIENS
EDITORA

INDICAÇÃO DE LIVROS.



O PROCESSO **Franz Kafka:**

A história de Josef K. atravessa os anos sem perder nada do seu vigor. Ao contrário, a banalização da violência irracional no século XX acrescentou a ela o fascínio dos romances realistas. Na sua luta para descobrir por que o acusam, por quem é acusado e que lei ampara a acusação, K. defronta permanentemente com a impossibilidade de escolher um caminho que lhe pareça sensato ou lógico, pois o processo de que é vítima segue leis próprias: as leis do arbítrio.



A ideia de justiça **Amartya Sen**

Prêmio Nobel de economia em 1998, notabilizou-se por seus trabalhos sobre a economia do bem-estar social. Professor de universidades da Europa, dos Estados Unidos e da Ásia, intelectual cujos múltiplos interesses são enfeixados por um humanismo incondicional, em seu novo livro Sen se volta para a filosofia política e a teoria da justiça. Entendendo as desigualdades do mundo contemporâneo como principais obstáculos ao seu desenvolvimento humano e social, o autor realiza uma verdadeira anatomia dos fundamentos da injustiça, em que aponta as contradições das correntes jurídicas atualmente dominantes. Segundo Sen, concentrada na discussão dos arranjos institucionais ideais necessários para a realização da justiça perfeita, a hegemonia "contratualista" no direito tende a negligenciar a realidade dos cidadãos. Por outro lado, por meio de uma argumentação "comparativista", ao mesmo tempo profundamente racional e sensível às necessidades das pessoas reais, o autor de *As pessoas em primeiro lugar* (com Bernardo Kliksberg) demonstra a urgência de incorporar o conceito rawlsiano de equidade às discussões jurídicas e, em especial, à implementação de políticas públicas. A ideia de justiça se constrói em torno da noção básica de que, embora as pessoas sejam iguais perante a lei (ao menos nas democracias), suas necessidades, desejos e esperanças não são.



Justiça: O que é fazer a coisa certa **Michael J. Sander**

Fique por dentro do que há de mais moderno e provocativo no mais concorrido curso da Universidade de Harvard. O curso "Justice", de Michael J. Sandel, é um dos mais populares e influentes de Harvard. Quase mil alunos aglomeram-se no anfiteatro do campus da universidade para ouvir Sandel relacionar grandes problemas da filosofia a prosaicos assuntos do cotidiano. São temas instigantes que, reunidos neste livro, oferecem ao leitor a mesma jornada empolgante que atrai os alunos de Harvard: casamento entre pessoas do mesmo sexo, suicídio assistido, aborto, imigração, impostos, o lugar da religião na política, os limites morais dos mercados. Sandel dramatiza o desafio de meditar sobre esses conflitos e mostra como uma abordagem mais segura da filosofia pode nos ajudar a entender a política, a moralidade e também a rever nossas convicções.

INDICAÇÃO DE FILMES

ADVOGADO DO DIABO



Kevin Lomax, advogado de uma pequena cidade da Flórida que nunca perdeu um caso, é contratado por John Milton, dono da maior firma de advocacia de Nova York. No início tudo parece correr bem, mas Mary Ann, a esposa do advogado, começa a testemunhar aparições demoníacas. Kevin está empenhado em defender o cliente e cada vez dá menos atenção a sua mulher, enquanto seu misterioso chefe parece sempre saber como contornar cada problema e tudo que perturba o jovem advogado.

LUTA POR JUSTIÇA



O advogado Bryan Stevenson assume o caso de Walter McMillian, que foi condenado a morte por assassinato, apesar das evidências que comprovam sua inocência. Stevenson encontra racismo e manobras legais enquanto luta pela vida de McMillian.

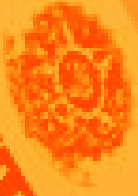
A CONDENAÇÃO



A garçonete Betty Anne Waters deixa sua vida de lado para tentar livrar o irmão de uma acusação de assassinato. Convencida da inocência dele, ela volta a estudar Direito para poder assumir o caso, na esperança de libertá-lo.

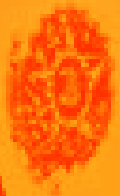


CONSTITUIÇÃO
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
1988



A INFLUÊNCIA DA ANTROPOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
1988



Jenislane Silva Araújo¹
Emidio Moura Gomes²

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma breve panorâmica sobre a influência antropológica na Constituição brasileira, a partir de uma pesquisa bibliográfica com remates descritivos, na qual foi analisado o longo trajeto, deste o primeiro texto constitucional de 1824 até a Constituição de 1988. Conclui-se com eficácia que todos os textos constitucionais brasileiros, em distinta proporção sofreu influência da Antropologia.

PALAVRAS-CHAVE: Carta Magna, Constituição, religião, povo brasileiro,

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a brief overview of the anthropological influence in the Brazilian Constitution. In a bibliographic research with descriptive goals, the long journey from the first constitutional text of 1824 to the Constitution of 1988 was analyzed. It is then effectively concluded that all Brazilian constitutional texts, in different proportions, were influenced by Anthropology.

KEYWORDS: Magna Carta, constitution, religion, Brazilian people

1 - Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens.

2 - Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens

1. INTRODUÇÃO

As ações humanas são diferentes de acordo com a situação imposta, podendo ser por meio de sobrevivência, ritos religiosos e a partir desses ritos destinar o que é certo e o que é errado e assim nascendo as primeiras formas de leis e as práticas de justiça, com isso se obriga a ter um responsável que se intitula o detentor da lei e julga quem e como devem ser penalizados e então entra no quesito de poder.

O caminho percorrido que a constituição federal passou foi regido por atos religiosos e pela procura do poder absoluto como o poder moderador. A Carta Magna de 1824, primeira constituição política do Brasil império, instituiu o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Moderador, sendo este último exclusivo do imperador, que detinha o poder de regular os outros três poderes sob a sua vontade, e como forma de legitimar o poder centralizado e autoritário do regime imperial, D. Pedro I, estabeleceu a religião católica, desde o preâmbulo da Carta Magna, como ponto central, foi somente em 1890, sobre forte pressão dos latifundiários e cafeicultores que detinham o poder econômico da época que foi promulgado um decreto estabelecendo que a Igreja Católica Romana não seria mais a religião oficial do Brasil, determinando a partir de então o Brasil como um país laico, e foi a partir deste marco histórico que começou a transcorrer uma maior flexibilidade dos costumes e tradições cristã no campo do direito, as novas constituições foram se adaptando com a realidade de mundo, considerando o país, um estado laico para abraçar todas as religiões, e foi um muito importante por que descentralizou o poder e a grande influência da Igreja Católica que legitimava a monarquia brasileira. A constituição de 1891 consolidou o presidencialismo como nova forma de governo, eleito por voto direto com período de quatro anos de vigência. Em 1930 o Brasil passou por um processo de urbanização e industrialização, tanto a burguesia almejava mudanças que priorizasse as suas necessidades como a grande classe operaria e os militares de baixa patente ansiava por mudanças políticas e sociais que lhes dessem melhores condições de trabalho, isso perdurou até 1934 com a criação de uma nova constituição, que por um lado tentava amenizar a grande insatisfação do povo, e por outro, tinha o intuito de legitimar o governo de Getúlio Vargas. O mesmo governo que instituiu a constituição de 1934, outorgou uma nova constituição em 1937, de cunho autoritário.

A constituição de 1947 reintegrou garantias democráticas negligenciadas na constituição anterior, por conseguinte, o Brasil passou por grandes turbulências e instabilidade política até que em 1967 uma nova constituição legitimou o regime militar.

O povo brasileiro teve que percorrer por uma série de anos sendo privados de poder exercer seus direitos e garantias fundamentais a dignidade humana, nesse artigo abordaremos as mudanças implantadas no Brasil com a constituição de 1988, como a proteção a vida e a execução da justiça, a proteção da ordem democrática onde assegura a voz da população e através dessa ação oferecer o direito de liberdade humano numa sociedade pluralista, influenciada pela antropologia.

2. A ANTROPOLOGIA EM UM CONTEXTO SOCIAL

Seguindo o sentido da palavra, antropologia significa o estudo do homem em sua composição biológica, cultura e social, analisa o comportamento do ser humano no meio em que habita e a razão lógica para cada mudança provocada no seu cotidiano, por isso a antropologia se divide em áreas para poder ter um estudo mais profundo sobre cada assunto; seriam elas, a antropologia física e biológica que estuda a questão genética do ser humano, a antropologia social que estuda o ser humano inserido na sociedade e as razões comportamentais deles, a antropologia cultural que envolve questões simbólicas, religiosas e como o comportamento pode ser alterado através de ritos religiosos e a arqueologia que cuida das informações de antigas civilizações perdidas. (USP. 2021)

Como a antropologia é o “estudo do homem”, inclusive as características, sociais, culturais, psicológicas e físicas, humanas, seu estudo é em partes Ciência Biológica, em partes Ciência Social, sendo ainda incluído entre as Humanas. (PELTO. 1975)

Para a sociedade conviver harmoniosamente, ela teve que se adequar com uma série de fatores externos, saindo de um grupo de animais irracionais que agiam puramente por instinto, para animais capazes de pensar e agir de forma calculada que nesse processo linear passam a se organizar em bandos, formando os primeiros agrupamentos humanos, e nesse decurso a agricultura teve o mérito de sedentarização dos indivíduos, ocasionando a formação da personalidade dos grupos, que refletia diretamente nos costumes, na arte e singularmente em suas crenças.

Mesmo com a pluralidade que engloba toda a diversidade cultural da humanidade, sempre existiu um ponto de paridade entre os diferentes povos, que é a necessidade de explicar o mundo a sua volta. Para o homem primitivo a natureza era um mistério, e para dar sentido aos fenômenos naturais e sua própria existência ele encontrou elementos religiosos que moldaram a vida social, cultura e econômica, assim como ditavam as leis e normas morais. Os agrupamentos humanos desenvolveram diferentes formas de organização social, de expressão religiosa, de crenças morais, afinando os costumes peculiares de cada grupo, e o surgimento da escrita foi relevante para a difusão das diferentes culturas.

Os arqueólogos acreditam que em torno de 4.000 a.c a 1.900 a.c surgia na Suméria as primeiras cidades e as primeiras formas de comunicação através da linguagem cuneiforme que é uma forma de se expressar através de imagens. (SO HISTÓRIA. 2021)

Com a possibilidade de grafar informações com longevidade, surgiram as primeiras escritas que registravam os movimentos comerciais e também as leis que firmavam os costumes, e determinavam a crença oficial das civilizações existentes.

Trazendo para um contexto mais local, os habitantes indígenas brasileiros no processo de colonização, foram obrigados a se adaptarem aos costumes dos seus colonizadores e de tal maneira, tiveram que aprender a língua portuguesa, inclusive foram obrigados a se tornarem cristãos, adotando o catolicismo como religião, que por sinal foi por muito tempo a base legislativa do país, representando a moral e os bons costumes. (BARROS. 2015)

A religião sendo analisado de forma antropológica mudou até mesmo a percepção humana nos seus hábitos, como o incesto, que antes das construções dos estados, cidades ou meio de socializar com outras civilizações era uma prática tida como costumeira, agora visto que tinha apenas os membros do mesmo bando para ter relações, com a incorporação de outros habitantes aos povoados, o incesto passou a não ser necessário, porém, ainda se praticava, até a incorporação da religião onde através de mandamentos psicografados pelo dito profeta passou a se tornar uma prática amoral e condenável perante a sociedade, em outros termos, a sociedade foi moldada através de ritos religiosos.

Tendo em mente que o Brasil por lei é considerado um estado laico, o que significa, que não tem religião oficial, justamente pelo fato de ter uma miscigenação muito acentuada, devido ao país ter sido colonizado por

Portugal, uma nação de tradição católica, a Igreja Católica Apostólica Romana, a religião católica basicamente regeu os costumes da sociedade brasileira por muitos anos, tanto que até mesmo o calendário oficial de feriados no Brasil, ainda hoje, é baseado nas festividades religiosas cristãs. (BARROS. 2015)

Com a adaptação aos costumes portugueses tanto pelas crenças como pelos hábitos, o povo brasileiro, recebeu influências multiculturais de outros povos, incorporando-os a sua própria cultura, originando uma nova identidade social, criando também, um sincretismo religioso.

A identidade nacional é formada por inúmeros fatores introduzidos no contexto histórico-social, dessa forma então, nota-se que além do pluralismo cultural a população adere a fatores externos, como o processo industrial, que ocasionou mudanças profundas na economia, na sociedade e na vida cotidiana, forçando a população a se adaptar com o ritmo acelerado das indústrias.

E com essas mudanças de comportamento resultante do convívio em grupo, dos elementos culturais, surgiu o que conhecemos como sociologia, que analisa as dinâmicas da sociedade como um todo e os comportamentos étnicos de um determinado grupo. (PORFIRIO. 2021)

3.0 PROCESSO DE FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA EM SUA FORMA ANTROPOLÓGICA

3.1. A mudança e o medo de um monarca em 1824

Até chegar na atual constituição federal, o Brasil passou por várias adaptações, a primeira constituição foi outorgada por D. Pedro I, em 1824 e foi titulada de constituição da mandioca, por que dava direito ao voto para homens livres, maiores de 25 anos, com renda anual correspondente a 150 alqueires de mandioca, visto que a população mais rica era composta por fazendeiros, distinguindo quem eram os detentores dos direitos civis, evitando desta forma, que os habitantes de baixa renda tivessem participação ativa no recém-formado governo. (POLITIZE. 2015)

Mesmo sendo um governo outorgado o imperador ainda assim instaurou o poder moderador onde lhe garantia plenos poderes de um monarca com a vantagem de ser um poder passado de forma hereditária, isso traz a temática de que quem está no poder não quer ceder o lugar. O Brasil não foi proclamado independente para se livrar de Portugal, mas sim para que o poder absoluto e as riquezas do país ficassem para quem estivesse no controle, que no caso seria o imperador, e quem não foi de acordo com o ato, considerado a noite de agonia, foi preso e deportado logo em seguida, como o patriarca da independência, José Bonifácio. (LOPES. 2019)

A constituição de 1824, permaneceu em vigor durante 65 anos, foi a mais longa até os dias atuais.

Examinada sob o aspecto de sua eficácia, considerada a partir de sua vigência, a Constituição brasileira de 1824 foi a de maior duração das sete que tivemos. Ao ser revogada pelo governo republicano, em 1889, depois de 65 anos, era a segunda Constituição escrita mais antiga do mundo, superada apenas pela dos Estados Unidos. (NOGUEIRA. 2012)

A constituição de 1824 instaurou o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário e o Poder Moderador, que apesar de ter um caráter marcante centralizador e autoritário no Poder Moderador, por outro lado, encontrava nos demais poderes uma tentativa de travar o poder do imperador e também garantir direitos individuais dos cidadãos.

Nesse período o catolicismo foi constitucionalizado, e não foi somente o Estado que sofreu influências da religião, mais a igreja católica também sofreu forte influência do Estado, a religião definia a conduta moral, a cultura e as relações existentes entre o povo. A união entre igreja e Estado, refletiu diretamente nas estruturas políticas, jurídicas e nos costumes dos brasileiros, no entanto, a religião também foi usada como um meio de legitimar o poder do imperador e a nova forma de governo implantada por ele.

É importante ressaltar que no século XIX os filósofos iluministas começaram a elaborar ideias de antropologia evolucionista, as principais fontes dessa corrente foram Lewis Henry Morgan, e Edward Burnett Tylor, eles acreditavam que as sociedades passavam pelos estágios de estado primitivo e progressivamente iram evoluindo até se tornarem sociedades civilizadas, surgindo a partir desse pensamento a ideia de cultura superior, e cultura inferior, isso, também influenciou na percepção etnocêntrica de raça. (PELTO. 1975)

Nesse contexto, observamos que a teoria evolucionista do XIX serviu como justificativa a dominação dos povos originários, considerados primitivos, pelos colonizadores. A partir dessa análise, verificamos a omissão aos direitos próprios dos povos indígenas na Carta Magna de 1824, expressão da visão etnocêntrica da época.

3.2. A influência dos Estados Unidos na reformulação da constituição

Sendo chamada de “constituição dos Estados Unidos do Brasil” como o nome já propõe, a constituição de 1891 foi baseada no regime democrata dos Estados Unidos e como a influência de Portugal ainda sobre o território brasileiro o nome ainda se escrevia com Z, mas até chegar na constituição em si, teve uma série de atenuantes sociais. (NEVES. 2018)

Por lei, o regime do poder absoluto era passado hereditariamente, contudo instaurado a lei da maior idade, privou que o monarca D. Pedro II assumisse o lugar do pai apenas com 14 anos, com isso, no dia 15 de novembro de 1889 foi feita a proclamação da república, um golpe contra a monarquia, sendo instaurado um novo governo que ratificou mudanças importantes. A queda do regime monárquico teve seu início no momento em que a elite agrícola paulista começava a ter mais espaço mercadológico e ansiava pela descentralização do poder, estes formaram grupos que desejavam uma autonomia comercial sobre suas províncias, com o sentimento humano de ganância por querer mais poder, esses grupos foram essenciais para a queda da monarquia no país onde chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca deu início ao processo de elaboração de uma nova constituição. (RUIZ. 2019)

Com a desfiliação com a igreja católica e o fim do voto censitário, a constituição de 1891 foi baseada no regime democrático dos Estados Unidos que tinha como proposta colocar o poder a mercê do povo que nas tomadas de decisão teriam participação na íntegra, porém, se tornou um regime governado apenas por grandes latifundiários e cafeicultores, dando origem o conhecido voto de cabresto, dando início ao coronelismo.

A constituição de 1891, instaurou o federalismo, reunindo o Distrito Federal, os estados e município, fortalecendo a grande nação brasileira. As eleições passaram a ser por voto direto e no campo do direito foi proibido a pena de galés e a pena de morte e implantado o direito à ampla defesa e o habeas-corpus.

Contudo, apesar de ter características mais democráticas do que a anterior, a constituição de 1891, não apresenta políticas específicas para os indígenas, as mulheres e os negro recém libertos da escravidão. Diante desse cenário, faremos um adendo a teoria racial que dominava o pensamento elitista brasileiro, buscando com essa teoria afirmar que os negros eram inferiores, mascarando o racismo estrutural da sociedade do final do século XIX.

3.3. Preparativos para o golpe militar

O golpe militar começou a ser trabalhado com a disputa de poder dos partidos progressistas e conservadores. O partido progressista saiu a frente com a candidatura e a vitória de Getúlio Vargas, período esse que ficou conhecido como era Vargas. Houve mudanças significativas nesse período, uma delas foi a instauração do estado novo. Os progressistas tiveram muitas conquistas incluindo a criação da Petrobras.

A Constituição de 1934 trouxe mudanças significativas para o povo, tanto nas questões trabalhistas como também provocou mudanças em outros setores da sociedade, facultando medidas de incentivos ao desenvolvimento e ao crescimento industrial, educacional, e implantando o voto secreto e aberto incluindo o voto feminino, estas conquistas democráticas foram inovadoras e por outro lado onerosas para as empresas privadas e para o governo, e por consequência durou apenas três anos. Uma nova constituição foi outorgada em 1937, desta vez com caracteres de autoritarismo, que reprimia importantes conquistas democráticas, decorrendo a extinção da Justiça eleitoral e dos partidos políticos, o fim do liberalismo e a implantação da pena de morte.

A constituição de 1947 restabeleceu garantias democráticas que haviam sido anuladas na Carta Magna de 1937, no entanto, não atendia as demandas populares, como a forma agrária, a inclusão dos trabalhadores agricultores nos direitos trabalhistas, não reconhecia o direito a greve e apesar de expandir o voto aos brasileiros que tivessem 18 anos, excluía esse direito aos analfabetos e permitia a intervenção militar.

Naquela época era proibido por lei o financiamento político principalmente por empresas multinacionais, porém mais 800 políticos foram financiados pela empresa IPES (Instituto de pesquisa e estudos sociais), uma empresa golpista que tinha relações com militares. Havia um acordo com os militares dos Estados Unidos para que caso o golpe militar brasileiro não desse certo, os Estados Unidos aplicariam o golpe militar, operação essa sendo titulada de brother Sam, mostrando que não foi uma reação a uma ameaça, e sim um plano puramente calculado para a obtenção de poder. (SILVA. 2018)

O governo de João Goulart (Jango) representava um governo de esquerda, e após apresentar suas propostas de reformas agrárias de cunho social, com a promessa de extinguir a corrupção do país, apoiadores conservadores como resposta imediata, organizaram a macha da família com Deus, e começaram a propagar acusações de que Jango era um agente infiltrado do comunismo internacional e se caso ganhasse iria instaurar uma ditadura comunista, e foi com esses argumentos que os conservadores implantaram a ditadura militar.

3.4. As atitudes de pessoas em relação ao golpe militar e como sucedeu a constituição após a ditadura

No ano de 1964 o Brasil sofreu o chamado golpe militar durante o governo de João Goulart (Jango), onde a suposta ameaça de um ataque comunista levou os militares a intervirem e fecharem o congresso, a partir daí as leis passaram a ser impostas através de atos institucionais, o mais conhecido foi o AI5 que dava plenos poderes ao presidente empossado. (NEVES. 2018)

AI-5: o mais violento e duradouro de todos os atos baixados pela ditadura, suspendia o habeas corpus, dava ao presidente poderes para fechar o Congresso Nacional por tempo ilimitado e de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão. Qualquer pessoa atingida pelos efeitos do AI-5 estava proibida de reclamar na Justiça. (SILVA. 2018)

Com isso, em um período de 21 anos as pessoas começaram a se organizar as escondidas, muitos artistas utilizaram o seu trabalho como uma forma de reivindicar os direitos humanos, repudiando o sistema de tortura e exílio.

Observamos dois comportamentos na sociedade de então, os que aceitavam e seguiam as ordens ou os que se rebelaram contra o regime militar, reagindo contra as arbitragens da ditadura.

Esse período ficou conhecido pelo alto índice de corrupção, e tendo como consequência houve um grande crescimento na desigualdade social, e no agravamento da dívida externa, além das inúmeras injustiças, repressões, censuras cometidas contra a população.

Esse período ocorreu uma manifestação titulada de “diretas já”, aludindo toda a movimentação que a população teve como uma forma de reação aos abusos implantados durante o golpe militar, como uma reação normal estimulada ao ser humano quando exposto a uma situação de extrema agressividade. Uma civilização quando é privada da sua liberdade, encarcerada em ditames de extra opressão, começa a ceder até simplesmente seguir o fluxo da regra imposta, até chegar ao ponto da explosão social, com as manifestações de revolta e protestos. A população brasileira na década de 80 foi as ruas promoveu inúmeras greves, exigindo a ruptura da ditadura e a implantação da democracia, para assegurar os direitos e garantias fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, e consequência da participação popular na luta contra a ditadura foi a construção do projetos da nova constituição do Brasil. (BEZERRA. 2014)

4. OS ANTENUANTES SOCIAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E COMO FOI O PROCESSO PARA A POPULAÇÃO

A proposta inicial, era apenas um afrouxamento político, visto que o desgosto da população aos inúmeros anos de repressão e o próprio desgaste das forças armadas após um longo período no poder. Foi uma tentativa desesperada das forças armadas de manter o governante Ernesto Geisel no poder, Geisel com suas palavras expressou que a reforma política seria uma “distensão lenta, gradual e segura”, ou seja, foi uma forma de sobrevivência política. (RUIZ. 2019)

Como um ato para mostrar a queda do golpe militar foi criada a lei da anistia onde em tese servia para perdoar as pessoas exiladas com a alegação de traição ao seu país, porém, foi apenas uma saída que os adeptos e praticantes da ditadura tiveram para serem perdoados de seus crimes de tortura, abuso de poder e assassinato, a lei foi tão absurdamente incoerente perante as atrocidades cometidas que a instauração da comissão da verdade (CNV. 2011) criada apenas em 2011 para relatar os casos e nomes de torturadores e assassinos durante o regime militar se fez necessário.

A luta do povo não parou, surgiu na época um movimento que exigia a participação popular no processo de construção da constituinte, e a intensa pressão das massas forçou o Partido dos Trabalhadores (PT) a pedir a participação popular na formulação das emendas constitucionais, ocasionando por primeira vez na história do Brasil, a participação do povo na elaboração das leis, exercendo assim, a sua plena cidadania.

Com o sentimento ainda mexido devido há anos de repressão em que o país passou, a primeira eleição legitimamente democrática foi como um sonho onde, o presidente Tancredo Neves se tornou o símbolo democrático e de voz que o povo precisava, a tal ponto, de intitular esse período de nova república, e sendo analisado de forma antropológica social, esse período se dá mais pelo sentimento de justiça do que propriamente pelo valor pessoal que o presidente traria.

A morte do presidente recém-eleito, e a posse do seu vice, José Sarney, foi um choque para população, visto que na época Sarney havia apoiado a ditadura quando fazia parte do partido ARENA, trazendo juntamente com sua posse as dúvidas sobre o processo de redemocratização.

No ano de 1986 foi feita uma reanálise da constituição ditatorial vigente e posteriormente deu origem a atual constituição no ano de 1988, trazendo ainda assuntos de moral ética designada pela igreja católica, que evidenciam fatores de como a justiça em uma civilização é mutável, no entanto, a maior pauta da nova constituição foi democracia, como ressalta a fala de Ulisses Guimarães “A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Muda para vencer! Muda, Brasil!”. (RUIZ. 2019)

A constituição de 1988, assegura as garantias e direitos fundamentais que estão interligados aos direitos culturais e étnicos.

A Constituição Federal de 1988 fez surgir um grande número de instrumentos legais que buscam proteger os diversos grupos formadores da sociedade brasileira e assim proteger a diversidade cultural. (COSTA. 2012)

Numa perspectiva antropológica a Carta Magna de 1988, reconhece a pluralidade e diversidade cultural e preceitua os direitos particulares inerentes aos diversos grupos preceptores da sociedade brasileira, sendo tudo isso uma consequência da dignidade da pessoa humana e também fundamento do Estado Democrático de Direito.

Nestes termos, conclui-se que Constituição Cidadã em seus 250 artigos garante os direitos humanos, direitos individuais e coletivos, sociais, direitos a nacionalidade e direitos políticos e que a pesar de proteger a diversidade cultural, trata cada cidadão com dignidade e personalidade única.

A ampla perspectiva do comportamento humano nas diversas culturas é, e a individualidade de cada grupo, é, portanto, um fator marcante no estudo da antropologia.

A antropologia traz-nos uma perspectiva não só no tempo como também em termos de amplitude possível da conduta humana. Alarga o cenário do mundo no qual o homem representou seus inúmeros papéis, projetando nosso olhar para além da história escrita e dentro de sociedade onde convenções jamais sonhadas por nossa cultura regulamentar e dão sentidos ao comportamento humano. Ao tornar possível esta amplitude de nossa perspectiva, permite-nos avançar além-muros de nossa própria cultura e logo regressar para considerar nosso próprio modo de vida com uma objetividade que de outra maneira não nos seria dado alcance. (HERSKOVITS. 1973)

Por fim, diante de todo o exposto, vale ressaltar que o ordenamento brasileiro ressignifica o sentido de justiça com a antropologia social, que estuda as atitudes do ser humano inserido na sociedade e da justiça que visa a razão lógica dos fatos. Objetivando a correlação da justiça antropológica, a constituição federal do Brasil visa, tanto o indivíduo socialmente, como individualmente, para ter uma noção justa do caso como um todo, trazer as reformulações necessárias, como por exemplo os casos de violência doméstica que foram incorporados na constituição em 2006, visto que a lei existente não era suficiente para trazer justiça e colhimento para as vítimas desses crimes. A antropologia no decorrer da história vai ampliando o seu objeto de estudo, e vai influenciando diversos campos e entre estes está o jurídico, deste modo, a antropologia jurídica, fornece elementos de análise culturais durante o andamento dos processos

5. CONCLUSÃO

Analisando que os seres humanos tem a capacidade elevada de se adaptar a novas formas de convívio em sociedade e que precisam de leis para poder viver em harmonia, notasse que esse processo pode ser lento principalmente quando o que se é imposto uma ação por pessoas visando apenas poder e benefícios próprios há uma série de retrocesso.

Durante o golpe militar foi um dos períodos onde mais a economia esteve em baixa e a dívida externa aumentou provocando uma quebra econômica no país aumentando o sentimento de desmotivação populacional, contando ainda com as torturas e exílios que muitos artistas e ativistas sofreram por não aceitarem a situação.

Quando se observa as questões administrativas de uma civilização notasse que pode ser facilmente corrompida de acordo com ambição de quem estiver no controle pois o sentimento humano de se sentir superior determinado a quantidade poder e riquezas obtidas é maior a cada momento e a história da constituição federal brasileira é repleta de atos egoístas e ambiciosos que justificavam a moral e bons costumes referente a igreja para condenar outros atos e apenas com o tempo foi se adaptando o real propósito de uma civilização, ainda não chegou no ideal mas pelo menos já está no caminho.

REFERÊNCIAS

USP Antropologia | Antropologia. Fflch.usp.br. Disponível em: <<https://antropologia.fflch.usp.br/antropologia>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

PELTO, Pertti J. *Iniciação ao estudo da antropologia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. P. 21
SÓ HISTÓRIA. *Mesopotâmia: o berço da civilização*. Virtuuous Tecnologia da Informação,. Disponível em: <<https://www.sohistoria.com.br/ef2/mesopotamia/>>. Acesso em: 29 Abr. 2021.

BARROS, Bruno. *O influxo da Antropologia na formação do Direito e do Estado*. Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/43647/o-influxo-da-antropologia-na-formacao-do-direito-e-do-estado>>. Acesso em: 29 Abr. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. *Antropologia: conceito, o que estuda, origem, áreas*. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/antropologia.htm>>. Acesso em: 29 Abr. 2021.

POLITIZE. *A Constituição de 1824* | Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1824/>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

LOPES, Reinaldo. *Noite da agonia: há 196 anos, Dom Pedro I mandava prender deputados*. Aventuras na História. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/dom-pedro-i-noite-da-agonia-assembleia-constituente.phtml>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

Nogueira, Octaciano. *Constituições Brasileiras, 1824, volume I, 3º edição, Brasília, 2012*. p. 9-10
PELTO, Pertti J. *Iniciação ao estudo da antropologia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 33-34
NEVES, Felipe Costa Rodrigues; QUINTANILHA, Thiago ; MOLINAR, Maria Paula. *A história das Constituições Federais do Brasil - Migalhas*. Migalhas.com.br. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/constituicao-na-escola/286253/a-historia-das-constituicoes-federais-do-brasil>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

RUIZ, Marília. *A Constituição de 1891* | Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1891/>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

SILVA, Daniel Neves. *Golpe Militar de 1964*. História do Mundo. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

SILVA, Daniel Neves. *Ato Institucional n.º 5 (AI-5)*. História do Mundo. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/ato-institucional-n-5-ai-5.htm>>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

BEZERRA, Juliana. *Diretas Já: o que foi e resumo do movimento*. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

RUIZ, Marília. *Constituição Federal de 1988: entenda a Constituição Cidadã* - Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

CNV. *Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade*. Memóriasreveladas.gov.br. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

MARQUES, Archimedes. *A lei de talião ainda sobrevive para o autor do crime de estupro* - Migalhas. Migalhas.com.br. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/93328/a-lei-de-taliao-ainda-sobrevive-para-o-autor-do-crime-de-estupro>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

RUIZ, Marília. *Constituição Federal de 1988: entenda a Constituição Cidadã* - Politize! Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 1 Mai 2021.

COSTA, Sebastião Patrício Mendes da. *Proteção constitucional dos grupos etnicamente diferenciados: interseções entre direito, antropologia e psicanálise*, janeiro/junho de 2012, Arquivo Jurídico, v.2, n. 2
HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural, man and his works*, 2º edição: editora Mestre Ju, , São Paulo 1978. p. 29



REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Francisco Danilo de Souza Gomes¹
Francisco Vinicius Nascimento De Moura²
Kelly Pinheiro Barros³

RESUMO: Ao tratarmos sobre os direitos sociais, estamos aqui falando sobre direitos que são diretamente associados ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, deste modo, devemos ter uma atenção especial para tal temática, principalmente nos tempos atuais, onde o mundo vivencia uma terrível crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus, e um dos efeitos indiretos da pandemia passou a ser a violação de direitos sociais. Deste modo, o presente ensaio busca sanar as dúvidas acerca dos seguintes questionamentos: “Como deve ocorrer a reintegração de posse durante a pandemia?”, “Existe a possibilidade que a reintegração viole o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana?” e “Quais medidas o Estado pode adotar para intermediar da melhor maneira possível essa situação?”. Diante disso, para respondermos os questionamentos citados anteriormente da melhor maneira possível, foi utilizado bibliografias renomadas no direito brasileiro, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de casos práticos.

PALAVRAS-CHAVES: Direito Civil. Reintegração de Posse. Covid-19.

ABSTRACT: When dealing with social rights, we are talking about rights that are directly associated with the constitutional principle of the dignity of the human person, therefore, we must pay special attention to this theme, especially in the present times, where the world experiences a health crisis caused by the new coronavirus, and one of the indirect effects of the pandemic has become the violation of social rights. Thus, the present essay seeks to resolve doubts about the following questions: "How should repossession occur during a pandemic?", "Is there a possibility that reintegration violates the constitutional principle of the dignity of the human person?" and "What measures can the State take to mediate this situation in the best possible way?". Therefore, in order to answer the questions mentioned above in the best possible way, we used the bibliographies renowned in Brazilian law, jurisprudence from the Federal Supreme Court (STF) and Superior Court of Justice (STJ), in addition to practical cases.

KEYWORDS: Civil right. Repossession. Covid-19.

1 - Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário INTA-UNINTA, membro acadêmico da Comissão de Promoção da Igualdade Ético-Racial e de Enfrentamento ao Racismo e da Comissão de Direito Penal e Direito Penitenciário da OAB-CE, subseção Sobral. Membro da União dos Escritores Brasileiros – UBE. (danilosouza.ctt@gmail.com).
2 - Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário INTA - UNINTA. E-mail: (viniciusnascimentonarusake@gmail.com).
3 - Bacharelada em Direito pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. E-mail: (kellypinheiro4121@gmail.com).

1. INTRODUÇÃO

Primordialmente, faz-se necessário compreendermos a importância dessa temática para o cotidiano de centenas de milhares de pessoas por todo o território nacional brasileiro, bem como, graduandos do curso de direito e profissionais da seara jurídica. Deste modo, o presente artigo possui como objetivo principal repassar o conhecimento formulado da melhor maneira possível, com uma linguagem de fácil compreensão com o intuito de alcançar o máximo de pessoas possíveis, principalmente aquelas que são leigas sobre direito.

Antes de adentrarmos sobre a abordagem da temática, observemos a seguinte citação de Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*:

Até que seja mostrado, o triunfo dos direitos humanos pode ser considerado, para uns, um progresso, uma vitória histórica, e, para outros, um retrocesso, uma derrota histórica. (SANTOS, 2013, p. 47).

Em decorrência disso, e, através da leitura do livro supracitado, podemos afirmar que Boaventura de Sousa Santos faz esta menção com o sentido de alertar os leitores sobre o passado e o presente dos Direitos Humanos. Visto que, segundo o mesmo, a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos, é objeto de discursos de direitos humanos. (SANTOS, 2013, p. 42).

Assim sendo, seguindo esta analogia e associando diretamente com a temática de nosso artigo, faz-se necessário adentrar na importância dos direitos sociais na sociedade, visando impedir que o princípio da dignidade da pessoa humana seja violado.

Deste modo, durante o decorrer do presente artigo, abordaremos a ação de reintegração de posse e um olhar cauteloso sobre a sua importância para as vítimas de esbulho, as diretrizes do direito constitucional à moradia, os impactos do novo coronavírus nas aldeias indígenas brasileiras, dentre outros assuntos de suma relevância para que assim seja possível organizar a melhor compreensão da temática abordada.

2. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E UM OLHAR CAUTELOSO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA AS VÍTIMAS DE ESBULHO.

Para entendimento acerca da ação de reintegração de posse, primeiramente, torna-se necessário conhecer o instituto da posse. Concernente a visão doutrinária, Flávio Tartuce conceitua a posse como “o domínio fático que a pessoa exerce sobre a coisa. A partir dessa ideia, levando-se em conta a teoria tridimensional de Miguel Reale, pode-se afirmar que a posse constitui um direito, com natureza jurídica especial” (TARTUCE, 2020, p. 32), acontece que a possibilidade de ingressar com a respectiva ação buscando alcançar a restituição da posse ao seu verdadeiro possuidor surge a partir do momento em que ele é impossibilitado de continuar exercendo seu poder de fato sobre a coisa.

Como é de nosso conhecimento, o código civil de 2002 adota a teoria objetiva de Ihering conforme previsão no artigo 1.196, onde o mesmo fala que “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”. Dessa forma, a teoria de Ihering se debruça sobre a ideia de que o corpus é o suficiente para a existência da posse que se revela a partir do comportamento do possuidor em face da coisa exercendo alguns poderes pertencentes ao proprietário como usar, gozar ou fruir e dispor da coisa, independentemente de demonstração da vontade de deter a coisa como sua, de forma que, o reconhecimento externo da posse ocorre mediante sua destinação econômica.

À ação de reintegração de posse constitui um procedimento especial adotado quando o possuidor é privado da posse e tem como objetivo a restituição do desapossado na posse da coisa perdida em face do esbulho. Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

O esbulho consiste no ato pelo qual o possuidor se vê privado da posse mediante violência, clandestinidade ou abuso de confiança. Acarreta, pois, a perda da posse contra a vontade do possuidor (GONÇALVES, 2020, p. 152).

Dessa forma, a posse adquirida por intermédio de violência física ou psíquica configura-se posse violenta, e, consequentemente, se torna um tipo de posse injusta, conforme determina o artigo 1.200 do Código Civil, onde o mesmo define expressamente no artigo supracitado que “é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária”.

Por conseguinte, adentramos aos efeitos jurídicos da posse previstos no título I, capítulo III com atenção ao artigo 1.210 do código civil, no qual, dispõe que “o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado”. Deste modo, o dispositivo mencionado anteriormente apresenta a tutela jurisdicional da posse ad interdicta exercida através das ações possessórias que se divide em ação de manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório.

De acordo com Flávio Tartuce, a posse ad interdicta é:

Constituindo regra geral, é a posse que pode ser defendida pelas ações possessórias diretas ou interditos possessórios. A título de exemplo, tanto o locador quanto o locatário podem defender a posse de uma turbação ou esbulho praticado por um terceiro. Essa posse não conduz à usucapião (TARTUCE, 2020, p. 58).

Todavia, dentre as modalidades de ações possessórias mencionadas acima, à ação de reintegração de posse tem predominante relevância no presente artigo por constituir objeto principal das decisões judiciais abordadas, além disso, a mesma é o instrumento mais eficaz para interrupção da violência praticada sobre a posse, evitando que inúmeros direitos básicos de um cidadão sejam violados.

3. O DIREITO CONSTITUCIONAL À MORADIA.

Precipuamente, faz-se necessário termos cognição sobre a importância do direito social a moradia, visto que, o mesmo está associado diretamente com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Assim sendo, não havendo a sua efetivação pode ocorrer atos de violência ou de esbulho e como consequência a ingressão de ação de reintegração de posse, em decorrência disso, compete o estado através de seus órgãos judiciários mediar as ações possessórias, principalmente agora durante a crise humanitária ocasionada pela Covid-19, visto que, uma das medidas mais eficientes para o combate ao coronavírus e o isolamento social na sua residência.

É importante ressaltarmos que o direito social a moradia constitui-se como um direito social que deve ser efetivado pelo estado, sendo previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, dispondo da seguinte redação:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além disso, o direito social a moradia sendo um direito garantido na Constituição Federal se enquadra perfeitamente na família dos direitos de segunda geração, conforme disposto por José Afonso da Silva no livro manual de direito constitucional:

Prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas nas normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização das situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade (SILVA, 2005, p. 286).

Diante do exposto, vemos que o direito social a moradia deve ser garantido a todos cidadãos brasileiros, e promovidos pelo Estado, visto que, quando não há sua efetividade, este proporciona a prática de violência e esbulhos para os possuidores de boa fé e de posse justa. Em virtude da falha apresentada por parte do estado na eficácia deste direito, observamos que o não cumprimento desta garantia constitucional, os possuidores da posse injusta se estabelecem com animus de tornarem o imóvel esbulhado seu, em razão de não haver políticas públicas eficientes em oferecerem moradias dignas a estes cidadãos.

A discussão jurídica a respeito deste direito vem a tornar no período atual pandemia presente, haja vista que a Organização Mundial da Saúde adotou como meio de combate a proliferação do vírus do Covid-19 o isolamento social, e diante disso, as ações de reintegração de posse contra os possuidores esbulhados e ações de despejos vão contra as ideias propostas de combate a circulação do vírus.

4. OS IMPACTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NAS ALDEIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS.

É correto afirmar que as violações dos direitos dos povos indígenas brasileiros vêm aumentando com o passar das décadas, tal afirmação pode ser comprovada através de dados emitidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como da Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, no âmbito nacional, a Articulação de Povos Indígenas do Brasil - APIB expõe dados acerca do descaso do governo na proteção dos povos supracitados. Como é de nosso conhecimento, o mundo vivencia a maior crise humanitária do século XXI, que até o presente momento ocasionou diretamente mais de 902 mil mortes pela SARS-CoV-2 (OMS, 2020).

É nítido a preocupação do governo brasileiro em proteger parte de sua população, contudo, é preciso analisar quais medidas são realizadas por parte do Estado em busca da defesa e proteção do direito à vida das minorias, principalmente no que concerne as comunidades indígenas.

Através de dados emitidos da Articulação de Povos Indígenas do Brasil - APIB, percebemos um verdadeiro descaso com os povos indígenas brasileiros, descaso esse que segundo a associação mencionada anteriormente, influenciou diretamente para os altos índices de mortes de índios por todo o território nacional, bem como inúmeros casos de desapropriações ilegais, tal como, invasões de terras durante o período de pandemia.

Em decorrência disso, para melhor compreendermos, observemos o seguinte relato de Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB):

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) teve uma iniciativa no estado de ajudar as Casas de Assistência à Saúde Indígenas (CASAIS) e com isso mandou um pequeno recurso para cada uma delas comprar Equipamento de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais da Saúde e algumas dessas casas estavam dizendo que não podiam receber porque tinham orientação do Disei. Negar apoio, nesse momento, dessas parcerias é totalmente inaceitável.

Além disso, outra diretriz que se agravou com a Covid-19 e não pode ser esquecida foram as tentativas de desapropriação de terras de forma legal, por órgãos do poder judiciário e também tentativas de tomadas de terras de forma agressiva por garimpeiros, o que ocasionou o óbito de índios que tentavam proteger suas terras e suas famílias. Tal acontecimento tomou relevância na mídia internacional, onde o Jonal El Pais trouxe a seguinte redação:

O assassinato de Zezico ocorre em meio à escalada de violência contra os indígenas no Maranhão nos últimos meses. O líder local Paulino Guajajara, membro grupo “Guardiões da Floresta”, formado para proteger o território contra madeireiros ilegais, também foi assassinado a tiros em primeiro de novembro de 2019. Ele voltava de um dia de caça acompanhado de outra liderança, Laércio Guajajara, que tomou tiros nos braços e nas costas e conseguiu fugir do ataque. Após novas ameaças, Laércio teve de deixar a aldeia e ir morar em um local não divulgado sob orientação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal. Com isso, Zezico se tornou a principal voz de denúncia sobre os ataques de madeireiros ilegais na região —sua aldeia era um dos principais alvos de queimadas criminosas.

É nítido à ausência de normas regulamentadoras que versem sobre a proteção dos povos indígenas, além disso, é repugnante o descaso com estas minorias. O texto constitucional da constituição federal de 1988 nos ensina no artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988), deste modo, compete a nós, o futuro do judiciário brasileiro, lutar por igualdade perante o direito por aqueles que mais necessitam.

5. ANDAMENTO DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 048/11/2020

Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/15/subnotificacao-de-covid-entre-indigenas-mostra-descaso-do-governo-federal-diz-comite>>. Acesso em: 035/11/2020.

Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-31/lideranca-indigena-guajajara-e-assassinada-a-tiros-no-maranhao-a-segunda-e-m-cinco-meses.html>>. Acesso em: 065/11/2020.

Diante do surgimento de tantos casos de Covid-19 no Brasil e em todo o mundo, foi necessário adotar medidas diferentes do habitual, conhecidas como medidas restritivas, para que o contágio não se disseminasse ainda mais, encontrando-se nosso país em uma situação extraordinária e superveniente o que acarretou grandes consequências em todo o mundo. Com essa realidade adversa aconteceu vários eventos que não estavam previstos, como o isolamento social que foi o aconselhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Uma das esferas que logo tomou tais medidas foi a do Poder Judiciário, ficando dessa forma, um pouco complicado continuar exercendo o que de costume era feito no âmbito judiciário, neste tópico iremos explanar e comentar sobre decisões da justiça sobre as ações possessórias de reintegração, para que assim, fique mais claro e evidente sobre a reintegração de posse em tempos de pandemia.

Nos dias atuais em que tantas pessoas tem sido acometidos pelo vírus do Covid-19, fica ainda mais evidente de que o domicílio é uma das facetas importantes a se proteger, visto que, trata-se de um direito a integridade pessoal, à saúde e vida do ser humano, mediante isto, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná fez um Decreto Judiciário nº 244/2020, decidindo que, durante o tempo em que permanecer a pandemia está suspenso o cumprimento de ordens de reintegração de posse por invasões coletivas, no decreto fala o seguinte:

O cumprimento das ordens de reintegração de posse decorrentes de ocupação coletiva implica mobilização de grande contingente de profissionais e pode gerar aglomeração em espaços públicos, deixando inúmeras pessoas desassistidas e sem condições mínimas de higiene e isolamento para minimizar os riscos de contágio pelo Corona vírus.

Com isso, podemos ver que, seria um grande erro deixar pessoas em condições financeiras incertas sem a sua moradia, posto que, o preconizado na pandemia foi exatamente o distanciamento social, ficando assim inúmeras pessoas protegidas em suas residências, seria uma infelicidade colocar estas pessoas em risco de vida, já que tantos morreram decorrente desse vírus, seria risco tanto para os ocupantes da residência, como para os profissionais comprometidos no cumprimento da ordem.

O processo de nº 2065508-58.2020, que teve como Órgão Julgador a 3º Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, indeferiu um pedido de reintegração de posse no Município de Santana do Parnaíba onde um casal teria que desocupar um imóvel e demolir a construção irregular, no entanto, não podemos esquecer que no artigo 588 do Código de Processo Civil fala que:

Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial (BRASIL, 2003).

Com efeito, pode-se notar que o indivíduo que sofreu turbação ou esbulho há menos de ano e dia deve procurar o Poder Judiciário para garantir sua posse. Outro órgão do Poder Judiciário que proferiu decisão foi o Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu que fosse suspenso os processos que envolvem reintegração de posse e também os que envolvem demarcação de territórios indígenas em tramitação em todo o Brasil, uma vez que, os Índios já lutam constantemente para defender sua vida, cultura e sua própria terra, não seria razoável aceitar mais essa violação de seus direitos, como bem está tutelado na Constituição Federal, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, onde fala que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Em uma parte da decisão o ministro Edson Fachin fala sobre as dificuldades que os indígenas enfrentam há séculos com doenças que já dizimaram muitos de seus grupos, na decisão fala que:

"[Eles] podem se ver, repentinamente, aglomerados em beiras de rodovias, desassistidos e sem condições mínimas de higiene e isolamento para minimizar os riscos de contágio pelo Corona vírus".

Disponível em:

<<http://direito.mppr.mp.br/2020/05/130/Suspensao-das-ordens-de-reintegracao-de-posse-durarao-ate-o-fim-da-pandemia-de-COVID-19.html#>>. Acesso em: 07/11/2020.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-29/tj-sp-suspende-reintegracao-posse-epidemia-covid-19>>. Acesso em: 07/11/2020.

O que deve ser levado em conta nesta situação, seria principalmente a diferença da cultura indígena para a nossa, seus costumes são diferentes, seu modo de vida é diferente, eles tem uma grande valorização quanto a natureza, tem atividades agrícolas que dali saem sua alimentação, fabricam seus próprios utensílios de caça e pesca, moram em aldeias e não tem a tecnologia que está ao nosso alcance, ficando ainda mais complicado para as informações e notícias chegarem até suas aldeias, então seria muito injusto eles já estarem em posição de desvantagem e no meio de tudo isso ainda ocorrer a posse das áreas que tradicionalmente esses índios tem como sua terra. Dessa forma, o princípio constitucional da precaução deve ser posto em prática, já que, sua função principal é a de evitar riscos e a ocorrência de danos ambientais, sendo conhecido como um ato antecipatório, para que o Poder Público possa atuar reduzindo ao máximo os riscos socioambientais. O ministro do STF, Dias Toffoli falou sobre se tornar efetivo a desintração, que é uma medida legal para concretizar a posse, afirmando que se isso acontecer haverá um risco de grave lesão a interesse superior, com isso, mencionou o artigo 231 da Constituição Federal que fala:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Assim sendo, concluiu o ministro Dias Toffoli com as seguintes palavras:

“Há que se considerar que a proteção social, antropológica, econômica e cultural conferida aos índios pela Constituição Federal, preconizada em seu artigo 231, tem como tema central em debate e pressuposto fundamental para sua aplicação a garantia à terra e o vínculo estabelecido entre essa e as comunidades indígenas”.

Mesmo com toda a repercussão envolvendo a reintegração de posse em tempos de pandemia, algumas famílias sofreram com tal ato, a exemplo disso temos um caso em Piracicaba (SP) onde 50 famílias foram despejadas drasticamente de suas casas, sendo acordadas as 6 horas com tratores demolindo-as, com isso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) denunciou o despejo dessas famílias, caso notoriamente triste, segundo brevíário transcrito:

No estado com maior número de casos confirmados (37.853) e mortes (3.045) por Corona vírus, o governo de São Paulo, João Doria (PSDP), está despejando pelo menos 50 famílias da região do Taquaral, em Piracicaba, no interior de São Paulo nesta quinta-feira (7). A reintegração de posse, determinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, coloca em risco as famílias que ocupam a área desde janeiro e foram acordadas com tratores destruindo suas casas. A ação truculenta contou, inclusive, com tentativa de prisão da deputada Professora Bebel e do advogado Nilcio Costa, que acompanhavam as famílias [...] Apesar de todos os apelos, a reintegração de posse seguiu adiante. De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, os pertences das famílias estão sendo levados para um galpão e não foi oferecida alternativa de alojamento para essas pessoas (CUT, 2020).

Na região norte, onde o vírus assolou muitas pessoas, dando ênfase principalmente ao estado do Amazonas onde o Ministério Público Federal interferiu de forma direta requerendo a suspensão das ações de reintegração de posse presentes no estado, para que, possa se evitar a agravação desta situação. Um representante do Mato Grosso, Deputado João Batista, fez um projeto de lei, propondo a suspensão em tempos de Covid-19 da reintegração de posse, uma vez que, na região centro-oeste não tem nenhuma decisão sobre esta suspensão.

No mesmo sentido, o Senador Jaques Wagner propôs um projeto que está tramitando na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, no qual, esse projeto tem como ideia a suspensão em nível nacional da ordem de despejo por falta de pagamento do aluguel e a suspensão dos pedidos de reintegração de posse enquanto perdurar a pandemia, em virtude de muitas pessoas estarem em situações financeiras complicadas.

Aqui neste tópico pudemos observar e analisar como a justiça brasileira está lhe dando com a situação em que se encontra atualmente o cenário brasileiro e as dificuldades enfrentadas por pessoas que não possuem uma segurança em relação a sua moradia.

Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/06/stf-suspende-processos-de-reintegracao-de-posse-em-areas-indigenas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 08/11/2020.

Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445406>>. Acesso em: 08/11/2020.

6. CONCLUSÃO

Através do presente ensaio, buscamos analisar de forma precisa um assunto pouco comentado pela sociedade jurídica, visto que, como é de nosso conhecimento, inúmeras vezes assuntos que envolvem classes minoritárias são esquecidos pela sociedade brasileira.

Além disso, não poderíamos deixar de mencionar que por inúmeras vezes entidades governamentais atacam diretamente as minorias, agindo totalmente contra a constituição federal de 1988, e, tal afirmação pode ser sustentada através da carta enviada pela comunidade Guarani-Kaiowa de Pyelito Kue/Mbarakay para o Governo e Justiça do Brasil após despacho expedido pela Justiça Federal de Naviraí (Mato Grosso do Sul) autorizando a reintegração de posse da comunidade indígena mencionada anteriormente. Deste modo, observemos o seguinte trecho da carta:

“Queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar nossos corpos. Esse é o nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos.”

Em decorrência do conteúdo abordado no presente artigo, devemos pensar e repensar sobre a diferença entre Direito e Justiça, além disso, é necessário que façamos uma autoanálise sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Visto que, chegará um momento no qual o desenvolvimento financeiro não será suficiente para salvar a humanidade, pois os próprios recursos naturais já terão se esgotado, e, não podemos esquecer, que hoje os protetores dos recursos naturais são as próprias comunidades indígenas e isso, pode ser compreendido quando Boaventura nos ensina que “estas minorias podem estar a lutar em nome de um futuro que não é apenas deles, mas de todo. Ao defender as suas terras e modos de vida, estão a lutar para que o planeta não se torne inabitável em um futuro próximo.” (SANTOS. 2013, p. 124).

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. *Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros: Governo descumpre decisão do Supremo Tribunal e Covid-19 chega na aldeia mais próxima de índios isolados do Vale do Javari*. Disponível em: <<https://apiboficial.org/>>. Acesso em: 08/11/2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito das Coisas*. Coleção direito civil brasileiro - 15ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TARTUCE, FLÁVIO. *Direito das Coisas*. Vol. 4 - 11ª. ed. São Paulo: Forense, 2020.

BRASIL. Ministério Público do Paraná. *Suspensão das ordens de reintegração de posse durarão até o fim da pandemia de Covid-19*. Disponível em: <<http://direito.mppr.mp.br/2020/05/130/Suspensao-das-ordens-de-reintegracao-de-posse-durarao-ate-o-fim-da-pandemia-de-COVID-19.html#>>. Acesso em: 04/11/2020.

VIAPIANA, Tábata. *Consultório Jurídico*. TJ-SP suspende reintegração de posse em razão da epidemia de Covid-19. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-29/tj-sp-suspende-reintegracao-posse-epidemia-covid-19>>. Acesso em: 08/11/2020.

CHAGAS, Rodrigo. *Brasil de Fato*. STF suspende processos de reintegração de posse em áreas indígenas durante a pandemia. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/06/stf-suspende-processos-de-reintegracao-de-posse-em-areas-indigenas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 01/11/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Relator suspende tramitação de processos sobre áreas indígenas até fim da pandemia*. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442822&ori=1>>. Acesso em: 28/10/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Presidente do STF suspende reintegração de posse de área ocupada por indígenas em Carazinho (RS)*. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445406>>. Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 872, de 2020*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141172>>. Acesso em: 25/10/2020.

FERNANDES, Vivian. MARKO, Katia. *Brasil de Fato*. *Subnotificação de covid entre indígenas mostra descaso do governo federal, diz comitê*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/15/subnotificacao-de-covid-entre-indigenas-mostra-descaso-do-governo-federal-diz-comite>>. Acesso em: 03/11/2020.



INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA: O DIREITO À COMUNICAÇÃO EM PAUTA

Caroline Brito dos Reis¹

RESUMO: O artigo faz uma revisão bibliográfica do conceito de cidadania apontando suas origens históricas a fim de compreender o momento em que surgiu o direito à comunicação o qual está diretamente ligado ao sistema democrático. Conclui-se que a comunicação estimula o direito à informação e a liberdade de expressão, bem como a diversidade de ideias, o que é essencial à democracia vigente no Brasil e em outras nações. Contudo, para que essa noção de cidadania seja beneficiada pela comunicação, é necessária a existência de uma mídia realmente comprometida com o interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Democracia; Cidadania.

ABSTRACT: The article makes a bibliographic review of the concept of citizenship, pointing out its historical origins in order to understand the moment when the right to communication emerged, which is directly linked to the democratic system. We conclude that communication encourages the right to information and freedom of expression, as well as the diversity of ideas, which is essential to democracy in force in Brazil and other nations. However, for this notion of citizenship to benefit from communication, it is necessary to have a media that is truly committed to the public interest.

KEYWORDS: Communication; Democracy; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o conceito de cidadania está relacionado intimamente à vida do indivíduo em uma esfera pública. A esfera pública para Habermas (1984) está relacionada ao encontro dos cidadãos para discutirem seus direitos e deveres, sendo constituída por homens livres e cultos. Já a esfera privada está relacionada ao que é particular ao indivíduo, sua intimidade (RIBEIRO, 2012). De acordo com Adela Cortina (2005), o atual conceito de cidadania, com o declínio das cidades-estado antigas e sua limitação de participação, passa a ser relacionado ao conceito de Estado-Nação, que se origina com o surgimento da constituição moderna do Estado. Para a autora, “no Estado, são os cidadãos que ostentam a nacionalidade desse país. E por ‘nacionalidade’ se entende o estatuto legal pelo qual uma pessoa pertence a um Estado, reconhecido pelo direito internacional e se adscrive a ele” (CORTINA, 2005).

Logo, o Estado assegura os direitos e deveres de um cidadão por meio de leis constituídas para tais fins, e leis que regem aquela territorialidade. Porém, o sentimento de pertença, de comunidade, de costumes, de identidade está relacionado à Nação. Para que o cidadão compreenda a formulação de leis pelo Estado e esteja disposto a respeitá-las, é necessário que se sinta participante dentro dessa estrutura, como um ser atuante dentro do Estado a fim de desenvolver por este um sentimento de pertença e de comunidade.

A pesar de muitos autores remontarem às cidades-estado gregas e ao Império Romano para falarem de cidadania, participação popular e democracia, em decorrência de motivos como o senso comunitário tido pela população naquelas civilizações, a noção de cidadania atual só nasce no mundo moderno ao incorporar a questão dos direitos e deveres de cada indivíduo em outras dimensões da vida. Portanto, o conceito de cidadania desenvolvido na atualidade não está circunscrito somente à vida política das pessoas. Além disso, na Grécia Antiga, a cidadania estava restrita aos homens, excluindo mulheres, escravos e estrangeiros do processo democrático e não havia a noção de representação nem de partidos políticos com doutrinas.

O autor Venício de Lima (2006) explica que, na sua origem latina — *civitatis* — a palavra cidadania significa qualidade ou condição de cidadão, isto é, habitante da cidade. Na Grécia antiga, poucos estavam qualificados para a cidadania. O cidadão Aristotélico era aquele que participava diretamente das coisas públicas “passando julgamento e exercendo funções públicas”.

Aqui vale ressaltar algo importante, o conceito de cidadania bem como o de conquista de direitos e deveres não é estanque ou definitivo e sim um processo em constante desenvolvimento na sociedade que passa por aperfeiçoamentos e questionamentos conforme há reivindicações ou desenvolvimento nos países do sistema democrático. Dessa forma, os direitos são históricos, pois emergem de lutas travadas em prol da emancipação das pessoas, incidindo em transformações das condições de vida na sociedade (RIBEIRO, 2012). Logo, pode-se considerar que muitos dos direitos alcançados na sociedade se originaram de momentos sociais em que as pessoas fizeram reivindicações em um processo ativo frente às injustiças.

Vale ressaltar que alguns marcos históricos contribuíram para a construção do sentido moderno de cidadania. Um deles é a Revolução Francesa, que forja o sentido de nação e foi um momento em que se buscaram direitos para os indivíduos. Esse momento histórico culmina na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, que passa a conferir legitimidade aos direitos dos cidadãos na sociedade, visto que todos os homens passam a ser vistos como livres e iguais em direitos e podem comunicar as suas ideias e opiniões na sociedade. Dessa forma, o documento dispôs sobre os chamados direitos naturais inalienáveis do homem. Pode-se afirmar que, em um sentido mais livre, cidadania é a expressão de uma vivência democrática da sociedade, que inclui o exercício de deveres, mas também de direitos.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão versou sobre o direito à liberdade plena do ser humano ao estabelecer, por exemplo, que a sociedade tem o direito de pedir contas aos agentes públicos pela administração, bem como de assegurar a garantia dos direitos e a separação dos poderes por meio de uma constituição. Pode-se observar que o documento histórico já previa a publicização dos atos do poder público e a existência de uma comunicação entre este e a população, o que denota a importância da divulgação de informações.

A chamada Revolução Americana que aconteceu nos Estados Unidos também é um momento histórico que contribuiu para construir a noção de cidadania no mundo contemporâneo, visto que a Constituição americana, consagrada após a revolução, dispunha sobre diversos Direitos Humanos fundamentais, tais como: a liberdade religiosa; a inviolabilidade de domicílio; o devido processo legal; o julgamento pelo Tribunal do Júri e o direito a ampla defesa, além de prever a separação dos poderes a fim de garantir que o Estado não violaria os direitos estabelecidos no documento. Segundo autores como Comparato (2004), essa declaração registra na história o nascimento dos direitos humanos.

Essa experiência, assim como a da Revolução Francesa, gera a percepção de que os Direitos Humanos se desenvolveram a partir do surgimento de uma consciência libertadora em prol das pessoas, o que foi essencial para que os indivíduos fossem considerados cidadãos no mundo contemporâneo. Dois princípios sintetizam o espírito dessas formulações universais: a Liberdade e a Igualdade, e, a partir desses princípios são formulados os direitos individuais (SILVA, 2017).

A expressão material do surgimento de novos direitos universais na história (direitos sociais, econômicos e culturais) está sob o pálio das constituições Francesa de 1848, da Mexicana de 1917, a Declaração Russa dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 1918, além do Tratado de Versailles de 1919 e a constituição Alemã de 1919, esta última conhecida como a constituição de Weimar. Todos esses documentos albergaram direitos que visam garantir ao ser humano o mínimo existencial. Dentre tais direitos estão: a assistência social, saúde, educação, trabalho, entre outros, os quais deveriam ser garantidos pelo Estado (SILVA, 2017).

Um documento importante que cristalizou a noção de cidadania é a Declaração de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) redigida em 1948 por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. O objetivo do documento em que constam 30 artigos é estabelecer a proteção universal dos direitos humanos pela primeira vez, estimulando a liberdade de palavra e de crença, bem como a justiça e a paz no mundo por meio do desenvolvimento de relações amistosas entre as nações. A Declaração inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. Vale destacar o contexto em que o documento foi criado, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, um período histórico marcado por uma série de conflitos que dizimaram milhões de pessoas em todo o mundo.

A Carta de Direitos da ONU apresenta como proposta que os homens são todos iguais perante a lei e, por isso, não deve existir qualquer discriminação, como raça, sexo, etc. Além de salientar a prerrogativa de todos terem direitos à saúde, educação, lazer, entre outros fundamentais e básicos, é colocado que todas as pessoas devem ter o direito de decidir sobre aspectos relacionados ao seu corpo e à sua própria vida e, também, de obter condições de possuir um trabalho que lhes possibilite um salário para viver dignamente (RIBEIRO, 2012, p. 19).

Logo, a Carta de Direitos da ONU valoriza a questão da liberdade e da autonomia das pessoas em relação à própria vida, ressaltando inclusive a importância do trabalho para conferir dignidade para cada indivíduo, visto que as pessoas precisam suprir as suas necessidades por meio de uma renda. O documento também versa sobre a igualdade ao argumentar que todos os homens são iguais de acordo com a lei. Além desse documento, uma série de tratados internacionais surgiu após 1945 a fim de ampliar o escopo de documentos e eventos internacionais que versam sobre os direitos humanos, caso da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948) e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965). Dessa forma, o documento pensa em como munir a sociedade de inclusão social a fim de construir nas nações a ideia de cidadania das pessoas (SILVA, 2017).

Atualmente, além de fazer com que esses direitos sejam conhecidos e discutidos, a ONU, bem como ONG's e outras instituições, tem se preocupado em assegurar que os direitos das pessoas não sejam violados, independentemente de classe social ou origem de cada indivíduo. Contudo, a organização encontra dificuldade em decorrência de crises econômicas, conflitos étnicos e mesmo pela desigualdade social acentuada em muitos países. Contudo, a Declaração tem a sua importância ao universalizar a ideia de certos direitos que, até então, ficavam

restritas a algumas nações. Portanto, após a promulgação desse documento a visão de cidadania passa a se apoiar nesse universalismo de direitos.

Wellington Araújo Silva (2017) e Paulo Bonavides explicam que existem os chamados direitos de quarta dimensão, dentre os quais estão inseridos o direito à informação, direito à democracia, direito das minorias e direito ao pluralismo, isto é, são direitos que incentivam a participação e a livre manifestação dos pensamentos dos indivíduos na sociedade.

A Carta de Direitos da ONU apresenta como proposta que os homens são todos iguais perante a lei e, por isso, não deve existir qualquer discriminação, como raça, sexo, etc. Além de salientar a prerrogativa de todos terem direitos à saúde, educação, lazer, entre outros fundamentais e básicos, é colocado que todas as pessoas devem ter o direito de decidir sobre aspectos relacionados ao seu corpo e à sua própria vida e, também, de obter condições de possuir um trabalho que lhes possibilite um salário para viver dignamente (RIBEIRO, 2012, p. 19).

Logo, pode-se perceber que, para garantir esses direitos, o estado deve ter uma visão multifacetada da sociedade, capaz de compreender a diversidade das pessoas (SANTOS, p.8). Os direitos de quarta dimensão estão relacionados à globalização política a qual se preocupa com a expansão global dos direitos fundamentais para todas as nações. Os direitos fundamentais de quarta dimensão, ao conjugarem democracia e pluralismo, permitem que se fale do surgimento de uma globalização democrática dos direitos fundamentais com o objetivo de criar mecanismos de inserção e proteção das minorias. O direito à comunicação pode oferecer a essas minorias a possibilidade de ter voz e de emitir opiniões. As redes sociais são um instrumento importante nesse quesito, pois possuem a potencialidade de amplificar os discursos dessas minorias na sociedade.

Contudo, a linha de desenvolvimento desse direito, bem como dos demais, não é contínua ou progressiva. A prova é a revolta de setores mais conservadores da sociedade com relação a pautas que transitam no judiciário e no legislativo como o casamento de pessoas do mesmo sexo no Brasil. Portanto, a atuação do homem ao longo do seu curso na História demonstra que os direitos fundamentais se encontram em constantes tensões de afirmação e aplicabilidade (SANTOS, p.11). Aqui vale ressaltar o papel das instituições de educação no Brasil de incentivar tanto no seu trabalho educacional como nos seus instrumentos de comunicação o respeito à diversidade e à pluralidade, visto que as escolas e universidades atuam em regiões distintas do país, cada uma com elementos culturais e históricos próprios que devem ser valorizados.

Para Ribeiro (2012), o cidadão deve cumprir as regras e normas impostas pelo Estado, assim como é importante também participar ativamente da vida em sociedade, por meio de decisões políticas, como das assembleias de bairros, movimentos sociais e pressionar os governantes a elaborar leis e ações que beneficiem a todos. Portanto, existe uma cidadania formal, definida como a condição de membro de um estado-nação. O pensamento do autor inglês Thomas Humphrey Marshall (1967) aponta que os direitos que conformam o conceito e o usufruto da cidadania se constituem como direitos políticos, civis e sociais. Para este autor, a cidadania exige um sentimento de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A evolução dos direitos

Para Marshall (1967), existe uma linha crescente de direitos que levam à cidadania e, primeiro, deveriam vir os civis, em segundo lugar os políticos e, por fim, os sociais, em uma ordem cronológica, o que é exemplificado pelo autor em seu livro com base na realidade estudada por ele na Inglaterra. Segundo a sua ideia, a sequência seria lógica porque, com base nos direitos civis, as pessoas puderam reivindicar direitos políticos como o de participar das eleições por meio do voto, por exemplo. Os representantes eleitos, por sua vez, puderam responder aos anseios por direitos sociais a fim de assegurar melhores condições de vida na sociedade e também igualdade, princípio fundamental da cidadania. Os direitos civis também funcionaram como instrumento para que os trabalhadores estivessem habilitados a reivindicar os direitos sociais. Vale ressaltar, contudo, que essa cronologia de evolução dos direitos funcionou, como analisado pelo autor, na Inglaterra, porém, não reflete a realidade de países como o Brasil.

Os direitos civis dizem respeito ao indivíduo, como por exemplo, o direito à liberdade de pensamento e expressão, de tomar decisões sobre o próprio corpo e o de ir e vir. Para que esses direitos sejam garantidos, é importante que os Estados possam contar com um Poder Judiciário acessível para a população e independente dos poderes Executivo e Legislativo. A história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pela adição gradativa de novos direitos a um status já existente e que pertencia a todos os homens da comunidade já que às mulheres ainda não eram conferidos os mesmos direitos. Esse caráter democrático ou universal do status se originou do fato de que era essencialmente o status de liberdade e, na Inglaterra do século XVII, todos os homens eram livres. Logo, a mudança do trabalho servil para o livre foi essencial para o desenvolvimento inicial do conceito de cidadania naquela época e “cidadania” era semelhante a “liberdade” (MARSHALL, 1967, p. 69).

Cabe expor que o desenvolvimento de uma justiça gratuita e livre de qualquer despesa para as pessoas mais pobres foi essencial para consolidar os direitos civis, pois até então muitas pessoas não podiam contar com assistência jurídica por não dispor de recursos financeiros para acessar esse direito civil.

O direito social, por sua vez, está ligado ao bem-estar físico e mental dos cidadãos e nele estão circunscritos os direitos ao trabalho, ao lazer, à educação, à alimentação e à moradia. Marshall (1967) explica que o desenvolvimento de uma educação primária pública no decorrer do século XIX constituiu o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania do século XX ao estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. Afinal, o dever de autoaperfeiçoamento e de autocivilização é um dever social e não somente individual porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros.

No Brasil, com um cenário de desigualdades sociais acirradas e de pobreza, é fácil notar que os direitos sociais não são vivenciados por uma grande parcela da população que não tem possibilidade de morar em uma habitação digna ou mesmo de ter acesso a um trabalho em um país com desigualdades de oportunidades de emprego e de renda e com altas taxas de desemprego. Apenas com políticas públicas pensadas e executadas de forma eficiente e responsável pelos poderes Legislativo e Executivo pode haver um avanço na garantia desses direitos. Afinal, não basta apenas o reconhecimento formal dos direitos e sim a sua efetiva implantação para que haja justiça social e igualdade.

Já os direitos políticos podem ser exemplificados pelo direito que todo cidadão tem de votar e ser votado e de se organizar em organismos de representação direta ou indireta como associações comunitárias, movimentos sociais, conselhos, sindicatos, assembleias ou partidos políticos. No Brasil, ainda é pequena a participação feminina em cargos políticos e, por essa razão, a Lei nº 9.504/1997, que rege as nossas eleições, estabeleceu que cada partido ou coligação deve reservar pelo menos 30% de suas vagas para as candidaturas de mulheres. No âmbito das instituições de ensino superior, é possível ver o exercício dos direitos políticos nas organizações estudantis em Centros Acadêmicos (CA's) ou mesmo no movimento estudantil por exemplo.

Para que os direitos políticos sejam plenamente exercidos pelas pessoas e elas possam tomar decisões, é essencial que elas tenham acesso a informações fornecidas por uma mídia plural e democrática e que tenham respeitado o seu direito a ter um mínimo de instrução na educação formal. No rol de deveres dos cidadãos é possível citar a questão do pagamento de impostos para o Estado, bem como respeitar normas e leis vigentes.

Vale ressaltar que é esse conceito de cidadania, que possibilita que as pessoas participem ativamente da política e da sociedade e que tenham direitos (políticos, civis e sociais) e deveres, que tomamos como base nas discussões nesse trabalho. Ressalte-se que a cidadania só pode existir como decorrência de ações que privilegiem o interesse público e como um espaço em que a ação política e os interesses comuns estejam acima dos interesses particulares. Isto é, no espaço público, por meio de políticas públicas e instituições públicas que é possível assegurar o direito à cidadania para as pessoas (CARNIELLI, 2016). Afinal, um cidadão forte em direitos fortalece a democracia à medida que reconhece os direitos dos demais cidadãos, oferecendo limites ao poder por meio do próprio exercício público de direitos.

Destaque-se que esse espaço público pressupõe enfrentamento de pontos de vista, negociações e relações de força ancoradas nos processos sociais em curso, isto é, não conta com consensos entre todos os indivíduos já que existe uma capacidade crítica da sua parte. Afinal, nesse espaço público convivem pessoas físicas, organizações privadas, instituições públicas, movimentos sociais e outros atores, cada um com seus próprios interesses no espaço público.

Assim, a solução dos problemas comuns à sociedade passa pela participação política e pela vivência comunitária. Participação é o componente indispensável do processo de construção da cidadania e as formas de garantir sua realização representam verdadeiros instrumentos estratégicos de desenvolvimento de um país (DUARTE, 2009). A participação é também um ato educativo na medida em que possibilita a geração de novos conhecimentos e viabiliza conquistas para a sociedade. O estabelecimento de uma nova cultura política no país, baseada na participação, visa ampliar as possibilidades das pessoas na vida política, não restringindo a participação a momentos como as eleições, por meio do voto. O novo cidadão busca reivindicar os direitos de ascender e pertencer ao sistema sociopolítico e de participar na reelaboração do próprio sistema, definindo o que deseja fazer parte (DUARTE, 2009).

Nesse contexto, pode-se ressaltar que a ação comunicativa teria o papel de promover a mobilização social e permitir ao cidadão tomar decisões em prol da articulação de mudanças sociopolíticas e culturais. Logo, a comunicação é um instrumento essencial na construção de uma cidadania ativa, capaz de fomentar as práticas democráticas (DUARTE, 2009, p. 101). O que existe de singular na experiência contemporânea é o fato de que a existência física não é o bastante para garantir a existência social dos membros de uma sociedade, ou seja, é necessário ter uma existência pública, circulando no espaço eletrônico em rede. Por essa razão, foi desenvolvida a chamada comunicação midiática a fim de publicizar por meio de outros recursos que não somente os oriundos da comunicação interpessoal.

De acordo com essas questões dispostas anteriormente, podemos entender que, para os direitos serem assegurados, devem existir instituições do Estado – e, também, da sociedade – competentes para mantê-los. Não basta que existam os direitos, mas eles também devem ser protegidos por meio de diversos mecanismos como a proposição das políticas públicas (RIBEIRO, 2012). Entretanto, a questão dos direitos não deve ser tratada como sendo de responsabilidade apenas dos Estados, pois é ampla e de interesse global.

2.2 A questão dos direitos no Brasil

No Brasil, o processo de conscientização a respeito da cidadania e da inclusão social foi diferente. Afinal, com uma modernidade vinda de fora para dentro, as práticas ditas “modernas”, ou seja, vinda dos países europeus, são impostas como corretas, antes de a sociedade brasileira pensar dessa forma ou mesmo estar preparada para tais ações. Ou seja, o conceito do novo não vem pelo povo habitante do país, mas sim pelos seus colonizadores (RIBEIRO, 2012).

Além disso, deve-se considerar que o Brasil colonial, marcado por grandes latifúndios e pela escravidão, não era um ambiente favorável para fomentar o pensamento relativo à cidadania. O país também não despertava nas pessoas a ideia de uma nação nem o sentimento de pertencimento nacional. Logo, no período colonial a luta pela cidadania focava-se em questões nativistas, do ser nacional, conclamava a independência política e construiu as bases para o surgimento de uma identidade nacional. Na fase imperial, por sua vez, o campo da cidadania se amplia e ganha conteúdos regionais e, mesmo que em fase embrionária, adota ideias liberais e até socialistas (DUARTE, 2009). As reivindicações igualitárias até a metade do século XIX, contudo, restringiam-se à esfera socioeconômica e não política. Com a república velha, surge uma nova ordem política, mas as raízes oligárquicas e elitistas permanecem, eliminando a participação política de setores como as mulheres e os analfabetos.

Essa ausência de ideia de nacionalismo e mesmo de participação política continua até 1930, pois no decorrer do império e da república velha não havia espaço para a participação popular na tomada de decisões, o que descaracterizava a população. Com o advento da Era Vargas, a população começa a contar com direitos sociais que até então não existiam, caso das leis trabalhistas. Contudo, o período foi marcado por instabilidades no campo político, o que fez com que esse outro campo de direitos não fosse incentivado.

No Brasil, houve uma inversão na implantação dos direitos: primeiramente, foram enfatizados os direitos sociais, com a consolidação de leis trabalhistas importantes; por sua vez, os direitos políticos e civis foram deixados para um segundo momento. Tal inversão dos direitos, enfatizada pelo autor, baseia-se na teoria de Marshall sobre cidadania. De fato, primeiro dever-se-ia conseguir a implementação dos direitos civis e políticos e, posteriormente, seria necessário pensar nos direitos sociais, para se ter uma cidadania participativa e debatida entre a população. Com a inversão dos direitos, o povo passa a perceber os direitos sociais não como direitos, mas como favores vindos de um governo extremamente paternalista (RIBEIRO, 2012, p.32).

Logo, o cidadão percebe seus direitos sociais alcançados na época muito mais como favores do que como instrumentos que lhe confirmam cidadania já que eles não foram fruto de lutas sociais de boa parte da população, o que configura uma visão paternalista acerca do papel do Estado. No período da ditadura militar, marcado por autoritarismo, a questão dos direitos civis e políticos retrocede ainda mais no país em decorrência da censura que foi instaurada contra pessoas que contestassem o governo. Além disso, esse foi um momento histórico no Brasil e na América Latina marcado por torturas e perseguições que iam de encontro ao conceito de cidadania e de direitos humanos.

Após o movimento das Diretas Já e o fim da ditadura, o Brasil inicia uma nova etapa na sua história democrática e promulga uma constituição em 1988, reconhecida como cidadã, por ter um cunho democratizante e preocupado com as questões sociais de uma forma até então não vista no país. Apesar da promulgação desse importante documento, entretanto, a democratização do processo de inclusão social no país não é pleno em decorrência das desigualdades sociais acentuadas existentes. A dificuldade de acesso à justiça por outro lado dificulta que os direitos civis sejam assegurados a toda a população. A falta de conhecimento acerca dos direitos por parte das pessoas também dificulta a sua devida implementação na sociedade. Por essa razão, é importante a atuação de movimentos sociais e de outras organizações da sociedade civil que lutem para garantir participação política nesse cenário.

Logo, cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades. As lutas por direitos civis, sociais e políticos foram importantes para o país ampliar a noção de cidadania enquanto direito universal e não apenas de parcelas da sociedade (DUARTE, 2009).

Vale apontar aqui que também existe uma outra classificação quanto às dimensões de direitos fundamentais. Para Santos, a primeira geração é marcada pelos direitos de liberdade, tanto civis como políticos. São também chamados de direitos negativos do cidadão em face do Estado, vez que limitam o poderio estatal frente ao cidadão, ao assegurar um direito geral de liberdade. A segunda geração de direitos fundamentais é marcada justamente por uma “reação” a esse modelo absentista de Estado. O domínio desta dimensão de direito se deu no século XX. São os direitos sociais, coletivos, bem como os econômicos, ou seja: saúde, educação, lazer, trabalho, assistência social, dentre outros.

2.3 Direito à Comunicação

A terceira geração dos direitos fundamentais surge no final do século XX. Os direitos de terceira geração dizem respeito à coletividade, ao homem enquanto gênero humano. Pertencem aos direitos de terceira dimensão os direitos difusos, o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado, ao patrimônio comum da humanidade, as belezas naturais, ao patrimônio cultural, ao desenvolvimento, dentre outros (SANTOS, p.7). A quarta dimensão está relacionada aos direitos ligados à democracia, como o pluralismo e a própria noção de comunicação pública.

Como já exposto anteriormente, a Comunicação Pública também é essencial nesse contexto para levar informações relevantes para que os indivíduos possam exercer a sua cidadania, usufruindo de direitos alcançados, e serem incluídos socialmente. O autor Venício de Lima (2006) defende que a comunicação perpassa todas as três dimensões de direitos.

Na verdade, a comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (LIMA, 2006, p. 11).

Afinal, podemos identificar que o sentido de viver a vida pública e estar incluído socialmente nela é figurar no espaço público por meio da visibilidade, da realidade compartilhada, da ação política, da ação e da relevância (CARNIELLI, 2016). Daí temos um processo de afirmação individual dos indivíduos enquanto sujeitos da vida pública de uma Nação. A comunicação colabora nesse processo ao estimular o direito à informação e a liberdade de expressão, bem como a diversidade na forma como as ideias e os discursos são representados para a sociedade a fim de promover uma pluralidade, noção importante em um sistema político democrático. Além disso, as trocas comunicativas também devem acontecer na esfera pública por meio da troca de posicionamentos e de argumentos, os quais geram engajamento e revitalizam o sistema democrático (SILVA, 2017).

A Comunicação Pública, por ser voltada, sobretudo, para suscitar o debate de temas relativos ao interesse público e promover a sua transparência, incide diretamente na constituição do Estado de direitos, na consolidação da democracia, tal como preconiza a Constituição Federal de 1988, e no respeito aos trabalhadores por estar vinculada à liberdade de expressão e aos direitos políticos. Prova disso é que, no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988, foi assegurado a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sendo tais informações prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto aquelas cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado. Logo, o exercício da Comunicação Pública atende a um direito fundamental. Além disso, a CF deixou aberta a prerrogativa da livre manifestação do pensamento e da participação popular nas decisões que interferissem na sociedade.

A preocupação com a questão da disseminação da ideia da Comunicação Pública também motivou a criação da Empresa Brasileira de Comunicação no ano de 2007 e a realização da I Conferência Nacional de Comunicação em 2009.

No Brasil, após a retomada dos debates pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, o discurso do direito humano à comunicação ganhou espaço em diversas entidades defensoras dos direitos humanos. Tanto que em 2005 o tema central do I Encontro Nacional de Direitos Humanos foi o Direito à Comunicação. Além disso, periodicamente são promovidos Encontros Nacionais pelo Direito à Comunicação. Iniciativas como os encontros e fóruns são formas de pressionar os governos e os representantes, a fim de termos reconhecida, em nossa legislação, a comunicação como um direito fundamental.

Contudo, para que essa noção de cidadania seja beneficiada pela comunicação, é necessária a existência de uma mídia realmente comprometida com o interesse público e não com interesses privados advindos do capital econômico, visto que há uma concentração exacerbada dos meios de comunicação sob o poder de poucas famílias, que decidem como e o que será discutido no Brasil. Sobre esse tema, Venício de Lima aponta

As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão); pela concentração da propriedade — em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada — e a vinculação dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais, são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia e, portanto, a realização da nossa plena cidadania política (LIMA, 2006, p. 16).

Vale apontar que, entre os interesses desses grupos de mídia comerciais unidos a lideranças políticas, figura o anseio de melhorar a imagem pública de determinadas pessoas e partidos perante a população a fim de conseguir apoio durante o período eleitoral, por exemplo, ou para evidenciar as realizações de uma gestão, o que reduz as possibilidades de conferir diversidade e pluralidade às informações no país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades. A comunicação colabora nesse processo ao estimular o direito à informação e a liberdade de expressão, bem como a diversidade na forma como as ideias e os discursos são representados para a sociedade a fim de promover uma pluralidade, noção importante em um sistema político democrático. Além disso, as trocas comunicativas também devem acontecer na esfera pública por meio da troca de posicionamentos e de argumentos, os quais geram engajamento e revitalizam o sistema democrático (SILVA, 2017).

Contudo, para que essa noção de cidadania seja beneficiada pela comunicação, é necessária a existência de uma mídia realmente comprometida com o interesse público e não com interesses privados advindos do capital econômico, visto que há uma concentração exacerbada dos meios de comunicação sob o poder de poucas famílias, que decidem como e o que será discutido no Brasil.

REFERÊNCIAS

CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. *A cidadania e a sua instituição: estudo de comunicação pública sobre a Defensoria do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 2016. *Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2016.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005. p. 210.

LIMA, Venício A. de. *Comunicação, Poder e Cidadania*. *Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*. Ano VII - Nº 7 - Outubro 2006.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, 220 p.

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. *A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania a partir das mídias sociais*. 2012. 156 f. *Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Goiás*, 2012.

SANTOS, Leonardo Fernandes dos. *Quarta geração/dimensão dos direitos fundamentais: pluralismo, democracia e o direito de ser diferente*. 13 p.

SILVA, Wellington Araújo. *O direito humano à comunicação no Brasil*. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, V. 08; Nº. 02, 2017.



A LINHA TÊNUE ENTRE CONTRATO DE NAMORO X UNIÃO ESTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES DURANTE A COVID-19

João Ricardo Holanda¹
Camilly Maria Teles de Lima²
Àquila Cunha de Freitas³
Igor Ponte de Queiroz Miranda⁴

RESUMO: O Contrato de Namoro é um instrumento recente e por isso ainda é um ponto muito controverso no Direito apensar de na pratica ter ganhado muita força na doutrina nos últimos anos. A finalidade da celebração desse contrato é comprovar juridicamente que a relação entre duas pessoas não configura uma União Estável, e por consequência resguardar o patrimônio individual. O objetivo do presente trabalho é analisar o contrato de namoro como forma de afastar a união estável no contexto de pandemia. Assim foram utilizadas fontes de pesquisa como livros, artigos, pesquisas em sites, consulta de outras monografias, jurisprudências.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de Namoro. União Estável. Patrimônio Individual. Pandemia.

ABSTRACT: The Dating Contract is a recent instrument and for this reason it is still a very controversial point in law, although in practice it has gained a lot of strength in doctrine in recent years. The purpose of entering into this contract is to prove legally that the relationship between two people does not constitute a Stable Union, and consequently to safeguard individual assets. The purpose of this paper is to analyze the dating contract as a way to remove the stable union in the context of a pandemic. Thus, research sources such as books, articles, research on websites, consultation of other monographs, jurisprudence were used.

KEYWORDS: Dating Contract. Stable union. Individual Equity. Pandemic.

1 - Mestre pela Unichristus. Professor da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: jricardoholanda.adv@gmail.com
2 - Acadêmica de Direito da Faculdade Luciano Feijão. Email: camillyteles@hotmail.com
3 - Acadêmico de Direito da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: aquila_freitas@outlook.com
4 - Acadêmico de Direito da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: igor.ponte@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a pandemia causada pelo novo COVID-19 e as medidas de isolamento social impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no contexto mundial e consequente aplicação no Brasil pelo Governo Federal, muitos casais escolheram morar sob o mesmo teto. Com a queda do mercado financeiro provocado pela pandemia muitas pessoas tiveram sua jornada de trabalho reduzida e consequentemente seus salários também. A dificuldade financeira fez com que muitos casais optassem por morar juntos no intuito de racionar os gastos, já outros, tiveram que permanecer juntos por motivos de força maior devido aos bloqueios sanitários e de isolamento que foram estabelecidos com a finalidade de impedir a propagação do vírus, não podendo então voltar para suas respectivas cidades ou países tendo que morar sob o mesmo teto por não existir outra opção.

Por esta razão, esses casais que se viram em uma situação complexa, a fim de evitar implicações mais sérias, pois a possibilidade de consagrar uma União Estável tornou-se mais propícia, uma vez que, estão morando juntos, a relação passa a ser vista como pública e duradoura encontram uma solução: realizar um Contrato de Namoro com o objetivo de não comunicar seus patrimônios reconhecendo o relacionamento como uma espécie de Namoro Qualificado negando a força jurídica da União Estável.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é deixar claro as principais implicações da diferença entre a União Estável e o Contrato de Namoro quando este visa proteger o patrimônio individual dos envolvidos nessa relação de forma a evitar uma possível confusão patrimonial.

Visando evitar as implicações mais sérias da consagração de uma União Estável em razão de um relacionamento contínuo, público, duradouro e com a intenção de constituir família, o Contrato de Namoro ganha maior força e visibilidade de forma a distinguir o relacionamento: A grande diferença é que no namoro não há a intenção de constituir família. E esse único critério subjetivo faz surgir grandes diferenciações no plano dos direitos e deveres decorrentes de relações dentro do Ordenamento Jurídico, mais precisamente, no ramo do Direito de Família. Nesse sentido, é imprescindível fazer uma análise dos Contratos no Direito de Família para que se possa compreender a revolução trazida pelo surgimento do Contrato de Namoro, um instituto recente, jurisprudencial, com uma finalidade importantíssima dada as necessidades individuais atuais movidas por uma sociedade eminentemente capitalista e materialista.

Nesse viés, o objetivo geral do presente trabalho é deixar claro as principais implicações da diferença entre a União Estável e o Contrato de Namoro quando este visa proteger o patrimônio individual dos envolvidos nessa relação de forma a evitar uma possível confusão patrimonial numa eventual dissolução, ou melhor dizendo, um eventual término de relacionamento pois, o termo “namoro” não é um termo jurídico e não possui regulamentações a não ser as morais, àquelas que a sociedade impõe.

Portanto, a linha tênue da diferenciação desses conceitos é a principal problemática desse trabalho em razão das consequências jurídicas no plano real: O contrato faz lei entre as partes logo, os relacionamentos estabelecidos por esses institutos geram direitos e deveres entre os envolvidos. As evoluções sociais demandam que as normas jurídicas se atualizem para poder tutelar as novas realidades e é por esse motivo que o instituto do Contrato de Namoro surge.

Dito isso, é imprescindível estudar o Contrato de Namoro e a União Estável no direito brasileiro; Analisar a pandemia do Covid-19 e entender o Contrato de Namoro como um meio legal de resguardar o patrimônio individual e gerar maior segurança jurídica nas relações dos casais que não objetivam constituir família e, logo, não querem configurar uma União Estável.

Quanto a metodologia, assinala-se a pesquisa bibliográfica através de um estudo descritivo-analítico feito a partir da leitura de artigos científicos, manuais referentes às legislações, doutrinas especializadas e direcionadas ao objeto do estudo em questão, consultas em sites, monografias e jurisprudência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contratos no Direito de Família

O Direito é área do conhecimento humano que trata do estabelecimento de limites entre o Estado e o homem bem como do homem para com consigo mesmo, apesar de uno o Direito sofre uma compartimentalização epistemológica que o divide em áreas de atuação, uma dessas áreas do é a do Direito Civil, face do Direito, ocupada em regular as relações humanas, e a faz principalmente por meio da lei, apesar de que a própria lei prevê outra maneira de causar efeitos jurídicos nessas relações, é aqui que surge a figura do Contrato, no Direito de Família, uma subdivisão do Direito Civil não poderia ser diferente, o contrato é elemento jurídico capaz de gerar efeitos jurídicos mas que também tem função de garantir que os direitos e deveres nele subscritos sejam efetivamente cumpridos. Por essa breve exposição se retira a necessidade de anteriormente ao aprofundamento na matéria de Contrato de Namoro uma pequena explanação sobre Contratos de maneira geral.

2.2.1. Conceito

O homem consegue alterar o mundo ao seu redor por meio da sua manifestação de vontade, quando isso acontece são gerados efeitos jurídicos, efeitos jurídicos são qualquer alteração que impacte juridicamente uma pessoa ou mesmo o meio em que ela se encontra.

O nome que se dá para ação da manifestação de vontade do indivíduo é negócio jurídico, e é no âmbito do negócio jurídico que se encontram os contratos, é importante ressaltar que um negócio jurídico não precisa de um contrato formal para existir, apenas ações que gerem efeitos jurídicos é o suficiente, por exemplo, quando ocorre uma compra e venda, apenas a tradição é necessária segundo o Código Civil para sedimentar ali uma relação contratual. Senão vejamos o que diz o Código Civil Brasileiro

Art. 1.226. Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição.

Isso levanta uma discussão para outrora que gira em torno da crise do contrato no direito civil, a presença da informalidade das negociações jurídicas que ganhou força principalmente com o advento do CPC 15, e o princípio da autonomia de vontade das partes vem tomando conta do dia a dia do negócio jurídico e cada vez menos se vê a presença do Estado nessas relações do Direito Privado. Ainda tentando concluir a definição de contrato podemos segundo Venosa (2017) afirmar que um contrato é um negócio jurídico, mas nem todo negócio jurídico é um contrato, o que definirá um negócio jurídico como contrato é por tanto a bilateralidade e a manifestação de vontade daqueles que compõem a sua estrutura.

O contrato, assim como outros negócios, constitui-se numa declaração de vontade destinada a produzir efeitos jurídicos. O contrato, sem dúvida, ocupa grande parte, e a mais importante, da vida negocial. Contudo, há negócios jurídicos que independem de duas vontades, como ocorre no testamento e na promessa de recompensa, por exemplo. São negócios jurídicos unilaterais. (Vol. 3, p. 21, 2017)

2.2.2. Classificação

Para compreender o Contrato de Namoro é ainda de extrema importância entender a classificação dos contratos, até para que seja possível classificar posteriormente o Contrato de Namoro, mesmo que sejam apenas as classificações mais comuns de contrato.

Os contratos inicialmente se dividem em classes quanto a vontade dos indivíduos que participam dele, nessa categoria de vontade, a classificação fica entre Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais.

Segundo TARTUCE:

O contrato unilateral é aquele em que apenas um dos contratantes assume deveres em face do outro. É o que ocorre na doação pura e simples, uma vez que há duas vontades (a do doador e a do donatário), mas do concurso de vontades surgem deveres apenas para o doador; o donatário apenas auferirá vantagens. Também são exemplos de contratos unilaterais o mútuo (empréstimo de bem fungível para consumo) e o comodato (empréstimo de bem infungível para uso). Percebe-se, assim, que nos contratos unilaterais, apesar da presença de duas vontades, apenas uma delas será devedora, não havendo contraprestação (2018, p.21).

Dito isso é importante ressaltar que:

o contrato será bilateral quando os contratantes são simultânea e reciprocamente credores e devedores uns dos outros, produzindo o negócio direitos e deveres para ambos, de forma proporcional. O contrato bilateral é também denominado contrato sinalagmático, pela presença do sinalagma, que é a proporcionalidade das prestações, eis que as partes têm direitos e deveres entre si (relação obrigacional complexa). (TARTUCE, 2018, p.21)

Restando, pois, o contrato plurilateral, contrato em que estão presentes mais de duas pessoas e a elas envolvem seus direitos e deveres numa proporção igual. (VENOSA, 2017)

Outra classificação passível de ser feita aos contratos é quanto a ônus que ele acarreta para as partes, por tanto podem ser classificados em contratos gratuitos ou contratos onerosos.

[...] quando a um benefício recebido corresponder um sacrifício patrimonial, fala-se em contrato oneroso. Quando, porém, fica estabelecido que somente uma das partes auferirá benefício, enquanto a outra arcará com toda obrigação, fala-se em contrato gratuito ou benéfico. (GAGLIANO, 2019, p.150)

Os contratos onerosos ainda possuem uma subdivisão que mercê ser mencionada entre comutativos e aleatórios, e GAGLIANO nos orienta da seguinte forma:

[q]uando as obrigações se equivalem, conhecendo os contratantes, ab initio, as suas respectivas prestações, como, por exemplo, na compra e venda ou no contrato individual de emprego, fala-se em um contrato comutativo. Já quando a obrigação de uma das partes somente puder ser exigida em função de coisas ou fatos futuros, cujo risco da não ocorrência for assumido pelo outro contratante, fala-se em contrato aleatório ou de esperança, previsto nos arts. 458 a 461, como é o caso, por exemplo, dos contratos de seguro [...]. (2019, p.152)

Outra divisão é entre típicos e atípicos:

os contratos típicos são aqueles regulados por lei, enquanto os atípicos aqueles que não encontram previsão legal. Nos termos do citado dispositivo, é lícito às partes estipular contratos atípicos, desde que observadas as normas gerais estabelecidas pelo próprio Código Civil. Como normas que devem ser respeitadas, no caso normas de ordem pública, podem ser mencionados os arts. 421 e 422 do CC, que tratam dos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva (princípios sociais contratuais) (TARTUCE, 2018, p.25)

O Código Civil ainda se preocupou com a condição das partes envolvidas no negócio jurídico e dividiu os contratos também quanto a essa condição, podendo eles ser paritários ou de adesão, conforme GAGLIANO discorre:

O contrato unilateral é aquele em que apenas um dos contratantes assume deveres em face do outro. É o que ocorre na doação pura e simples, uma vez que há duas vontades (a do doador e a do donatário), mas do concurso de vontades surgem deveres apenas para o doador; o donatário apenas auferirá vantagens. Também são exemplos de contratos unilaterais o mútuo (empréstimo de bem fungível para consumo) e o comodato (empréstimo de bem infungível para uso). Percebe-se, assim, que nos contratos unilaterais, apesar da presença de duas vontades, apenas uma delas será devedora, não havendo contraprestação (2018, p.21).

A doutrina de GAGLIANO (2019) ainda divide em solenes e não solenes quanto à forma de celebração do contrato, ainda nessa categoria ainda pode-se observar a subdivisão entre consensuais ou reais, os consensuais acontecem quando existe apenas a manifestação de vontade já os reais quando o negócio envolve algum bem material.

Quando se tem na pessoa do contratante algo sem ao qual não existiria o contrato temos ainda a subdivisão de contratos pessoais, podendo também ser impessoais quando ocorrer o inverso, quando a pessoa que envolvida no negócio não tem relevância jurídica suficiente no cumprimento do mesmo. (TARTUCE, 2018)

O Direito de Família é subdivisão do Direito Civil, é regido por tanto pelas mesmas regras, e possui essa separação apenas por questão organizacional, em respeito às suas peculiaridades, por tanto pode se dizer que dentro do Direito de Família é possível encontrar questões contratuais.

a doutrina é praticamente unânime em reconhecer a natureza privada do Direito de Família, especialmente quando cada vez mais a ciência familista propugna pela igualdade de exercício dos direitos, e procura conferir maior liberdade e autonomia aos partícipes das relações jurídicas de ordem familiar, como vem acontecendo com as novas conquistas da igualdade dos gêneros, no campo da filiação, nos novos modelos de concepção familiar, na maior liberalidade na disposição de bens, pela possibilidade de alteração dos regimes matrimoniais no curso das núpcias, uma maior flexibilização das cláusulas constantes dos pactos antenupciais e dos contratos de convivência, e com divórcios e extinção consensual de união estável administrativos, realizados por escritura pública (CPC, art. 733). (MADALENO, 2019, p.40)

Como bem disse a doutrina de Madaleno é preciso respeitar as peculiaridades do Direito de Família, para que dessa forma seja possível identificar e analisar seus institutos a partir de uma perspectiva mais próxima da ideal e mais distante da que se observa outras áreas do Direito.

Analisemos o que diz LOBO sobre uma dessas peculiaridades:

O art. 1.725 do Código Civil admite que os companheiros possam celebrar contrato escrito para regular “as relações patrimoniais”. A regra concretiza o princípio da liberdade em matéria patrimonial. Os companheiros podem adotar algum dos regimes aplicáveis facultativamente ao casamento – neste caso, mediante pacto antenupcial -, ou estipular o que melhor convierem, misturando regimes ou criando regulamento singular. A ausência desse contrato fará com que os bens adquiridos por qualquer dos companheiros na constância da união estável entrem na comunhão, segundo o regime de comunhão parcial do casamento, com ou sem participação de ambos na aquisição (LÔBO, 2008);

No Direito de Família o que se tem como contrato é explicitado por BAPTISTA:

[c]onstituem contratos nominados no direito de família o pacto antenupcial, e o casamento. Todas as demais modalidades são contratos inominados: os sponsais, o contrato de convivência, o pacto civil de solidariedade, o restabelecimento da sociedade conjugal, a alteração do regime matrimonial de bens, os acordos sobre guarda, dever de assistência e alimentos e as dissoluções consensuais da sociedade conjugal (a separação e o divórcio), e de outros grupos familiares (2007, p.7)

Por tanto, o Direito de Família gira em torno da relação contratual que existe ente os nubentes, aqueles que buscam por meio da sua manifestação de vontade, diante do Código Civil Brasileiro conjugar a sua relação, é importe ressaltar que apesar de regido pelo Código Civil, essa conjugação possui considerável liberdade, já que os nubentes podem optar por um serie de organizações patrimoniais diferentes umas das outras, assim também se evidencia a relevância do instituto da autonomia privada, que permite que os contratantes tenham essa liberdade dentro dos limites legais.

3. O CONTRATO DE NAMORO

Nesse sentido, surge o Contrato de Namoro que é, na realidade, uma simples declaração de vontade feita através de instrumento particular entre as partes ou público em qualquer Cartório de Notas onde os envolvidos afirmam ter um relacionamento amoroso sem a intenção de constituir família. Cumpre-se ressaltar que o “namoro” não é um termo juridicamente tutelado e não há no nosso ordenamento jurídico disposições sobre o termo já que não é uma relação jurídica e não gera obrigações patrimoniais como, por exemplo, ocorre com a União Estável. De forma mais clara, Marília Pedrosa Xavier menciona:

O contrato de namoro é um documento escrito no qual as partes que estão tendo um relacionamento afetivo acordam consensualmente que não há entre eles objetivo de constituir família. Por consequência, afasta-se a constituição de uma união estável e dos direitos dela decorrentes, tais como alimentícia e direitos sucessórios. (XAVIER, 2015, p. 83)

3.1. União Estável x Contrato de Namoro

A partir do advento da lei 9.278/ 1996, também conhecida como a Lei da União Estável, que modificou o § 3º do art. 226 da Constituição Federal retirando a necessidade do critério objetivo do prazo tempestivo de (cinco) anos de convivência para a configuração da União Estável. A exclusão desse critério objetivo teve impactos na análise dos relacionamentos atuais e fez surgir a diferenciação entre namoro comum, aquele que não possui o compromisso como elemento fundamental e portanto pode vir a ser elencado como um namoro casula, e o surgimento da tese do “namoro qualificado”, que apresenta critérios parecidos com o da União Estável sem que cumpra com o requisito essencial que seria o animus familiae. Esse termo surge, juridicamente, em meados de 2015 em decisão proferida pelo STJ (STJ – 3ª Turma, REsp.nº 1.454,643- RJ, Rel. Min. Marco Aurélio Belizze, DJe. 10.03.2015), no qual, nas palavras do julgador:

só projeção da formação de uma família, os relatos das expectativas da vida no exterior com o namorado, a coabitação, ocasionada, ressalta-se, pela contingência e interesses particulares de cada qual, tal como esboçado pelas instâncias ordinárias, afiguram-se insuficientes à verificação da affectiomaritalis e, por conseguinte, da configuração da união estável (2015)

É nesse contexto que surge a necessária existência do Contrato de Namoro. Como se pode ver, o instrumento surgiu há cerca de 5 anos e ganhou força na doutrina mas, o contrato de namoro ainda é um ponto polêmico no direito. O contrato tem o intuito de oferecer maior segurança jurídica entre os casais que, apesar de ter uma convivência pública, contínua e duradoura, não possuem o animus de construir família que, basicamente, é o critério principal de diferenciação entre “namoro” e “união estável”. O objetivo principal do contrato de namoro é resguardar o patrimônio individual, precipuamente naquelas situações onde há uma discrepância de renda entre os casais e, dessa forma, evitar a comunicação dos bens. Mesmo embora que a União Estável tenha contornos jurídicos delimitados, quando se trata de contrato de namoro, a diferenciação ainda fica questionável.

de ausência de contornos mais nítidos da configuração de união estável, fazem com que essa entidade familiar e o namoro apareçam separados por uma linha tênue, quase imperceptível. Até mesmo os autores desfavoráveis ao contrato de namoro admitem que a diferença entre as entidades é nebulosa³²⁰. Certamente, isso será ainda potencializado se o que estiver em jogo for um namoro qualificado. (XAVIER, 2015. p.79)

Para que o namoro qualificado tenha o caráter formal em um Contrato de Namoro faz-se necessário comprovar juridicamente que a relação entre os envolvidos não se trata de uma União Estável e, portanto, não gera direitos e nem deveres a nenhuma das partes como por exemplo: Direito a herança, pensão e partilha de bens.

Diante de uma possível confusão, nada melhor que facultar às próprias partes a regulamentação jurídica de um assunto tão íntimo. O exercício dessa pactuação garantiria, em última instância, um relacionamento mais sadio, tendo em vista que possíveis desconfianças restariam afastadas. Não há fundamento idôneo que justifique o ato autoritário de impedir que o casal se autoregre. (XAVIER, 2015, p. 86)

Deste modo, o Contrato de Namoro contempla e formaliza a manifestação de vontade das partes em estabelecer apenas uma relação de namoro ao passo que não impede que venha a se tornar uma União Estável.

por vezes, esse relacionamento é tomado por uma complexidade tão grande que o leva a ser confundido com uma união estável, fazendo com que ao namoro sejam imputadas as consequências jurídicas que o reconhecimento desta entidade familiar necessariamente conduz.(XAVIER, 2015.p.94)

No entanto, medida em que os envolvidos passem a conviver com o animus de construir família, ou seja, que as condições do relacionamento se transformem, nada impede que no referido instrumento fique regulado o possível regime de bens conferido a uma futura e incerta União Estável, caso ocorra.

O contrato de namoro não terá validade alguma se for feito tendo em vista mascarar ou fraudar uma suposta União Estável e, portanto, não será levado em consideração se for levada a Juízo. Por tal razão, para indicar que o relacionamento continua sendo um namoro, faz-se mister que o casal renove o contrato de tempos em tempos de modo a deixar claro a inexistência do animus de constituir família imperando os elementos subjetivos da constituição de um namoro.

Essas critérios de validade do Contrato referido ressaltam que o objeto a ser resguardado tem caráter eminentemente patrimonialista pois visa resguardar a incomunicabilidade do patrimônio dos indivíduos o que revela uma grande mudança na conjuntura social quando a materialidade se sobressai quanto ao amor líquido, o amor romantizado por séculos vem sendo contraposto à uma sociedade capitalista quando, em alguns relacionamentos, uma pessoa tem mais capacidade financeira que a outra opta por não correr o risco de perder o patrimônio em um possível término.

proteger o partícipe que possui patrimônio em detrimento daquele que não o tem, com nítida ofensa aos princípios da dignidade humana e do direito de família. Assim sendo, um contrato desse jaez não poderá nunca impedir o reconhecimento da união estável, assim como uma declaração de união estável poderá levar a uma conclusão de sua inexistência. Recorde-se que não estamos no campo dos contratos patrimoniais e sim na seara da família, cujos princípios são diversos. Destarte, muito distante desses 44 pactos está o princípio do pacta sunt servanda. Nesse campo, os fatos superam qualquer escrito! (VENOSA, p.490)

É esse o perfil das pessoas que buscam formalizar o chamado “namoro qualificado” em um Contrato de Namoro. E é justamente pela linha tênue de sua diferenciação com a União Estável que, no cenário padndêmico, em meio as circunstâncias, os números têm aumentado.

4. O PANORAMA DO CONTRATO DE NAMORO EM MEIO À PANDEMIA.

Importante ressaltar que o número dos Contratos de Namoro em 2019 cresceu 54,5% nos primeiros quatro meses do ano em comparação com o mesmo período de 2018, segundo os dados recentes do Colégio Notarial Seção São Paulo (2019, REVISTA VEJA). Nesse ano de 2020, em virtude da pandemia causada pelo novo COVID-19, houve um novo aumento nos números de contratos de namoro celebrados em razão da política preventiva de isolamento social, medida imposta pelo Governo no dia 16 de março de 2020 no intuito de reduzir a velocidade da transmissão do vírus e a consequente taxa de mortalidade na tentativa de controlar a doença e não colapsar o sistema de saúde tendo em vista as capacidades hospitalares de recepcionar os infectados. De acordo com a Folha Informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil atualizada em 15 de setembro de 2020:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Foram confirmados no mundo 29.155.581 casos de COVID-19 (233.014 novos em relação ao dia anterior) e 926.544 mortes (4.245 novas em relação ao dia anterior) até 15 de setembro de 2020.

Desde o início da pandemia supramencionada muitos casais resolveram cumprir juntos a quarentena. A vivência na mesma casa ainda que momentaneamente, confundiu o entendimento de muitos sobre namoro e União Estável. (IBDFAM, 2020) Por essa razão, ou seja, devido a intensificação da convivência em razão da pandemia, que o Contrato de Namoro ganhou enfoque e passou a ser apontado como uma saída eficaz para proteger a intenção das partes no relacionamento o que reverbera a necessidade de que o casal tenha clareza sobre o tipo de relação tornando essa estratégia preventiva mais adequada para todos no intuito de evitar problemas patrimoniais relacionados a União Estável em uma eventual dissolução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o Direito, ou seja, as normas jurídicas se modificam para tutelar e proteger os anseios da sociedade que está em constante mudança. No que diz respeito ao campo das relações privadas, principalmente, no que concerne aos relacionamentos, o Casamento deixou de ter a importância que tinha no século passado e outros institutos, como o da União Estável e o recente “Namoro Qualificado”, passaram a ser reconhecidos para que efetivasse o direito dos indivíduos envolvidos na relação sejam eles patrimoniais ou afetivos.

Nesse sentido, é de fundamental importância saber que os Contratos estão presentes no Direito de Família para viabilizar uma maior segurança jurídica e promover a proteção da relação pessoal e patrimonial dos envolvidos. O presente trabalho trouxe a problemática da diferenciação entre a União Estável e o Namoro Qualificado pois, este recente instituto só difere daquele em razão da falta do *animus familiae* um critério subjetivo que determina direitos e deveres bem como a comunicabilidade ou não do patrimônio individual e, em razão disso, surge o Contrato de

Namoro instituto responsável para distinguir, com certa segurança jurídica, o Namoro da União Estável, fazendo lei entre as partes resguardando seus interesses.

O fato de os critérios de diferenciação entre o Namoro Qualificado e a União Estável serem eminentemente subjetivos resultam em demandas que leva a judicialização e à decisões divergentes. É nesse contexto que o Contrato de Namoro, embora seja uma novidade jurisprudencial, se torna um importante aliado no que concerne a distinção dessas relações pois, identifica o relacionamento com clareza buscando proporcionar maior segurança jurídica aos envolvidos em eventuais demandas futuras à fim de alcançar sua principal finalidade que é a proteção patrimonial já que, ao contrário da União Estável, promove a incomunicabilidade dos bens do casal.

Sob o enfoque dos impactos causados pela pandemia do COVID-19 e as medidas de isolamento social, a aproximação dos namorados que optaram por passar a quarentena juntos ou que tiveram apenas essa opção por não terem meios de voltar para suas cidades ou países, surge a problemática da classificação do relacionamento pois, como já foi mencionado, a linha de diferenciação é tênue, e para alguns, a comodidade de manter um relacionamento sem responsabilidade jurídica (namoro) que não ameaça o aporte financeiro individual é bem mais viável à se submeter à uma relação de União Estável juridicamente tutelada que trás consigo uma série de direitos e deveres equivalentes ao status de um Casamento.

Por esta razão, especificamente, no contexto social pandêmico, o Contrato de Namoro se destaca novamente como um importante aliado pois, ao qualificar o tipo de relacionamento, deixa claro a inexistência da intenção de constituir família e resguarda o patrimônio individual dos envolvidos. Destarte, os casais que, vierem a morar juntos, ao celebrar o presente acordo no objetivo de não comunicarem seus respectivos patrimônios poderão conviver de forma harmônica sem que, em uma eventual dissolução não haja ações referente a reconhecimento de união estável nem tampouco partilha de bens.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 set. 2020
- BRASIL. Lei N° 9.278, de 10 de Maio de 1996. Regula o § 3° do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm#:~:text=226%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20reconhecida%20como%20entidade,objetivo%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%20fam%C3%ADlia>. Acesso em 16 set. 2020
- BAPTISTA, Silvio Neves. Conferência pronunciada no VI Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte, de 14 a 17 de novembro de 2007
- COELHO, Jacó. Advogado responde se viver junto na quarentena pode configurar União estvel. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/332368/advogada-responde-se-viver-junto-na-quarentena-pode-configurar-uniao-estavel>>. Acesso em 15 set. 2020
- CONSTRUBA, Aryane Braga. As famílias e a possibilidade de estabelecer regras por meio dos contratos. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/332516/as-familias-e-a-possibilidade-de-estabelecer-regras-por-meio-de-contratos>>. Acesso em: 16 set. 2020
- GAGLIANO, Pablo Stolze. Contrato de namoro. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8319/contrato-de-namoro>>. Acesso em: 18 de nov de 2020
- IBDFAM. Contrato de namoro pode servir a casais que coabitam durante a quarentena. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/noticias/7417/Contrato+de+namoro+pode+servir+a+casais+que+coabitam+durante+a+quarentena%3B+especialista+comenta>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MADALENO, Rolf. Direito de Família. 9. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2019.
- OMS. Folha informativa COVID 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 16 set.
- STJ – Resp: 1454643 RJ 2014/0067781-5, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 03 de março de 2015, T3- TERCEIRA TURMA, DJe 10 de março de 2015. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178417344/recurso-especial-resp-1454643-rj-2014-0067781-5>> Acesso em: 17 de nov. de 2020
- TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito de família. 4ª ed. São Paulo: Método, 2018.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: família e sucessões. 19. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- XAVIER, Marília Pedrosa. Contrato de namoro: Amor líquido e direito de família mínimo. Paraná: Clássica editora, 2015.



A GRADAÇÃO DOS HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS E AS REPERCUSSÕES
NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Bruno Lima Barbalho¹

RESUMO: A nova sistemática dos honorários advocatícios restou introduzida e disciplinada no art. 85 da Lei nº 13.105/2015, formulando regras mais claras e modificando a jurisprudência da Suprema Corte de Justiça em pontos nos quais o entendimento consolidado não mais se mostrava adequado, à luz da atual dinâmica processual brasileira. Nesse ímpeto, o presente artigo procura abordar as expressivas mudanças na disciplina dos honorários de sucumbência, inclusive no que toca a redução da subjetividade do julgador e a restrição das hipóteses de fixação por equidade. A metodologia aplicada é analítica-descritiva baseada na utilização de documentos jurídicos e textos doutrinários, não tendo este trabalho a finalidade de encerrar qualquer controvérsia a respeito do tema. Por fim, de acordo com as balizas fixadas principalmente pela atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e pela doutrina vigente, propõe-se fomentar o debate acerca dos limites objetivos do regime sucumbencial mediante ordem de preferência de critérios para determinação da base de cálculo dos honorários, sobretudo nas causas que tenham como parte a Fazenda Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Honorários Advocatícios. Regime Jurídico. Sucumbência e causalidade. Limites objetivos e critérios de preferência.

ABSTRACT: The new system of attorney fees remained introduced by Law nº 13,105/2015, being disciplined to Article 85 of the Civil Procedure Code, formulating clearer rules and modifying the jurisprudence of the Brazilian Superior Court of Justice at points where the consolidated understanding was no longer adequate, in light of the current Brazilian procedural dynamics. In this context, the present article seeks to address the significant changes in the succumbence fees regime, including the reduction of the judge's subjectivity and the restriction of the hypotheses of fixation by equity. The applied methodology was analytical-descriptive based on the use of legal documents and doctrinal texts, this work not having the purpose to close any controversy on the subject. In the end, according to the beacons established specifically by current Superior Court of Justice (STJ) case law and doctrine in force, proposes to foment the debate about the objective limits of the sucumbencial regime by order of preference of criteria to determine the base of calculation of the legal fees, mainly in the causes that have the Public Treasury as part.

KEYWORDS: Legal fees. Juridicial Regime. Succumbence and causality. Objective limits and preference criteria.

1. INTRODUÇÃO

Durante a vigência do CPC/1973, nas causas que fossem julgadas contra a Fazenda Pública o valor dos honorários era fixado por intermédio da apreciação equitativa do juiz com ampla margem para determinação da verba sucumbencial, de acordo com o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza da importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ocorre que, com advento do novo Código de Processo Civil (NCPC), houve expressivas alterações na disciplina de fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais por intervenção de critérios mais objetivos. Dentre as mudanças previstas na legislação, tem-se a redução da subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe apreciação dos honorários de sucumbência por equidade, pois enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível nas causas de pequeno valor; nas de valor inestimável; naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

E mais, o montante dos honorários sucumbenciais deverá ser aferido pelo juiz entre o valor mínimo de 10% e máximo de 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º, do NCPC). Ao fixar este percentual o magistrado deverá ter como critério o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, conforme determina o art. 85, § 2º, I a IV, do NCPC. Sendo assim, a Lei Federal nº 13.105/15 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

Nos dizeres de Guilherme Freire de Melo Barros :

O regime de pagamento de honorários advocatícios no direito processual público foi significativamente modificado no CPC-2015. À luz do sistema anterior, o pagamento de honorários advocatícios em causas que envolviam o Poder Público era feito por apreciação equitativa do juiz (CPC-1973, art. 20, § 4º).

O dispositivo tinha o objetivo de privilegiar o ente público com um regime mais favorável, pois, ao indicar a apreciação equitativa do juiz, a norma induz a conclusão de que o valor de fixação dos honorários não deve ser alto para não onerar demais os cofres públicos. Em edição anteriores, já havíamos nos manifestado pela inconstitucionalidade dessa regra do CPC-1973.

[...]

O Código de Processo Civil de 2015 corrigiu, em certa medida, as incongruências indicadas acima, pois aproximou - embora não tenha igualado totalmente - o regime de honorários contra o Poder Público do regime geral entre particulares.

[...]

A regra base de remuneração de honorários advocatícios está prevista no § 2º do artigo 85 e prevê sua fixação entre 10 e 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou, subsidiariamente, sobre o valor atualizado da causa. O valor percentual fixado pelo juízo deve levar em conta grau de zelo, local da prestação do serviço, natureza e importância da causa e trabalho realizado pelo advogado e tempo exigido (art. 85, § 2º).

Quando o Poder Público for parte, a fixação também é feita em percentuais, mas que decrescem conforme o montante da condenação se eleva. Confira-se:

Art. 85. [...]

§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.

Como se vê, em caso de condenação ou proveito econômico de até 200 salários-mínimos, os honorários advocatícios serão fixados como o parâmetro geral, 10 a 20%. Em seguida, os valores percentuais vão-se reduzindo à medida que aumenta a condenação (art. 85, § 5º).

Essa sistemática é aplicada em qualquer hipótese de litígio com o Poder Público, inclusive casos de improcedência e sentença sem resolução de mérito (art. 85, § 6º), seja sucumbente o Estado ou o particular.

[...]

Além disso, fica superada a pecha de violação da isonomia, já que o particular sucumbente também estará sujeito ao pagamento de honorários segundo as faixas do § 3º. No sistema anterior, o particular sucumbente era condenado nos percentuais gerais (entre 10 e 20%), mas o vitorioso fazia jus tão somente em honorários por equidade. Pelo CPC-2015, embora o regime das demandas com o Poder Público seja diferente daquele para os particulares, o advogado público e o privado estão sujeitos ao mesmo regime escalonado. A despeito de não ser totalmente idêntico ao regime geral entre particulares, não há como negar que essa sistemática é muito mais consentânea com o exercício da advocacia em causas contra o Estado do que o sistema do CPC-1973.

Seguindo esse viés, Elpídio Donizetti ensina que:

De acordo com o CPC/1973, vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios eram fixados por apreciação equitativa do juiz. Em síntese, cabia ao magistrado basear-se no caso concreto para recompensar o trabalho do advogado, sem onerar, de forma excessiva, a Fazenda Pública. Essa regra possibilitava a fixação de honorários em valor irrisório, inclusive em percentual inferior a 10% (dez por cento).

A legislação atual felizmente não seguiu a sistemática anterior. O ponto principal da alteração é o estabelecimento de um percentual mínimo de honorários em desfavor da Fazenda Pública (seja no polo passivo, seja no polo ativo).

Assim, independentemente do valor da condenação sofrida, os honorários advocatícios não poderão ser fixados em valor inferior ao mínimo estabelecido em lei. O grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo para o seu serviço também devem ser atendidos quando da fixação dos honorários (o que também vale para as demandas em geral).

Os percentuais (mínimo e máximo) estão fixados nos incisos I a V do § 3º do art. 85 e devem ser aplicados independentemente do conteúdo da decisão (§ 6º). As margens de percentagem serão reduzidas gradativamente, conforme o aumento do valor da condenação ou do proveito econômico obtido.

Os percentuais estabelecidos no CPC/2015 serão aplicados no momento da prolação da sentença e terão por base o salário mínimo vigente. No entanto, se a sentença for ilíquida, deve-se aguardar o procedimento de liquidação para posterior definição.

Visto sob este prisma, a nova legislação promoveu igualdade no tratamento das partes envolvidas no litígio, não havendo mais a disparidade existente no § 4º do art. 20 do CPC/73, tanto que o § 3º do art. 85 do CPC estipulou percentuais para a fixação dos honorários sucumbenciais, em razão da variação do montante condenatório ou do proveito econômico obtido com a causa.

2. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E SUCUMBÊNCIA

Conforme verificado, os honorários são devidos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora, segundo os limites e critérios dispostos nos parágrafos do art. 85 do NCPC, aplicando-se o ônus da sucumbência, independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito, bem como na hipótese de perda do objeto, por quem deu causa ao processo.

Quanto à definição de sucumbência e do princípio da causalidade, Leonardo Carneiro da Cunha reverbera que:

A condenação nos ônus da sucumbência ocorre, apenas, quando se julga a causa...

Nos termos do § 1º do art. 85 do CPC, são devidos honorários na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente. O julgamento de um incidente não acarreta, como já afirmado, condenação em honorários de advogado.

[...]

Pelo disposto no art. 85 do CPC, ao vencido cabe arcar com os honorários de sucumbência.

Na maioria das vezes, a parte vencida é quem deve arcar com os honorários sucumbenciais. E isso porque foi o vencido quem deu causa ao ajuizamento da demanda...

A derrota constitui um forte indício de ter sido o vencido o causador daquela demanda. Enfim, os honorários de sucumbência decorrem da aplicação do princípio da causalidade.

[...]

Em princípio, é a parte vencida quem arca com os honorários de sucumbência, por ter sido quem deu causa ao ajuizamento da demanda. Há casos, porém, em que mesmo vitoriosa, a parte pode ser condenada na verba honorária, em virtude da própria causalidade, isto é, deve arcar com os honorários de sucumbência aquele que deu causa ao ajuizamento da demanda ou à sua extinção...

À evidência, o fundamento da condenação nos honorários sucumbenciais é o dado objetivo da derrota. Não basta, contudo, a derrota. É preciso que a parte tenha dado causa ao ajuizamento da demanda.

À evidência, o fundamento da condenação nos honorários sucumbenciais é o dado objetivo da derrota. Não basta, contudo, a derrota. É preciso que a parte tenha dado causa ao ajuizamento da demanda.

[...]

É exatamente por isso que o § 10 do art. 85 do CPC assim dispõe: “Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo”.

O valor dos honorários advocatícios, segundo estabelece o § 2º do art. 85 do CPC, deve ser fixado entre 10% e 20% sobre o montante da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Ao estimar o valor dos honorários, o juiz deve levar em conta o grau de zelo do advogado, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Sendo a causa desnuda de complexidade, o percentual a ser fixado deve ser menor, quando se compara a causa com outra demanda que exigiu um maior esforço profissional.

Os limites de 10% e de 20% aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência e de extinção sem resolução do mérito (CPC, art. 85, § 6º).

[...]

Os limites previstos no § 3º do art. 85 do CPC aplicam-se em qualquer caso, independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive àqueles de improcedência ou de sentença sem resolução do mérito (CPC, art. 85, § 6º)...

Nessa ordem de ideias, tem-se que os limites quantitativos previstos no art. 85, § 3º, I a V, do NCPC, qual seja valor da condenação ou proveito econômico obtido: até 200 salários mínimos, deverá os honorários ser de 10 a 20%; acima de 200 e até 2.000 salários mínimos; deverá ser de 8 a 10%; acima de 2.000 e até 20.000 salários mínimos, deverá ser de 5 a 8%; acima de 20.000 e até 100.000 salários mínimos, deverá ser de 3 a 5%; acima de 100.000 salários mínimos, deverá ser de 1 a 3%; merecem ser aplicados, desde logo, quando a sentença for líquida (art. 85, § 4º, I, do NCPC), ao passo que na sentença ilíquida, a definição do percentual, somente ocorrerá quando liquidado o julgado (art. 85, § 4º, II, do NCPC).

Além disso, não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico da causa, o valor da condenação deverá ser calculado com base no valor atualizado da causa (art. 85, § 4º, III, do NCPC). Nesta linha de inteligência, Guilherme Freire de Melo Barros sustenta:

Os percentuais indicados no § 3º do artigo 85 devem ser aplicados quando a sentença for líquida. Sendo ilíquida, a definição do percentual é postergada para a fase de liquidação da sentença (§ 4º, inc. I). Se não houver condenação principal ou não for possível mensurar o proveito econômico, a condenação em honorários toma por base o valor atualizado da causa (§ 4º, inc. III). O marco temporal para identificação das faixas de condenação em honorários é o momento da prolação da sentença líquida ou o da decisão de liquidação (§ 4º, inc. IV).

Essas faixas devem ser obedecidas qualquer que seja a decisão, inclusive improcedência e sentença sem resolução de mérito (§ 6º). A única exceção do sistema atual que permite a fixação equitativa de honorários é para causas de valor inestimável, aquelas cujo proveito econômico seja irrisório ou quando o valor da causa for muito baixo (§ 8º).

Dá inferir que na legislação revogada, as possibilidades de fixação dos honorários por equidade eram mais amplas, contemplando decisões das quais não resultava condenação, como no decreto de extinção do processo sem a resolução do mérito e o julgamento de improcedência dos pedidos iniciais (CPC/1973, art. 20, § 4º).

3. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS

À evidência, o fundamento da condenação nos honorários sucumbenciais é o dado objetivo da derrota. Não basta, contudo, a derrota. É preciso que a parte tenha dado causa ao ajuizamento da demanda.

[...]

É exatamente por isso que o § 10 do art. 85 do CPC assim dispõe: “Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo”.

O valor dos honorários advocatícios, segundo estabelece o § 2º do art. 85 do CPC, deve ser fixado entre 10% e 20% sobre o montante da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Ao estimar o valor dos honorários, o juiz deve levar em conta o grau de zelo do advogado, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Sendo a causa desnuda de complexidade, o percentual a ser fixado deve ser menor, quando se compara a causa com outra demanda que exigiu um maior esforço profissional.

Os limites de 10% e de 20% aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência e de extinção sem resolução do mérito (CPC, art. 85, § 6º).

[...]

Os limites previstos no § 3º do art. 85 do CPC aplicam-se em qualquer caso, independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive àqueles de improcedência ou de sentença sem resolução do mérito (CPC, art. 85, § 6º)...

Nessa ordem de ideias, tem-se que os limites quantitativos previstos no art. 85, § 3º, I a V, do NCPC, qual seja valor da condenação ou proveito econômico obtido: até 200 salários mínimos, deverá os honorários ser de 10 a 20%; acima de 200 e até 2.000 salários mínimos; deverá ser de 8 a 10%; acima de 2.000 e até 20.000 salários mínimos, deverá ser de 5 a 8%; acima de 20.000 e até 100.000 salários mínimos, deverá ser de 3 a 5%; acima de 100.000 salários mínimos, deverá ser de 1 a 3%; merecem ser aplicados, desde logo, quando a sentença for líquida (art. 85, § 4º, I, do NCPC), ao passo que na sentença ilíquida, a definição do percentual, somente ocorrerá quando liquidado o julgado (art. 85, § 4º, II, do NCPC).

Além disso, não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico da causa, o valor da condenação deverá ser calculado com base no valor atualizado da causa (art. 85, § 4º, III, do NCPC). Nesta linha de inteligência, Guilherme Freire de Melo Barros sustenta:

Os percentuais indicados no § 3º do artigo 85 devem ser aplicados quando a sentença for líquida. Sendo ilíquida, a definição do percentual é postergada para a fase de liquidação da sentença (§ 4º, inc. I). Se não houver condenação principal ou não for possível mensurar o proveito econômico, a condenação em honorários toma por base o valor atualizado da causa (§ 4º, inc. III). O marco temporal para identificação das faixas de condenação em honorários é o momento da prolação da sentença líquida ou o da decisão de liquidação (§ 4º, inc. IV).

Essas faixas devem ser obedecidas qualquer que seja a decisão, inclusive improcedência e sentença sem resolução de mérito (§ 6º). A única exceção do sistema atual que permite a fixação equitativa de honorários é para causas de valor inestimável, aquelas cujo proveito econômico seja irrisório ou quando o valor da causa for muito baixo (§ 8º).

Dáí inferir que na legislação revogada, as possibilidades de fixação dos honorários por equidade eram mais amplas, contemplando decisões das quais não resultava condenação, como no decreto de extinção do processo sem a resolução do mérito e o julgamento de improcedência dos pedidos iniciais (CPC/1973, art. 20, § 4º).

3. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS

Do esboçado até aqui, notabiliza-se que: (I) o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor da condenação; ou do proveito econômico obtido; ou do valor atualizado da causa; (II) o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou o valor da causa for muito baixo.

Pois bem, em se tratando de causa cujo proveito econômico é inestimável o arbitramento dos honorários deverá ocorrer por apreciação equitativa, tratando-se de hipótese que excepciona a rígida criterização inserida no art. 85, §2º, do NCCP. Sobre esse ponto, trago à lição de Leonardo Carneiro da Cunha :

Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando os critérios relacionados no § 2º do art. 85 (CPC, art. 85, § 8º). A depender dos elementos concretos da demanda, e diante de uma apreciação equitativa que leve em conta os critérios contidos no § 2º do art. 85 do CPC, poderão os honorários ser estabelecidos num valor fixo, sendo, de um lado, suficiente para bem remunerar o trabalho desenvolvido pelo advogado e, de outro lado, apto a não gerar um impacto significativo no Erário.

Ainda sobre a ordem de critérios para fixação da base de cálculo dos honorários, Luiz Guilherme Marinoni, Arenhart Sérgio Cruz e Daniel Mitidiero pontuam que:

*De regra, o juiz, ao fixar a verba honorária, deve obedecer a limites quantitativos (art. 85, § 2.º, CPC) e qualitativos (art. 85, § 2.º, I a IV, CPC). Admite-se, contudo, que eventualmente, se superem os limites quantitativos do art. 85, § 2.º, CPC, obedecendo-se tão somente aos qualitativos (art. 85, § 8.º, CPC). Quantitativamente, os honorários advocatícios devem variar entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação... O § 8.º do art. 85 é exceção ao§ 2.º, uma vez que livra as hipóteses nele contidas dos limites quantitativos previstos nesse. São casos em que não se atendem aos lindes quantitativos do§ 2.º, CPC: a) os feitos de valor inestimável; b) aqueles em que o proveito econômico é irrisório; e c) aqueles em que o valor da causa é muito baixo.
[...]*

A equidade é uma manifestação particular da justiça. No Estado Constitucional, a equidade é inerente ao ato de julgar. Assim, a alusão à equidade no art. 85, § 8.º, CPC, apenas visa a subtrair as situações ali mencionadas da incidência do parágrafo anterior do art. 85, CPC. Os critérios que visam a balizar o arbitramento dos honorários advocatícios são os mesmos mencionados no art. 85, § 2.º, CPC.

Não é necessário uso aprofundado da hermenêutica para visualizar que é possível a fixação dos honorários advocatícios fora do critério de 10 a 20%, com base no art. 85, §8º, do NCCP, não apenas para fixar a remuneração acima de 20% quando a causa envolver proveito econômico irrisório ou valor da causa muito baixo, mas também para fixar abaixo de 10% quando o proveito econômico for vultoso, seja porque o conceito de inestimável abrange igualmente as causas de grande monta, ainda que suscetíveis de quantificação, seja ainda porque os conceitos de equidade e de justa remuneração pelos serviços prestados pelo advogado não se coadunam com a alegada possibilidade de fixação fora dos critérios legais apenas para majorar, mas não para minorar os honorários advocatícios.

Por consectário lógico, tem-se, resumidamente, a seguinte ordem legal de vocação: primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Op. cit.*, p. 123.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 175-176.

4. O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA COMPREENSÃO DO TEMA

O Código de Processo Civil de 2015, no artigo 85, §8º, restringiu a incidência da apreciação equitativa tão somente às causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

Em razão desses parâmetros legais, o Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento no sentido de que o critério da equidade só pode ser utilizado subsidiariamente, apenas quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado, conforme mostra as ementas a seguir:

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. FIXAÇÃO EQUITATIVA. NÃO CABIMENTO. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA NECESSÁRIA. VALOR DA CAUSA. BASE DE CÁLCULO. DECISÃO MANTIDA.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal. Precedentes da Terceira e Quarta Turmas e da Segunda Seção do STJ.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, à míngua de provimento condenatório e de se fazer possível aferir o proveito econômico obtido pela parte vencedora, a verba honorária foi arbitrada em percentual incidente sobre o valor da causa, estipulado pela própria agravante, no percentual mínimo previsto na lei processual.

4. Agravo interno desprovido

(STJ – AgInt-REsp 1711273/DF. Órgão Julgador: Quarta Turma. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Data de Julgamento: 02/06/2020. Data de Publicação: 12/06/2020)

EMENTA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial firmada pela Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, DJe 29.03.2019, os honorários advocatícios de sucumbência, na vigência do CPC/15, devem ser fixados de acordo com os seguintes critérios: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedentes.

1.1. No caso em tela, a fixação de obrigação de fazer possui valor econômico aferível, a afastar a incidência excepcional e subsidiária da regra disposta no art. 85, § 8º, do CPC/2015. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(STJ – AgInt-REsp 1787893/SP. Órgão Julgador: Quarta Turma. Relator: Ministro Marco Buzzi. Data de julgamento: 20/04/2020. Data de Publicação: 27/04/2020)

EMENTA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ENTRE 10% E 20% DO VALOR DA CAUSA.

1. Julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que somente se aplica o disposto no art. 85, § 8º, do CPC, quando o valor da causa seja muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado.

2. Na hipótese dos autos, ao contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência, quando houver julgamento sem resolução do mérito.

3. Agravo desprovido.

(STJ – AgInt-EDcl-REsp 1799342/SP. Órgão Julgador: Terceira Turma. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Data de julgamento: 30/03/2020. Data de Publicação: 01/04/2020)

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO. PREVALÊNCIA. LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido. 2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º). 3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria. 4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). 5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo. 6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido." (REsp 1746072/PR, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

2. No caso concreto, há proveito econômico mensurável, razão pela qual foi afastado o valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios.

3. Ante a impossibilidade de se quantificar o proveito econômico na instância especial, faz-se necessária a complementação do julgado na fase de liquidação de sentença, conforme previsto pelo art. 509 e seguintes do CPC/2015.

4. "Quanto às modalidades de liquidação, vige no sistema processual civil o princípio da fungibilidade, segundo o qual a determinação do 'quantum debeatur' deve se processar pela via adequada, independentemente do pedido feito pela parte ou do preceito expresso na decisão judicial." (REsp 1590902/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 12/05/2016) 5. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ – AgInt-AREsp 1557929/SP. Órgão Julgador: Quarta Turma. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Data de julgamento: 23/03/2020. Data de publicação: 26/03/2020)

EMENTA. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VERBA SUCUMBENCIAL. ART. 85, § 3º, DO CPC/2015. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Nas causas em que a parte é a Fazenda Pública, deve-se observar a regra prevista no art. 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, uma vez que a apreciação equitativa, prevista no § 8º da norma em epígrafe, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos. Precedentes.

2. "A matéria encimada à apreciação desta Corte Superior é eminentemente jurídica, qual seja, a necessidade de fixação dos honorários sucumbenciais de acordo com os critérios previstos nos incisos I a IV do § 2º e com os percentuais delimitados no § 3º do art. 85 do CPC/2015. Assim, evidente a inaplicabilidade da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça ao caso concreto" (AgInt no AREsp 1.456.057/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 19/9/2019, DJe 25/9/2019).

3. Agravo interno não provido.

(STJ – AgInt-REsp 1844738/RS. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Sérgio Kukina. Data de julgamento: 10/02/2020. Data de Publicação: 13/02/2020)

EMENTA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. VALOR RELEVANTE. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Os honorários devem ser estabelecidos, em regra, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, isto é, nos limites percentuais nele previstos sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa, inclusive nas demandas julgadas improcedentes ou extintas sem resolução do mérito.

2. A equidade constante do § 8º do art. 85 do CPC/2015 incide apenas quando o proveito econômico obtido não seja identificado, ou seja, inestimável ou irrisório, situação distinta daquela tratada no presente caso.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ – AgInt-AREsp 1368440/PR. Órgão Julgador: Terceira Turma. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Data de julgamento: 25/02/2019. Data de publicação: 13/03/2019)

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 2º E 6º, DO NCPC. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA ENTRE 10% E 20% DO VALOR DA CAUSA. SOLIDARIEDADE ENTRE AS RÉS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR APENAS UMA DELAS. PROPORCIONALIDADE. ART. 87 DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito." (AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, DJe 30/04/2018).

2. Deve a ora agravada receber a metade dos honorários advocatícios que foram majorados, pois, a teor do art. 87 do NCPC, esse é o montante que corresponde à proporcionalidade de seu sucesso na demanda.

3. Agravo interno não provido.

(STJ – AgInt-AREsp 1249196/SP. Órgão Julgador: Quarta Turma. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Data de julgamento: 08/11/2018. Data de publicação: 14/12/2018)

EMENTA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO

O SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. OCORRÊNCIA. CONTRADITÓRIO PRÉVIO À SENTENÇA DE EXTINÇÃO EXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC, PRECEDENTE DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Em conformidade com a orientação jurisprudencial firmada no Tema 1 do Incidente de Assunção de Competência (IAC) - REsp 1.604.412/SC -, precedente de observância obrigatória nos termos do art. 927, III, do CPC/2015, nas execuções paralisadas sem prazo determinado, inclusive no caso de suspensão por ausência de bens penhoráveis (art. 791, III, do CPC/1973), o prazo prescricional da pretensão de direito material anteriormente interrompido reinicia após o transcurso de 1 (um) ano do último ato do processo. Além disso, a prescrição pode ser conhecida de ofício, desde que assegurado o prévio contraditório, a fim de possibilitar ao credor a oposição de fato obstativo, em vez do impulsionamento do processo - providência própria do abandono processual.

2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa. A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido.

(STJ – AgInt-AREsp 983554/PR. Órgão Julgador: Terceira Turma. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Data de julgamento: 14/08/2018. Data de publicação: 24/08/2018)

EMENTA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(STJ – AgInt-AREsp 1187650/SP. Órgão Julgador: Terceira Turma. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Data de julgamento: 24/04/2018. Data de publicação: 30/04/2018)

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º. Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): "No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico deve observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E".

4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada. 5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

6. Agravo Interno não provido.

(STJ – AgInt-REsp 1665300/PR. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Ministro Herman Benjamin. Data de julgamento: 12/12/2017. Data de publicação: 19/12/2017)

A orientação jurisprudencial firmada reconhece que os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, ao passo que a equidade trazida no § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

Destarte, com a restrição da aplicação da equidade e a previsão de percentuais e parâmetros objetivos (bases de cálculos) para a fixação dos honorários, reduz-se a possibilidade de haver julgamentos subjetivos, tornando-se possível a valorização do trabalho do advogado.

Segundo o art. 85, § 2º, os honorários devem ser "fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa", atendidos os critérios previstos nos incs. I a IV do mesmo § 2º, que reproduzem o que dispunham as alíneas a a c do art. 20, § 3º, do CPC/1973. Ademais, o § 6º do art. 85 prescreve que tais limites se aplicam "independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

Como se vê, não há mais distinção de base de cálculo e de limites percentuais entre as decisões condenatórias, declaratórias e constitutivas. Não importa a natureza da decisão, os parâmetros de fixação da verba honorária são os mesmos. O art. 85, § 2º, elege três bases de cálculo distintas: os valores da condenação, do proveito econômico e da causa, a serem observados nessa ordem. Assim, os honorários devem ser fixados com base no valor da condenação; não a havendo, utiliza-se o proveito econômico; em última instância, recorre-se ao valor da causa. É o que se extrai do art. 85, § 4º, III, do CPC/2015.

Com efeito, há uma ordem de gradação contida dentro do próprio parágrafo 2º do art. 85 do CPC de 2015, e que deve ser adotada para fixação da base de cálculo dos honorários: o valor da condenação; proveito econômico obtido (e não o pretendido); ou o valor atualizado da causa, quando não for possível mensurar o proveito econômico obtido. Somente se avança para a base de cálculo seguinte se a hipótese sub judice não se enquadrar na anterior - incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do art. 85, § 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no § 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado.

Observa-se que as regras objetivas de fixação de honorários advocatícios permitem um dimensionamento mais preciso do custo do processo, outorgando uma análise mais eficiente de custo/benefício, a valorizar não só a segurança jurídica, mas a própria qualidade do Poder Judiciário.

Por fim, na vigência da nova legislação processual, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, o importe da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa (hipóteses restritas, quando o proveito econômico perseguido for inestimável ou irrisório ou quando se tratar de valor da causa muito baixo) ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regramento estatuído no atual Código de Processo Civil denota ao intérprete o propósito de objetivar a sistemática dos honorários advocatícios, introduzindo autêntica ordem de vocação para fixação da base de cálculo da verba sucumbencial, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

Por consequência, o § 2º do art. 85 do NCPD impõe a regra geral de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% do valor da condenação; ou do proveito econômico obtido; ou não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa, à proporção que o § 8º do art. 85 do NCPD, veicula regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa.

Destarte, por restringir a aplicação da equidade com parâmetros objetivos (bases de cálculos) para a fixação da sucumbência, ganha relevo o vetor interpretativo que reduz a possibilidade de haver julgamentos subjetivos, tornando-se possível a superação de uma antiga cultura de aviltamento e de descaso em relação aos honorários, que não teria o condão de remunerar condignamente e valorosamente o trabalho do advogado.

Neste cenário, ante a opção do legislador em balizar os percentuais mínimo e máximo para o cálculo dos honorários advocatícios, limitando, sem margem para dúvidas, as hipóteses nas quais autorizou o magistrado arbitrar a verba sucumbencial por apreciação equitativa, o Superior Tribunal de Justiça vem declarando expressamente a impossibilidade de fixação dos honorários por equidade, com base no § 8º do art. 85 do CPC, em detrimento da regra geral contida no § 2º do mesmo dispositivo legal.

Por último, à luz dessas ponderações, mostrou-se que o arbitramento equitativo de honorários deixou de ser a regra, passando a constituir exceção, de modo a corrigir inequívocas distorções, sobretudo quando inadequada a base de cálculo prevista na regra geral, seja por conduzir a honorários ínfimos, teratológicos ou exorbitantes, à vista da situação concreta.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Otávio Terceiro Neto Bernardo de. *Honorários de sucumbência e direito intertemporal: entre o CPC/1973 e o CPC/2015*. Revista de Processo, São Paulo: Ed. RT, vol. 265. ano 2017. p. 345-364.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. *Poder Público em Juízo para concursos*. Salvador: JusPODIVM, 2016.

BRASIL. Lei Federal n.º 13.105 de 2015. *Código de Processo Civil*. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 20 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Recurso Especial n.º 1711273/DF*. Acórdão de 02.06.2020. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 12 de junho de 2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Recurso Especial n.º 1787893/SP*. Acórdão de 20.04.2020. Relator: Ministro Marco Buzzi. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 27 de abril de 2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno nos Embargos de Declaração em Recurso Especial n.º 1799342/SP*. Acórdão de 30.03.2020. Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 01 de abril de 2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n.º 1557929/SP*. Acórdão de 23.03.2020. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 26 de março de 2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Recurso Especial n.º 1844738/RS*. Acórdão de 10.02.2020. Relator: Ministro Sérgio Kukina. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 13 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n.º 1368440/PR*. Acórdão de 25.02.2019. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 13 de março de 2019. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n.º 1249196/SP*. Acórdão de 08.11.2018. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n.º 983554/PR*. Acórdão de 14.08.2018. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n.º 1187650/SP*. Acórdão de 24.04.2018. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 24 de abril de 2018. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Interno no Recurso Especial n.º 1665300/PR*. Acórdão de 12.12.2017. Relator: Ministro Herman Benjamin. Diário de Justiça Eletrônico. Brasília, 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/>> Acesso em: 26 set. 2020.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *A Fazenda Pública em juízo*. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DONIZETTI, Elpídio. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 2ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.



FACULDADE

ViaSapiens

A IDENTIDADE DO CONHECIMENTO



ENFERMAGEM



**ESTAÇÃO
SAPIENS**
EDITORA

INDICAÇÃO DE LIVROS.



O Imperador de Todos os Males: uma biografia do Câncer

Todos os dias morrem milhares de pessoas com câncer em todo o mundo, dúvidas, medos, de onde vem? O que é? Diversas inquietações de pessoas que sofrem com a patologia, diante desse drama dos pacientes Siddhartha Mukherjee traça em *O imperador de todos os males* uma "biografia" profundamente humana do câncer, uma obra que rendeu ao cancerologista o Prêmio Pulitzer de 2011. A história é real e o médico faz uma narrativa da doença. Com uma linguagem bastante acessível, descreve sucintamente as etapas do processo repleto de idas e vindas da pesquisa da enfermidade, com suas promessas de vitórias e a decepção das recaídas. Tem tecnologia e ciência. Em o livro revela os notáveis resultados da recente pesquisa genética, que desvendam o mecanismo íntimo da doença e vão sendo paulatinamente incorporados ao tratamento.



O Futuro da Humanidade

Este é o primeiro romance do psiquiatra Augusto Cury, que narra a trajetória do jovem Marco Polo, estudante de Medicina que logo no início do curso, em uma aula de Anatomia, fica indignado com a total indiferença e a falta de sensibilidade dos professores ao falarem sobre os cadáveres que os alunos teriam que dissecar. A obra se propõe a provocar uma reflexão sobre a sociedade e o rumo da vida das pessoas, Marco Polo, com sua indignação, desafia profissionais renomados para provar que os pacientes com problemas mentais precisam de menos remédio e mais respeito e dedicação. Ao apostar no diálogo e na Psicologia, provoca uma grande reviravolta entre as pessoas com as quais convive.



Sob Pressão – A Rotina de Guerra de Um Médico Brasileiro

A obra que todo profissional da saúde deve ler, traz o depoimento do cirurgião torácico Márcio Maranhão para a jornalista Karla Maranhão. Momento único e que faz o leitor se envolver na história, o autor apresenta a realidade no sistema de saúde, com momentos comovedores. Depois de 15 anos de trabalho em hospitais municipais e estaduais do Rio de Janeiro, ele viu seu idealismo juvenil pela profissão escorregar pelos dedos.



Felicidade no Trabalho da Enfermagem: O Livro que todo(a) Enfermeiro(a) deve ler

A busca da felicidade é uma meta humana essencial presente em todas as dimensões da vida, incluindo o cenário laboral. Estudos apontam que existe relação entre trabalho e felicidade, afirmando que não é possível ser genuinamente feliz estando infeliz no trabalho. No contexto da enfermagem, a interdependência entre trabalho e felicidade remete a uma preocupação no cenário laboral, visto que há uma estatística importante acerca da depressão entre esses profissionais, o que vem aumentando na pandemia COVID-19. Assim, considerando que o objeto de trabalho do profissional da enfermagem é O CUIDADO, empatia e para isso precisa-se de muita resiliência por esses profissionais. Esse livro a Obra apresenta estratégias para ajudar ao profissional de enfermagem para obter essa resiliência e a plena felicidade e abundância no trabalho.

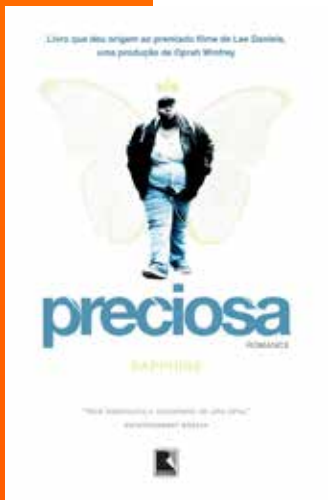
INDICAÇÃO DE FILMES

PARA SEMPRE ALICE



Um filme lançado em 2015, que foi aclamado pela crítica, o mesmo conta sobre a doença Alzheimer. Onde a Dra. Alice Howland é professora universitária e precocemente é diagnosticada com a doença. Um filme emocionante que apresenta o início dos sinais e sintomas, onde a protagonista aos poucos começa a esquecer certas palavras e se perder pelas ruas de Manhattan e também na sua casa. Ela é diagnosticada com Alzheimer, no primeiro momento nega a doença para ela e para os familiares. A doença coloca em prova a união da sua família e como cuidar de um paciente com a referida doença.

PRECIOSA



O drama apresenta a história de uma adolescente de 16 anos que mora na periferia da cidade de Nova York, a mesma passa por diversos preconceitos, com a mãe desempregada, relata a história que desde cedo ela sofre sobre abuso físico e sexual, além de discriminação da sociedade por ser negra e obesa. No enredo apresenta que os abusos sexuais, que a mesma sofria pelo pai, deu origem a dois filhos. A história muda quando Preciosa muda de escola e começa a aprender a ler e escrever. O filme apresenta diversas vulnerabilidades sofridas pela protagonista e desperta ao espectador uma análise crítica de vulnerabilidade, saúde mental e violência.

Patch Adams



A união de empatia, humanização e a importância dos profissionais na transformação da saúde mental, o filme conta a história Patch que após uma tentativa de suicídio foi internado em um hospital psiquiátrico, lá ele descobre o dom de ajudar as pessoas. Após a sua saída do hospital o mesmo se forma em medicina e transformar a vida de pessoas, levando alegria. Durante o filme ele passa por inúmeros obstáculos para conseguir o seu objetivo.



A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Emanuella de Maria Terceiro de Vasconcelos Gualberto¹
Maria Thaynara Queroz Nascimento²

RESUMO: Um dos papéis fundamentais na vida do ser humano é o trabalho, tendo em vista seus efeitos positivos no concernente à satisfação das necessidades básicas de subsistência, criação de vínculos e colaboração entre os trabalhadores. A Saúde do Trabalhador (ST) é uma vertente da área da saúde que se preocupa com o trabalhador e seu processo saúde-doença, de uma visão holística e multiprofissional. As inadequações do trabalho são responsáveis por processos de adoecimento, podendo limitar temporária ou definitivamente a vida do trabalhador, restringindo sua participação social e, conseqüentemente, sua qualidade de vida. O objetivo deste trabalho foi analisar a influência da Fisioterapia como forma de prevenção na Saúde do Trabalhador. A metodologia utilizada foi revisão integrativa de literatura com caráter descritivo e abordagem qualitativa, através de artigos científicos indexados nas seguintes bases de dados: BVS, Scielo e Lilasc. Os resultados mostram que os trabalhadores com LER/DORT/TTC, diariamente se deparam com inúmeras dificuldades que corroborando com os achados anteriores encontramos frequentemente sintomas como dor, edema e limitações físicas associadas quanto à amplitude de movimento das articulações. O programa de exercícios físicos específicos realizados por profissionais habilitados tem como objetivo proporcionar aos grupos musculares mais exigidos durante as atividades laborais, sendo corresponsáveis por auxiliar na prevenção das LER/DORT/TTC. Os trabalhos analisados demonstraram que os profissionais de fisioterapia desempenham papel de grande relevância no acompanhamento dos trabalhadores com LER/DORT/TTC, sobretudo, atuando diretamente na prevenção das lesões, além de acumular conhecimento técnico-científico que os permitem intervir nas mais variadas situações. Podemos concluir de maneira geral que esta pesquisa cumpriu com o objetivo proposto em mostrar a atuação e influência da fisioterapia na saúde do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVES: Fisioterapia. Saúde do trabalhador. Prevenção de LER/DORT/TTC.

ABSTRACT: One of the fundamental roles in the life of the human being is work, in view of its positive effects regarding the satisfaction of basic subsistence needs, the creation of bonds and collaboration among workers. Worker's Health is a health care sector that cares about the worker and his health-disease process, from a holistic and multiprofessional vision. The inadequacies of the work are responsible for illness processes, and can temporarily or definitively limit the worker's life, restricting their social participation and, consequently, their quality of life. The objective of this study was to analyze the influence of Physical Therapy as a form of prevention in Worker 's Health. The methodology used was an integrative review of literature with descriptive character and qualitative approach, through scientific articles indexed in the following databases: BVS, Scielo e Lilasc. The results show that workers with LER/DORT/DTC daily are confronted with numerous difficulties that corroborate with the previous findings. The program of specific physical exercises performed by qualified professionals aims to provide the most demanding muscle groups during work activities, being co-responsible for helping to prevent LER/DORT/DTC. The work analyzed showed that physiotherapy professionals play a very important role in the LER/DORT/DTC, especially, acting directly in the prevention of injuries, besides accumulating technical-scientific knowledge that allows them to intervene in the most varied situations. We can conclude in a general way that this research fulfilled the objective proposed in showing the performance and influence of physical therapy in the health of the worker.

KEY WORDS: Physiotherapy. Worker's health. Prevention of LER /DORT/DTC.

1. INTRODUÇÃO

Um dos papéis fundamentais na vida do ser humano é o trabalho, tendo em vista seus efeitos positivos no concernente à satisfação das necessidades básicas de subsistência, criação de vínculos e colaboração entre os trabalhadores. Entretanto, ao exercer este papel, o homem acaba por se expor constantemente aos riscos presentes no ambiente de trabalho, o que pode interferir diretamente na sua saúde física e psicológica¹.

O ambiente de trabalho tem sido estudado por diversas áreas do conhecimento e com diferentes abordagens. Tem-se notado que o trabalho oferece significado a vida das pessoas e tem relação direta com o estilo de vida adotado fora do ambiente de trabalho e de pessoas que trabalham longas jornadas de trabalho tem um período de lazer pequeno ou até mesmo não tem. As intervenções de saúde e qualidade de vida ganham espaço no local de trabalho, com potencial para promover hábitos e comportamentos saudáveis, bem como prevenir enfermidades³.

A saúde do trabalhador encontra-se diretamente relacionada a fatores econômicos, sociais, tecnológicos e organizacionais engrenados ao perfil de produção e consumo, além dos fatores de risco de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica presentes nos processos laborais produtivos. Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) articulam-se diretamente à realização de atividades ocupacionais e às condições de trabalho⁴.

A Saúde do Trabalhador (ST) é uma vertente da área da saúde que se preocupa com o trabalhador e seu processo saúde-doença, de uma visão holística e multiprofissional. Ela atua em diversos campos, muitas vezes despercebidos da sociedade, e possui papel fundamental como ferramenta profilática de agravos⁵.

Contudo, essas inadequações do trabalho são responsáveis por processos de adoecimento, podendo limitar temporária ou definitivamente a vida do trabalhador, restringindo sua participação social e, conseqüentemente, sua qualidade de vida. Estudos mostram que a saúde é influenciada pelo status socioeconômico e está relacionada à qualidade de vida e a diferentes condições de trabalho. Há consenso que o trabalho em condições desfavoráveis causa danos e expõe².

Nesse contexto, a modernidade vem transformando o dia-a-dia das pessoas, aumentando as horas de trabalho e diminuindo o tempo de ócio e lazer, fazendo com que esse excesso de trabalho muitas vezes se transforme em doenças físicas e/ou mentais. Essa mudança no cenário do trabalho ocasionou o aumento das doenças ocupacionais, não somente a lesão por esforço repetitivo (LER) e o distúrbio osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), mas as doenças de origem psicológica, frutos do stress⁸.

A motivação para a realização desta investigação emergiu a partir do processo de vivência acadêmica, no qual tivemos a oportunidade de conhecer o assunto e estudá-lo de maneira mais criteriosa nas disciplinas específicas e durante as vivências enquanto estagiária.

Desta forma, entende-se que este trabalho possua relevância justamente pelo seu peso, tanto no campo acadêmico quanto no campo prático, já que traz luz para questionamentos inerentes à saúde do trabalhador, e sua relação com morbidades decorrentes de um processo de adoecimento exclusivamente ligado ao trabalho laboral. Assim, tem-se como questão deste estudo: qual a influência da fisioterapia como forma de prevenção na saúde do trabalhador? Estabelece como objetivo deste estudo: analisar a influência da fisioterapia como forma de prevenção na saúde do trabalhador.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura com caráter descritivo e abordagem qualitativa.

A construção do estudo de revisão integrativa possui: identificação da pergunta norteadora e seleção da questão de pesquisa usando os descritores; busca ou amostragem de literatura utilizando os critérios de inclusão e exclusão; coleta de dados; análise crítica dos estudos; discussão e interpretação dos resultados e por último a apresentação da revisão integrativa¹¹.

A apresentação começa com a elaboração de um estudo do tipo integrativo do tema delimitado. Nesse sentido, o estudo tem como questão norteadora: qual a influência da fisioterapia como forma de prevenção na saúde do trabalhador?

Após a escolha do tema e a formulação da pergunta problema, iniciou-se a busca através da base de dados.

A busca dos artigos selecionados se deu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e em portais indexados como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A procura dos trabalhos iniciou-se utilizando os seguintes descritores: “fisioterapia”; “saúde do trabalhador”; “promoção de saúde”; “prevenção de LER/DORT/TTC”, de acordo com o cruzamento dos operadores booleanos “and” e “or”, é que foram sendo selecionados os estudos da pesquisa.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos na íntegra que retratarem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos cinco anos. Para critérios de exclusão serão delimitados: artigos repetidos em mais de uma base de dados e artigos com informações não contidas no título.

O estudo realizou-se no período dos meses de setembro a novembro do ano de 2017. Durante a primeira etapa da seleção, optou-se por incorporar os artigos que possuísem título e/ou resumo de acordo com o tema analisado. Em seguida, realizou-se leitura na íntegra de cada publicação, de acordo com os critérios de elegibilidade.

Na perspectiva de analisar os artigos selecionados foi realizada uma matriz de síntese como instrumento de coleta de dados, contendo: título do artigo, periódico/revista, ano de publicação, local da pesquisa, base de dados, tipo de estudo/abordagem e resultados.

Na análise crítica dos estudos tiveram por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos artigos científicos encontrados nas fases anteriores. Essa documentação foi elaborada de forma concisa e fácil¹¹.

A discussão e interpretação dos resultados diz à respeito sobre os textos analisados na revisão integrativa. O pesquisador, guiado pelos achados, realiza a interpretação dos dados e, com isso, é capaz de levantar as lacunas de conhecimento existentes e sugerir pautas para futuras pesquisas¹⁹.

A apresentação da revisão integrativa consistiu na elaboração do documento que deve contemplar a descrição de todas as fases percorridas pelo pesquisador, de forma criteriosa, e deve apresentar os principais resultados obtidos. Essa etapa é um trabalho de extrema importância, já que produz impacto devido ao acúmulo do conhecimento existente sobre a temática pesquisada¹¹.

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Toda a pesquisa realizada nas bases de dados já mencionada teve o intuito de facilitar a integração dos estudos encontrados e seguindo a linha de raciocínio, sobre atuação do profissional de fisioterapia na prevenção de saúde do trabalhador.

Inicialmente ao utilizar os termos ou palavras chave “fisioterapia”, “saúde do trabalhador” e “prevenção de LER/DORT/TTC”, encontrou-se um total de 2011 artigos, sendo que destes 95 eram artigos disponíveis no completo e apenas 36 em idioma português.

A partir da avaliação dos textos selecionados com a leitura mais criteriosa dos resumos, procedeu-se a análise de quinze estudos que foram usados para a elaboração deste trabalho. Com respeito ao ano de publicação, dois artigos foram publicados em 2012, dois em 2013, quatro em 2014, dois em 2015, um em 2016 e quatro em 2017.

No quadro a seguir, encontra-se a distribuição dos artigos consultados que forma o corpo do estudo, os autores, título dos trabalhos, revista, ano de publicação, tipos de estudo e objetivos da pesquisa.

Quadro 01: Distribuição dos artigos que forma o corpo do estudo de acordo com os autores, título da pesquisa, revista, ano de publicação, tipo de estudo e objetivos.

| Autores | Título | Revista e ano de publicação | Tipo de estudo | Objetivos |
|---|--|--|---|--|
| FERREIRA, L. C.; DELATIM, F. M.; VILELA, F. L.; DIAS, A. | Intervenção fisioterapêutica na prevenção dos DORT em auxiliares de limpeza. | Revista Pesquisa em Fisioterapia, 2013. | Estudo do tipo exploratório e descritivo de cunho qualitativo, | Descrever uma intervenção fisioterapêutica com foco na prevenção dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. |
| MAIA, F. E.; ALMEIDA, J. R.; QUEIROZ, J. M.; MENDES, J. M.; SILVA, J. A. | Comissão interna de prevenção de acidentes e as ações de saúde coletiva na perspectiva da fisioterapia. | Revista fisioterapia e saúde funcional, 2014. | Caracteriza-se como um relato de caso, do tipo observacional descritivo. | Realizar uma análise frente às perspectivas da Fisioterapia sobre as atividades promovidas por uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de uma Empresa privada. |
| MELO, B. F.; SOUZA, A. C.; FERRITE, S.; BEFNADES, K. O. | Atuação do fisioterapeuta nos centros de referência em saúde do trabalhador: indicadores das notificações dos DORT. | Revista fisioterapia e pesquisa, 2017. | Estudo descritivo de caráter exploratório | Objetivo de descrever a atuação de fisioterapeutas nos Centros de referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) do Brasil. |

| | | | | |
|--|---|---|---|--|
| DICKEL, M. D.; GIOVANI, S. | A ginástica laboral e os benefícios para a saúde do trabalhador: uma revisão narrativa. | Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017. | Estudo descritivo qualitativo. | Evidenciar a importância da ginástica laboral na qualidade de vida do indivíduo. |
| BAILÃO, B. B.; SILVA, P. L. | Fisioterapia laboral: a percepção do trabalhador. | Revista Movimenta 2017. | Pesquisa qualitativa | Buscou compreender a percepção dos funcionários sobre um programa de fisioterapia preventiva e se existe influência desse serviço na atividade laboral e na vida diária dos mesmos. |
| MAIA, F. E. | Fisioterapia do trabalho, uma conquista para a fisioterapia e a saúde do trabalhador: uma revisão de literatura. | Revista Urutágua, 2014. | Estudo do tipo revisão de literatura com caráter descritivo. | Objetivo de apontar fatores e benefícios da atuação do fisioterapeuta no ambiente de trabalho. |
| CAETANO, V. C.; CRUZ, D. T.; LEITE, I. C. | O lugar ocupado pela assistência fisioterapêutica: representações sociais de trabalhadores com DORT. | Revista fisioterapia e movimento, 2012. | Trabalho com abordagem Qualitativa. | Analisar as representações sociais da assistência fisioterapêutica entre os trabalhadores. |
| GRANDE, A. C.; SILVA, V. | Barreiras e facilitadores para a adesão à prática de atividade física no ambiente de trabalho. | Revista o mundo da saúde, 2014. | Estudo do tipo exploratório randomizado. | Descrever as barreiras e facilitadores autorreferidos por trabalhadores participantes e não participantes de um programa de atividade física no local de trabalho. |

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| <p>LAUX, R. C.; PAGLIARI, P.; EFFTING-JUNIOR, J. V.; CORAZZA, S. T.</p> | <p>Programa de ginástica laboral e a redução de atestados médicos.</p> | <p>Revista ciência e trabalho, 2016.</p> | <p>Pesquisa do tipo documental com abordagem descritivo-comparativo.</p> | <p>Analisar um programa de ginástica laboral (PGL) e a influência na redução da quantidade de atestados de uma empresa de tratamento de resíduos industriais.</p> |
| <p>RODRIGUES, B. C.; MOREIRA, C. C.; TRIANA, T. A.; RABELO, J. F.;</p> | <p>Limitações e consequências na vida do trabalhador ocasionadas por doenças relacionadas ao trabalho.</p> | <p>Revista RENE, 2013.</p> | <p>Trata-se de revisão integrativa.</p> | <p>Averiguar na literatura o impacto das doenças relacionadas ao trabalho sobre a vida dos trabalhadores e a prevenção que pode ser realizada.</p> |
| <p>SILVA, F. C.; COSTA, L. C.; SAMPAIO, R. F.</p> | <p>A influência do afastamento do trabalho na percepção de saúde e qualidade de vida de indivíduos adultos.</p> | <p>Revista pesquisa e fisioterapia, 2017.</p> | <p>Trata-se Estudo do tipo observacional, de corte transversal e de revisão integrativa.</p> | <p>Investigar e comparar a percepção de saúde e qualidade de vida de trabalhadores.</p> |
| <p>CAETANO, V. C.; CRUZ, D. T.; SILVA, G. A.; LEITE, I. C.</p> | <p>Perfil dos pacientes e características do tratamento Fisioterapêutico aplicado aos trabalhadores com LER/DORT em Juiz de Fora.</p> | <p>Revista fisioterapia e movimento 2012.</p> | <p>Estudo de campo com abordagem qualitativa.</p> | <p>Conhecer o perfil dos trabalhadores com LER/DORT e a assistência fisioterapêutica aos quais são submetidos.</p> |
| <p>MOREIRA, J. P.; OLIVEIRA, B. C.; MUZI, C. D.; CUNHA, C. L.; BRITO, A. S.</p> | <p>A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil.</p> | <p>Caderno de saúde pública, 2015.</p> | <p>Estudo de campo com abordagem qualitativa.</p> | <p>Analisar a saúde dos trabalhadores da atividade agrícola no Brasil e as ações de promoção da saúde.</p> |

| | | | | |
|---|--|--|---|---|
| LACERDA, D. A.; CRUZ, P. J.; HOEFEL, M. G.; BARBOSA, A. M.; COSTA, C. C.; ALENCAR, I. C. | Educação popular e controle social em saúde do trabalhador: desafios com base em uma experiência. | Revista Interface, comunicação e saúde, 2014. | Pesquisa do tipo documental de cunho qualitativo com abordagem descritivo-comparativo. | Proporcionar e conhecer o processo de trabalho, como também vivenciar as ações de promoção da saúde. |
| DUARTE, A. C.; CARVALHO, A. R.; FALCÃO, K. P.; SOUSA, M. N.; ASSIS, E. V. | Saúde do trabalhador: colaboração de um programa preventivo de fisioterapia | Revista Interdisciplinar em Saúde, 2015. | Estudo do tipo descritivo a partir de uma revisão de literatura. | Descrever os benefícios da fisioterapia laboral na saúde do trabalhador e promoção de saúde. |

Após a pesquisa exploratória dos artigos, foi possível verificar a visão de diversos autores a respeito do tema pesquisado. Os artigos analisados apresentaram uma metodologia consistente e bastante clara em relação ao tema abordado.

A intensificação da forma de produção, as longas jornadas sem pausas, o trabalho repetitivo e o uso de ferramentas vibratórias, agravados pela sobrecarga de trabalho e a pressão constante têm ocasionado o aumento de doenças relacionadas ao trabalho, ao mesmo tempo em que criam condições para a maior probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporária ou permanente, evidenciando assim o vínculo causal entre saúde e trabalho¹.

Descrevem em seu estudo que os trabalhadores com LER/DORT/TTC, diariamente se deparam com inúmeras dificuldades que corroborando com os achados anteriores encontramos frequentemente sintomas como dor, edema e limitações físicas associadas quanto à amplitude de movimento das articulações⁵

Percebendo a necessidade de diminuir ou prevenir as doenças ocupacionais, as empresas estão investindo na prática de exercícios físicos no próprio local de trabalho. O programa de exercícios físicos específicos realizados por profissionais habilitados como forma de compensar os grupos musculares mais exigidos durante as atividades laborais, um exercício físico-motor que pode compensar desgastes e auxiliar em prevenções⁸.

O PGL (Programa de ginástica laboral) é um tipo de intervenção desenvolvida no local de trabalho com a intenção de promover comportamentos e atitudes conscientes para uma vida saudável. Tem duração de 10-15 minutos, sendo desenvolvida antes, durante ou após o expediente de trabalho, sendo a participação do trabalhador facultativa¹⁰.

A ginástica laboral, durante o expediente de trabalho, através de alongamentos musculares e relaxamento tem a finalidade de prevenir sintomas oriundos de doenças ocupacionais dos quais podem ser caracterizados por estiramentos e encurtamentos musculares, lombalgias, tendinites, entre outros, além da manutenção do bem-estar mental e físico por meio de atividades variadas¹⁷.

Ao avaliar um programa de fisioterapia preventiva em empresas, verificou-se que o programa foi capaz de facilitar o processo de trabalho dos mesmos que a partir do aumento da consciência corporal diminuindo, assim, pode-se reduzir as dores osteomusculares e o estresse provocado pela rotina de trabalho, sendo o momento da atividade laboral um momento de descontração e relaxamento para os colaboradores¹³.

Destaca que um simples momento de educação em saúde com trabalhadores através da utilização de palestras, banners e ou cartazes, seguido de atividade física laboral já pode ser suficiente despertar a consciência dos funcionários sobre os riscos e a prevenção das patologias ocupacionais no posto de trabalho¹⁶.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da temática das LER/DORT/TTC já serem uma questão abordada a bastante tempo, os fenômenos que envolvem os distúrbios relacionados ao trabalho possuem uma multicausalidade que ainda é bastante emblemático. A compreensão das limitações e consequências que as doenças relacionadas ao trabalho promovem na vida das pessoas, é um dos aspectos essenciais para a atuação do fisioterapeuta que atua nessa área, e tem como objetivo, proporcionar bem estar à saúde do trabalhador.

Através desta revisão integrativa podemos perceber a importância do fisioterapeuta na prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, onde o fisioterapeuta se diferencia dos demais profissionais por não atuar somente no ambiente natural da clínica dos centros de reabilitação de fisioterapia, mas também no ambiente onde estão os problemas, conhecendo as atividades ocupacionais dos trabalhadores, e realizando as dinâmicas de intervenção como: a ginástica laboral, alongamentos, adaptações de mobiliários e ergonomia, pois é somente através do conhecimento da forma de trabalho realizado é que se podem adotar medidas de prevenção para que assim possa obter os melhores resultados.

Podemos concluir de uma maneira geral que a pesquisa cumpriu com o objetivo proposto em mostrar a atuação e influencia da fisioterapia na saúde do trabalhador. Este trabalho poderá ainda servir como base para estudos posteriores e desta maneira, sugere-se ainda que possam existir maiores investigações a cerca dessa temática uma vez que se considera de grande relevância conhecer os aspectos que se relacionam de maneira direta com o trabalho humano.

REFERÊNCIAS

1. Rodrigues BC, Moreira CCC, Triana TA, Rabelo JF, Higarashi IH. Limitações e Consequências na Vida do Trabalhador Ocasionalmente por Doenças relacionadas ao Trabalho. *Revista Rene*. 2013; 14(2): 448-57.
2. Silva-Dutra FC, Costa LC, Sampaio RF. A influência do afastamento do trabalho na percepção de saúde e qualidade de vida de indivíduos adultos. *Revista Fisioter Pesq*. 2016; 23(1): 98-104.
3. Grande AJ, Silva V, Manzatto L, Rocha TBX, Martins GC, Junior GBV. Determinantes da Qualidade de vida no trabalho: Ensaio clínico controlado e randomizado por cluster. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte - Vol. 19, No. 5 – Set/Out, 2013*.
4. Caetano VC, Cruz DT, Silva GA, Leite IC. Perfil dos pacientes e características do tratamento Fisioterapêutico aplicado aos trabalhadores com LER/DORT em Juiz de Fora. *Revista Fisioter Mov*. 2010 Jul/Set; 23(3): 451-60.
5. Caetano VC, Cruz DT, Leite ICG. O lugar ocupado pela assistência fisioterapêutica. *Revista Fisioter Mov*. 2012 Out/dez; 25(4): 767-76.
6. De Vitta A, De Conti MHS, Trize DM, Quintino NM, Palma R, Simeão SFA. Sintomas musculoesqueléticos em motoristas de ônibus: prevalência e fatores associados. *Revista Fisioterapia e Movimento*. 2013 Set/Dez; 26(4): página, 863-71.
7. Lacerda DAL, Cruz PJSC, Hoefel MGL, Costa ICC, Barbosa AM, Alencar IC, Luna RMSL. Educação popular e controle social em saúde do trabalhador: desafios com base em uma experiência. *Revista de Comunicação Saúde Educação*. 2014; 18 Supl2: 1377-1388.
8. Laux RC, Pagliari PJVE, Corazza ST. Programa de Ginástica Laboral e a Redução de Atestados Médicos. *Revista Ciência & Trabalho*. 2016 Agosto.
9. Moreira JPL, Oliveira BLCA, Muzi CD, Cunha CLF, Brito AS, Luiz RR. Saúde dos Trabalhadores Rurais no Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2015 Agosto; Rio de Janeiro, 31(8):1698-1708.
10. Grande AJ, Silva V. Barreiras e facilitadores para a adesão à prática de atividade física no ambiente de trabalho. *Revista o Mundo da Saúde*. 2014 São Paulo-38(2): 204-209.
11. Botelho LLR, Cunha CCA, Macedo M. O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade • Belo Horizonte, Maio/Agosto- Issn 1980-5756, 2011. • Volume 5 • Número 11 • P. 121-136, 2011*.
12. Maia FE, Almeida JR, Queiroz JM, Mendes JM, Silva JA. Comissão interna de prevenção de acidentes e as ações de saúde coletiva na perspectiva da fisioterapia. *Revista Fisioterapia e Saúde Funcional*. 2014 Ago./Dez.; 3(2): 6-12.
13. Bailão BB, Silva PL. Fisioterapia laboral: a percepção do Trabalhador. *Revista Movimenta*. 2017; 10(1): 32-42.
14. Maia FE. Fisioterapia do trabalho, uma conquista para a fisioterapia e a saúde do trabalhador: uma revisão de literatura. *Revista Urutáqua*. 2014 mai./jun. N.30.
15. Melo BF, Souza AC, Ferrite S, Befnades KO. Atuação do fisioterapeuta nos centros de referência em saúde do trabalhador: indicadores das notificações dos DORT. *Revista Fisioterapia e Pesquisa*. 2017; 24(2):136-142.
16. Ferreira LC, Delatim FM, Vilela FL, Dias A. Intervenção fisioterapêutica na prevenção dos DORT em auxiliares de limpeza. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*. 2013 Salvador, Jul; 3(1): 92-103.
17. Duarte AC, Carvalho AR, Falcão KP, Sousa MN, Assis EV. Saúde do trabalhador: colaboração de um programa preventivo de fisioterapia. *Revista Interdisciplinar em Saúde*. 2015 jan./mar, Cajazeiras, 2 (1): 16-25.
18. Dickel MD, Giovani S. A ginástica laboral e os benefícios para a saúde do trabalhador: uma revisão narrativa. *Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Vol. 4 nº1. 2017.
19. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Revista Texto contexto - enferm*. 2008 dez. Florianópolis, v. 17, n. 4.



PARÂMETROS COMPARATIVOS DE
RELEVÂNCIA ENTRE AUTORES DA
PSICANALISE INFANTIL

Rosane Da Cás Fetter¹
Ana Cristina Parente²
Marcela Almeida Freire³

RESUMO: Este artigo destaca estudos de Melanie Klein, François Dolto e Donald Winnicott que contribuíram ao aprendizado de teorias psicanalíticas na clínica infantil. Desta forma o objetivo foi apresentar um relato da trajetória na construção de teorias nesta área. Quando a criança entra em análise há um compromisso maior do terapeuta e são avaliadas as relações entre ela e a mãe, o objeto transacional e os elementos constitutivos da personalidade. Assim elaborou-se a pesquisa bibliográfica e foram analisados textos referentes à clínica infantil. Na medida em que o estudo avançou houveram os resultados comparativos sobre conceitos relativos aos autores acima descritos.

PALAVRAS CHAVES: Brincadeira. Psicanálise Infantil. Figura Maternal.

ABSTRAT: This article highlights studies by Melanie Klein, François Dolto and Donald Winnicott that contributed to the learning of psychoanalytic theories in children's clinics. Thus, the objective was to present an account of the trajectory in the construction of theories in this area. When the child enters into analysis there is a greater commitment from the therapist and the relationships between him and the mother, the transactional object and the constitutive elements of the personality are evaluated. As the study progresses, we need to clarify some concepts related to the authors described above. The bibliographic research elaborated; texts referring to the children's clinic analyzed.

KEYWORDS: Just kidding. Child Psychoanalysis. Maternal figure.

1 - Doutoranda em Ciências da Educação; Psicanalista; Professora Universitária; Especialista em Educação Inclusiva; Especialista em desenho Instrucional; Pós-graduanda em Psicanálise Contemporânea pela Faculdade Via Sapiens; E-mail: rosanefetter@hotmail.com.

2 - Psicanalista; Pedagoga pela UVA, Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio. Pós-graduanda em Psicanálise Contemporânea Faculdade Via Sapiens. E-mail: anacparente@houtlook.com

3 - Pós-graduanda em Psicanálise Contemporânea pela Faculdade Via Sapiens; Especialista em Enfermagem do Trabalho e em Enfermagem Obstétrica. E-mail: marcelafreirebrito@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A psicanálise surge no século XX através de questionamentos sobre a visão do sujeito e da sociedade. Freud em sua teoria inovadora sobre sexualidade infantil provocou grande rebuliço e espanto naquela época e continua a causar até hoje para alguns leigos no assunto no qual não compreendem seu pensamento.

Porém foi através de sua teoria que inúmeros teóricos encontraram o ponto de partida para um olhar diferenciado quanto à psicanálise infantil. Ao observar o método terapêutico em 1896, Freud inovou com o método chamado associação livre de ideias, e assim “as crianças chegaram à recordação de traumas infantis, isto fez com que observasse a importância da associação livre, que a seguir utilizou metodicamente na investigação e cura de seus pacientes” (ABERASTURY, 2008, p.21).

Apesar de Freud se referir à psicanálise como algo que deveria ser ampliado ao longo dos anos. Sendo a associação livre, através da escuta, o método desenvolvido e aplicado por ele, em sua concepção não era possível que a criança associasse livremente, ou até mesmo, fosse capaz de exercer comunicação, transferência, elaboração e ressignificação, alguns de seus conceitos amplamente difundidos.

Mesmo considerando que a psicanálise infantil era algo impossível de ser feita, foi através do caso do pequeno Hans, que ele comprovou os descobrimentos sobre a sexualidade infantil, sendo este o caso que marca o início da análise com crianças. Por conseguinte, seus ensinamentos foram extremamente úteis aos que o seguiram e colocaram em prática a teoria por ele desbravada, com modelos e formas de fazer a clínica psicanalítica e posteriormente a clínica psicanalítica infantil.

Freud conduziu a análise do “Pequeno Hans” (1909) através desse êxito no caso de crianças trouxe grandes contribuições e fundamentos à teoria da psicanálise. Até que surgem dois métodos achados por Anna Freud e Melanie Klein. “Anna Freud foi conduzida por seus achados referentes ao ego da criança a modificar a técnica clássica e elaborou seu método de analisar crianças do período de latência independente da técnica de Melanie Klein” (KLEIN, 1997, p.19).

Com isso as conclusões teóricas de Anna Freud divergem da Melanie Klein. Segundo a opinião de Anna Freud a criança não desenvolve uma neurose de transferência. E assim, a condição fundamental para o tratamento analítico encontra-se fora do contexto. Além do mais Anna acreditava que o método aplicado em adultos não seria possível com crianças.

Assim “estavam cumpridas as premissas necessárias para falar-se numa técnica de psicanálise de crianças similar à existente para a psicanálise de adultos” (ABERASTURY, 2008, p.33). Desta forma alguns autores se preocuparam em desenvolver uma técnica própria de análise infantil na clínica psicanalítica.

Com isto, o objetivo do presente trabalho é apresentar um breve relato da trajetória na construção de teorias da psicanálise infantil de três autores de relevante importância nesta área. Utilizou-se como método de estudo uma pesquisa bibliográfica, através de textos e livros de Winnicott, Melanie Klein e Françoise Dolto em torno da clínica infantil. Também se destaca a importância e relevância do tema em questão como uma forma de conduzir ao conhecimento dos principais pontos de contribuições desses autores ao fazer

2. DESENVOLVIMENTO

A Psicanálise tem um manejo técnico próprio, com procedimentos e ensaios clínicos de cunho bem prático, assim neste trabalho foram relatados conceitos característicos de manejo infantil, adaptado por outros autores com metodologias diferenciadas e ao praticá-las em crianças os estudiosos tiveram a opção de estruturar teorias a respeito da brincadeira e do brincar em análise.

Na análise com crianças podemos considerar que ocorre a expressão de uma angústia dos pais, pois o infante, ainda em processo de constituição e desenvolvimento, não é capaz de expressar o desejo, assim como na transferência e no fim de análise estará evidente as características da incompletude desse pequeno sujeito. Também é de relevância citar que nem sempre os pais entendem o próprio desejo, mas estes aparecem no processo de análise "através dos atrasos em levar o filho à sessão, nas faltas que o fazem ter, nos diversos trâmites que impõem ao pagamento e até na interrupção abrupta do tratamento do filho" (BERNARDINO, 2004).

Diante de quadros assim foi possível aplicar a terapia para que de alguma maneira fosse possível ajudar no convívio familiar e social dessa criança. Existe a preocupação quando os pais desconhecem os sintomas e não acreditam no tratamento psicanalítico, pois entre as inúmeras consequências estaria a rejeição social e o agravamento da neurose infantil, no qual afeta a condição de bem-estar.

2.1. Melanie Klein e a conceituação sobre as etapas mais primitivas do desenvolvimento psicosssexual acerca das fantasias inconscientes

"É surpreendente a facilidade com que as crianças aceitam por vezes a interpretação e mostram mesmo um prazer inequívoco nisso. Provavelmente a razão está em que, em certas camadas da mente a comunicação entre o consciente e o inconsciente é ainda comparativamente fácil." (KLEIN, 1997, p.28)

Melanie Klein acreditava que as crianças podem desenvolver uma neurose de transferência análoga aos adultos. Através do estudo da psicanálise. "Mesmo nos mais tenros anos as crianças experimentam não apenas impulsos sexuais e ansiedade, como também grandes desapontamentos". (KLEIN, 1997, p.23). Essas conclusões foram obtidas da análise de adultos e da observação direta com crianças. Podemos observar crianças sofrendo com ansiedade tão intensa e grave através de seus ataques de mau-humor. Fato esse que atrapalha inclusive no brincar e em outros casos, depressão excessiva, tristeza e terror noturno.

E falando em neurose, há uma necessidade de investigar fatos ocorridos anteriormente que possam explicar essa mudança de comportamento. Um exemplo: poderia ser o nascimento de um novo membro da família. No caso "Rita" estudada por Melanie o pavor noturno da criança de 18 meses era uma expressão neurótica do seu conflito edipiano. E os ataques de ansiedade e de raiva revelou uma repetição de seus terrores noturnos. Em um dos relatos de Melanie Klein fala dos "sintomas de choramingar, tendência de cair e se machucar, coisas tão comuns, são efeitos do sentimento de culpa das crianças", no qual foi citado em seu artigo Princípios psicológicos da análise de crianças de 1926 (KLEIN, 1997, P 25).

"Em um artigo apresentado por Melanie no Congresso de Salzburgo em 1924 "apresentou a tese de que por trás de cada forma de atividade lúdica encontra-se um processo de descarga de fantasias masturbatórias, que operam de forma contínua motivação para o brincar" (KLEIN, 1997, p. 29). Essas fantasias das crianças estão suas experiências sexuais, as quais encontram a "ab-reação" nas suas brincadeiras. Essa experiência foi retratada em um caso analisado por Melanie quando uma criança de quatro anos passou fome quando bebê, porque sua mãe não teve leite suficiente, ela, em suas brincadeiras dizia que a torneira de água de "torneira de leite". Fazia essa associação explicando que o leite entrava nas "bocas" os buracos dos canos.

Melanie Klein nasceu em Viena em 30 de março de 1882. Teve sua infância marcada pela rejeição dos pais, onde sua mãe confessou-lhe que ela não fora desejada; foi a única a ser amamentada por uma ama de leite, e o pai era capaz de afirmar, sem consideração por seus sentimentos que preferia a irmã mais velha, sua primogênita.

Desde cedo exibia uma notável autoconfiança e não se deixava passar despercebida. Sentia grande atração pela atmosfera cultural da família de sua mãe. Sonhava em estudar medicina e especializar-se em psiquiatria, o que nunca se realizou em virtude da situação financeira da família. Durante a infância dos filhos, teve vários episódios de depressão e se afastou da família por longos períodos, para viagens de repouso ou para internações em clínicas especializadas.

No início de sua carreira, foi admitida como membro da Sociedade Húngara de Psicanálise, ao apresentar seu primeiro artigo cujo tema era um relato da análise de uma criança, o que chamou atenção pelo aspecto incomum do assunto abordado. Era o encontro dessa autora com a psicanálise infantil. Desenvolveu uma investigação que priorizava o atendimento com crianças dentro do mais puro rigor psicanalítico.

Somente depois dos 32 anos de idade encontrou-se com a psicanálise e, buscando livrar-se da depressão, iniciou sua análise com Ferenczi. Dessa forma, antes de se tornar uma profissão ou um interesse intelectual, a psicanálise foi uma experiência de crescimento e um caminho de cura pessoal (TRINDADE, 2016).

De acordo com a própria autora em seu livro *Psicanálise da Criança* de 1981, a experiência mostrou-lhe três aspectos importantes no desenvolvimento de sua teoria, são estes: a criança era capaz de desenvolver uma neurose de transferência, desde que se evitassem medidas pedagógicas; em crianças de todas as idades, era muito difícil atenuar a severidade do superego; e se a psicanálise for realizada sem essa influência, a pedagógica, é capaz de fortalecer o EGO infantil.

Segundo opinião sustentada por Melanie Klein, o instinto interno do bebê promove a situação de "medo de aniquilamento" que gera a ansiedade persecutória primária. Nas causas externas o nascimento atua como fonte primária de ansiedade. Durante a interação mãe-bebê, Melanie usa o termo *objeto* para explicar a relação parcial que se estabelece entre o seio e o recém-nascido, no qual o "Seio" maternal desempenha estímulos libidinais e oral-destrutivos, sendo visto como totalidade pelo bebê, seria a integração do seio como uma completude do ser. Melanie Klein é denominada a principal representante da segunda geração psicanalítica mundial (ROUDINESCO; ELISABETH; PLON, 1998). No campo fisiológico investigou a dimensão psicológica, com o objetivo de adentrar a mente das crianças de tenra idade, desenvolvendo um método de análise que possibilitasse o acesso ao inconsciente da mesma, em razão de não ser esperado que uma criança pequena coopere com a técnica da associação livre.

Dessa forma ela desenvolveu a análise por meia da brincadeira. E era assim, por meio da atividade lúdica que ela explorava o inconsciente da criança que se apresentava de maneira simbólica, acompanhando de perto a transferência e as ansiedades, como na análise de adultos, Melanie "foi talentosa em descobrir o rico mundo da fantasia inconsciente e das relações de objeto da criança" (OLIVEIRA, 2007).

Klein coloca como foco central de sua teoria a agressividade, inata na criança, divergindo de Freud que atribuía importância crucial à sexualidade. Dessa maneira amplia a visão colocada pelo pai da psicanálise estudando esses sentimentos inatos apresentados na relação no neonato com sua mãe. (AVELLAR, 2004, apud SEI e CINTRA, 2013, p.4) comenta:

Melanie Klein em sua concepção teórica, entende tanto o papel de transferência positiva quanto da negativa no setting analítico, investigando sua fonte (o Édipo). No que concerne a técnica empregada, optava pelo uso do brinquedo como forma de acesso ao inconsciente da criança.

Segundo Oliveira (2007) uma se suas primordiais contribuições equivalem à caracterização de posição esquizo-paranóide e posição depressiva, períodos normais do desenvolvimento que percorrem a vida de todas as crianças, equivalentes às fases do desenvolvimento psicosssexual criadas por Freud, porém com períodos mais flexíveis em razão de se instalarem diante de uma necessidade, e não por amadurecimento biológico.

Explica que o bebê nasce imerso na posição esquizo-paranóide onde há a fragmentação do ego; a divisão do objeto externo que seria o seio da mãe, em seio bom, que a gratifica, e em seio mau, que lhe provoca frustração; a agressividade e a realização de ataques sádicos dirigidos à figura materna. A análise de crianças muito pequenas tem mostrado repetidamente significados diferentes que pode ter um único brinquedo. O brincar é o meio mais importante de expressão da criança, e é através desse brincar que nós psicanalistas devemos ficar atentos, pois se a criança só brinca (ação) e não faz uso das palavras podemos entender como "acting out".

Diante da elaboração destes sentimentos surge a posição depressiva que tem como principais características "a integração do ego e do objeto externo (mãe/seio) com sentimentos afetivos e defesas relativas a possível perda do objeto em decorrência dos ataques realizados na posição primária". Assim podem-se constatar que as posições presentes em toda a vida somente irão se alternar conforme o contexto vivido.

Desta maneira Melanie Klein, em sua clínica psicanalítica, baseou toda sua teoria com destaque nas fantasias inconscientes existentes nas relações objetais primitivas, ao perceber que as crianças possuem uma imagem de mãe dotada de imensa malvadeza que não corresponde à mãe verdadeira, ou aquela suficientemente boa.

“A liberação da vida fantasmática ocorre, principalmente, através da atividade lúdica, uma vez que esta é a principal atividade da criança pequena” (Oliveira, 2007). Dessa forma surge o significado de fantasia kleiniana, tendo como pressuposto o fato de que as crianças estão lidando com uma deformação da mãe real que é criada em sua mente de forma fantasmática, assim afirma a própria Melanie (KLEIN, 1986, p.284):

Quando é levada suficientemente longe, a análise de crianças pequenas, bem como a de crianças mais velhas, dá uma imagem de uma complexidade extraordinária, [que] mostra que aos três anos de idade, por exemplo, justamente por já serem, em enorme medida, produtos da cultura, as crianças já atravessaram e continuam a atravessar graves conflitos...o terreno donde jorram a mente e a personalidade individuais (Klein, 1986, p. 284).

Foram algumas contribuições dessa autora à psicanálise: conceituação sobre as etapas mais primitivas do desenvolvimento psicosssexual acerca das fantasias inconscientes e as primeiras defesas contra a angústia; conceito de posição, mundo interior, formação do Eu, do Supereu e sobre a situação edípica; a nova definição dada ao objeto; e uma nova perspectiva dos mecanismos de introjeção e projeção como influente desde o princípio da vida psíquica do bebê (OLIVEIRA, 2007).

Também é importante frisar que, para Melanie Klein, o papel do analista é amenizar a agressividade do Supereu primitivo e não o de ajudar o Eu da criança a conter os ímpetos oriundos do desejo. Como conclusão de suas construções teóricas a autora argumenta que a análise com crianças não requer de informações dos pais, que são deturpadas por seus próprios conflitos e que a presença destes seria importante apenas no momento de anamnese antes de dar início ao atendimento com a criança (PINHEIRO E MATOS, 2016).

2.2. O infantil em Donald Winnicott, através da brincadeira e do brincar

“O brincar na realidade, se baseia na precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle dos objetos” (WINNICOTT, 2019)

Donald Woods Winnicott foi pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista, nasceu numa próspera família de Plymouth, na Grã-Bretanha, em 7 de abril de 1896, e morreu em Londres, em 25 de janeiro de 1971. Donald tinha duas irmãs mais velhas e aos 14 anos foi para um internato. Estudou biologia em Cambridge, foi para a guerra em 1914 até 1918 e trabalhou como estagiário de cirurgia e oficial médico. Após este período tenebroso de guerra voltou àquela cidade e trabalhou no The Queen’s Hospital for Children e também no Paddington Green Hospital for Children onde permaneceu por 40 anos e fez suas observações e estudos sobre a psicologia infantil.

Com o intuito de estudar o bebê e sua mãe como uma “unidade psíquica”, o que lhe permitiu observar a mãe e o bebê, assim obter conhecimento referente à constelação mãe-bebê, e não como dois seres puramente distintos (STEINWURZ, 2016). O psique-soma inicial prossegue ao longo de uma linha de desenvolvimento desde que sua continuidade de existência não seja perturbada, e para que isso ocorra, é necessário um ambiente suficientemente bom onde as necessidades do bebê sejam satisfeitas.

“A psicanálise foi desenvolvida como uma forma altamente especializada de brincar, em prol da comunicação consigo mesmo e com os outros”. Winnicott (1971) tradução feita por Longhi (2019, p.70) considera a brincadeira como construção do ser social, do estar com o outro, uma representação cultural que envolvem fatores subjetivos e relacionais, são fatores descobertos através da brincadeira no ato de brincar.

O terapeuta se comunica com a criança através da representação na brincadeira, já que a linguagem não é predominante, ele usa de infinitas sutilezas para haver a transferência tão necessária numa análise. Melanie descreve o uso exclusivo da brincadeira como uma possibilidade de observar a criança em sua totalidade, quando ela se expressa através do brincar de forma interna e externamente (KLEIN, 1932).

A análise infantil, independente da escola de pensamento, se baseia na brincadeira. Winnicott (2019) ao analisar a criança no brincar, no jogo e na brincadeira estão na premissa da terapia de que a técnica analítica necessita incluir estes fatores para entender o comportamento infantil. Além disto, acrescenta-se a formação da personalidade, da identificação e da construção do ego que é tão importante em toda vida. O brincar está na experiência do cotidiano, em ações e reações do objeto que irá configurar a brincadeira. Para Winnicott, o potencial inato de crescimento num bebê se expressava em gestos espontâneos (STEINWURZ, 2016).

O brincar é diferente, é entre a criança e o objeto, é a percepção interna, uma construção em si mesmo; promove o crescimento, o desenvolvimento das habilidades humanas de criação dos elementos culturais, relações de interferência entre o sujeito e o objeto transacional. Winnicott (2019) faz a distinção entre os sentidos de “brincadeira”, como substantivo, e de “o brincar”, como verbo substantivado. A brincadeira envolve a representação cultural do ambiente em que a criança está inserida.

Toda criança tem necessidade e o direito de brincar, isto é uma característica da infância garantida em lei. A função do brincar não está no brinquedo, no material usado, mas sim na atitude subjetiva que a criança demonstra na brincadeira e no tipo de atividade exercida na hora da brincadeira. “Um dos instrumentos valiosos para a técnica na clínica psicanalítica na clínica infantil é a utilização da caixa de brinquedos, facilitando a interpretação, compreensão e elaboração no tratamento” (Baleeiro, 2007).

Essa vivência é carregada de prazer e satisfação. É a falta desse prazer ou dessa satisfação que pode acarretar na criança alguns distúrbios de comportamento. Em cada etapa evolutiva da criança, o brincar vai se modificando, mas é essencial que ela tenha oportunidade de explorar todas as fases do brincar. A importância do brinquedo é a da exploração e do aprendizado concreto do mundo exterior, utilizando e estimulando os órgãos dos sentidos, a função sensorial, a função motora e a emocional.

A brincadeira tem uma enorme função social, desenvolve o lado intelectual e principalmente cria oportunidades para a criança elaborar situações emocionais e conflitos sentidos no dia a dia, assim a eliminação dos bloqueios e traumas pode acontecer brincando. Foi a teoria psicanalítica que permitiu a compreensão destes bloqueios. Ao mesmo tempo, seria limitado supor que a psicanálise seja a única forma de fazer uso terapêutico do brincar (WINNICOTT, 2019, p.70).

Este autor nos relata que “O terapeuta se preocupa especificamente com os processos de crescimento pessoal da criança, assim como com a eliminação dos bloqueios do desenvolvimento que podem se tornar evidentes”. Aqui temos a criança sob o olhar analítico do terapeuta, enquanto brinca exercita sua imaginação, criatividade, desafios e situações diversas. Ele visa o enriquecimento do crescimento pessoal infantil, assim como observa os bloqueios representativos na brincadeira e no brincar que são evidenciados em todos os momentos e em situações próprias de identificação, com observação direta e indireta.

A teoria de Winnicott baseia-se no fato de que a psique não é uma estrutura pré-existente e sim algo que vai se constituindo a partir da elaboração imaginativa do corpo e de suas funções, o que constitui o binômio psique-soma (STEINWURZ, 2016). Esta função é exercida desde o nascimento em elaborações primordiais feitas pela mãe ao exercer a maternidade e chamada de holding (integração de tempo e espaço) e de handing (alojamento da psique no corpo). Acontece conforme o desenvolvimento corporal e mental com a apresentação de objetos para que a criança comece a ter contato com o mundo externo, ou seja, a realidade.

De acordo com o crescimento e desenvolvimento infantil a brincadeira do faz-de-conta aparece, a criança percebe que pode se fingir de ser papai ou mamãe, de ser médico ou professor, assim vai criando fantasias que funcionam como representação da realidade, uma representação real do que é ser pai ou mãe, serve como uma iniciação da vida real, ou seja uma transição das fantasias internas do mundo interno para o mundo externo, como ela elabora este olhar para o outro num sentido de imitá-lo.

2.3. Françoise Dolto, a criança espontânea e autônoma

É muito importante para a criança ela ser escutada em sua maneira de sofrer e de se exprimir. (DOLTO, 2011, p. 49).

Françoise Dolto nasceu em Paris, em 1908. Inquietou muitas pessoas com sua originalidade e suas ideias, onde era capaz de pensar de diferentes aspectos. Era espontânea e inovadora sobre assuntos conservadores de sua época, e preocupada com a ética nas relações humanas, valorizando a comunicação e a compreensão dos afetos. Afirmava que a criança, antes de usar uma linguagem verdadeira, se comunica, ao seu modo, através do corpo. Aprende a se locomover engatinhando e começa a querer libertar-se de seus pais, exprimindo desejo de autonomia.

Tinha uma relação com a mãe que a deixava infeliz e no percurso de sua análise descobriu a melhor maneira de lidar com isso percebendo que subjugar-se aos maus tratos dos pais por respeito filial não ajudava a minimizar o sofrimento neurótico de sua mãe e nem o seu. Vivenciou uma transformação que lhe deu subsídios para enfrentá-la e desfrutar os últimos anos de sua vida em sua agradável companhia.

A preocupação e atenção à criança marca a psicanálise infantil no solo francês, com suas rupturas pessoais teve que assumir as escolhas diante do fato de estar envolvida com questões que implicavam discussões no meio psicanalítico. Assim Dolto popularizou o conhecimento teórico, principalmente através do rádio, sobre vários temas, dentre eles, a separação dos pais, a autonomia infantil e a dinâmica familiar. Ela deu ênfase ao sofrimento da criança atrelado ao “não dito” e à falta de verdade, ainda que explicados como sendo para o bem da criança (FURTADO, 2016).

O atendimento psicanalítico iniciado por Françoise Dolto, na década de 30, foi a primeira possibilidade de tratamento analítico na França com crianças consideradas anormais que apresentavam distúrbios nervosos ou de caráter. Sua teoria foi classificada como uma obra revolucionária para a sociedade e para, além disso, Dolto era uma exploradora, descobrindo a infância. “Já nas primeiras aproximações entre ela e Lacan podemos verificar o interesse pela clínica e suas consequências. Aquilo que iria guiá-la por todos os anos que se seguiriam; um interesse pelos efeitos, muito mais do que pelas justificativas.” (VALLIM, 2016, p.50).

Sua teoria ofereceu um lugar próprio às crianças, ouvindo-as, em lugar de falar delas e em seu lugar, dessa forma realizou uma ruptura. Em sua prática costuma tratar a criança como uma pessoa autônoma e responsável, orientando-se através da interrogação face ao desejo da criança e permanecendo atenta às diferentes posições da criança, nos momentos de tensões conflitivas em que ela se encontra. (Halmos, 1989; Manonni, 1986). Assim Dolto interfere na psicanálise infantil modificando o sujeito de análise, colocando o falar, o brincar e demonstrar as emoções e também as expressões e gestos como sendo um fator importante de análise o que causou um desconforto, pois outros psicanalistas viam a criança como um pequeno adulto e não observavam os fatores adicionais do comportamento infantil como a dinâmica familiar.

Dolto afirma que o inconsciente infantil não obedece uma lógica racional e adulta, então ela evitava uma linguagem adulta e lógica para chegar no sofrimento infantil, ela empregava uma linguagem simbólica e afetiva, que é dela (criança) e afeta diretamente o comportamento (DOLTO, 1988, p.132). Por exemplo, um desenho feito por uma criança no consultório tem um significado próprio, o que a criança estava insinuando neste desenho, o que se pode perceber entre a fala, o gestual e o desenho farão com que se possa identificar o sofrimento que a criança não revela.

Para Dolto a criança ama, odeia, sofre e goza, é considerada um sujeito, pode falar em seu nome e compreende tudo. Na primeira infância seus sintomas estão relacionados a relação com os pais, os irmãos ou ao clima inter-relacional do ambiente em que vive. Na segunda infância e adolescência, deve-se aos conflitos existentes no meio social de do complexo de Édipo. (DOLTO; NASIO, 2008) nos coloca que:

A hipótese geral é de que ela (a criança) sofre de uma angústia de culpa inconscientes cujos sintomas são ao mesmo tempo a prova e o recurso que sua natureza entregue a si mesma encontrou para canalizar essa angústia e impedir a criança de destruir mais gravemente o equilíbrio de sua saúde (DOLTO; NASIO, 2008, p.77).

A criança para Dolto envolvia percebê-la na complexa dinâmica familiar e isto envolvia além da psicanálise a pediatria, pedagogia e psiquiatria. Muito mais do que fazer a análise infantil, ela exerceu um papel central pois sempre esteve preocupada na prevenção de traumas e sentimentos que geravam dor.

Ela criou a Maison Verte, uma instituição que cuidava da criança e seu espaço de convivência, um espaço intermediário entre o mundo familiar e o mundo escolar (VALLIM, 2016). Neste espaço Dolto enfatiza que conhecer o pensamento infantil é ver o espaço coletivo em que ela habita, é perceber como a socialização expõe a criança a uma série de comportamentos e um dos intuitos de criar a Maison era justamente equilibrar e prevenir problemas de desenvolvimento infantil, ou seja, articular a vida familiar com a vida escolar num sentido mais amplo, “fazer esta passagem de modo menos traumático” (VALLIM, 2016).

Para sinalizar a diferença entre François Dolto, Donald Winnicott e Melanie Klein fez-se uma tabela indicativa dos elementos da clínica psicanalítica:

Melanie Klein

Princípio básico de sua técnica é o alívio da angústia, analisando o ego na relação com a realidade.

Donald Winnicott

Adaptações da técnica psicanalítica com novas linguagens do brincar e do grafismo.

François Dolto

Adaptações do método onde a criança é o sujeito da linguagem, da expressão de gestos próprios.

Papel do psicanalista é interpretar a angustia infantil e diminuir as dificuldades externas.

Verificar o verdadeiro self infantil através da comunicação e da expressão ao brincar.

Sua abordagem centrou-se na relação do sujeito com sua imagem inconsciente, o sintoma é visto como um sintoma estrutural familiar.

Finalidade da análise é a modificação da excessiva severidade do ego, abrandar a severidade do superego.

O faz-de-conta funciona como estímulo da transição das fantasias internas do mundo interno subjetivo para o mundo externo.

Organizar a imagem do corpo em função do substrato relacional entre mãe e filho, a relação dela com o outro.

Transferência é o principal instrumento para reconhecer o que acontece na mente infantil

O principal instrumento é a caixa de brinquedos

A identificação da imagem inconsciente do corpo no Estágio do Espelho.

Fonte: adaptação do texto de Vallim (2016), Dolto (2002) e Winnicott

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo bibliográfico pode-se refletir sobre a clínica psicanalítica infantil e fazer uma breve comparação entre Melanie Klein, Donald Winnicott e François Dolto em estudos acerca das ideias principais de cada autor, contribuindo assim para o tratamento em terapias na atualidade. Neste sentido, buscou-se as principais concepções de cada um, sintetizadas e elaboradas com critérios de autores renomados e de artigos científicos disponíveis na plataforma scielo.

Em outro ponto pode-se destacar a constituição do sujeito em sua primeira infância em teorias do brincar como elemento fundamental para a psicanálise, pois é através dele que os traumas são desvendados. Para Melanie Klein o princípio básico de seu trabalho foi desvelar as fantasias inconscientes para livrar a criança da angustia, analisando o ego na relação com a realidade.

Donald Winnicott usou o método da caixa de brincar, de onde surtiam várias revelações, o brincar de faz-de-conta como a representação da realidade e assim transformou a clínica psicanalítica infantil. François Dolto contribuiu para a autonomia infantil, demonstrando em seus estudos que a criança tem uma identificação corpórea conforme a relação que existe com a mãe desde o ventre.

Portanto pode-se afirmar tanto Dolto, como Winnicott e Klein são autores que fizeram história. Suas teorias nos encantam e fazem com que a prática psicanalítica infantil tenha bases bem definidas e desta forma, existe um trabalho ainda a ser realizado no sentido de maior aprofundamento para se apropriar destas.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. *Psicanálise da Criança: teoria e técnica*. Tradução Ana Lúcia Leite de Campos. Porto Alegre: Artmed, 1982. ISBN 978-85-7307-661-5 8ªed. 2008.
- BALEEIRO, M. C. *Brincar: quem e além do carretel*. *Cogito*, v.8, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-94792007000100003>. Acesso em :12/10/2020.
- BERNARDINHO, L.M.F.; SOLER, V. T. da. *A prática psicanalítica de Françoise Dolto a partir de seus casos clínicos*. Tese (mestrado) estilos clin. [Online] vol.17 n.2, 2012 p.206-227. ISSN1415-7 128. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php> Acesso em 20/10/2020.
- DOIN, C. *Espelho e pessoa*. Em: J. Mello Filho (Org.), *O ser e o viver: uma visão da obra de Winnicott* (pp.197-232). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- DOLTO, Françoise. *Quando os pais se separam*. Colaboração de Inès Angelino e tradução de Vera Ribeiro. ISBN: 9 7 8 8 5 7 1 1 0 0 6 9 5. 2ª ed. Rio de Janeiro Zahar, 2011.
- DOLTO, F. *Solidão*, 1998. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, Edit. Martins Fontes, São Paulo, SP, 1998.
- DOLTO, F. *Tudo é Linguagem*, 1999. Tradução: Luciano Machado, Edit. Martins Fontes. São Paulo, SP, 2002.
- DOLTO, F.; NASIO, J.D. *A criança do espelho* (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- FURTADO, H. A. de L. *Federação Brasileira de Psicanálise*. *febrapsi.org.br*. Biografias. Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/biografias/francoise-dolto/#:~:texto=Francoise+Dolto>. 10/10/ 2016. Acesso em: 11/11/2020.
- KLEIN, M. *1882-1960 a psicanálise de crianças*. Tradução Liana pinto Chaves; Ed. Imago, copyright The Melanie Klein Trust 1975. Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, M. P.de. *Melanie Klein e as fantasias inconscientes*. Winnicott e-prints vol.2 no.2 São Paulo,2007. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2007000200005 Acesso: 12/11/2020.
- ROUDINESCO, Elisabeth; Plon, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SEI, M.B.; CINTRA, M.F.V. *Psicanálise de Crianças: Histórico e Reflexões Atuais*. *Revista da Universidade Ibirapuera - Universidade Ibirapuera, São Paulo*, v. 5, p. 1-8, jan./jun. 2013.
- STEINWURZ, D.A. *Federação Brasileira de Psicanálise*. *febrapsi.org.br*. Biografias. Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/biografias/donald-winnicott.pdf>, Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. 2016. Acesso em 10/11/2020.
- TRINDADE, R. *Federação Brasileira de Psicanálise*. *febrapsi.org.br*. Biografias. Disponível em: [https://febrapsi.org/publicacoes/biografias/Instituto Virgínia Leone Bicudo, da Sociedade de Psicanálise de Brasília](https://febrapsi.org/publicacoes/biografias/Instituto+Virg%C3%ADnia+Leone+Bicudo,+da+Sociedade+de+Psican%C3%A1lise+de+Bras%C3%ADlia). 2016. Visto em 09/11/2020.
- VALLIM, M. R. *Françoise Dolto, uma voz em Psicanálise*. Tese de Mestrado em psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, programa de estudos pós-graduados em Psicologia Clínica. Orientador: prof. Doutor Renato Mezam, 2016.
- WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- WINNICOTT, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- WINNICOTT, Donald W. *Playing and Reality*, título original. Traduzido por Breno Longhi. ISBN: 978 85 7126 037 5 São Paulo: Ubu Ed. 2019.



**RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO
ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À
SAÚDE: UM RELATÓ DE EXPERIÊNCIA**

Jorge Luís Rodrigues dos Santos¹
Francisco Walter de Albuquerque Neto²
Paloma Carvalho Alves³
Tereza Cristina Linhares Costa Melo⁴
Thayanne Goiana de Souza⁵
Francisco Valdicélio Ferreira⁶

RESUMO: O presente estudo consiste em um relato de experiência realizado a partir do desenvolvimento de oficinas pedagógicas sobre as relações interpessoais no ambiente de trabalho com profissionais de um Centro de Saúde da Família (CSF). Tal proposta educativa objetivou-se em mostrar a importância que essas relações surtem no trabalho em equipe, assim como contribuem para a troca de saberes e construção de um fazer coletivo que preze pelo respeito e ética no contexto profissional. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, realizado no Centro de Saúde da Família, Maria Florêncio de Assis Romão, localizado no município de Sobral, na zona norte do estado do Ceará, no mês de janeiro de 2021. A intervenção foi desenvolvida com a aplicação de oficinas educativas realizadas em três momentos. Tais práticas visaram fortalecer a essência do trabalho em equipe, bem como desenvolver espaços de inclusão, acolhida, colaboração e reflexão entre os profissionais que atuam na unidade. O desenvolvimento das oficinas mostrou-se uma ferramenta eficaz e assertiva no âmbito profissional, visto que possibilitou aos atores envolvidos no processo a compreensão quanto à necessidade de fortalecer as relações interpessoais no ambiente de trabalho, contribuindo assim para a construção de vínculos mais fortes, diálogos respeitosos e interações harmoniosas e éticas. Tal proposta pedagógica mostrou-se relevante na perspectiva de conferir protagonismo ao trabalho em equipe, visto a importância que adotar relações interpessoais saudáveis influenciam no desenvolvimento das atividades laborais, fomentando assim uma práxis que assuma um papel construtivo e produtivo para estes profissionais.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Relações Interpessoais; Barreiras de Comunicação.

ABSTRACT: This study consists of an experience report based on the development of pedagogical workshops on interpersonal relationships in the work environment with professionals of a Family Health Center (CSF). This educational proposal aimed to show the importance that these relationships arise in teamwork, as well as contribute to the exchange of knowledge and construction of a collective practice that values respect and ethics in the professional context. This is a descriptive and qualitative study, conducted at the Family Health Center, Maria Florêncio de Assis Romão, located in the municipality of Sobral, in the northern part of the state of Ceará, in January 2021. The intervention was developed with the application of educational workshops held in three moments. These practices aimed to strengthen the essence of teamwork, as well as to develop spaces for inclusion, welcome, collaboration and reflection among professionals working in the unit. The development of the workshops proved to be an effective and assertive tool in the professional sphere, since it allowed the actors involved in the process to understand the need to strengthen interpersonal relationships in the work environment, thus contributing to the construction of stronger bonds, respectful dialogues and harmonious and ethical interactions. This pedagogical proposal proved relevant in the perspective of giving prominence to teamwork, given the importance that adopting healthy interpersonal relationships influence the development of work activities, thus fostering a praxis that plays a constructive and productive role for these professionals.

Keywords: Primary Health Care; Interpersonal Relations; Communication Barriers

1 - Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia, <http://lattes.cnpq.br/9566071366550526>,
<https://orcid.org/0000-0003-1349-6984> E-mail: nutrijorgeluis@gmail.com

2 - Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia <http://lattes.cnpq.br/9892770840114385>
<https://orcid.org/0000-0002-0854-8180> E-mail: contatowalteralbuquerque@gmail.com

3 - Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia,
<http://lattes.cnpq.br/5288030189614508>,<https://orcid.org/0000-0002-4179-8472>, E-mail: Paloma.ca1@hotmail.com

4 - Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia <http://lattes.cnpq.br/8957073816081438>
<https://orcid.org/0000-0001-8331-3552> E-mail: tcristinafisio11@hotmail.com

5 - Centro Universitário – UNINTA, <https://orcid.org/0000-0003-2970-1719>, E-mail: nutri.thyanne@gmail.com

Vigilância Alimentar e Nutricional – Secretaria da Saúde de Sobral-CE <http://lattes.cnpq.br/0242658467815633>

6 - <https://orcid.org/0000-0002-6347-2844> E-mail: celionutri@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atenção Básica à Saúde (ABS) denota-se por uma ampla mescla de ações que visa a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação e, também, a manutenção da saúde do indivíduo e da coletividade. (Brasil, 2006). É caracterizada como a porta de entrada no Sistema de Saúde e tem como princípios guiadores a garantia do acesso de forma universal e equânime da população, bem como o atendimento integral de modo descentralizado da saúde (Harzheim, 2015).

O avanço da ABS torna-se necessário o trabalho de uma equipe multiprofissional, com habilidades e conhecimento técnico, com capacidade de identificar e tornar resolutivo os problemas de saúde de maior frequência e relevância no território sob sua responsabilidade (Santos et al., 2014).

Segundo (Brasil, 2017) a Política Nacional de Atenção Básica, cabe à ESF desenvolver e propiciar uma atenção integrativa que impacte na situação de saúde e autonomia dos indivíduos sob forma de trabalho em equipe. Esta atenção está destinada ao público de territórios definidos, por meio da realização de práticas de cuidado e gestão, de maneira democráticas e participativas, com a finalidade de proporcionar o enfrentamento e a resolução dos empassos identificados por meio da integração das ações e serviços de saúde.

O processo de trabalho na ESF deve suceder a partir da criação de um vínculo constante entre os profissionais e os seus usuários, como também a interligação afetiva entre os próprios profissionais que compõem a equipe, desse modo, objetiva-se conhecer as necessidades e assim intervir de forma eficaz na satisfação dessas necessidades, proporcionando um serviço e relacionamento de qualidade (Santos et al., 2014).

Para a consumação desse vínculo, evidencia-se a importância da comunicação por intermédio do diálogo com o respeito mútuo entre os sujeitos, de maneira a estimar o indivíduo em suas peculiaridades e fortificá-lo como protagonista do seu fazer profissional, assim como a sua importância naquele ambiente de trabalho (Haddad & Zoboli, 2010).

No que concerne as relações interpessoais entre os profissionais do serviço de saúde, pode-se afirmar que, os vínculos profissionais, têm propósito de desenvolver em âmbito pessoal quanto no âmbito profissional, de maneira a compreender a realidade a ser trabalhada para promover o engrandecimento de cada um que compõe aquele meio e de todo o grupo de trabalho, facilitando a resolução dos conflitos, ao mesmo tempo em que propicia o desenvolvimento pessoal. Assim, entende-se que vínculo profissional é uma relação humana entre trabalhadores, reunidos para um trabalho em conjunto, que visa abranger as mesmas finalidades e objetivos (Martins et al., 2014).

Consoante à (Thofehn & Leopardi, 2016), para que haja a constituição de vínculos, o grupo de trabalho deve ser flexível, compreensivo e adaptável às contínuas alterações que ocorrem nos serviços de saúde. Nesse processo de construção de vínculos, é imprescindível lembrar que as pessoas são diferentes, com posições individuais e coletivas que devem ser respeitadas, podendo ainda acontecer entre a equipe conflitos e adversidades, que podem ser solucionados mediante participação e comprometimento de todo o grupo. Acredita-se, assim, que o comprometimento com o trabalho propicia uma abertura e um contato entre as pessoas, estabelecendo uma relação de confiança e amizade.

Presume-se, assim, que o convívio interpessoal no ambiente de trabalho no âmbito da saúde é essencial para que haja o estabelecimento de relações benéficas que gerem sentimentos positivos, de modo a favorecer não só a concórdia entre os indivíduos, mas também a produtividade e a eficácia do trabalho desempenhado (Eloia, Vieira & Eloia, 2019)

Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo primordial o resgate das relações no meio de trabalho em uma equipe multiprofissional que compõe um centro de saúde da família para concretizar a formação de vínculos profissionais saudáveis.

2. METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um relato de experiência, desenvolvido com funcionários do Centro de Saúde da Família (CSF) Alto do Cristo, localizado na Rua Maria Monte, nº 75, no bairro Alto do Cristo, no município de Sobral – CE. O CSF Alto do Cristo possui duas equipes de saúde da família, sendo cada equipe composta por: 01 médica, 01 enfermeira, 5 agentes comunitários de saúde. O CSF conta ainda com 01 gerente, 03 auxiliares administrativos, 02 vigilantes, 02 auxiliares de serviços gerais, 01 atendente de farmácia, 03 técnicos de enfermagem, 01 dentista e 01 auxiliar de saúde bucal. Recebe o apoio de uma equipe multiprofissional, composta por 01 assistente social e 01 profissional de educação física, além da equipe de Residência Multiprofissional em Saúde da Família: 01 psicóloga, 01 fisioterapeuta, 01 fonoaudiólogo, 01 nutricionista e 01 docente da Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia que atua como tutora da Residência.

A metodologia adotada para a realização deu-se por meio de oficinas que visaram proporcionar um espaço de integração, comunicação e reflexão entre os profissionais de saúde, sobre as relações interpessoais entre os profissionais da unidade de saúde. A intervenção foi desenvolvida por perceber que a equipe passava por dificuldades de relacionamento interpessoais entre os profissionais, com conflitos frequentes. Havia a necessidade de uma maior atenção em relação ao desenvolvimento de ações que reforçassem a interação e integração entre os membros da equipe do CSF.

O objetivo do presente estudo é relatar a realização de oficinas, desenvolvidas com os trabalhadores de uma UBS, sobre a temática: relações interpessoais e interprofissionais no ambiente de trabalho. Após a percepção dos conflitos, vislumbrou-se a possibilidade de aplicação de intervenções que restaurasse o relacionamento e auxiliasse na melhoria dos processos falhos.

As oficinas foram realizadas em uma sala de reunião localizada no CSF, foram realizados 03 momentos divididos em dois turnos, cada encontro teve a duração de 1 hora. Os horários foram definidos conforme a disponibilidade de agenda dos profissionais, ocorrendo o primeiro momento, das 10:00 às 11:00hrs, o segundo momento de 13:00 às 14:00hrs e o terceiro momento de 16:00 às 17:00hrs. Todos os profissionais de saúde do CSF foram convidados para as oficinas.

Participaram das atividades um total de 18 profissionais, dentre eles: auxiliares de enfermagem, médicos, enfermeiras, auxiliares administrativos, vigias, auxiliares de serviços gerais, agentes comunitários de saúde, dentista, auxiliar de serviço bucal e gerente. A oficina foi conduzida pela equipe da Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

A relação interpessoal e a comunicação são instrumentos essenciais dentro de qualquer serviço, em se tratando de atenção à saúde e entre profissionais faz parte de componentes indispensáveis e compõe elementos que podem facilitar ou dificultar processo de trabalho.

Dentro da Unidade Básica de Saúde como em qualquer outro serviço a comunicação deve servir para direcionar informações, valores e emoções para o desenvolvimento das práticas assistenciais. Silva, Zoboli e Borges (2013), enfatizam essa importância e que a comunicação adequada é indispensável por ser também um meio de veiculação do processo informativo e educativo, mostrando-se como um recurso para estabelecer a confiança, empatia e o fortalecimento do vínculo entre à equipe, repercutindo assim em um bom serviço ao usuário.

3.1. Primeiro momento – Apresentação da proposta e a importância do trabalho em equipe

O primeiro momento iniciou-se com a apresentação dos residentes acerca da importância das relações interpessoais no ambiente de trabalho, durante a atividade, foram utilizadas palavras de incentivo a uma boa convivência, como: “Bom dia”, “Como você está?”, “Você precisa de ajuda?”, as palavras foram utilizadas para estimular a reflexão, com o objetivo de desenvolver uma comunicação eficaz que envolve a escuta, empatia, educação, companheirismo, sem julgamentos.

Após essa breve apresentação, foi realizada a dinâmica da: Bola, o responsável pela execução da dinâmica foi o Fonoaudiólogo, que organizou as pessoas em círculo, todas em pé, afastadas e de frente umas para as outras. Iniciou-se explicando ao grupo que eles vão participar de um jogo, onde o objetivo é realizar a tarefa, seguindo as regras estabelecidas, no menor tempo possível. Após mostrar a bola aos participantes foi explicado que o objetivo do jogo seria passar a bola um para o outro, na sequência definida, passando pela mão de todos e terminando na mão de quem começou. O circuito que a bola percorreu foi cronometrado, até completar um ciclo completo que teve uma duração de 28 segundos. No final do ciclo, foi dito o tempo gasto e que o grupo pode ser mais rápido. Foi solicitado que o grupo se organiza-se e se comunicasse para elaborar estratégias para acelerar o tempo do circuito. Na segunda tentativa o tempo executado foi menos de 10 segundos. O grupo foi parabenizado, e solicitado algumas perguntas como: “Quais foram as dificuldades encontradas no início, para que o grupo não conseguisse alcançar o objetivo?”; “Quais as conclusões que o grupo pode tirar do que foi vivenciado?” “Que paralelos podem ser feitos entre o que foi vivenciado no jogo e o dia a dia de trabalho de cada um?”. Como respostas foram apresentadas alguns dos objetivos da dinâmica, como: a importância do trabalho em equipe, elaboração de estratégias, comunicação e perseverança em busca da melhoria contínua, ou seja, analisar os processos, planejar e buscar sempre por melhorias e a importância do ouvir.

Após o momento de brincadeira e descontração da dinâmica, cada um recebeu um chocolate e entregava para um colega de trabalho, o mesmo teria que escolher uma pessoa para entregar o chocolate sem repetir e falar o porquê estava entregando a essa pessoa e qual a maior qualidade do colega. Esta atividade teve como objetivo promover uma breve reflexão acerca das relações humanas, além de integrar e melhorar as relações pessoais entre a equipe. Alguns participantes apenas entregaram os chocolates sem tecer comentários, enquanto outros se emocionaram ao falar do outro, e refletindo sobre a construção de vínculos e relações de trabalho saudáveis. Perceberam ainda qual a real importância de precisar do outro e que é de suma relevância a construção do trabalho em equipe e o fortalecimento da de relações no ambiente de trabalho de forma saudável, corroborando com Thofehr e Leopardi (2006), em que valorizar a importância de abordar as relações interpessoais no ambiente de trabalho é de extrema relevância na inter-relação pessoal.

Ao término desse encontro, foi percebido a aprovação dos participantes, em conformidade com Thofehr e Leopardi (2006), a proposta de interação em equipe e perceber a necessidade da organização do trabalho, bem como a importância de se doar às pessoas em busca de relações mais afetuosas, humana e sensível são essenciais para obter

3.2. Segundo momento – fortalecimento de vínculos

O segundo momento teve o objetivo de fortalecer os vínculos profissionais e estimular o planejamento de atividades para atingir objetivos e metas para os anos subsequentes. Foi dividido os profissionais em dois grupos, cada grupo ficou em uma sala, foi proposto que o grupo elaborasse através de cartazes, as suas expectativas para o ambiente de trabalho após as reflexões que ocorreram na oficina. A construção dos cartazes se deu de forma participativa, havendo a discussão de cada item proposto por membros da equipe em que todos verbalizaram suas opiniões.

As duas equipes receberam cartolinas, desenhos, pincéis, cola e tesouras. Foi disponibilizado 30 minutos para cada grupo construir os cartazes. Logo após um representante de cada equipe apresentou as suas construções aos seus colegas.

O primeiro grupo expressou seus sentimentos em forma de desenhos, frases e figuras, que a equipe de trabalho deve manter-se unida em paz, respeitando a singularidade de cada um, superando as dificuldades, fortalecimento de vínculos no trabalho.

O segundo grupo também utilizou frases e figuras para se expressar, enfatizando a busca por paz, comparando o ambiente de trabalho ao seu próprio lar, salientaram ainda que todos os profissionais devem contribuir para a união da equipe e o fortalecimento de vínculo do grupo.

Percebeu-se que nesse momento houve interação, descontração e participação efetiva de todos, fortalecendo os vínculos e a confiança. Thofehn (2005, 2006), enfatiza sobre a importância de ficar atento para as relações interpessoais e que os grupos se fortaleçam e não se desfaçam, empoderando o afeto de maneira que não deixa jamais ser expresso, orienta também que as relações e o fortalecimento de vínculos não se afrouxem e que as pessoas não sintam necessidade de se excluírem.

3.3. Terceiro momento – Afetividade interprofissional

O terceiro e último momento ocorreu em forma de piquenique, os profissionais foram convidados a realizar um lanche compartilhado, objetivando o resgate dos laços afetivos e a preparação do grupo para trabalhar os vínculos profissionais. Cada profissional ficou responsável em trazer voluntariamente algum lanche para dividir com os colegas de trabalho. O local escolhido para o piquenique foi o jardim do CSF, um lugar arborizado e bem ventilado. Pode-se perceber melhor interação entre os profissionais, mostraram-se bem à vontade em partilhar os lanches e suas histórias entre si, foi um momento bastante lúdico e terapêutico. Ao final do piquenique as equipes que produziram os cartazes fizeram a exposição dos mesmos para as demais pessoas da unidade, ressaltando a importância de estreitar os laços e fortalecer os vínculos em equipe.

Vivenciar essa a experiência oportunizou ao grupo momentos de reflexão a respeito da dinâmica em relação a comunicação e o fortalecimento entre equipe multiprofissional na Atenção Básica, podemos perceber que esse momento promoveu o resgate das relações de trabalho e o fortalecimento da formação de vínculos entre os profissionais (Teston, et al 2012) .

Viu-se que é importante também considerar que o exercício de ser empático, deve ser dinâmico e constante, pois os problemas surgem continuamente sendo necessários serem superados, sendo essa superação um reflexo do quão unida e amadurecida encontra-se a equipe que os enfrenta.

Assim todos serão capazes de compreender o universo em que estão inseridos e podendo fazer sugestões, ampliar os conhecimentos e se qualificar para agir de forma coerente em todos os espaços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção produziu resultados positivos, como o resgate de relações interpessoais, uma maior integração e melhor comunicação entre os profissionais da equipe de saúde, a produção de encontros com foco na escuta que facilitaram a reflexão coletiva.

Tal proposta educativa mostrou-se importante instrumento para a construção de um fazer coletivo pautado no respeito, harmonia, ética e valorização do próximo, uma vez que possibilitou o compartilhamento de saberes, a busca pelo diálogo e o fortalecimento do vínculo entre os profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

- Harzheim, E. *Atenção primária à saúde e as redes integradas de atenção à saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2015. p.45-54.
- Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. M. D. Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- Haddad, J. G. V.; Zoboli, E. L. C. P. *O sistema único de saúde e o giro ético necessário na formação do enfermeiro*. Mundo saúde, São Paulo, 2010; 34(1): 86-91.
- Eloia, S. M. C.; Vieira, R.M; Eloia, S. C. *A RELAÇÃO INTERPESSOAL ENTRE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA*. *Essentia (Sobral)*, v. 20, n. 1, 2019, p. 2-8
- Santos, L. N. M.; Pedrosa, J. I. S.; Rodrigues, I. D. C. V.; Freire, M. S. S.; Silva, G. R. F.; Luz, H. B. A. *Relações interpessoais na estratégia saúde da família: Reflexo na qualidade dos cuidados e enfermagem*. *Rev enferm UFPE on line.*, Recife, 8(1):155-9, jan., 2014.
- Silva, L. T.; Zoboli, E. L. C. P.; Borges, A. L. V. *Bioética e atenção básica: um estudo exploratório dos problemas éticos vividos por enfermeiros e médicos no PSF*. *Cogitare Enferm.* 11(2):133-42, 2006.
- Teston, E. F.; Cecilio, H. P. M.; Marques, C. D. C.; Monteschio, L. S. F.; Sales, C. A.; Marcon, S. S. *Communication towards the terminality process: integrative review*. *J Nurs UFPE on line.* 7(3): 803-12, 2012.
- Thofehrn MB, Leopardi MT. *Teoria dos Vínculos Profissionais: um novo modo de gestão em enfermagem*. *Rev Texto & Contexto enferm* 2006; 15(3): 409-17.
- Thofehrn MB. *Vínculos Profissionais: uma proposta para o trabalho em equipe na enfermagem*. Florianópolis; 2005. [Tese] - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, UFSC.



AMBIENTE DE TRABALHO NA
PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE
URGÊNCIA

Livia Karla Sales Dias

RESUMO: OBJETIVO: Explicar a percepção de profissionais acerca do trabalho no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. **MÉTODOS:** Exploratório de abordagem qualitativa. Participaram 12 profissionais de saúde que dialogaram em uma entrevista em grupo. As falas foram transcritas e categorizadas por temáticas. **RESULTADOS:** Estrutura de ambulâncias, materiais e equipamentos foram citados como deficientes. Frágil vínculo empregatício, ausência de direitos trabalhistas e baixo salário desmotivavam os profissionais. Atuação conjunta do SAMU e outros órgãos, conscientização à população e educação permanente em serviço foram sugeridas. **CONCLUSÃO:** Identificação de entraves sob o olhar do trabalhador auxilia na melhoria do processo de trabalho.

Palavras-chave: Atendimento pré-hospitalar. Profissionais de Saúde. Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT: OBJECTIVE: To explain the perception of professionals in the Mobile Emergency Care Service about the work process. **METHODS:** Exploratory with a qualitative approach. Twelve health professionals participated, who spoke in a group interview. The speeches were transcribed and categorized by theme. **RESULTS:** Ambulance structure, materials and equipment were cited as disabled. A fragile employment relationship, absence of labor rights and low wages demotivated the professionals. Joint action by SAMU and other bodies, raising public awareness and continuing education in service suggested. **CONCLUSION:** Identifying obstacles from the perspective of the worker helps to improve the work process.

Keywords: Emergency Medical Services. Health Personnel. Working Environment.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) surgiu diante da insuficiente estruturação da rede de serviços para atender as urgências aliado ao aumento da morbimortalidade da população principalmente por causas externas (BRASIL, 2002). No Brasil, vai surgir em 2003, através da Portaria nº 1.864/GM de 29 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003).

O intuito do serviço é de proporcionar um atendimento tão logo o evento ocorresse, de forma rápida e precoce, ainda no local do ocorrido, por profissionais de saúde treinados e qualificados (BRASIL, 2003), objetivando diminuir a gravidade e a mortalidade pelos agravos agudos (GONSAGA et al, 2013).

A variabilidade e imprevisibilidade dos atendimentos pré-hospitalares, exige dos profissionais habilidade técnica e conhecimento para uma resposta pronta e eficaz, além disso, recursos tecnológicos, entrosamento da equipe e treinamento específico, influenciarão na qualidade da assistência fornecida e no resultado do trabalho (LANCINI, PREVÉ, BERNARDINI, 2013; BRASIL, 2014).

Porém, dentro do processo de trabalho os profissionais podem encontrar dificuldades como situações insalubres, desvalorização financeira, precários vínculos empregatícios, coação por parte da população, entre outros (TANAKA, 2013).

Entende-se que o olhar do profissional frente a sua vivência proporciona uma autoanálise e, além disso, gera questionamentos, opiniões e manifestos que podem auxiliar na construção de propostas de melhorias para a qualidade do serviço. Com isso, o estudo objetiva explicar a percepção de profissionais da saúde acerca das condições de trabalho no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Estudo de abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritivo, sendo recorte de uma dissertação de Mestrado intitulada: “Avaliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência diante dos acidentes de trânsito na zona urbana de Sobral- CE” realizada em 2016.

A pesquisa teve como cenário o Serviço de Atendimento Médico de Urgência de uma cidade do interior do Ceará, localizada a 237 km da capital Fortaleza.

Participaram do estudo profissionais de saúde atuantes no serviço, dentre eles, três médicos, três enfermeiros, três técnicos de enfermagem e três condutores/socorristas, contabilizando 12 participantes.

Após a confirmação para participação, os profissionais foram reunidos no prédio do SAMU, em dia e horário previamente agendado, para o momento da entrevista em grupo. Inicialmente foram coletadas informações quanto à função exercida, tempo de formação (se médico ou enfermeiro) e tempo de atuação. Em seguida, foi realizada a entrevista em grupo, cujo objetivo desta técnica é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum e se apresenta como um debate aberto sobre um tema (BONI e QUARESMA, 2005).

Os participantes foram colocados em círculo, com alternância de cada cargo e identificados pela letra que representa sua função e a ordem que se encontravam no círculo, em sentido horário (ex: Médico: M.1; Enfermeiro: E.2; Técnico de enfermagem: T.3; Conductor: C.1). Antes de começar cada fala, o participante citava a sua identificação recebida pelo moderador.

O momento teve duração de duas horas, com a participação efetiva de todos os participantes e com a presença do pesquisador que atuou como moderador, além de dois estudantes do Curso de Enfermagem. Os registros foram feitos em anotações por escrito de trechos importantes dos discursos e através de gravação, por um gravador de voz, para melhor apreensão das falas e posterior transcrição e análise das falas.

Para análise dos discursos, os mesmos foram categorizados por temáticas que representavam as falas e daí, feitas discussões que emergiam dessas categorias. Bardin relata que a análise do conteúdo divide-se em: Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes; Seleção das unidades de análise (codificação e inferência); Processo de categorização e sub-categorização (BARDIN, 2011).

A pesquisa teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa por envolver pesquisa com seres humanos com o número de protocolo 1.320.647.

2.2 Resultados

Os profissionais de saúde do SAMU envolvidos nessa pesquisa atuavam no serviço entre dois e dez anos, e todas as categorias possuíam algum tipo de formação complementar, garantindo um aprimoramento profissional. Os técnicos de enfermagem e condutores/socorristas possuíam cursos de Aperfeiçoamento, já médicos e enfermeiros, Especialização e/ou Residência.

Em se tratando de vínculo empregatício, foram identificadas variações contratuais entre os cargos, na qual, os profissionais de nível médio (técnicos de enfermagem e condutores) possuíam vínculo por CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), já os enfermeiros eram prestadores de serviço e os médicos, cargo comissionado. Essa condição trouxe importantes discussões para a pesquisa por evidenciar fragilidade de vínculos empregatícios.

Após esse momento de coleta de informações objetivas, foi realizada a entrevista em grupo, que dela emergiram as seguintes categorias temáticas: Estrutura do serviço em oferta de materiais e equipamentos; Satisfação e motivação profissional; Propostas para o serviço, equipe e comunidade. Seguem os temas descritos na sequência:

2.2.1 Estrutura do serviço em oferta de materiais e equipamentos

Essa categoria refere-se ao suporte a todos os materiais e equipamentos de tecnologia dura que são utilizados pelo serviço para os atendimentos prestados pela equipe de profissionais. Dentre eles: materiais médico-hospitalares (desfibrilador, colar cervical, prancha rígida, material para curativo, infusão venosa, dentre outros), equipamentos de transporte (ambulâncias e motolância) e equipamentos de comunicação (rádios, telefones).

As falas dos participantes mostraram divergências de posicionamentos, na qual, quatro deles relataram satisfação à estrutura ofertada, como trazem nas falas:

“Acho que hoje nós temos uma estrutura muito boa, a gente sempre tem o nosso material necessário. Nenhum paciente chega ao serviço de referência sem que ele esteja devidamente imobilizado com os equipamentos” (E.3);

“Nós temos uma estrutura não tão grande, mas abrange a cidade toda e creio que até hoje nunca deixou de faltar pra nenhum que precisou e a gente tem o essencial” (T.2);

Já outros discursos indicaram a necessidade de melhoria, representando a maioria das falas, com a colocação de oito participantes. Dentre as queixas mais citadas: demora ou inexistência de reposição de materiais; sucateamento das ambulâncias; não funcionamento do sistema de rádio operação. Seguem as falas:

“A gente está bem inadequado nesse sentido de reposição. Os materiais faltam realmente e não tem como está repondo, os materiais se desgastam, quebram, somem e a gente realmente fica nessa deficiência”(E.1);

“Acho que tem uma deficiência na manutenção dos carros, era pra ter mais qualidade na manutenção, os carros quebram muito e a qualidade da manutenção não é boa” (C.2);

“Estamos com um problema em relação à comunicação com a ambulância, bastante grave. Isso atrasa o tempo de resposta, porque muitas vezes, a gente teria como ter contato com alguém da ambulância para estar redirecionando a ambulância e agora não temos mais.” (M.2).

As vivências diárias em atendimentos dos mais diversos tipos e em cenários variados permitem aos profissionais, a percepção mais próxima da realidade e das condições vividas. Com isso, as falas são representativas das necessidades perante do que pode melhorar e o que está satisfatório. Adiante discutimos a satisfação profissional e pessoal em atuar no serviço.

2.2.2 Satisfação e motivação profissional

Quando indagados quanto ao interesse em fazer parte do serviço, todos os profissionais apontaram a satisfação profissional como principal motivo que os levaram a integrar no SAMU. Dentre as falas, temos:

“Poder salvar vidas em situações críticas é uma grande satisfação! Encontramos o paciente no meio da rua, em situações adversas e conseguimos tirar ele do sofrimento” (E.2);

“Ver um macacãozinho azul no meio do sol ou nas madrugadas, socorrendo alguém, é muito gratificante em saber que faço parte disso. Sempre gostei do pré-hospitalar, do improvisado, de não saber o que você irá encontrar...” (T.3).

Portanto, em meio às discussões, foram levantados pontos que poderiam comprometer a satisfação e motivação profissional dentro do serviço. Os profissionais relataram objeções que deram origem a subcategorias dessa temática: fragilidade de vínculo empregatício; ausência de direitos trabalhistas; baixo valor salarial, em ordem decrescente das discussões. As falas a seguir mostram:

“Como enfermeira eu acho que deixa a desejar tanto na parte financeira como pelo fato da gente não ter vínculo, nenhum vínculo empregatício no SAMU” (E.3);

Da minha parte já existe um vínculo, os técnicos de enfermagem são contratados pela CLT, já em questão de salário, não é só aqui é em todo canto, a gente tem essa dificuldade um piso salarial adequado, mas a gente recebe o salário em dias, e aí o nosso vínculo tem direito as férias remuneradas, 13º salário (T.2).

Dentro do serviço estudado, apenas uma parcela dos funcionários possuía vínculo celetista, sendo os demais, médicos e enfermeiros, comissionados e prestadores de serviço, respectivamente, na qual não garante direitos trabalhistas. Nenhum dos funcionários possuía vínculo estatutário, sendo que o último concurso realizado na cidade havia acontecido há mais de 20 anos.

Além disso, trouxeram nas falas quanto aos riscos vivenciados durante os atendimentos nas ruas, relacionado à violência, riscos de contaminação. Seguem as falas:

Nós sabemos que quem trabalha na área da saúde, tem um tempo limite devido o estresse do serviço e com o passar dos anos muitos aqui já tenha até isso né, sei lá, uma doença relacionada ao trabalho, ao profissional, diante de tanto risco que a equipe corre [...] Como a gente sabe, hoje muitas violência em Sobral, bala, faca e onde tem tudo isso aí, tem um macacãozinho azul na rua socorrendo alguém (C.1);

“O seguro de vida não existe apesar de essa profissão ser uma profissão altamente de risco, porque você chega lá, a gente não sabe o que vai encontrar, a gente anda dentro de presídio, dentro de boca de fumo [...]” (T.3);

Você trabalha dentro de uma ambulância e não possui seguro de vida, não tem nada, mas todos os funcionários do SAMU, exceto os enfermeiros, eles têm vínculos, eles tem 13º, têm férias remuneradas e nós não temos, então isso é uma desmotivação para o funcionário, a gente está aqui diuturnamente para dá o melhor (E.3).

No serviço, os profissionais que não possuíam vínculo CLT, ou seja, os médicos e enfermeiros, não recebiam insalubridade e outros direitos trabalhistas que lhes asseguravam aos riscos ergonômicos, ambientais, biológicos, dentre outros, durante o trabalho.

Outro ponto citado foi quanto ao baixo valor salarial e a necessidade de busca de outros empregos para complementar a renda, como trazem as falas:

“Tem profissional aqui que tem dois ou três empregos, então essa questão do cansaço acaba atrapalhando um pouco, influenciando até no rendimento, do desempenho que é da própria motivação” (C.1);

“A maioria de todos os profissionais de hoje daqui eles convivem com dois ou mais empregos né para ter a oportunidade de uma rentabilidade melhor pra suprir as necessidades” (C.2).

Apenas os profissionais de nível médio que possuíam contratação celetista recebiam reajustes salariais equivalentes e baseados no salário mínimo. Já aos demais cargos, não aconteciam anualmente, ocasionando desigualdades dentro do serviço.

2.2.3 Propostas para o serviço, equipe e comunidade

Como forma de garantir a escuta do profissional frente às necessidades deparadas nos atendimentos prestados, os participantes citaram sugestões que poderiam auxiliar a gestão, equipe e população aos atendimentos realizados. Dessa discussão emergiram as seguintes subcategorias: melhoria da atuação conjunta do SAMU e outros órgãos aos atendimentos; conscientização à população; educação permanente em serviço.

Em relação à atuação conjunta do SAMU e outros órgãos, os participantes relataram pouco entrosamento entre os serviços, e o inverso, auxiliaria na atuação das equipes durante um atendimento. Seguem as falas:

“Deveria haver uma padronização de serviços no atendimento, em especial, em casos de acidentes de trânsito, no SAMU, como guarda de trânsito municipal, polícia militar e outros meios para ficar um serviço bem alinhado”. (C.2);

“Não temos essa interligação entre os serviços” (C.1);

[...],precisamos de um melhor entrosamento, nós não treinamos em conjunto, nós não conhecemos um outro e falta exatamente isso , por não conhecermos o trabalho um do outro, por nós não treinarmos um ai vai existir as críticas. Se existisse um plano de ação em conjunto talvez isso com certeza melhoraria (E.1).

Dificuldades na atuação entre os órgãos, principalmente pelos empasses em definir papéis, tornaram muitas vezes alguns serviços subutilizados. Além disso, não há um treinamento conjunto entre os serviços, dentre eles, o SAMU, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, para que possam entrar em sintonia em casos de eventos em que todos os serviços são acionados, como por exemplo, em acidentes com múltiplas vítimas.

Outra questão citada foi referente ao conhecimento da população quanto à função do SAMU e dos demais serviços, sendo proposto o fortalecimento da educação à população, haja vista que a conscientização da população urge, podendo através desta ser evitado a ocorrência de trotes e solicitações indevidas ao serviço. Seguem as falas:

Esses projetos de levar para a comunidade a função do SAMU eles existem em outros SAMU de outros Estados, existe o projeto Samuzinho que vai à escola para ensinar crianças, o Projeto da 3ª idade (C.3); A conscientização para a questão dos trotes e conscientização das pessoas sobre a função do SAMU que não é só de transporte (C.1);

Na tentativa de amenizar essas dificuldades, são realizados pelos profissionais do serviço, treinamentos a funcionários de diversas instituições, bem como, em escolas e orientações à população através de blitz no trânsito. O intuito é promover conhecimento da população e auxiliar na prevenção de acidentes de trânsito que é responsável por grande parte dos atendimentos do serviço.

Outra sugestão feita pelos participantes foi em relação às capacitações e treinamentos dentro do serviço. Isso gerou queixas relacionadas às dificuldades em treinamentos promovidos pelo serviço e associado a isso, a inexistência do Núcleo de Urgência e Emergência (NEU), na qual são promovidas ações de Educação Permanente, sendo representado pelas falas:

Essa capacitação sempre existe, mas ela tem que ter mais pertinência, cada atendimento é diferenciado e a gente faz muitos improvisos, coisas diferentes, você vai e se depara com uma coisa que você ainda não tinha se deparado com aquilo, então a gente tem que ter uma pertinência na questão desse aprendizado (T.1).

“A gente não sabe o paciente que vai atender, pode ser um atendimento simples, como também um atendimento de suporte avançado. Então de alguma maneira você tem que está preparado pra isso e pra fazer melhor sempre o atendimento você tem que tá se reciclando” (T.2).

É importante que pudesse existir de imediato que a gente sabe que tá andamento, mas que isso possa efetivado que é a funcionalidade do NEP no nosso serviço, porque eu acredito que só assim nós poderíamos nos tornar cada vez melhores no que nos fazemos e sabemos que isso é muito importante pra nós, vai nos valorizar muito (E.1)

No momento da pesquisa, o Núcleo de Educação Permanente ainda permanecia desativado, sendo uma das principais propostas da gestão, a reimplantação desse setor no serviço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais informações e achados dessa pesquisa foram: (a) todos os profissionais de saúde do serviço possuíam formação complementar; (b) diferentes tipos de contratações aos profissionais levaram ao descontentamento da equipe; (c) desgaste de ambulâncias e de alguns materiais médico-hospitalares usados na assistência e a ausência do sistema de rádio comunicação foram citados como pontos a melhorar na estrutura do serviço; (d) todos os participantes consideraram a realização profissional como principal interesse em fazer parte do serviço; (e) vínculo empregatício frágil, ausência de direitos trabalhistas e baixo valor salarial, são fatores que provocaram desmotivação aos profissionais; (e) melhoria da atuação conjunta do SAMU e outros órgãos envolvidos em atendimentos pré-hospitalar; conscientização à população sobre a função do SAMU e a educação permanente em serviço, foram sugestões propostas pelos profissionais que auxiliariam na melhoria do trabalho diário.

A formação complementar fez parte do currículo de todos os profissionais de saúde do serviço, seja do nível superior como do nível médio. O interesse dos profissionais em aprimorar-se na profissão é uma característica positiva para o profissional, haja vista que o incentivo para busca de novos projetos, propicia um aumento da autoestima, do desempenho e segurança para o enfrentamento dos fatores estressantes (BEZERRA, 2012). Esse fator engrandece o serviço já que se percebe a busca por aprimoramento do conhecimento e da prática, garantindo assim um atendimento especializado e de qualidade.

Havia entre os profissionais, diferentes tipos de contratações empregatícias, variando entre médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Essa desigualdade representa fragilidade de vínculo entre os profissionais, em especial, aos enfermeiros. Geralmente os vínculos empregatícios predominantes na assistência Pré-Hospitalar são os da terceirização, não se pensando no aumento da eficiência e produtividade e sim, na redução de custos (MARQUES,2013).

Os enfermeiros mostraram descontentamento na maioria das falas por serem contratados apenas como prestadores de serviços. Grande parte atuava no serviço desde o início do seu funcionamento, ou seja, há mais de 10

anos e a cada dois anos, necessitavam participar de seleções temporárias para atualização do contrato.

A forma de contratação e de remuneração dos profissionais reflete na satisfação do empregador e, com isso, poderá refletir nos resultados do trabalho (LANCINI, PREVÉ, BERNARDINI, 2013).

Em relação à estrutura física de materiais e equipamentos disponibilizada pelo serviço para a realização de atendimentos pré-hospitalares, evidenciou a necessidade de reajustes quanto à reposição de materiais já desgastados, como também, da frota de ambulâncias e do funcionamento do sistema de rádio. Esses ajustes contribuem para a melhoria do atendimento, tanto ao paciente, como para o profissional atuante.

Resultados semelhantes também foram encontrados em outro estudo que citaram como dificuldades do serviço: a falta e/ou defasagem de materiais usados na assistência, o sucateamento da frota sem condições de uso e os perigos enfrentados no tráfego que em uma assistência dificultam o socorro à vítima e a deixam em riscos à segurança da equipe (SANTANA et al, 2012).

Quando avaliado in loco as condições físicas do serviço para o estudo maior dessa pesquisa, não foram visualizadas alterações em quantitativo de materiais médico-hospitalares, utilizados durante as assistências dos mais variados perfis de atendimentos. Porém, foram identificados alguns materiais desgastados, e em uso. As ambulâncias encontravam-se desgastadas, sem ar condicionado e o sistema de rádio não funcionando (DIAS, 2016).

As ambulâncias são fundamentais na prestação do socorro e o sistema de rádio operação auxilia na comunicação da equipe com a Central de Regulação. O fato de haver problemas mecânicos pode comprometer não apenas o conforto da equipe e do paciente, mas a segurança de todos que são transportados (MARQUES, 2013).

Além disso, a falta de comunicação pode prejudicar diretamente o usuário que acaba por não obter resolutividade do seu problema de saúde e nem continuidade da assistência (SILVA e SILVA, 2015). A deficiência do sistema de rádio operação é uma realidade frequente em vários serviços do País, seja por ausência do sistema ou pela má funcionalidade (SILVESTRE, 2016; SIQUEIRA et al, 2017).

Em resumo, para o desenvolvimento de um atendimento eficaz, necessita-se de condições estruturais e materiais mínimos, além de formas eficientes de gerenciamento com a melhor disposição logística dos recursos a fim de maximizar o desenvolvimento do trabalho e a obtenção de melhores resultados (LANCINI, PREVÉ, BERNARDINI, 2013).

Quando analisado o motivo que levou esses profissionais a fazerem parte do serviço, todos citaram uma única resposta, a realização profissional. Entendemos que a satisfação profissional em fazer parte do serviço, mistura-se a satisfação pessoal.

Retiramos das falas, trechos como “salvar vidas” e “macacão azul na rua” que remete à satisfação pessoal em poder usar o traje daquele serviço e prestar assistência aos que precisam. A satisfação de trabalhar no SAMU pode está relacionada ao aspecto de poder salvar vidas, à possibilidade de observar a melhora clínica imediata do paciente, à afinidade com a área e ao dinamismo ligado ao trabalho em urgência e emergência (ALVES et al. 2013).

Porém, fatores desfavoráveis como: fragilidade de vínculo empregatício, ausência de direitos trabalhistas e baixo valor salarial foram citados como desmotivadores no serviço. Os estudos de Silvestre (2017) e Martins (2015) identificaram que profissionais com vínculo empregatício fragilizado, por meio de processos seletivos e contratos, além de falta de incentivos, ficam insatisfeitos, têm maior rotatividade e desenvolvem menos habilidades dentro das instituições.

A precarização do trabalho e o baixo salário condicionam a dupla e, às vezes, a tripla jornada de trabalho, levando a um desgaste físico do profissional e pior rendimento. Além disso, a falta de seguro de vida, insalubridade, deixa o profissional à mercê diante de tantos riscos a que está sujeito como a contaminação por fluidos corporais e acidente com materiais perfurocortante, agressões, acidente de trânsito durante as ocorrências (MARTINS et al, 2012).

O respeito à integridade do profissional e sua garantia no serviço garantem melhores estímulos e até mesmo, auxilia na dedicação ao serviço, sem ter que buscar outros serviços. Entendemos que o profissional valorizado, com o reconhecimento pela instituição, poderá desenvolver melhor suas capacidades e trazer melhores resultado ao ambiente de trabalho (Lancini, Prevé, Bernardini, 2013).

Fatores que influenciam da qualidade de vida do trabalhador atuarão no seu desempenho profissional, pois um trabalhador satisfeito e inserido em um ambiente laboral que lhe promova bem-estar, o deixará mais motivado e, assim aumentará a produtividade da organização (AQUINO e FERNANDES, 2013).

Como último ponto das discussões em grupo, foram citadas sugestões que auxiliariam a equipe e serviço nos atendimentos diários. Dentre os pontos, discutiu-se a fragmentação entre o SAMU e outros órgãos municipais, importantes durante os atendimentos, em especial, aos acidentes de trânsito.

Outras pesquisas também trouxeram essa fragilidade, dificultando a integração do sistema, por falta de entrosamento e coordenação entre os atores (SILVA e SILVA, 2015; ORTIGA et al., 2016). Em contrapartida, em um estudo na região Sul foi identificada uma boa integração com serviços da Rede de Atenção à Saúde, como também,

com outros serviços que não são da saúde e afirma que a integração entre os serviços deve existir como algo inerente à assistência, devendo atuar conjuntamente, respeitando as normas e rotinas de cada serviço, para assim formalizar uma assistência eficaz (SILVESTRE, 2016).

Outra proposta colocada foi quanto à necessidade de conscientizar à população quanto à função e importância do SAMU. Há a necessidade de ações de educação com a população em geral sobre informações do funcionamento do SAMU, pois, o desconhecimento do funcionamento podem ocasionar agressões verbais, reclamações sobre a demora do atendimento, elevado número de trotes, e falta de integração com os serviços públicos (ORTIGA, 2016).

Importante melhoria citada pelos profissionais está relacionada às capacitações e treinamentos aos profissionais, através da Educação Permanente em serviço. A variabilidade e imprevisibilidade para uma resposta pronta, eficaz e no momento oportuno, mostram que esses profissionais do pré-hospitalar precisam além de materiais e equipamentos, mas também, de uma gestão eficiente, educação permanente e ferramentas modernas de condução das ações e de apoio à tomada de decisão (BRASIL, 2014).

A Portaria 2.048/2002 já propunha aos gestores do SUS, a criação, organização e implantação de Núcleos de Educação em Urgências (NEU), devido o ainda importante grau de desprofissionalização, falta de formação e educação continuada dos trabalhadores das urgências, resultando em comprometimento da qualidade na assistência e na gestão do setor (BRASIL, 2002).

A Educação Permanente prevê transformar tais situações diárias em aprendizagem, analisando reflexivamente os problemas da prática e valorizando o processo de trabalho de cada contexto (BRASIL, 2009). Com isso, a construção de um modelo que valorize a educação permanente em saúde é relevante, já que a capacitação insuficiente gera insegurança em relação ao processo de cuidar (SIQUEIRA et al, 2017).

É necessário ampliar a cultura de qualidade nos serviços de saúde, de tal modo a fomentar entre os atores sociais, como gestores, profissionais e integrantes da comunidade, a reflexão sobre a assistência e seus processos, de forma dinâmica, com vistas à melhoria contínua dos serviços de saúde (SILVA et al. 2015).

O trabalho de profissionais do SAMU encontra fatores que trazem satisfação profissional, como o fato de salvar a vida daqueles que precisam de ajuda. Porém, os profissionais se deparam com condições de trabalho que refletem na motivação da equipe, dentre isso, desgaste de estrutura de materiais e equipamentos usados nos atendimentos, fragilidade de vínculo empregatício, baixo valor salarial e ausência de direitos trabalhistas. Dentre as sugestões que podem auxiliar na melhoria dos atendimentos realizados pela equipe, propuseram a integração entre os serviços, como o SAMU, Corpo de Bombeiros, entre outros, como também, capacitar e conscientizar a população quanto à função e importância do SAMU e a existência do Núcleo de Educação Permanente no serviço.

A percepção daqueles que estão envolvidos na assistência diretamente nas ruas, em qualquer horário do dia para prestar socorro às vítimas, é de grande valor à compreensão das necessidades do serviço. Entendemos que a resolução das descontinuidades nos processos organizacionais e assistenciais nos serviço de urgência é primordial para uma assistência efetiva e de qualidade.


A pesquisa permitiu abrir espaços a outras reflexões que poderão dar origem a outros estudos, já que, mediante algumas arestas identificadas no processo de trabalho desses profissionais. A participação dos profissionais foi valiosa para essa pesquisa e seus discursos mostram a realidade do trabalho diário, diante das dificuldades e satisfações deparadas diariamente.

Com isso, as informações provenientes desse estudo podem funcionar como instrumento no qual a gestão e os profissionais devam se debruçar, visualizando as necessidades do serviço citadas pelos profissionais e que, pontualmente, podem afetar e se solucionadas, melhorar a qualidade da assistência prestada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marília et al. Particularidades do trabalho do enfermeiro no serviço de atendimento móvel de urgência de Belo Horizonte. *Texto Contexto – Enfermagem, Florianópolis*, v. 22, n.1, p. 208-152013, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/pt_25.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.
- AQUINO, Andrezza de Souza; FERNANDES, Angela Cristina Puzzi. Qualidade de vida no trabalho. *Journal Health Science*, v.31, n.1, p. 53-58, 2013. Disponível em: http://www.unip.br/comunicacao/publicacoes/lics/edicoes/2013/01_janmar/V31_n1_2013_p53a58.pdf Acesso em: 17 ago 2018
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, Francimar Nipo. *Estresse ocupacional nos enfermeiros que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência à luz da teoria de Betty Neuman. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012*. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10726>>. Acesso em: 05 set. 2018
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, Santa Catarina, n.2, v.1, p.68-80,2005*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 7 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2002. Seção I, p. 50*
- BRASIL. Portaria GM/MS n.1864, de 20 de setembro de 2003. Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU-192. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2003. Seção 1, p. 57-9*.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9)*.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília, DF, 2014*. Disponível em: <<http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/26/livro-avancado-2016.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2018.
- DIAS, Livia Karla Sales. *Avaliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na atenção aos acidentes de trânsito na zona urbana de Sobral –CE*. 159 fl. *Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) - Universidade Federal do Ceará, UFC, Sobral, 2016*.
- GONSAGA, Ricardo Alessandro Teixeira et al. *Características dos atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no município de Catanduva, Estado de São Paulo, Brasil, 2006 a 2012. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v.22, n.2, p. 317-324, 2013*. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v22n2/v22n2a13.pdf> >. Acesso em: 17 ago 2018.
- LANCINI, André de Bastiani; PREVE, Altamiro Damian; BERNARDINI, Isadora de Souza. *O Processo de Trabalho das Equipes do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)*. In: *Anais Contribuições para a Gestão do SUS, Santa Catarina: Coleção Gestão da Saúde Pública, 2013*. Disponível em: <<http://gsp.cursoscad.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2013/03/Anais-GSP-Volume-4-Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. 2018
- MARQUES. Ana Maria Almeida. *Condições e organização do trabalho das equipes do SAMU/RMF: riscos e agravos daqueles que trabalham contra o tempo. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2013*. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/ana_maria_almeida_marques.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- MARTINS, Cláudia Cristiane Filgueira et al. *Desgaste no Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel: Percepção dos Enfermeiros. Revista de Enfermagem da UFSM, Porto Alegre, v. 2, n.2, p. 282-289, Mai/Ago, 2012*. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/4687>>. Acesso em: 22 out. 2018
- MARTINS, Marisa da Silva. *Rotatividade entre trabalhadores de enfermagem de uma unidade de emergência adulto. 196 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão do Cuidado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136315/335946.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 set. 2018
- ORTIGA, Ângela Maria Blatt et al.. *Avaliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Santa Catarina, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n.12, p. 1-13, 2016*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00176714.pdf>>. Acesso em: 15 set 2018

- SANTANA, Júlio César Batista et al. *Desafios enfrentados pelos técnicos de enfermagem que atuam em um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência*. *Revista Enfermagem Revista, Minas Gerais*, v.15, n.1, p.4-15, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/3269/3649>>. Acesso em: 15 set. 2018
- SILVA, Kênia et al. *Gestão da qualidade total nos serviços de saúde: modelo gerencial em desenvolvimento*. *Revista Gestão & Saúde, Brasília*, v.6,n.1, p. 617-632,. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/13757/0>>. Acesso em: 15 out. 2018
- SILVA, Luiz Anildo Anacleto da; SILVA, Grazieli Cardos da. *Organização do atendimento pré-hospitalar móvel de emergência: uma questão de gestão dos serviços de saúde*. *Revista Gestão & Saúde, Brasília*, v.6, n.2, p.1190-1209, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/22463>>. Acesso em: 02 out.2018
- SILVESTRE, Alexandra Lunardon. *Avaliação da estrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de um município da região metropolitana de Curitiba – PR*. 172 fl. *Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba*, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45799/R%20-%20D%20-%20ALEXANDRA%20LUNARDON%20SILVESTRE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 set. 2018
- SIQUEIRA, Cibele Leite et al. *Dificuldades percebidas pela enfermagem no cotidiano do trabalho de um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência*. *Revista Saúde, Guarulhos*, v.11, n.1-2, p.62-73, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2847>>. Acesso em: 22 set 2018
- TANAKA, Nicasio Haruhiko. *Uma visão crítica do atendimento pré-hospitalar móvel no Rio Grande do Sul*. *Scientia Medica, Porto Alegre*, v. 23, n. 3, p. 147-148, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/scientiamedica/article/view/15788/10431>>. Acesso em: 22 de set de 2018.



O CORAÇÃO DA MULHER:
TECNOLOGIA EDUCATIVA PARA
PREVENÇÃO DE DOENÇAS
CARDIOVASCULARES EM MULHERES
NA MENOPAUSA

Camila Albuquerque de Queiroz
Keila Maria Azevedo Ponte
Francisco Alberto Lima

RESUMO: Durante os cuidados gineco-obstétricos têm sido encontradas mulheres em risco de desenvolver Doenças Cardiovasculares, e estas consultas são ideais para avaliar riscos e discutir mudanças no estilo de vida. A vista do exposto destacou-se a importância durante o exame preventivo para prevenção de câncer uterino, a realização de tecnologia educativa (TE) para prevenção de DCV. O estudo teve como objetivo averiguar a contribuição da tecnologia educativa denominada “o Coração da Mulher” para prevenção de doenças cardiovasculares em mulheres na menopausa. O estudo tratou-se de uma triangulação de métodos e foi realizado no Município de Sobral-Ceará no Centro de Saúde da Família Sinhá Sabóia. Participaram vinte mulheres no período da menopausa. A coleta das informações ocorreu em novembro de 2016 até março de 2017. O instrumento de coleta foi um formulário que contém perguntas fechadas e abertas e obedeceu a Resolução 466\12. Os resultados foram organizados em quatro categorias: apresentação da tecnologia educativa denominada “O Coração da Mulher”; análise do perfil cardiovascular dos sujeitos; implementação da tecnologia educativa a mulheres na menopausa com vistas à prevenção de DCV e avaliação da TE na perspectiva das mulheres que participaram. O resultado da aplicação da TE desempenhou um importante papel no aprendizado, compreensão, conscientização e no olhar holístico das participantes à sua própria saúde, pois elas desenvolveram pensamentos a favor da saúde/autocuidado. Dentre as restrições para realização deste estudo, destacam-se, a dificuldade da pesquisadora em relação ao número limitado de mulheres na menopausa que compareceram a consulta de enfermagem e ademais falta de informação das mesmas em relação a importância das consultas de rotinas para a prevenção de doenças na terceira idade. A partir do exposto tornam-se relevantes pesquisas direcionadas para estimular a assistência holística e integral pelo enfermeiro às mulheres durante exame Papanicolau, bem como estudos mais aprofundados acerca do risco de DCV em mulheres na menopausa e implicações para a prática da enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças Cardiovasculares. Menopausa. Tecnologias Educativas.

ABSTRACT: During gynecological obstetric care, women at risk of developing cardiovascular diseases have been found, and these consultations are ideal for assessing risks and discussing changes in lifestyle. In view of the above, the importance during the preventive examination for the prevention of uterine cancer, the realization of educational technology (ET) for the prevention of CVD was highlighted. The study aimed to ascertain the contribution of educational technology called "the Heart of Women" for the prevention of cardiovascular diseases in women in menopause. The study was a triangulation of methods and was carried out in the Municipality of Sobral-Ceará at the Family Health Center Sinhá Sabóia. Twenty women participated in the menopause period. The collection of information took place in November 2016 until March 2017. The collection instrument was a form containing closed and open questions and complied with Resolution 466 \ 12. The results were organized into four categories: presentation of the educational technology called “O Coração da Mulher”; analysis of the subjects' cardiovascular profile; implementation of educational technology for menopausal women with a view to preventing CVD and assessing ET from the perspective of the women who participated. The result of the application of the ET played an important role in the learning, understanding, awareness and in the holistic look of the participants to their own health, as they developed thoughts in favor of health / self-care. Among the restrictions for carrying out this study, the researcher's difficulty in relation to the limited number of menopausal women who attended the nursing consultation and in addition their lack of information regarding the importance of routine consultations for prevention is highlighted. of diseases in old age. Based on the above, research aimed at stimulating holistic and comprehensive care by nurses to women during Pap smears becomes relevant, as well as more in-depth studies on the risk of CVD in menopausal women and implications for the practice of nursing.

Keywords: Cardiovascular diseases. Menopause. Educational Technologies.

1. INTRODUÇÃO

Cuidar, numa perspectiva atual, envolve um olhar integral ao ser humano e abrange o contexto cultural no qual se insere, uma vez que considera que cada pessoa possui valores, crenças, saberes e práticas de cuidados singulares. Dessa forma, o cuidado deve englobar a saúde das pessoas como um todo, buscando a humanização da assistência sem dicotimizá-lo, no sentido de voltar-se apenas para a doença. Ressalta-se que, ao considerar a dimensão cultural do cuidado de enfermagem, visualiza-se que há mais de 50 anos esta profissão se preocupa com as diferenças que existem entre o cuidado profissional, realizado pelas enfermeiras, e os cuidados solicitados pelas pessoas¹.

Velar é uma atitude que envolve ocupação, preocupação, responsabilidade e envolvimento afetivo com o outro. Assim, o cuidado é objeto de trabalho da Enfermagem, pois o enfermeiro precisa ser permeado destas qualificações, porque ao exercer a atividade de cuidado – enfermeiro, cliente, família e sociedade – estabelecem uma relação que resulta em uma atitude de cuidado². À vista do exposto é relevante destacar a abordagem da enfermagem no contexto de cuidar às pessoas com doenças cardíacas. As doenças cardiovasculares (DCVs) se constituem em uma das principais causas de morte no mundo e integram as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). No Brasil, elas são consideradas uma das principais causas de permanência hospitalar prolongada e são responsáveis pela principal alocação de recursos públicos em hospitalizações, pois o ônus econômico dessas doenças tem crescido exponencialmente nas últimas décadas³.

No contexto da atenção à saúde da mulher vale destacar, que na faixa etária dos 45 anos aos 64 anos, a morte devido às doenças cardiovasculares (DCV) é maior em homens do que em mulheres. Porém, após os 65 anos, a mortalidade das mulheres por DCV ultrapassa a dos homens em até 22%. Sendo que, desde 1984, a DCV no sexo feminino se tornou mais evidente quando comparada ao sexo masculino, observando-se em ambos os sexos um aumento exponencial com o avanço da idade⁴. Durante os cuidados gineco-obstétricos tem sido encontrado mulheres em risco de desenvolver DCV, e estas consultas são ideais para avaliar riscos e discutir mudanças no estilo de vida³.

O climatério é definido como um período de transição entre os anos reprodutivos e não reprodutivos da mulher. É caracterizado por alterações metabólicas e hormonais que, muitas vezes, podem trazer mudanças envolvendo desde o contexto fisiológico até o psicossocial. A diminuição dos hormônios sexuais, que acontece na fase do climatério, também parece estar implicada no aumento de risco cardiovascular entre essas mulheres. Diante disso, sugere-se que o estradiol tenha uma função protetora no que se refere ao desenvolvimento de doenças coronarianas (DAC)⁵. Assim a prevenção é a chave para se mudar o quadro atual e quanto mais cedo for iniciada mais eficaz deve ser apresentar⁶. Neste âmbito, torna-se relevante que o enfermeiro realize a prevenção de doenças cardiovasculares de mulheres menopausadas durante exame Papanicolau.

Na investigação de doenças coronarianas devem ser consideradas os fatores de risco que possuem efeitos aditivos nesta doença e a abordagem sindrômica para que o diagnóstico seja identificado o mais precoce possível, isto associado ao conhecimento das características sociodemográficas. O diagnóstico definitivo da referida doença é complementado e confirmado com exames não invasivos e invasivos⁷.

O uso de tecnologia não deve ser entendido de forma reducionista e simplista, associando a temática somente a máquinas. Deve-se, portanto compreender que tecnologia corresponde também a certos saberes, constituídos para a geração e utilização de produtos, bem como para organizar as relações humanas. Atualmente a utilização de tecnologias no cuidado de enfermagem tem aperfeiçoado tanto as atividades técnico-assistenciais e burocrático-administrativa, como nas relações interpessoais estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de cuidar⁸. A vista do exposto, esta pesquisa tem como questão norteadora: Como desenvolver tecnologia educativa para prevenção de Doenças Cardiovasculares em mulheres menopausadas?

Acredita-se que esta pesquisa tornou-se relevante para a prevenção de DCV nas menopausadas, pois o uso da tecnologia educativa permitiu as participantes compreender como está cuidando do seu coração, através do jogo educativo, pois cada participante induzida a analisar como está cuidando da sua saúde, sendo que ao mesmo tempo está sendo esclarecidas dos fatores de risco que afetam uma mulher na menopausa e pós com o intuito de subsidiar o cuidado prestado a estas mulheres com foco na prevenção de DCV.

2. DESENVOLVIMENTO E DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O artigo tem como objetivo averiguar a contribuição da tecnologia denominada “o Coração da Mulher” para prevenção de doenças cardiovasculares em mulheres menopausadas. Trata-se de uma triangulação de métodos, onde inicialmente usar-se-a da pesquisa metodológica para elaboração da tecnologia educativa. Opta-se pela presente metodologia por se construir uma estratégia que possibilita a participação de forma cooperativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa possibilitando dessa forma a troca de saberes de ambas as partes e ainda ser possível intervir na realidade contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde da população⁹.

Usar-se-a da pesquisa participante, onde haverá a aplicação da tecnologia junto as participantes. Pesquisa participante se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas¹⁰. Juntamente com à pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa para descrever a contribuição da tecnologia para prevenção das DCV em mulheres menopausadas.

A pesquisa exploratória proporciona mais informações sobre o assunto que vamos investigar, onde possuímos planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, que envolve, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão¹¹.

A pesquisa ocorreu no Município de Sobral - Ceará no Centro de Saúde da Família Sinhá Sabóia, caracterizado como uma Unidade de Saúde da Atenção Primária, responsável pelas ações de saúde voltadas para a população da área de sua abrangência, cujos bairros são: COHAB I, Sinhá Sabóia, Jatobá I e II, parte do Parque Santo Antônio e o distrito de Salgado dos Machados. As informações serão coletadas em novembro de 2016 até março de 2017.

Foram convidadas a participar do estudo todas as mulheres menopausadas sendo atendidas no Centro de Saúde de Família Sinhá Sabóia durante o período da coleta das informações. Excluindo as mulheres que tiveram alguma dificuldade de comunicação ou transtorno mental em que dificulte o entendimento da pesquisa. Como o estudo foi prospectivo não dava para prever o número de participantes, mas finalizou-se a coleta com vinte participantes.

Para coleta de informações foi utilizado um instrumento do tipo formulário que terá perguntas abertas questionando o saber das menopausadas em relação ao conhecimento da importância da compreensão da relação entre menopausa e DCV, o uso da tecnologia educativa, sua contribuição, modificação e aplicação da mesma.

Para este estudo utilizou-se como referência para construção da tecnologia as informações obtidas pela pesquisa Tecnologias educativas para prevenção de doenças cardiovasculares em mulheres menopausadas através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC durante o ano de 2016/2017. A partir destas informações fez-se uma tecnologia denominada “O Coração da mulher”. O mesmo confeccionado no formato de um coração maior na dimensão 45x60cm de madeira (mdf) e doze pequenos corações de borracha (EVA) com figuras de fatores prejudiciais ao coração (tabagismo, álcool, obesidade, história familiar de DCV, diabetes, estresse, hipertensão arterial, menopausa, alimentos e hábitos não saudáveis - no verso um desenho com uma imagem de um coração triste) e outros dez com fatores benéficos ao coração (atividade física, bom humor, alimentos e hábitos saudáveis) nestes contém no verso um desenho com uma imagem de um coração feliz.

As TE processou-se da seguinte forma: os corações ficarão expostos para que a participante selecione as figuras que fazem parte do seu cotidiano e após a escolha dos corações. O mediador orienta que as figuras selecionadas terão que ir para dentro do coração grande, em seguida os corações menores serão virados e no seu verso terão as imagens com o coração triste ou feliz. Após este momento haverá uma reflexão dos achados a partir da conscientização para prevenção dos fatores de risco e otimização dos fatores benéficos ao coração. Acreditando-se que a estratégia lúdica ajudará a participante analisar como está cuidando do seu coração, fazendo com que faça uma autorreflexão, pois não adianta orientar se a própria pessoa não tiver consciência dos seus atos. Posteriormente a aplicação do Instrumento de Coleta das Informações com vistas a avaliar a contribuição da tecnologia educativa para prevenção das DCV.

As informações foram analisadas a partir do conteúdo obtido, com categorias emergentes segundo as etapas de aplicação e avaliação da tecnologia educativa.

Levando em conta essa dupla perspectiva na produção do texto, a análise da enunciação trabalha com: (a) as condições de produção da palavra. Parte do princípio que a estrutura de qualquer comunicação se dá numa triangulação entre o locutor, seu objeto de discurso e o interlocutor. Ao se expressar, o locutor protege seus conflitos básicos por meio de palavras, silêncios e lacunas indicando processos, na sua maioria, inconscientes de expressão; (b) o continente do discurso e suas modalidades. Desdobrando-se em três etapas: Primeira etapa: Estabelecimento do corpus ou corpi o pesquisador leva em conta a questão central e objetiva da pesquisa. Segunda etapa: Preparação do material cada texto (entrevista) é uma unidade básica. Começa-se pela transcrição exaustiva de cada uma delas.

Terceira etapa: Etapas da análise: cada entrevista é submetida a tratamento como uma totalidade organizada e singular¹².

O presente estudo obedeceu à resolução 466\12, em observância aos princípios da autonomia e beneficência, não maleficência justiça e equidade. Sendo esclarecidas que sua participação é voluntária, que poderiam se recusar a qualquer momento e que este estudo trará o mínimo de risco psicológico possível e que caso isso acontecesse o pesquisador estaria apto para resolver. Além disso, a pesquisadora solicitou à assinatura do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE), após informadas de todo o conteúdo descrito neste documento. O estudo recebeu a autorização do local da pesquisa que está fundamentada no projeto Guarda Chuva 'Avaliação cardiovascular de mulheres menopausadas durante exame papanicolau: implicações para a enfermagem', o mesmo possui aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA com o número do parecer 1.229.462 e CAAE: 47013415.0.0000.5053.

3. RESULTADOS

Na avaliação da TE foi feito seis perguntas abertas, relacionadas à experiência delas ao uso da tecnologia. A primeira pergunta refere-se ao saber das participantes em relação a suas definições referentes ao período da menopausa e pós-menopausa e se a mulher deve ter uma atenção mais cuidadosa com sua saúde nesse período, inclusive com a prevenção de doenças cardiovasculares.

“Não, porque nunca pensei que era importante”(M3).

“Não, ainda bem que falei com você”(M18).

“Jamais”(M13).

Ao interpelar em relação à participação do uso da tecnologia educativa, qual a opinião das clientes em relação ao modo de cuidar da própria saúde mudou:

“Sim, irei tentar mudar minhas atitudes, pois isso está causando mal a minha saúde”(M20).

“Não necessito mudar, acho que sou saudável”(M16).

Ao inquirir como a tecnologia educativa: o coração da mulher ajudou a compreensão das participantes em relação às doenças cardiovasculares.

“A brincadeira ajudou, pois em cada coração que escolhi você foi explicando o que causa na minha saúde”(M7).

“Sim, já que não sabia nada de menopausa, pouco de doença do coração, ajudou muito participar”(M10).

“Ajudou a cuidar do meu corpo e continuar fazendo tudo certo”(M3).

Ao rebuscar o que as participantes modificariam da tecnologia, onde e a partir de qual faixa etária deveria ser aplicada e se indicaria para alguma amiga ou parenta, as repostas das três últimas perguntas foram as seguintes:

“A tecnologia esta muito boa, não modificaria. Aplicaria nos postos de saúde, a parti da menstruação. E indico sim, para minhas filhas, vizinhas, primas e amigas”(M7).

“Não modifico. O local seria em todos os lugares que as mulheres fossem fazer consulta, a idade, acho que a parti dos 40 anos. Indico pra minha filha e vizinhas”(M3).

“Não, esta ótima. A parti dos vinte anos, pois a pessoa já chegaria na velhice sabendo das informações e o local é nos consultórios. Todas as mulheres devem participar desse momento”(M20).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tencionando os aspectos observados considera-se que o uso da tecnologia educativa para a prevenção de doenças cardiovasculares desempenha um importante papel no aprendizado, compreensão, conscientização e no olhar holístico da cliente a sua própria saúde, pois ela desenvolve pensamentos a favor a saúde, tendo convicção que a prevenção é a melhor escolha contra DCV e que o cuidado com uma visão ampla, beneficia seu corpo, mente e envelhecimento.

Em relação ao conhecimento das sujeitas a DCV e menopausa infelizmente os profissionais de saúde, enfatizado os Enfermeiros, não estão realizando orientações. Mesmo com a quantidade cada vez maior de pacientes portadores de HAS e DM, havendo também a necessidade de um atendimento mais individualizado, no que diz respeito à atenção a mulher da terceira idade.

Neste cenário, a necessidade de conhecimento e de avaliação periódica para prevenir DCV nas participantes mostrou certa fragilidade, as mesmas não possuem uma visão em relação à prevenção, de observar as necessidades que cada momento vivenciando em sua vida requer uma atenção ampla, isso infelizmente acontece por falta de orientações. Portanto através dessa pesquisa identificou-se que os enfermeiros, mesmo possuindo um vínculo intenso e constante com as clientes, não se atentam ter um cuidado diferenciado as menopausadas, com vistas a conscientiza-las da necessidade de avaliação periódica.

Deste modo é imprescindível durante as consultas de Enfermagem com menopausadas, questionar as dúvidas, esclarecer os sinais, sintomas, como o corpo da mesma reagirá nessa fase de sua vida. Observando também os fatores de riscos, realizar um consulta individualizada e holística. Com essa pesquisa observou-se também que os enfermeiros deixaram a desejar, pois as ações educativas devem ser realizadas também durante a consulta, não só em grupos ou em visitas domiciliares.

Na avaliação da aplicação da tecnologia educativa, foi possível identificar que as vinte sujeitas da pesquisa aceitaram participar da tecnologia expressando curiosidade de como estavam cuidando de sua saúde, em relação ao tamanho tanto do coração maior, como dos pequenos e seus respectivos fatores de riscos benéficos e maléficos, também foram bastante elogiados, pois algumas são analfabetas e as figuras representando os fatores auxiliou na escolha. Outro aspecto positivo observado na entrevista foram as perguntas em relação a indicação da tecnologia, o local que deveria ser aplicado e em qual idade poderia iniciar a aplicação, todas indicaram inicialmente familiares, em seguida amigas e posteriormente mulheres em geral; os locais seriam escolas, consultórios e postos de saúde; e a idade já optaram por ser a partir da menarca, outras depois dos vinte anos em diante e consecutiva com a idade próxima a perimenopausa (período que precede a menopausa).

Dentre as restrições e dificuldades para realização deste estudo, destacam-se a delimitação da quantidade de pessoas que iriam participar da pesquisa, não ter em todas as consultas de Papanicolau mulheres com perfil para o estudo, ou seja, na menopausa, além disto, o não comparecimento das mesmas, sendo que já estavam agendadas as consultas e a demais falta de informação das clientes em relação a importância do comparecimento para a consulta de rotina e Papanicolau na terceira idade. Todavia, a entrevista individual foi realizada de forma sossegada, estável, sem intromissão apesar da presença de outras clientes e funcionários do posto transitando e conversando ao redor. Apesar de ter sido árduo alcançar o objetivo da aplicação da tecnologia em mulheres na menopausa, o uso da TE favoreceu a conscientização de todas as envolvidas em relação a prevenção de DCV, desse modo essa pesquisa é de extrema importância para a Enfermagem, pois enfatiza a importância da elaboração ações promoção da saúde e prevenção de doenças cardiovasculares. Destaca que os profissionais de enfermagem devem estar cientes de que devem tomar alguns cuidados especiais de acordo com a necessidade de cada paciente, respeitando sempre sua individualidade.

Apesar de ter sido árduo alcançar o objetivo da aplicação da tecnologia em mulheres na menopausa, o uso da TE favoreceu a conscientização de todas as envolvidas em relação a prevenção de DCV, desse modo essa pesquisa é de extrema importância para a Enfermagem, pois enfatiza a importância da elaboração ações promoção da saúde e prevenção de doenças cardiovasculares. Destaca que os profissionais de enfermagem devem estar cientes de que devem tomar alguns cuidados especiais de acordo com a necessidade de cada paciente, respeitando sempre sua individualidade.

É imprescindível que o Enfermeiro se conscientize que o cuidado humano é colocado como um atendimento integral as necessidades do paciente, para que assim haja um excelente trabalho na assistência. Por sua vez vale-se alertar aos enfermeiros de que eles precisam estar centrados não somente no cuidar técnico, mais também fornecendo informações, pois a comunicação também faz parte do tratamento.

A partir do exposto torna-se relevante que pesquisas direcionadas a estimular a assistência holística e integral pelo enfermeiro as mulheres durante exame Papanicolau, bem como estudos mais aprofundados acerca do risco de DCV em mulheres na menopausa e implicações para a prática da enfermagem.

REFERÊNCIAS

1. BUDÓ, M.L.D.; Schimith M.D.; Alves C.N. et al. *Cuidado e cultura: uma interface na produção do conhecimento de enfermagem*. J. res.: fundam. care. online 2016. jan./mar.8(1):3691-3704. DOI: 10.9789/2175-5361.2016.v8i1.3691-3704. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-27378>> .Acesso em: 15 março 2017.
2. COELHO, M.P.; MENEZES, H.F.; ROSAS, A.M.M.T.F. et al. *O ensino do cuidado nos cursos de graduação em enfermagem do Brasil: revisão integrative*. Rev enferm UFPE on line. Recife, 10(2):647-56, fev., 2016. ISSN: 1981-8963. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=28289&indexSearch=ID>>. Acesso em: 18 fev 2017.
3. MARTINS, Graciele Locatelli; Fernanda Duarte Siqueira; Eliane Raquel Rieth Benetti; Cátia Cristiane Matte Dezordi; Vivian Lemes Lobo Bittencourt; Eniva Miladi Fernandes Stumm. *Estresse e coping em familiares de pacientes no transoperatório de cirurgia cardíaca*. Rev Fund Care Online. 2016 jul/set; 8(3):4704-4710. DOI:10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4704-4710. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4435>>. Acesso em: 25 de março 2017.
4. DIAS, Danielle da Silva et al. *Impacto do Envelhecimento nas Disfunções Metabólicas e Cardiovasculares em Modelo Experimental de Menopausa*. Publicação Oficial da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
5. DASGUPTA S.; SALMAN, M.; LOKESH, S. et al. *Menopause versus aging: fte predictor of obesity and metabolic aberrations among menopausal women of Karnataka, South India*. J Midlife Health. 2012;3(1):24-30.
6. COSTA, L.C; THULER, L.C.S. *Fatores associados ao risco para doenças não transmissíveis em adultos brasileiros: estudo transversal de base populacional*. R. bras. Est. Pop. v.29. n.1. p. 133-145. Rio de Janeiro, 2012.
7. PONTE, K.M.A.; SILVA, L.F. *Características sociodemográficas e clínicas de pacientes submetidos a procedimentoa hemodinâmico*. SANARE-Revista de políticas Públicas, v.12. n.2., 2013.
8. NIETSCHE, Elisabeta Albertina, et al, 2012. *Tecnologias inovadoras do cuidado em enfermagem*. Revista de Enfermagem da UFSM, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 182-189, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/3591>>. Acesso em: 30 de março 2017.
9. SILVA, A.O.; PRADO, A.P.S.; SOUXA, R.N.; GLÓRIA, M.E.A.B.; REIS, L.A.; MORAES, E.R. *Perfil de mulheres adultas em relação aos fatores associados ao sobrepeso e obesidade*. C&D – Revista Eletrônica da Fanor. v.8. n.2. p. 182-193. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/view/439>>. Acesso em: 26 Junh. 2016
10. SILVA, Leticia Krauss. *Avaliação tecnológica e análise custo-efetividade em saúde: a incorporação de tecnologias e a produção de diretrizes clínicas para o SUS*. Ciênc Saúde Coletiva, v. 8, n. 2, p. 501-20, 2005.
11. PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [recurso eletrônico].
12. MINAYO, M. C. S. et al. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2010



ESTAÇÃO
SAPIENS
EDITORA